

ALBERTO MANGUEL



A BIBLIOTECA



À NOITE



COMPANHIA DAS LETRAS

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

ALBERTO MANGUEL



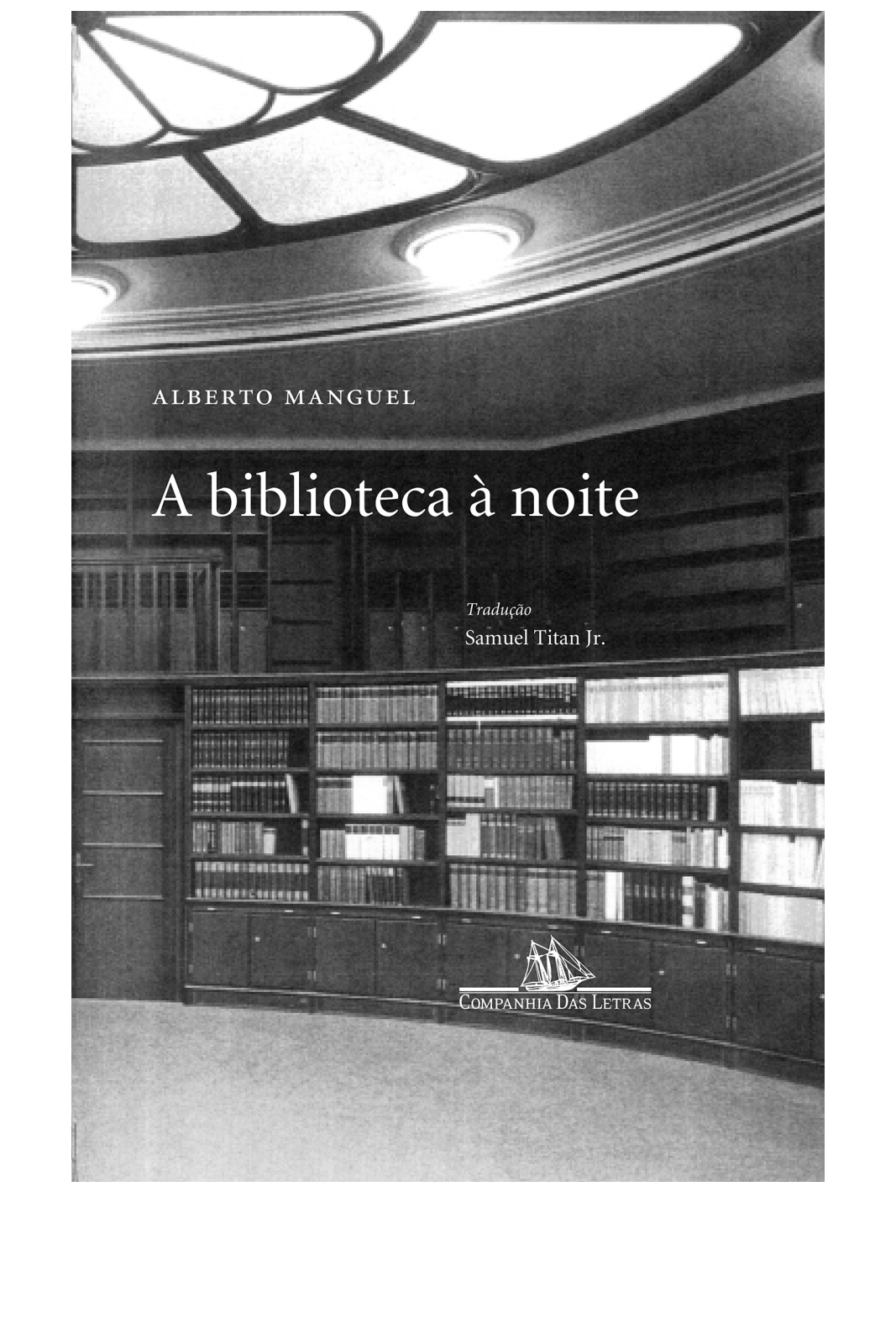
A BIBLIOTECA



À NOITE



COMPANHIA DAS LETRAS



ALBERTO MANGUEL

A biblioteca à noite

Tradução
Samuel Titan Jr.



COMPANHIA DAS LETRAS

Sumário

Capa

Folha de rosto

Sumário

Agradecimentos

Prefácio

1. Mito

2. Ordem

3. Espaço

4. Poder

5. Sombra

6. Forma

7. Acaso

8. Oficina

9. Mente

10. Ilha

11. Sobrevivência

12. Esquecimento

13. Imaginação

14. Identidade

15. Lar

16. Conclusão

Notas

Créditos das imagens

Sobre o autor

Landmarks

Cover

Title Page

Dedication

Acknowledgments

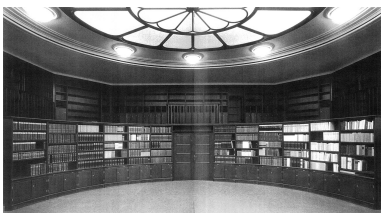
Preface

Rear Notes

Copyright Page

Table of Contents

Body Matter





2. Tudo o que resta de uma biblioteca ateniense: uma inscrição declarando que “é proibido levar obras da biblioteca”, aberta “da primeira à sexta hora”.

No século XVI, o poeta otomano Abdüllatif Çelebi, mais conhecido como Latifi, chamava cada um dos livros de sua biblioteca de “amigo leal e dedicado que afasta todas as preocupações”.

Este livro é para Craig.

Agradecimentos

*Os que leem, os que nos contam o que leem,
Os que ruidosamente viram as páginas de seus livros,
Os que detêm o poder sobre a tinta vermelha e preta e
sobre as imagens,
São eles que nos conduzem, que nos guiam, que nos
mostram o caminho.*

Códice asteca de 1524, Biblioteca Vaticana

Enquanto escrevia este livro, contraí muitas dívidas de gratidão. Na ordem alfabética tão cara às bibliotecas, meus agradecimentos:

a meus amigos e colegas Enis Batur, Anders Björnsson, Antoine Boulad, Roberto Calasso, Juan Gustavo Cobo Borda, Viviane Flament, Dieter Hein, Chris Herschdorfer, Patricia Jaunet, Marie Korey, Richard e Marie Landon, Lilia Moritz Schwarcz, Hubert Nyssen, Felicidad Orquín, Lucie Pabel e Gottwalt Pankow, Dominique Papon, Fabrice Pataut, Arturo Ramoneda, Sylviane Sambord, Alberto Ruy Sánchez, Willie Schavelzon, Maud Stéphan-Hachem, Jean-Luc Terradillos;

à equipe da Biblioteca de Londres e da Mediateca de Poitiers, e a Anne-Catherine Sutermeister e Silvia Kimmeier da Biblioteca Cantonal e universitária de Lausanne;

a meus agentes, Michèle Lapautre em Paris, Guillermo Schavelzon em Barcelona, Ruth Weibel em Zurique, Bruce Westwood, Nicole Winstanley e à equipe da agência Westwood Creative Artists em Toronto;

a Gena Gorrell, cuja leitura crítica, incansável e meticulosa eliminou deste livro um grande número de erros e tolices;

a meus editores, Rosellina Arquinto, Hans-Jürgen Balmes, Valeria Ciompi, Carmen Criado, Haye Koningsveld, Luiz Schwarcz, Marie-Catherine Vacher e, principalmente, atropelando as leis do alfabeto, Louise Denny.

Por fim, sou profundamente grato à S. Fischer Stiftung de Berlim e à Fundação Simon Guggenheim de Nova York pela assistência financeira ao longo dos últimos anos, sem a qual sem dúvida este livro ainda jazeria, sem forças, no futuro.

Prefácio

Sempre tive esse humor andarilho (mas não com o sucesso correspondente) e, como um cão inquieto que late para todo passarinho que vê e esquece a presa, persegui tudo, menos o que devia, e posso lamentar sinceramente e com justiça (pois quem está em toda parte não está em lugar nenhum) [...] ter lido tantos livros com tão pouco propósito, por falta de bom método; confusamente, andei a braços com inúmeros autores em nossas bibliotecas, com pouco proveito, por falta de arte, ordem, memória e juízo.

Robert Burton, *Anatomia da melancolia*

O ponto de partida é uma pergunta.

Tirando a teologia e a literatura fantástica, poucos duvidariam que os traços centrais de nosso universo são a escassez de sentido e a falta de objetivo palpável. E ainda assim, com espantoso otimismo, continuamos reunindo todo fiapo de informação que conseguimos recolher em rolos, livros e circuitos eletrônicos, enchendo prateleiras e prateleiras de bibliotecas, pouco importa se materiais, virtuais, ou de outro tipo qualquer, dedicando-nos pateticamente a conferir ao mundo uma aparência de sentido e ordem, mesmo sabendo muito bem que, por mais que prefiramos acreditar no contrário, nossos esforços estão tristemente condenados ao fracasso.

Mas, então, por que o fazemos? Mesmo sabendo desde o começo que era mais do que provável que a pergunta permanecesse sem resposta, a investigação parecia valiosa em si mesma. Este livro é a história dessa investigação.

Menos interessado na sequência ordenada de datas e nomes que em nosso empenho infinito em colecionar, comecei, muitos anos atrás, não a compilar mais uma história das bibliotecas ou a acrescentar mais um volume ao acervo assustadoramente vasto da bibliotecnologia, mas apenas a relatar meu pasmo.

“Pois deveríamos julgar tão comovente quanto inspirador”, escreveu Robert Louis Stevenson há mais de um século, “que nossa estirpe continue a trabalhar um campo do qual todo êxito foi banido.”¹

As bibliotecas — as minhas ou aquelas que compartilhei com um público mais amplo de leitores — sempre me pareceram lugares agradavelmente insensatos, e, até onde consigo lembrar, sempre me seduziu a lógica labiríntica pela qual a razão (mas não a arte) parecia imperar sobre um conjunto cacofônico de livros. Sinto um prazer aventureesco em me perder entre as estantes carregadas, confiando supersticiosamente que alguma hierarquia de letras ou números há de me conduzir, um dia, ao destino prometido. Há muito tempo os livros são instrumentos das artes divinatórias. “Uma grande biblioteca”, meditava Northrop Frye num de seus muitos cadernos, “tem o dom das línguas e enormes poderes de comunicação telepática.”²

Sob a influência dessas ilusões aprazíveis, passei meio século colecionando livros. Imensamente generosos, meus livros não me pedem nada e me oferecem todo tipo de iluminação. “Minha biblioteca não é uma coleção inculta, mesmo que pertença a um iletrado”,³ escreveu Petrarca a um amigo. Como os de Petrarca, meus livros sabem infinitamente mais do que eu, e sou grato por tolerarem minha presença. Às vezes tenho a sensação de abusar desse privilégio.

O amor às bibliotecas, como a maioria dos amores, deve ser aprendido. Ninguém que pise pela primeira vez num aposento repleto de livros saberá instintivamente como se comportar nem o que se espera, o que se promete e o que é permitido. Há quem fique tomado de horror — diante da barafunda ou da vastidão, do silêncio, do lembrete zombeteiro de tudo que não sabemos, da vigilância —, e parte dessa sensação acachapante pode se perpetuar, mesmo depois que os rituais e as convenções foram aprendidos, que o território foi mapeado e que os nativos foram julgados amistosos.

Em minha juventude estouvada, enquanto meus amigos sonhavam com feitos heroicos nos domínios da engenharia e do direito, das finanças e da política nacional, eu sonhava em me tornar bibliotecário. A indolência e o gosto incontido pelas viagens quiseram que não fosse assim. Agora, porém, tendo atingido a idade de 56 anos (que, segundo Dostoiévski, em *O idiota*, é “a idade em que se pode dizer com justiça que a verdadeira vida começa”), voltei

a meu antigo ideal e, embora não possa considerar-me um bibliotecário propriamente dito, vivo entre estantes que proliferam o tempo todo e cujos limites começam a se borrar ou a coincidir com os da própria casa. O título deste livro deveria ser *Viagem à roda de meu quarto*. Lamentavelmente, há mais de dois séculos o famigerado Xavier de Maistre tomou a dianteira.

Alberto Manguel

30 de janeiro de 2005

1. Mito

A noite, que a teologia pagã dizia ser filha do Caos, não é favorável à descrição da ordem.

Sir Thomas Browne, *The Garden of Cyrus*

A biblioteca em que finalmente reuni meus livros começou a vida em algum momento do século XV como celeiro, encarapitado sobre uma pequena colina ao sul do rio Loire. Aqui, nos últimos anos antes da era cristã, os romanos erigiram um templo a Dioniso, para louvar o deus desta região vinícola; doze séculos mais tarde, uma igreja cristã substituiu o deus do êxtase ébrio pelo deus que transformou o próprio sangue em vinho (tenho uma foto de um vitral que representa uma vinha dionisiaca crescendo de uma das chagas no flanco direito de Cristo). Mais tarde ainda, os aldeões anexaram à igreja uma casa onde alojar o padre, e por fim acrescentaram alguns pombais, um pomar e um celeiro. No outono de 2000, quando vi pela primeira vez estas edificações que hoje são meu lar, tudo o que restava do celeiro era um muro de pedra separando minha propriedade de um galinheiro e dos campos do vizinho. Diz a lenda local que antes de fazer parte do celeiro o muro fazia parte de um dos dois castelos que Tristan l’Hermite, ministro de Luís XI, célebre por sua crueldade, construiu para os filhos por volta de 1433. O primeiro desses castelos, muito modificado ao longo do século XVIII, ainda está em pé. O segundo ardeu num incêndio há três ou quatro séculos, e o único muro que resistiu, com um pombal numa das extremidades, tornou-se propriedade da igreja, limitando um dos lados do jardim paroquial. Em 1693, depois da abertura de um novo cemitério para abrigar o número crescente de mortos, os aldeões (“reunidos às portas da igreja”, diz a crônica) concederam ao padre em exercício permissão para assenhorear-se do velho cemitério e plantar árvores frutíferas por cima das tumbas vazias. Na mesma época, o muro do castelo foi

usado como parede lateral de um novo celeiro. Depois da Revolução Francesa, como resultado da guerra, das tempestades e do abandono, o celeiro desmoronou, e nem depois que o culto foi retomado na igreja, em 1837, e que um novo padre passou a viver na casa paroquial, o celeiro foi reconstruído. O velho muro continuou servindo de divisa, dando para os campos do fazendeiro, de um lado, e fazendo sombra para a magnólia e as hortênsias do padre, de outro.¹



3. A biblioteca do Colégio Nacional de Buenos Aires.



4. A biblioteca em Le Presbytère.

Assim que vi o muro e as pedras espalhadas à volta, entendi que aquele era o lugar onde iria construir o aposento que abrigaria meus livros. Tinha na cabeça uma imagem nítida de biblioteca, uma espécie de cruzamento entre o salão comprido de Sissinghurst (a casa de Vita Sackville West em Kent, que visitara pouco antes) e a biblioteca de minha antiga escola, o Colégio Nacional de Buenos Aires. Queria lambris de madeira escura, focos de luz suave e poltronas confortáveis, com um espaço adjacente, menor, onde instalar a escrivaninha e as obras de referência. Imaginava estantes que comesçassem à

altura do quadril e subissem apenas até onde chegasse a ponta dos dedos de meu braço estendido, pois sei por experiência que os livros condenados a alturas que pedem escadas ou a profundezas que obrigam o leitor a rastejar acabam por receber muito menos atenção que seus companheiros a meia altura, seja qual for seu assunto ou mérito. Mas essas disposições ideais teriam exigido uma biblioteca três ou quatro vezes maior que o celeiro desaparecido; de resto, como Stevenson definiu tão pesadamente, “nisso reside a amargura da arte: entrever um bom efeito, e continuamente ser atalhado por alguma insensatez sobre o sentido”.² A necessidade ditou que minha biblioteca tivesse estantes que começam pouco acima do piso e terminam a um *in-octavo* de distância das traves do teto.



5. O vitral de Chinon em que Cristo é figurado como vinha vivificante.

Enquanto construíam a biblioteca, os pedreiros descobriram duas janelas na antiga parede, muradas havia muito. Uma delas é um vão estreito por onde, quem sabe, arqueiros defendiam o filho de Tristan l’Hermite quando os camponeses irados se rebelavam; a outra é uma janela baixa e quadrada, protegida por barras de ferro medievais, forjadas toscamente na forma de caules com folhas pendentes. Dessas janelas, durante o dia, posso ver as galinhas do vizinho correndo pelo galpão, bicando aqui e acolá, atarantadas pela oferta exagerada, como eruditos enlouquecidos numa biblioteca; do outro lado, das janelas da parede nova, vejo a casa paroquial e as duas velhas árvores

do meu jardim. Mas à noite, quando as luzes da biblioteca são acesas, o mundo exterior desaparece e nada senão este espaço de livros continua a existir. Para quem estiver do lado de fora, no jardim, a biblioteca à noite parece uma espécie de grande nau, como aquela estranha *villa* chinesa que, em 1888, a caprichosa imperatriz Cixi mandou construir em forma de navio abandonado no lago do jardim de seu Palácio de Verão. No escuro, com as janelas iluminadas e as fileiras de livros resplandecentes, a biblioteca é um espaço fechado em si mesmo, um universo de regras próprias que pretendem substituir ou traduzir as do universo informe ao redor.



6. A biblioteca no salão comprido de Sissinghurst.

Durante o dia, a biblioteca é um reino de ordem. Movimento-me resolutamente pelas passagens sinalizadas, em busca de um nome ou de uma voz, convocando os livros à minha atenção segundo o posto que lhes cabe. A estrutura do lugar é visível: uma trama de linhas retas, destinadas a guiar e não a extraviar; um cômodo ordenado, que segue uma regra aparentemente lógica de classificação; uma geografia que obedece a um sumário prévio e a uma hierarquia memorizável de letras e números.

À noite, porém, a atmosfera é outra. Os sons se abafam, os pensamentos se fazem ouvir. “A coruja de Minerva só bate asas ao crepúsculo”, observou Walter Benjamin, citando Hegel.³ O tempo parece mais próximo daquele momento a meio caminho entre a vigília e o sono, quando o mundo pode ser confortavelmente reimaginado. Sem que eu me dê conta, meus movimentos se tornam furtivos, minha atividade secreta. Viro uma espécie de fantasma. Os livros passam a ser a presença real, e eu, o leitor, é que sou convocado e atraído para um certo volume e uma certa página por meio de rituais cabalísticos de letras entrevistas. À noite, a ordem decretada pelos catálogos é meramente

convencional; ela não mantém seu prestígio entre as sombras. Embora minha biblioteca não tenha um catálogo autoritário, mesmo ordens mais flexíveis como a organização por autor ou a divisão por língua têm seu poder diminuído. Livre das restrições cotidianas, sem ninguém que os vigie nessas altas horas, meus olhos e minhas mãos correm à solta pelas fileiras ordeiras, restaurando o caos. Um livro clama inesperadamente por outro, criando alianças entre séculos e culturas diferentes. Um verso recordado pela metade encontra eco num outro, por razões que, à luz do dia, permanecem obscuras. Se a biblioteca pela manhã sugere um eco da ordem severa e passavelmente ilusória do universo, à noite ela parece deleitar-se na alegre e essencial mixórdia do mundo.



7. O navio de mármore da imperatriz Cixi.

No século I, em seu livro sobre a guerra civil romana que transcorreria cem anos antes, Lucano descreveu Júlio César vagando pelas ruínas de Troia e observou como cada gruta e cada lenho seco recordavam a seu herói as velhas histórias homéricas. “Uma lenda prende-se a cada pedra”,⁴ explicava Lucano, descrevendo tanto a viagem literária de César como, no futuro distante, a biblioteca em que estou agora. Meus livros guardam entre suas capas todas as histórias que eu já soube e ainda recordo ou já esqueci ou algum dia lerei; eles preenchem o espaço a meu redor com vozes, velhas e novas. É claro que também durante o dia essas histórias existem nas páginas, mas, quem sabe devido à familiaridade da noite com as visões espectrais e os sonhos reveladores, elas se tornam mais vividamente presentes depois que o sol se põe. Ando pelos corredores, vejo de relance as obras de Voltaire e ouço a fábula oriental de Zadig; um pouco além, o *Vathek* de William Beckford retoma o fio da meada e o entrega aos saltimbancos de Salman Rushdie, atrás

da capa azul de *Os versos satânicos*; um outro Oriente ecoa na mágica aldeia de Zahiri, na Samarcanda do século XII, que por sua vez cede a narrativa aos pobres sobreviventes de Naguib Mahfouz, no Egito contemporâneo. O César de Lucano é instruído a caminhar com cuidado na planície troiana, a fim de não pisar em fantasmas. À noite, aqui na biblioteca, os fantasmas têm voz.

Mas a biblioteca à noite não é para todo leitor. Michel de Montaigne, por exemplo, discordava de meu pendor soturno. Sua biblioteca (ele falava sempre de sua *librairie*, não de sua *bibliothèque*, pois as acepções desses termos estavam apenas começando a mudar no vertiginoso século XVI) estava alojada no terceiro andar da torre onde ele morava, numa antiga despensa. “Passo ali quase todos os dias da vida e quase todas as horas do dia; nunca vou à noite”,⁵ confessou ele. À noite Montaigne dormia, pois achava que o corpo já sofrera o bastante durante o dia em prol da mente leitora. “Os livros têm muitas qualidades agradáveis para aqueles que sabem escolhê-los, mas não há bem que nos venha sem pena; esse prazer não é puro e simples, não mais que outros; tem seus próprios incômodos, e onerosos; a alma divaga, mas o corpo, de cujo cuidado não esqueci, permanece inativo, e se cansa e se entristece.”⁶

Não o meu. O teor cambiante das minhas leituras parece permear cada um de meus músculos, de tal modo que, quando decido enfim apagar as luzes da biblioteca, levo para meu sono as vozes e os movimentos do livro que acabo de fechar. Aprendi com a longa experiência que, se quero escrever sobre um certo assunto pela manhã, as leituras sobre o assunto na noite anterior nutrirão meus sonhos não apenas com o argumento, mas com os próprios episódios da história. Ler sobre o *boeuf en daube* do sr. Ramsay me dá fome, a ascensão de Petrarca ao monte Ventoux me deixa sem fôlego, o relato de Keats sobre seu banho me revigora, as últimas páginas de *Kim* me inspiram uma amizade carinhosa, a primeira descrição do cão dos Baskerville me faz olhar inquieto por cima do ombro. Para Coleridge, tais lembranças suscitam no leitor a sensação mais elevada que se possa imaginar, o sentimento do sublime, que, segundo ele, deriva “não da visão de um objeto externo, mas da reflexão do espectador sobre ele; não da impressão sensorial, mas do reflexo imaginativo”.⁷ Coleridge descarta a “impressão sensorial” depressa demais; para que essa imaginação noturna possa florescer, devo permitir que meus outros sentidos despertem — devo ver e tocar as páginas, ouvir o papel que se amarrota e farfalha, o temível estalo da lombada, farejar a madeira das estantes, o perfume

almiscarado das encadernações em couro, o cheiro acre de meus livros de bolso amarelecidos. Só então posso dormir.



8. *A torre de Montaigne.*

Durante o dia, escrevo, folheio, reorganizo livros, instalo as novas aquisições, transfiro seções inteiras por conta do espaço. Os recém-chegados recebem as boas-vindas depois de um estágio probatório. Se o livro é de segunda mão, deixo intactas todas as marcas, os rastros de leitores prévios, companheiros de viagem que registraram sua passagem por meio de comentários rabiscados, um nome na página de rosto, um bilhete de ônibus marcando determinada página. Velhos ou novos, o único sinal de que sempre tento livrar meus livros (em geral com pouco sucesso) é a etiqueta autocolante de preço que livreiros malévolos pregam nas contracapas. Aquelas crostas brancas e daninhas saem com dificuldade, deixando feridas leprosas e trilhas grudentas às quais aderem o pó e a lanugem do tempo, fazendo-me desejar que seu inventor seja condenado a um inferno especial, viscoso.

Durante a noite, sento-me e leio, e observo as fileiras de livros que voltam a tentar-me a estabelecer conexões entre vizinhos, a inventar histórias comuns a todos eles, a associar um fragmento rememorado a um outro. Virginia Woolf tentou certa vez distinguir o homem que ama a erudição do homem que ama a leitura, e concluiu que “não há nenhuma ligação entre os dois”. “Um homem erudito”, ela escreveu,

é um entusiasta sedentário e concentrado, que percorre os livros em busca de um certo grão de verdade, almejado de coração. Mas se a paixão pela leitura levar a melhor sobre ele, suas conquistas vacilarão e desaparecerão entre seus dedos. Um leitor, por sua vez, deve dominar o desejo de erudição

desde o começo; se algum conhecimento aderir a ele, muito bem, mas sair à procura, ler sistematicamente com o objetivo de tornar-se um especialista ou uma autoridade é coisa bem capaz de matar aquilo que preferimos considerar a paixão mais humana pela leitura pura e desinteressada.⁸

Durante o dia, sou tentado pela concentração e pelo sistema; à noite, posso ler com uma despreocupação que beira a leviandade.

Dia ou noite, porém, minha biblioteca é um reino privado, bem diferente das bibliotecas públicas, grandes ou pequenas, e diferente também da biblioteca eletrônica virtual, sobre cuja universalidade continuo sendo um cético moderado. A geografia e os costumes das três divergem de modo peculiar, por mais que todas tenham em comum o desejo de conferir harmonia a nosso conhecimento e a nossa imaginação, de coligir e distribuir informação, de reunir num só lugar nossa experiência vicária do mundo, e de excluir as experiências de muitos outros leitores por meio da parcimônia, da ignorância, da incompetência ou do medo.

Esses propósitos contraditórios de inclusão e exclusão são tão constantes e onipresentes que (pelo menos no Ocidente) eles têm seus próprios emblemas literários, dois monumentos que, de certo modo, representam tudo o que somos. O primeiro, erigido para atingir os céus inacessíveis, nasceu de nosso desejo de vencer o espaço, desejo punido com a pluralidade de línguas que, mesmo hoje, estabelece barreiras diárias a nossas tentativas de tornar-nos conhecidos uns dos outros. O segundo, construído para reunir, de todas as partes do mundo, o que cada uma dessas línguas tentara registrar, provinha de nossa esperança de vencer o tempo e terminou num incêndio lendário que consumiu até mesmo o presente. A Torre de Babel no espaço e a Biblioteca de Alexandria no tempo são os símbolos gêmeos dessas ambições. À sua sombra, minha pequena biblioteca é um memorando desses dois anseios impossíveis — o anseio de conter todas as línguas de Babel e o desejo de possuir todos os tomos de Alexandria.

A história de Babel é narrada no décimo primeiro capítulo do Gênesis. Depois do Dilúvio, os povos da Terra rumaram para o leste em busca da terra de Senaar, e ali decidiram construir uma cidade e uma torre que chegasse aos céus. “Ora, Iahweh desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Iahweh disse: ‘Eis que todos constituem um só povo e falam uma só língua. Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum desígnio será irrealizável para eles. Vinde! Desçamos! Confundamos a sua linguagem para

que não mais se entendam uns aos outros.”⁹ Deus, diz a lenda, inventou a pluralidade das línguas para impedir que trabalhássemos em concerto, de modo que não multiplicássemos nossos poderes. Segundo o Sinédrio (conselho de anciãos judeus estabelecido em Jerusalém no século I), o lugar em que a torre foi construída jamais perdeu suas qualidades peculiares e, mesmo hoje, quem passa por ali esquece tudo o que sabe.¹⁰ Anos atrás, mostraram-me um monte de entulho próximo às muralhas de Babilônia e me disseram que aquilo era o que restara da Torre de Babel.



9. A construção da Torre de Babel, em
iluminura de um manuscrito inglês do
Gênesis, c. 1390.

A Biblioteca de Alexandria foi um centro de estudos fundado pelos reis ptolemaicos no fim do século III a.C. para melhor preservar os ensinamentos de Aristóteles. Segundo o geógrafo grego Estrabão,¹¹ que escreveu no século I a.C., aquela biblioteca teria guardado os livros do próprio filósofo, legados a um de seus discípulos, Teofrasto, que por sua vez os deixou para um outro, Neleu de Scepsis, que acabou participando do estabelecimento da biblioteca. Até a fundação da Biblioteca de Alexandria, as bibliotecas do mundo antigo eram ou coleções particulares das leituras de determinado homem ou armazéns governamentais em que se preservavam documentos legais e literários para consulta oficial. O impulso de instituir essas primeiras bibliotecas nasceu menos da curiosidade que da salvaguarda, e derivou da necessidade de consultas específicas, mais que do desejo de abrangência. A Biblioteca de Alexandria revelou uma nova concepção, que superou todas as bibliotecas existentes em âmbito e ambição. Os reis atalenses de Pérgamo, no noroeste da Ásia Menor, tentaram competir com Alexandria e construíram sua própria biblioteca, porém ela jamais atingiu a magnificência da outra. Com o objetivo de impedir que os rivais produzissem manuscritos para sua biblioteca, os ptolemaicos proibiram a exportação de papiro, ao que os bibliotecários de Pérgamo responderam com a invenção de um novo material, que recebeu o nome da cidade: *pergamenon*, ou pergaminho.¹²

Um documento curioso e provavelmente apócrifo datado do século II a.C., a *Carta de Aristeas*, registra uma história sobre as origens da Biblioteca de Alexandria que é emblemática de seu sonho colossal. Diz a carta que, decidido a reunir uma biblioteca universal, o rei Ptolomeu I escreveu “a todos os soberanos e governantes da Terra” pedindo-lhes que lhe mandassem todo tipo de livro de todo tipo de autor, “poetas e prosadores, retóricos e sofistas, doutores e adivinhos, historiadores e todos os outros também”. Os sábios a serviço do rei haviam calculado que seriam necessários 500 mil rolos se quisessem reunir em Alexandria “todos os livros de todos os povos do mundo”.¹³ (O tempo exalta as ambições; em 1988, só a Biblioteca do Congresso em Washington recebia o mesmo número de itens por ano, de que conservava a modesta quantia de cerca de 400 mil.)¹⁴ Hoje, a Biblioteca de Alexandria foi reconstruída pelo governo egípcio depois de um concurso de projetos vencido pelo escritório norueguês Snøhetta. A um custo de 220 milhões de dólares, atingindo 32 metros de altura e com uma circunferência de 160 metros, com espaço suficiente nas estantes para guardar mais de 8 milhões de volumes, a nova Biblioteca de Alexandria também abrigará material audiovisual e acervos virtuais em seus amplos aposentos.¹⁵



10. A nova Biblioteca de Alexandria, cuja pedra fundamental foi assentada em 1988.

Enquanto existiu, a Torre de Babel era uma prova de nossa crença na unidade do universo. Segundo a história, a humanidade vivia à sombra crescente da torre, num mundo sem divisões linguísticas, acreditando que os céus, como a terra sólida, lhe pertenciam de direito. A Biblioteca de Alexandria (em terreno quicá mais sólido que o de Babel) foi construída para provar o

contrário: que o universo era de uma variedade estonteante, e que essa variedade possuía uma ordem secreta. A primeira refletia nossa intuição de uma divindade única, indivisa e monoglota, cujas palavras eram faladas por todos, na Terra e no céu; a segunda, a crença de que cada um dos livros feitos com essas palavras era um cosmo complexo em si mesmo, todos eles supondo, em sua singularidade, tratar do conjunto da criação. A Torre de Babel ruiu na pré-história da narrativa; a Biblioteca de Alexandria ergueu-se quando as histórias tomaram a forma de livros e esforçou-se por descobrir uma sintaxe que conferisse a cada palavra, a cada tabuleta, a cada rolo seu lugar próprio e iluminador. Indistinta, majestosa, onipresente, a arquitetura tácita dessa biblioteca continua a pairar sobre nossos sonhos de ordem universal. Jamais se atingiu algo equiparável, por mais que outras bibliotecas (inclusive a web) tenham tentado emular sua ambição assombrosa. Na história da humanidade, ela permanece inigualada: foi o único lugar que, criado para registrar todo o passado e todo o futuro, teria podido antever e preservar a crônica de sua própria destruição e ressurreição.

Dividida em áreas temáticas segundo categorias concebidas por seus bibliotecários, a Biblioteca de Alexandria tornou-se uma multidão de bibliotecas, cada qual voltada para um aspecto da variedade do mundo. Aquele, proclamavam os alexandrinos, era um lugar onde a memória era mantida viva, onde cada pensamento escrito encontrava seu nicho, onde cada leitor podia descobrir o próprio itinerário traçado, linha após linha, em livros talvez ainda por abrir, onde o próprio universo encontrava seu reflexo em palavras. Para rematar sua ambição, o rei Ptolomeu decretou, como medida suplementar, que todo livro que chegasse ao porto de Alexandria fosse apreendido e copiado, com a solene promessa de que o original seria devolvido (como outras tantas promessas de reis, essa tampouco foi sempre cumprida, e muitas vezes o exemplar devolvido era a cópia). Como resultado dessa medida despótica, os livros reunidos na Biblioteca passaram a ser conhecidos pelo nome de “a coleção dos navios”.¹⁶

A primeira referência à Biblioteca encontra-se em Herodas, poeta de Cos ou Mileto que viveu na segunda metade do século III a.C., num texto que menciona um edifício conhecido como *mouseion*, ou Casa das Musas, e que quase com certeza abrigava a famosa biblioteca. Curiosamente, num jogo vertiginoso de caixinhas chinesas, Herodas compara o reino do Egito a uma

biblioteca universal, de tal modo que o Egito inclui um museu que por sua vez inclui uma biblioteca que por sua vez inclui tudo:

*E [o Egito] assemelha-se à casa de Afrodite:
Tudo o que existe e tudo o que é possível
Encontra-se ali: dinheiro, jogos, poder, o céu azul acima,
Fama, espetáculos, filósofos, ouro, rapazes e donzelas,
O templo dos deuses gêmeos, o rei benevolente,
O Museu, vinho e tudo mais que se possa imaginar.*¹⁷

Infelizmente, apesar de referências sucintas como essa, a verdade é que não sabemos que aspecto terá tido a Biblioteca de Alexandria. Temos uma imagem da Torre de Babel, provavelmente inspirada pelo minarete em espiral da mesquita de Abu Dulaf, na Samarra do século IX, figurada em dezenas de pinturas, sobretudo de artistas holandeses do século XVI, como Brueghel: um edifício inacabado, em forma de concha de caramujo, pululando de trabalhadores industriais. Não há nenhuma imagem tradicional, mesmo fantástica, da Biblioteca de Alexandria.

Após examinar todas as fontes disponíveis, o estudioso italiano Luciano Canfora conclui que a Biblioteca em si deve ter sido um salão ou corredor do *mouseion*, muito alto e comprido. Ao longo de suas paredes havia infinitas *bibliothekai*, termo que originalmente designava não o aposento, mas as prateleiras ou nichos para os rolos. Acima das prateleiras havia uma inscrição: “Lugar de cura da alma”. Do outro lado das paredes das *bibliothekai* havia um certo número de salas, provavelmente usadas pelos estudiosos como residência ou lugar de encontro. Havia também um cômodo para as refeições em comum.

O *mouseion* ficava no distrito real, à beira-mar, e oferecia casa e comida aos estudiosos convidados à corte ptolemaica. Segundo o historiador siciliano Diodoro Sículo, que escreveu no século I a.C., Alexandria ostentava uma segunda biblioteca, a assim chamada biblioteca-filha, destinada aos estudiosos não ligados ao *mouseion*. Situava-se no distrito sudoeste de Alexandria, próximo ao templo de Serápis, e estocava duplicatas do acervo da biblioteca do *mouseion*.

É exasperante não saber como era a Biblioteca de Alexandria. Com compreensível húbri, cada um de seus cronistas (todos aqueles cujo testemunho chegou até nós) parece ter pensado que descrevê-la era coisa

superflua. Contemporâneo de Diodoro, Estrabão descreveu a cidade de Alexandria em detalhe, mas misteriosamente deixa de mencionar a Biblioteca. “O *mouseion* também pertence aos edifícios reais e compreende um *peripatos* [deambulatório], uma êxedra com assentos e uma grande construção onde ficam os aposentos em que os estudiosos do *mouseion* fazem suas refeições.”¹⁸ Mais, ele não diz. “De que serve falar a seu respeito, se ela está imperecivelmente guardada na memória de todos os homens?”, escreveu Ateneu de Naucrátis, pouco mais de um século e meio após sua destruição. A biblioteca que pretendia ser o depósito da memória do mundo não soube conservar para nós a memória de si mesma. Só o que sabemos dela, só o que resta de sua vastidão, seus mármore e seus rolos são suas muitas *raisons d’être*.

Uma razão de peso era a busca egípcia de imortalidade. Se for possível coligir e preservar uma imagem do cosmo debaixo de um único teto (como o rei Ptolomeu deve ter imaginado), então cada detalhe dessa imagem — um grão de areia, uma gota d’água, o próprio rei — terá seu lugar ali, registrado em palavras por algum poeta, narrador ou historiador. E para sempre — ou pelo menos enquanto houver leitores que algum dia possam abrir a página correspondente. Há um verso num poema, uma frase numa fábula, uma palavra num ensaio que justifica minha existência: encontre essa linha, e a imortalidade estará assegurada. Os heróis de Virgílio, de Herman Melville, de Joseph Conrad e de boa parte da literatura épica partilham dessa crença alexandrina. Para eles, o mundo (como a Biblioteca) é feito de uma miríade de histórias que, por labirintos emaranhados, conduzem a um momento de revelação destinado a eles apenas — mesmo que, no momento final, a revelação propriamente dita lhes seja negada, como percebe à beira da morte o peregrino kafkiano que, diante das Portas da Lei (tão estranhamente evocativas dos portões de uma biblioteca), descobre que “aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você”.¹⁹ Aos leitores, assim como aos heróis épicos, não se garante uma epifania.

Em nossos dias, destituídos de sonhos épicos — que substituímos por sonhos de pilhagem —, a ilusão de imortalidade é criada pela tecnologia. A web e sua promessa de voz e espaço para todos é o nosso equivalente para o *mare incognitum*, o mar desconhecido que seduzia os navegantes antigos com a tentação da descoberta. Imateriais como a água, vastas demais para a apreensão mortal, as extraordinárias qualidades da web permitem-nos

confundir o inapreensível com o eterno. Como o mar, a web é volátil: 70% de seus conteúdos duram menos de quatro meses. Sua virtude (sua virtualidade) produz um presente constante — o que para os pensadores medievais era uma das definições do inferno.²⁰ Alexandria e seus estudiosos, porém, jamais se enganaram quanto à verdadeira natureza do passado: sabiam que ele era a fonte de um presente em constante mutação, no qual novos leitores se dedicavam a velhos livros que se tornavam novos no processo de leitura. Cada leitor existe com o objetivo de assegurar uma modesta imortalidade a determinado livro. A leitura é, nesse sentido, um rito de renascimento.

Mas a Biblioteca de Alexandria foi criada para fazer outras coisas, além de imortalizar. Deveria registrar tudo o que já existira e pudesse ser registrado, e esses registros deveriam gerar novos registros, numa sequência infinita de leituras e comentários que por sua vez engendrariam novos comentários e novas leituras. Deveria ser uma oficina de leitores, e não apenas um lugar onde os livros fossem preservados infinitamente. Para assegurar que fosse usada, os ptolemaicos convidaram os estudiosos mais aclamados de muitos países — como Euclides e Arquimedes — a fixar residência em Alexandria, pagando-lhes bons honorários sem exigir nada em troca, exceto que utilizassem os tesouros da Biblioteca.²¹ Assim, cada um desses leitores especializados poderia entrar em contato com um grande número de textos. Eles leriam e resumiriam o que lessem e produziriam compêndios críticos para as gerações futuras, que por sua vez condensariam essas leituras em novos compêndios. Uma sátira do século III a.C., de Timão de Fluínte, descreve esses estudiosos como *charakitai*, “escrevinhadores”, e afirma que, “na populosa terra do Egito, muitos *charakitai* de barriga cheia garatujam papiros enquanto querelam incessantemente na gaiola das Musas”.²²

No século II a.C., como resultado dos sumários e cotejos alexandrinos, estipulou-se uma regra epistemológica rígida para a leitura, segundo a qual “o texto mais recente substitui os anteriores, uma vez que supostamente os contém”.²³ Mais próximo de nosso tempo, e seguindo a mesma regra exegética, Stéphane Mallarmé sugeriu que “o mundo existe para acabar em Livro”,²⁴ isto é, num único livro, qualquer livro, um livro que fosse a destilação ou sumário do mundo, mais abrangente que todos os outros livros. Esse método procede ora antecipando certos livros, assim como a *Odisseia* prenuncia as aventuras de Holden Caulfield e a história de Dido adianta-se à de Madame Bovary, ora

fazendo-lhes eco, como as sagas de Faulkner preservam o destino da dinastia atrida e as peregrinações de Jan Morris pagam tributo às viagens de Ibn Khaldun.

Essa intuição da natureza associativa das leituras permitiu que os bibliotecários de Alexandria estabelecessem complexas genealogias literárias e ainda que, mais tarde, os leitores reconhecessem, no relato mais trivial da vida de um herói (*Tristram Shandy* ou *As confissões de Zeno*) ou nos pesadelos mais fantásticos (de Sadegh Hedayat ou Julio Cortázar), uma descrição do vasto universo e de seus próprios triunfos e tribulações. Em qualquer das páginas de qualquer um de meus livros repousa um relato perfeito de minha experiência secreta do mundo. Como os bibliotecários de Alexandria talvez tenham descoberto, cada momento literário singular supõe todos os demais.

Mais que tudo, porém, a Biblioteca de Alexandria era um lugar de memória, de memória necessariamente imperfeita. “O que a memória tem em comum com a arte”, escreveu Joseph Brodsky em 1985,

é o talento para a seleção, o gosto pelo detalhe. Por mais que esta observação possa parecer elogiosa à arte (sobretudo à arte da prosa), acaba soando como um insulto à memória. O insulto, contudo, é merecido. A memória contém precisamente detalhes, e não o quadro completo; os pontos altos, digamos, mas não todo o espetáculo. A convicção de que estamos de certa forma recordando tudo de um modo abrangente, a mesma convicção que permite à espécie levar adiante as suas vidas, não tem fundamento. Mais do que qualquer coisa, a memória se parece com uma biblioteca em desordem alfabética, e onde não se podem encontrar as obras completas de ninguém.²⁵

Honrando o remoto propósito alexandrino, todas as bibliotecas subsequentes, por ambiciosas que fossem, reconheceram esse caráter parcial da função mnemônica. A existência de toda e qualquer biblioteca, mesmo da minha, permite aos leitores uma visão de qual é de fato seu ofício, um ofício que luta contra os rigores do tempo trazendo fragmentos do passado para o presente. As bibliotecas oferecem aos leitores uma visão de relance, mesmo que secreta ou distante, das mentes de outros seres humanos, e permite que tenham, por meio das histórias conservadas para seu escrutínio, um certo conhecimento de sua própria condição. Sobretudo, as bibliotecas dizem aos leitores que seu ofício reside no poder de recordar ativamente, ao ensejo de uma página, momentos seletos da experiência humana. Essa foi a grande prática estabelecida pela Biblioteca de Alexandria. Assim, séculos mais tarde, quando se discutiu a necessidade de um monumento que honrasse as vítimas do Holocausto na Alemanha, a proposta mais inteligente (e infelizmente não

escolhida) era a de construir uma biblioteca.²⁶

E, todavia, a Biblioteca de Alexandria era um paradoxo como lugar público: um prédio dedicado a um ofício essencialmente privado (a leitura) que agora se daria em comunidade. Sob o teto da Biblioteca, os estudiosos viviam uma ilusão comum de liberdade, convictos de que todo o reino da leitura estava à disposição. Na verdade, suas escolhas eram censuradas de diversas maneiras: pela estante (aberta ou fechada) em que se encontrava o livro, pela seção da biblioteca em que fora catalogado, pelas noções de privilégio das salas reservadas e das coleções especiais, por gerações de bibliotecários cuja ética e cujo gosto haviam dado forma ao acervo, por diretrizes oficiais baseadas no que a sociedade ptolemaica julgava “adequado” ou “valioso”, por regras burocráticas cujas justificativas perdiam-se nos calabouços do tempo, por questões de orçamento, volume e disponibilidade.

Os ptolemaicos e seus bibliotecários certamente sabiam que memória era poder. Em *Egyptiaca*, um livro de viagens semi-imaginárias, Hecateu de Abdera afirmara que a cultura grega devia sua existência ao Egito, cuja cultura era mais antiga e, em termos morais, bem superior.²⁷ Não bastava afirmar, e os bibliotecários de Alexandria puseram-se zelosamente a formar uma vasta coleção de obras gregas, decididos a confirmar o débito destas para com o saber egípcio. E não apenas obras gregas: coligindo livros de vários passados, os bibliotecários esperavam oferecer a seus leitores o conhecimento das raízes e ramos interligados da cultura humana, que pode ser definida (como Simone Weil declarou muito depois) como a “formação da atenção”.²⁸ Com esse fim, os bibliotecários treinaram-se a ficar atentos para o mundo além de suas fronteiras, recolhendo e interpretando informações, ordenando e catalogando todo tipo de livro, procurando associar textos diversos e transformar o pensamento pela associação.

Ao abrigar tantos livros quanto possível sob um único teto, os bibliotecários de Alexandria tentavam igualmente protegê-los do risco de destruição que poderiam correr se deixados em mãos tidas por menos cuidadosas (argumento adotado ainda hoje por muitas bibliotecas e museus ocidentais). Em decorrência, além de ser um emblema do poder humano de agir por meio do pensamento, a Biblioteca tornou-se um monumento incumbido de derrotar a morte, que, como dizem os poetas, põe fim à memória.

E no entanto, apesar de todo o cuidado de governantes e bibliotecários, a

Biblioteca de Alexandria desapareceu. Assim como não sabemos quase nada sobre seu formato ao ser construída, não temos nenhum conhecimento seguro sobre seu desaparecimento, súbito ou gradual. Segundo Plutarco, durante a permanência de Júlio César em Alexandria, no ano 47 a.C., um incêndio espalhou-se a partir do Arsenal e “pôs fim à grande Biblioteca”, mas seu relato é falho. Outros historiadores (Dio Cássio e Orósio, baseados em informações de Lívio e do livro *De bello alexandrino*, do próprio César) sugeriram que o incêndio de César destruiu não a Biblioteca, mas cerca de 40 mil volumes armazenados perto do Arsenal, onde provavelmente aguardavam o embarque para Roma. Quase sete séculos mais tarde, surgiu uma nova hipótese para o fim da Biblioteca. Uma crônica cristã, extraída do *Ta'rikh al-Hukuma* ou *Crônica dos Sábios* de Ibn al-Kifti e atualmente desacreditada, atribuiu a destruição ao general muçulmano Amir ibn al-As, que, ao entrar em Alexandria em 642, teria ordenado ao califa Omar I que ateasse fogo ao conteúdo da Biblioteca. Os livros, sempre segundo o cronista cristão, foram usados para alimentar as fornalhas dos banhos públicos; apenas as obras de Aristóteles foram poupadas.²⁹

Historicamente, à luz do dia, o fim da Biblioteca permanece tão nebuloso quanto sua aparência real; historicamente, a Torre, se é que alguma vez existiu, não passou de um empreendimento imobiliário ambicioso e fracassado. Como mitos, porém, na imaginação noturna, a solidez de ambas as construções é irrepreensível. Podemos admirar a torre mítica erguendo-se diante de nossos olhos para provar que vale a pena tentar o impossível, por mais devastador que seja o resultado; podemos vê-la erguendo-se laboriosamente, fruto de uma sociedade unânime, que invade tudo, como de formigas; podemos testemunhar seu fim na dispersão de seus indivíduos, cada qual isolado em seu próprio círculo linguístico. Podemos vagar pelas estantes abarrotadas da Biblioteca de Alexandria, onde toda a imaginação e todo o conhecimento estão reunidos; podemos reconhecer em sua destruição a advertência de que tudo o que juntamos há de perder-se — mas também que boa parte do que perdemos pode ser reunido novamente; podemos aprender de sua ambição esplêndida que a experiência de um homem pode, pela alquimia das palavras, tornar-se a experiência de todos, e como essa experiência, destilada mais uma vez em palavras, pode servir a cada leitor em particular para algum propósito secreto e particular.

A Biblioteca de Alexandria, implícita nas memórias dos viajantes e nas crônicas dos historiadores, reinventada em ficções e em fábulas, veio a representar o enigma da identidade humana, formulando, estante após estante, a pergunta: “Quem sou eu?”. Em *Auto de fé*, romance de Elias Canetti publicado em 1935, Peter Kien, o erudito que nas últimas páginas põe fogo em si mesmo e em seus livros quando sente que o mundo exterior tornou-se insuportavelmente intrusivo, encarna todos os herdeiros da Biblioteca, como o leitor que tem a própria identidade enredada com os livros que possui e que, como um dos antigos sábios de Alexandria, está fadado a tornar-se pó disperso na noite quando a biblioteca deixa de existir. Pó, de fato, como observou o poeta Francisco de Quevedo no começo do século XVII. E em seguida acrescentou, com a mesma fé na sobrevivência do espírito encarnada pela Biblioteca de Alexandria: “Serão pó, mas pó enamorado”.³⁰

2. Ordem

“Mas como você arruma os documentos?”

“Em escaninhos, parcialmente...”

“Escaninhos não servem, já tentei escaninhos, mas tudo se mistura nos escaninhos: nunca sei se um certo papel está no A ou no Z.”

George Eliot, *Middlemarch*

À noite, na biblioteca, observo nos círculos de luz o implacável plâncton de poeira que os livros e minha própria pele soltam hora a hora, camada após camada, num débil esforço de persistência. Gosto de imaginar que no dia seguinte à minha morte minha biblioteca e eu nos esfacelaremos juntos, de modo que mesmo quando eu deixar de existir estarei com meus livros.

A verdade é que não consigo recordar uma época em que não vivesse cercado por minha biblioteca. Aos sete ou oito anos, eu reunira em meu quarto uma Alexandria minúscula, mais ou menos cem volumes de formatos diferentes sobre todo tipo de assunto. Por amor à variedade, sempre mudava sua arrumação. Decidia, por exemplo, dispô-los por tamanho, de modo que cada prateleira guardasse apenas volumes da mesma altura. Descobri bem mais tarde que tivera um predecessor ilustre, Samuel Pepys, que no século XVII fabricara pequenos suportes para os volumes menores; assim, o topo dos livros seguia uma nítida linha horizontal.¹ Comecei pondo na prateleira mais baixa os volumes maiores, de livros ilustrados: uma edição alemã de *Die Welt, in der wir leben* [O mundo em que vivemos] com ilustrações detalhadas do mundo submarino e da vida sob as folhas mortas do outono (até hoje me lembro dos peixes iridescentes e dos insetos monstruosos), uma antologia de histórias sobre gatos (da qual ainda lembro o verso “*Cats’ names and cats’ faces/ Are often seen in public places*” [“Nomes e caras de gatos/ são vistos com frequência em lugares públicos”])), os vários livros de Constancio C. Vigil (um autor

argentino de livros infantis que também era um colecionador secreto de literatura pornográfica), um livro de fábulas e poemas de Margaret Wise Brown (que incluía a história aterrorizante do menino que era sucessivamente excluído dos reinos animal, vegetal e mineral) e uma edição antiga e adorada do *Struwwelpeter* de Heinrich Hoffmann, na qual eu cuidadosamente evitava a figura de um alfaiate que cortava os polegares de um menino com umas tesouras enormes. Em seguida vinham os livros em formatos estranhos: volumes soltos de contos folclóricos, alguns livros de dobradura sobre animais, um atlas esfarrapado que eu estudava com minúcia, tentando descobrir pessoas microscópicas nas cidadezinhas que pontilhavam os continentes. Numa prateleira à parte, agrupei o que chamava de livros de tamanho “normal”: os *Rainbow Classics* de May Lamberton Becker, as histórias de piratas de Emilio Salgari, os dois volumes da *Infância dos grandes pintores*, a saga de Bomba, de Ray Lockwood, os contos completos de Grimm e Andersen, os romances juvenis de Monteiro Lobato, o grande escritor brasileiro, o *Cuore* de Edmondo de Amicis, infamemente sentimental, repleto de crianças heroicas e sofredoras. Toda uma prateleira era dedicada aos muitos volumes encadernados em relevo vermelho e azul da enciclopédia *El tesoro de la juventud*. A série *My Golden Books*, um pouquinho menor, ficava numa prateleira mais abaixo. Beatrix Potter e uma coleção alemã de histórias das *Mil e uma noites* formavam uma última e exígua seção.



11. Um dos armários que abrigam a coleção de Pepys na Bodleian Library.

Mas de vez em quando essa ordem deixava de me satisfazer, e eu reorganizava meus livros por assunto: contos e fábulas numa prateleira, histórias de aventura em outra, livros de ciência ou de viagens na terceira, poesia na quarta, biografias na quinta. E às vezes, só para variar, agrupava meus livros por língua ou por cor ou segundo meu grau de afeição. No século I, Plínio, o Velho, descreveu as alegrias de sua propriedade rural, entre as quais o cômodo ensolarado em que “uma das paredes tem estantes à maneira de uma biblioteca a fim de guardar os livros que leio e releio”.² Cheguei a pensar,

ocasionalmente, na ideia de uma biblioteca que contivesse apenas meus livros mais manuseados.

Havia ainda seções e subseções. Como então aprendi, ainda que só conseguisse articulá-lo mais tarde, ordem gera ordem. Tão logo é criada, uma categoria sugere ou impõe outras, de tal forma que nenhum método de catalogação, em estantes ou folhas de papel, é fechado em si mesmo. Se me decido por um número de temas, cada um deles exigirá uma classificação dentro da classificação. A certa altura da ordenação, por cansaço, tédio ou frustração, perei fim à progressão geométrica. Mas a possibilidade de seguir em frente está sempre ali. Não há categorias definitivas numa biblioteca.

Uma biblioteca privada, à diferença das bibliotecas públicas, tem a vantagem de permitir classificações caprichosas e altamente pessoais. Valéry Larbaud, o escritor inválido, mandava encadernar seus livros em cores diferentes segundo a língua em que estavam escritos: os romances ingleses em azul, os espanhóis em vermelho etc. “Seu quarto de doente era um arco-íris”, disse um de seus admiradores, “que proporcionava surpresas e prazeres antecipados a seus olhos e a sua memória.”³ Numa ocasião, o romancista Georges Perec listou doze maneiras de classificar uma biblioteca pessoal, “nenhuma delas satisfatória em si mesma”.⁴ Meio a contragosto, sugeriu os seguintes critérios:

- em ordem alfabética
- por continente ou país
- por cores
- por data de aquisição
- por data de publicação
- por formato
- por gênero
- por período literário
- por idioma
- segundo a prioridade de leitura
- por encadernação
- por série

Tais classificações podem servir a um fim singular, pessoal. Uma biblioteca

pública, por sua vez, precisa seguir uma ordem cujo código possa ser entendido por todo usuário e que deve ser estabelecida antes que o acervo seja disposto nas estantes. Um código dessa natureza é de aplicação mais fácil numa biblioteca eletrônica, uma vez que o sistema de catalogação pode a um só tempo, sem necessidade de ordenação e atualização constantes, servir aos leitores e permitir que um programa classifique (e localize) títulos sem nenhuma ordem predeterminada.

Por vezes, a classificação antecede a ordenação material. Em minha biblioteca no celeiro restaurado, muito antes de se perfilarem obedientes, os livros já se agrupavam em minha mente segundo chamadas temáticas que provavelmente só faziam sentido para mim. Assim, no verão de 2003, quando comecei a arrumar minha biblioteca, achei que estava diante da fácil tarefa de levar a espaços determinados os volumes que já separara segundo um conjunto claro de categorias. Logo descobri que fora confiante demais.

Ao longo de várias semanas, abri as centenas de caixas que até então ocupavam toda a sala de estar e carreguei tudo para a biblioteca vazia, para então me desnortear diante das colunas vacilantes de livros que pareciam combinar a ambição vertical de Babel à cobiça horizontal de Alexandria. Foram quase três meses esquadrinhando as pilhas, tentando criar algum tipo de ordem, trabalhando de manhã até altas horas. As grossas paredes mantinham os espaços frescos e tranquilos, e a redescoberta de velhos amigos esquecidos fazia que eu esquecesse o tempo. De repente, levantava a vista e percebia que já era noite, que eu passara o dia inteiro preenchendo umas poucas estantes. Às vezes trabalhava noite adentro, quando imaginava para meus livros as ordens mais fantásticas, que mais tarde, à luz do dia, eu mesmo descartava como tristemente inviáveis.

Arrumar livros é uma atividade reveladora. Escrevendo em 1931, durante uma de suas muitas mudanças, Walter Benjamin descreveu a experiência de estar entre livros “ainda intocados pelo tédio morno da ordem”,⁵ à mercê de visões dos lugares e momentos em que os adquirira, dos indícios circunstanciais que tornavam os livros realmente seus. Eu também, durante aqueles meses, era tomado por visões assim: um bilhete esvoaçante, saído de um livro aberto, lembrava um trajeto de bonde em Buenos Aires (os bondes saíram de circulação no final dos anos 1960), quando li *Moira*, de Julien Green, pela primeira vez; um nome e um número de telefone anotados numa

folha de rosto traziam consigo o rosto do amigo, perdido havia muito tempo, que me dera um exemplar dos *Cantos* de Ezra Pound; um guardanapo com o emblema do Café de Flore, dobrado no interior de *Sidarta*, de Herman Hesse, atestava minha primeira viagem a Paris, em 1966; uma carta de um professor, dentro de uma antologia de poesia espanhola, me fez pensar nas aulas distantes em que ouvi falar pela primeira vez em Góngora e Vicente Gaos. “*Habent sua fata libelli*”, diz Benjamin, citando Maurus, o esquecido ensaísta medieval: “Os livros têm seu próprio destino”. Alguns dos meus esperaram meio século para chegar a este lugarejo francês a que parecem ter sido destinados.

Como já disse, eu havia previamente organizado minha biblioteca em várias seções. As principais seguiam a língua em que os livros estavam escritos. Eu formara vastas comunidades mentais de obras escritas em inglês ou espanhol, alemão ou francês, fossem de prosa ou de poesia. Excluía desses grupos linguísticos certos títulos que pertenciam a assuntos de meu interesse, como Mitologia Grega, Religiões Monoteístas, Lendas Medievais, Culturas do Renascimento, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, História do Livro... Minha seleção do que deveria alojar sob essas categorias pode parecer caprichosa a muitos leitores. Por que enfiar as obras de santo Agostinho na seção Cristianismo, e não em Literatura Latina ou Civilização Medieval? Qual o sentido de pôr a *Revolução Francesa*, de Carlyle, em Literatura Inglesa e não fazer o mesmo com *Cidadãos*, de Simon Schama? Por que manter os sete volumes das *Lendas dos judeus*, de Louis Ginzberg, em Judaísmo, ao passo que o estudo de Joseph Gaer sobre o Judeu Errante ia parar na seção Mitos? Por que a tradução de Safo por Anne Carson ficava em Carson e a das *Metamorfoses* de Arthur Golding em Ovídio? Por que manter junto a Keats os dois volumes de bolso da tradução de Homero por Chapman?

Em última análise, toda organização é arbitrária. Examinando bibliotecas de amigos ao redor do mundo, dei com classificações bizarras: o *Bateau ivre*, de Rimbaud, na rubrica Iatismo, o *Robinson Crusoe*, de Defoe, em Viagens, *Birds of America*, de Mary McCarthy, em Ornitologia, *O cru e o cozido*, de Lévi-Strauss, em Culinária. Mas as bibliotecas públicas também têm lá suas esquisitices. Um leitor, certa vez, indignou-se ao ver que na Biblioteca de Londres Stendhal figurava em B, por conta de seu sobrenome verdadeiro, Beyle, e Gérard de Nerval ficava em G. Um outro reclamou ao notar que, na

mesma biblioteca, *Women* ficava na seção de miscelânea científica, depois de *Witchcraft* [feitiçaria] e antes de *Wool* [lã] e *Wrestling* [luta-livre].⁶ Nos catálogos da Biblioteca do Congresso, os verbetes incluem categorias curiosas como:

- banana, pesquisa sobre
- bastões, amarração de
- botas e sapatos na arte
- galinhas na religião e no folclore
- esgoto: obras completas

O conteúdo dos livros parece importar aos organizadores menos do que a singularidade do assunto em que são catalogados, a tal ponto que a biblioteca se transforma numa coleção de antologias temáticas. As rubricas ou categorias que subdividem uma biblioteca certamente alteram a natureza dos livros que contém, sejam eles lidos ou não, ao mesmo tempo que são alteradas por estes. Pôr os romances de Robert Musil na seção de Literatura Austríaca circunscreve sua obra segundo uma noção nacionalista de literatura romanesca, ao mesmo tempo que ilumina obras vizinhas, de história ou sociologia, sobre o Império Austro-Húngaro, expandindo-lhes a visada acadêmica. Incluir a “Estranha confissão” de Tchekhov na seção de Romances Policiais força o leitor a seguir a trama com a devida atenção a assassinatos, pistas verdadeiras e alarmes falsos, alargando ainda o gênero detetivesco de modo a comportar um autor como Tchekhov, poucas vezes associado a Raymond Chandler e Agatha Christie. Se guardo a *Santa Evita* de Tomás Eloy Martínez em História Argentina, estarei diminuindo o valor literário do livro? Se o ponho em Ficção em Língua Espanhola, estou desdenhando sua precisão histórica?

Sir Robert Cotton, um excêntrico bibliófilo inglês do século XVII, arrumava seus livros (entre eles muitos manuscritos raros, como o único manuscrito conhecido de *Beowulf* e os Evangelhos de Lindisfarne, datados de 698) em doze armários, cada qual ornado com o busto de um dos doze primeiros Césares. Quando adquiriu parte de sua coleção, a British Library manteve o estranho sistema de catalogação de Cotton, de modo que os Evangelhos de Lindisfarne devem ser solicitados pelo tombo “Cotton MS. Nero D. IV”, pois em outros tempos era o quarto livro da quarta estante, de cima para baixo, no armário sobre o qual estava o busto de Nero.⁷

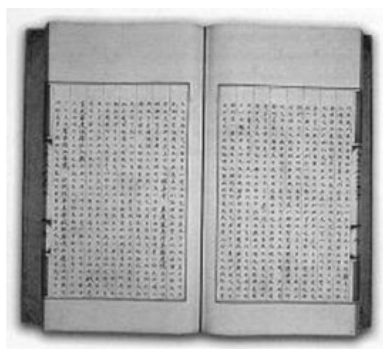
Não obstante, quase todo tipo de organização tem o mérito de abarcar o inabarcável. “Deve haver muitos velhos colecionadores”, observou G. K. Chesterton, “cujos amigos e parentes dizem ser loucos por edições Elzevir, quando na verdade são as Elzevir que os mantêm sãos de espírito. Sem elas, ficariam à deriva entre a hipocondria e o ócio que destrói o espírito; mas a regularidade monótona de suas anotações e cálculos ensina o mesmo que ensina o vaivém do martelo do ferreiro ou a faina dos cavalos do camponês — a lição do velho senso comum das coisas.”⁸ A catalogação de uma coleção de livros de suspense ou de livros impressos pelos Elzevir confere algum grau de sanidade ao comportamento maníaco do colecionador. Volta e meia tenho a sensação de que devo a sanidade mental aos refinados volumes de bolso encadernados em couro da editora Nelson, aos frágeis livretos brasileiros conhecidos como literatura de cordel (por serem vendidos por ambulantes que penduravam a mercadoria em cordões), às primeiras edições da série policial Séptimo Círculo, editada por Borges e Bioy Casares, aos pequenos volumes quadrados da edição New Temple das obras de Shakespeare, publicados pela editora Dent com xilogravuras de Eric Gill — todos esses livros que coleciono esporadicamente.



12. Alguns exemplos de literatura de cordel.

Quanto mais ampla a categoria, menos circunscrito será o livro. Na China, no começo do século III, os livros da Biblioteca Imperial eram guardados sob quatro rubricas modestas e abrangentes, fixadas por eminentes eruditos da corte — textos canônicos ou clássicos, obras históricas, obras filosóficas e vária literatura —, cada qual encadernada numa cor específica e simbólica — verde, vermelho, azul e cinza, respectivamente, numa divisão cromática que lembra os primeiros livros Penguin ou a Colección Austral em espanhol. Dentro

desses grupos, os títulos arrumavam-se nas prateleiras em ordem gráfica ou fonética. No primeiro caso, muitos milhares de caracteres eram reduzidos a uns poucos elementos básicos — o ideograma para terra ou água, por exemplo — e então dispostos numa ordem convencional, que seguia as hierarquias da cosmologia chinesa. No segundo caso, a ordem baseava-se na rima da última sílaba da última palavra do título. Equivalente ao sistema alfabético romano, cujo número de letras flutua entre 26 (em inglês) e 28 (em espanhol), o número de rimas possíveis em chinês variava entre 76 e 206. A maior enciclopédia manuscrita do mundo, o *Yongle Dadian* ou *Compêndio monumental da Era da Felicidade Eterna*, encomendado no século xv pelo imperador Chengzu, com o propósito de registrar numa única publicação toda a literatura chinesa, valia-se do método das rimas para ordenar seus milhares de verbetes. Mais de 2 mil eruditos trabalharam na empreitada ambiciosa. Apenas uma pequena parte desse catálogo monstruoso chegou até nós.⁹



13. Um dos volumes da monumental enciclopédia Yongle Dadian.

Sempre que entro numa biblioteca, o que mais me impressiona é a forma pela qual uma certa visão de mundo é imposta ao leitor por meio de sua ordem e suas categorias. É claro que algumas categorias são mais evidentes que outras, e as bibliotecas chinesas têm um longo histórico de classificação que reflete, em sua variedade, as várias modalidades da visão chinesa do universo. Os primeiros catálogos seguem a hierarquia imposta pela crença no império supremo dos deuses, sob cuja abóbada mais ampla e primordial — o reino dos corpos celestes — encontra-se a Terra subserviente. Em seguida, em ordem decrescente de importância, vêm os seres humanos, os animais, as plantas e,

por último, os minerais. Essas seis categorias governam as divisões sob as quais as obras de 596 autores, preservadas em 13 269 rolos, são classificadas num estudo bibliográfico do século I, o *Hanshu Yiwenzhi* ou *História dinástica dos Han*, catálogo compilado a partir das pesquisas de dois bibliotecários imperiais, Liu Xiang e seu filho Liu Xin, que dedicaram a vida exclusivamente a registrar o que outros haviam escrito.¹⁰ Outros catálogos chineses derivam de diferentes hierarquias. O *Cefu Yuangui* ou *Arquivo da Tartaruga Divinatória*, compilado por ordem imperial entre 1005 e 1013, não segue uma ordem cósmica, e sim burocrática, começando com o imperador e descendo pelos vários cargos e instituições do Estado até os meros súditos¹¹ (em termos ocidentais, teríamos que imaginar uma biblioteca de literatura inglesa que começasse, digamos, com as *Orações e poemas* de Elizabeth I e terminasse com as obras completas de Charles Bukowski). Essa ordem burocrática ou sociológica foi empregada na compilação da primeira enciclopédia chinesa a se dizer completa, o *Taiping Yulan* ou *Leituras imperiais da Era da Grande Paz*. Concluída em 982, explorava todos os campos de conhecimento; sua continuação, o *Vasto compêndio da Era da Grande Paz*, incluía, em suas 55 rubricas temáticas, mais de 5 mil verbetes biográficos e arrolava mais de 2 mil títulos. Song Taizong, o imperador que ordenou sua redação, teria lido três capítulos por dia, ao longo de um ano inteiro. Um sistema de organização mais complexo figura naquela que é conhecida como a maior enciclopédia jamais impressa: a *Qinding Gujin Tushu Jicheng* ou *Grande enciclopédia ilustrada imperial dos tempos passados e presentes*, de 1726, uma gigantesca biblioteca biográfica dividida em mais de 10 mil seções. Atribuía-se a obra a Jiang Tingxi, um revisor imperial que utilizava blocos de madeira com figuras entalhadas e caracteres móveis especialmente concebidos para a tarefa. Cada seção da enciclopédia cobre um determinado reino da vida humana, como Ciência ou Viagens, e divide-se em subseções com verbetes biográficos. A seção sobre Relações Humanas, por exemplo, traz a biografia de milhares de homens e mulheres segundo seu ofício ou posição social, incluindo sábios, escravos, pândegos, tiranos, médicos, calígrafos, seres sobrenaturais, beberões famosos, arqueiros notáveis e viúvas que não voltaram a se casar.¹²

Cinco séculos antes, no Iraque, o renomado juiz Ahmad ibn Muhammad ibn Khalikan compilara um “espelho do mundo” semelhante. Seus *Obituários dos homens célebres e relatos dos filhos de seu tempo* abrangiam 826 biografias de

poetas, governantes, gerais, filólogos, historiadores, prosadores, tradicionalistas, pregadores, ascetas, vizires, explicadores do Corão, filósofos, médicos, teólogos, músicos e juizes — indicando, entre outras coisas, as preferências sexuais de cada um, seus méritos profissionais, sua posição social. Uma vez que a “biblioteca biográfica” de Khalikan devia tanto “deleitar como edificar”, ele omitiu os verbetes sobre o Profeta e seus companheiros.¹³ Ao contrário das enciclopédias chinesas, o *opus* de Khalikan era organizado em ordem alfabética.

A classificação alfabética de livros foi usada pela primeira vez por Calímaco, um dos mais notáveis bibliotecários de Alexandria, poeta admirado por Propércio e Ovídio e autor de mais de oitocentos livros, entre os quais um catálogo em 120 volumes dos autores gregos mais importantes da Biblioteca.¹⁴ Por ironia, tendo em vista seu esforço laborioso de preservar as obras do passado para leitores futuros, tudo o que resta da obra do próprio Calímaco são seis hinos, 64 epigramas, um fragmento de um poema épico e, mais importante que tudo, o método que concebeu para catalogar suas volumosas leituras. Calímaco inventou um sistema para seu inventário crítico da literatura grega que dividia o material em sumários ou *pinakes*, um para cada gênero: épica, lírica, tragédia, comédia, filosofia, medicina, retórica, direito e uma miscelânea final.¹⁵ A grande contribuição de Calímaco à arte de ordenar livros, talvez inspirada em métodos usados nas bibliotecas desaparecidas da Mesopotâmia, consistia em listar os autores em ordem alfabética, com notas biobibliográficas (igualmente em ordem alfabética) anexadas a cada nome consagrado. Para mim, é comovente pensar que, se perambulasse por minha biblioteca, Calímaco saberia encontrar os dois volumes do que restou de suas obras na edição Loeb seguindo o método que ele mesmo concebeu para guardar os livros alheios.

O sistema alfabético entrou nas bibliotecas islâmicas por meio dos catálogos de Calímaco. A primeira obra do gênero a ser compilada no mundo árabe, imitando o modelo dos *pinakes*, foi o *Livro dos autores*, de Abu Tahir Tayfur, um livreiro de Badgá que faleceu em 893. Apenas o título chegou até nós, mas sabemos que os autores selecionados por Tayfur mereciam uma biografia breve e uma lista de obras importantes listadas em ordem alfabética.¹⁶ Por essa mesma época, eruditos árabes de vários centros de saber, preocupados em ordenar os diálogos de Platão de modo a facilitar o trabalho de tradução e

comentário, perceberam que o método de Calímaco, por mais que permitisse encontrar certo autor na estante designada, não conferia o mesmo rigor à disposição dos próprios textos. Consultando as várias bibliografias platônicas que os bibliotecários de Alexandria haviam compilado, descobriram atônitos que aqueles sábios da Antiguidade raramente estavam de acordo sobre o que caía em cada categoria, por mais que adotassem o sistema de Calímaco. Todos concordavam que as obras de Platão deviam ficar em P, mas em qual ordem ou em quais subgrupos? O erudito Aristófanes de Bizâncio, por exemplo, agrupara a obra platônica em tríades (excluindo vários diálogos, sem nenhum motivo evidente), ao passo que o sábio Trásilo dividira os diálogos que julgava genuínos em conjuntos de quatro, afirmando que o próprio Platão sempre “publicara seus diálogos em tetralogias”.¹⁷ Outros bibliotecários haviam arrolado as obras completas num grupo apenas, mas em sequências divergentes, algumas começando com a *Apologia*, outras com a *República*, outras mais com o *Fedro* ou o *Timeu*. Minha biblioteca sofre da mesma confusão. Uma vez que meus autores estão listados em ordem alfabética, todos os livros de Margaret Atwood encontram-se em A, na terceira estante, de cima para baixo, da seção de língua inglesa, mas não me importo muito em saber se *Life before Man* precede *Cat's Eye* (em respeito à cronologia) ou se *Morning in the Burned House* segue *Oryx and Crake* (separando a poesia da ficção).

Apesar desses problemas menores, as bibliotecas árabes que floresceram na Idade Média tardia eram catalogadas em ordem alfabética. De outro modo, teria sido impossível consultar um repertório de livros tão extenso como o do colégio Nizamiyya, em Damasco, onde, em 1267, consta que um erudito cristão pôde consultar o quinquagésimo sexto volume de um catálogo que abrangia tão somente as obras sobre assuntos variados “redigidas durante a era islâmica até o reino do califa Mustansir, em 1241”.¹⁸

Se toda biblioteca é um espelho do universo, então todo catálogo será espelho de um espelho. Na China, a ideia de arrolar todos os livros de uma biblioteca entre as capas de um único livro foi imaginada quase desde o início, ao passo que no mundo árabe ela só se tornou corrente no século xv, quando catálogos e enciclopédias muitas vezes levavam o nome de *Biblioteca*. Contudo, o maior desses catálogos anotados foi compilado em data bastante precoce. Em 987, Ibn al-Nadim (de quem pouco se sabe, exceto que provavelmente foi livreiro a serviço dos senhores abássidas de Bagdá) pôs-se a reunir

o catálogo de todos os livros de todos os povos, árabes e estrangeiros, existentes em língua árabe, bem como seus escritos sobre as várias ciências, além de um relato da vida daqueles que os compuseram e da origem desses autores com sua genealogia, sua data de nascimento, a duração de sua vida, a hora de sua morte, sua cidade de origem, suas virtudes e defeitos, do início de cada ciência até nossa época, no ano 377 da Hégira.

Al-Nadim não trabalhou apenas com bibliografias anteriores; sua intenção, como declarou no prefácio, era a de “ver por si mesmo” as obras em questão. Para tanto, visitou todas as bibliotecas de que tinha notícia, “abrindo volume após volume e lendo rolo após rolo”. De fato, essa obra onisciente, conhecida como *Fihrist*, é o melhor compêndio existente da cultura árabe medieval; ela combina “memória e inventário” num só volume e constitui “em si mesma uma biblioteca inteira”.¹⁹

A *Fihrist* é uma criação literária única. Não segue a ordem alfabética de Calímaco, nem é dividida segundo a localização dos volumes. Meticulosamente caótica e deliciosamente arbitrária, ela é o registro bibliográfico de uma biblioteca sem fronteiras, dispersa pelo mundo e visível apenas sob a forma que al-Nadim lhe conferiu. Em suas páginas, textos religiosos ombreiam com textos profanos, obras científicas baseadas em argumentos de autoridade são listadas ao lado de escritos pertencentes ao que al-Nadim chamava ciências racionais, ao passo que os estudos islâmicos reuniam-se a estudos sobre as crenças das nações estrangeiras.²⁰ Tanto a unidade como a variedade da *Fihrist* residem nos olhos e na mente de seu autor onívoro.

Mas a ambição dos leitores não conhece limites. Um século mais tarde, o vizir Abul-Qasim al-Maghribi, insatisfeito com o que lhe parecia ser uma obra incompleta, redigiu um *Complemento ao catálogo de al-Nadim*, que ampliava o repertório por si só inconcebível a proporções ainda mais espantosas. Como antes, os volumes listados nesse catálogo máximo jamais foram reunidos em um só lugar.

Em busca de modos mais práticos de encontrar o fio da meada num labirinto de livros, os bibliotecários árabes muitas vezes permitiam que temas e disciplinas levassem a melhor sobre as exigências do sistema alfabético e impusessem divisões temáticas ao próprio espaço físico. Assim era a biblioteca visitada por volta de 980 por um contemporâneo de al-Nadim, o eminente doutor Abou Ali El-Hosseini Ibn Sina, conhecido no Ocidente como Avicena. Visitando seu paciente, o sultão de Bukhara, no que hoje é o Usbequistão,

Avicena descobriu uma biblioteca confortavelmente dividida em assuntos eruditos de toda espécie. “Entrei num edifício de muitas salas”, conta ele.

Em cada sala havia baús cheios de livros, empilhados um sobre o outro. Numa das salas havia livros de poesia árabe, em outra, livros de direito, e assim por diante; cada sala era devotada a livros de uma ciência. Consultei o catálogo de obras antigas [isto é, gregas] e pedi o que queria ao bibliotecário, *guardião da memória viva dos livros*. Vi muitos livros de títulos desconhecidos, livros que jamais vira e que nunca mais vi. Li esses livros e tirei proveito deles, e pude reconhecer o lugar de cada qual dentro de sua própria categoria científica.²¹

Na Idade Média islâmica, essas divisões temáticas eram comumente usadas em associação com o sistema alfabético. As rubricas temáticas variavam, bem como o lugar em que os livros eram guardados — de estantes abertas e armários fechados a baús de madeira, como na biblioteca de Bukhara. Apenas a categoria dos textos sagrados — o Corão, numa gama de exemplares — ficava à parte, uma vez que a palavra de Deus não devia se misturar à dos homens.

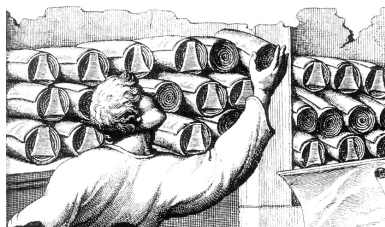
Os métodos de catalogação da Biblioteca de Alexandria, com seu espaço organizado segundo as letras do alfabeto e seus livros sujeitos a hierarquias impostas pelas bibliografias, foram muito além das fronteiras do Egito. Mesmo os governantes de Roma criaram bibliotecas à imagem de Alexandria. Júlio César, que vivera na cidade e certamente frequentara a biblioteca, quis estabelecer em Roma “a melhor biblioteca pública possível” e encarregou Marco Terêncio Varro (que escrevera um manual de bibliotecologia nada confiável, mas elogiado por Plínio) de “reunir e classificar toda espécie de livros gregos e latinos”.²² A tarefa só foi levada a cabo depois da morte de César: nos primeiros anos do reinado de Augusto, a primeira biblioteca pública de Roma foi inaugurada por Asinius Pollio, um amigo de Catulo, Horácio e Virgílio. Estava instalada no assim chamado Átrio da Liberdade (cuja localização exata ainda não foi fixada) e era ornada com retratos de autores famosos.

As bibliotecas romanas concebidas para o leitor erudito, como a de Asinius Pollio, deviam criar um efeito poderoso de contenção e ordem, a despeito de nomes como “Átrio da Liberdade”. Os restos mais antigos de uma biblioteca desse gênero foram escavados no Palatino, em Roma. Como tais acervos romanos eram bilíngues, os arquitetos tinham que projetar os edifícios em duplicata. As ruínas palatinas, por exemplo, revelam uma câmara para as

obras gregas e outras para as latinas, cada qual com lugares para estátuas e nichos para estantes de madeira (*armaria*); as paredes parecem ter sido cobertas de prateleiras e protegidas por portas. Os *armaria* eram marcados com códigos posteriormente inscritos nos catálogos ao lado dos títulos conservados em cada um. Lances de escadas permitiam que os leitores chegassem aos vários domínios temáticos; como algumas das prateleiras eram mais altas do que os braços podiam alcançar, havia escadas portáteis para quem precisasse. O leitor provavelmente pegava o rolo desejado, talvez com o auxílio de um bibliotecário, e o abria numa das mesas no centro da sala, para examiná-lo em meio ao murmúrio coletivo, naqueles dias em que a leitura silenciosa ainda não se tornara comum, ou então levava-o para fora, para lê-lo na colunata, como era comum nas bibliotecas gregas.²³

Mas tudo isso é mera hipótese. A única imagem que temos de uma biblioteca romana deriva de um desenho, feito no século XIX, de um relevo da época de Augusto encontrado em Neumangen (Alemanha) e hoje desaparecido.²⁴ A imagem mostra os rolos depositados em grupos de três em prateleiras profundas, provavelmente em ordem alfabética dentro de sua seção temática, as etiquetas de identificação triangulares bem à vista do leitor, que estende o braço direito em sua direção. Como em toda biblioteca que visito, tenho curiosidade de saber quais são esses livros, e mesmo aqui, diante da imagem de uma imagem de acervo há muito desaparecido, meus olhos perscrutam o desenho, tentando distinguir os nomes dos rolos antigos.

Bibliotecas são entidades em crescimento constante; parecem multiplicar-se por si sós, reproduzem-se por aquisição, furto, empréstimo, doação, por lacunas associativas ou pelos mais variados esforços de completude. Seja em Alexandria, Bagdá ou Roma, essa massa de palavras em expansão acaba por exigir sistemas de classificação que lhe abram espaço para crescimento, fronteiras móveis que a salvem das limitações do alfabeto ou da inutilidade sob o peso excessivo dos itens numa mesma categoria.



Talvez números pareçam mais adequados que letras ou rubricas para manter a ordem em meio a esse crescimento incontrollável. Já no século XVII, Samuel Pepys percebeu que, diante desse excesso, o universo infinito dos números seria mais eficiente que o alfabeto, de modo que numerou seus volumes para poder “encontrá-los na hora de ler”.²⁵ A classificação numérica que recordo de minhas visitas à biblioteca da escola (e a mais usada em todo o mundo) é a de Dewey, que empresta às lombadas dos livros a aparência de uma fileira de placas de automóveis estacionados.



15. Retrato de Melvil Dewey.

A história de Melvil Dewey é uma curiosa mistura de visão generosa e ideias estreitas. Em 1873, aos 22 anos, ainda aluno da Amherst College, em Massachusetts, onde logo viria a ser bibliotecário, Dewey percebeu a necessidade de um sistema de classificação que combinasse bom senso e caráter prático. Não gostava de métodos arbitrários como o da New York State Library, que frequentara, pelo qual os livros eram dispostos alfabeticamente, mas sem “nenhuma atenção aos temas”, e pôs-se então a conceber um sistema aprimorado. “Por meses a fio, sonhava noite e dia com algum sistema mais satisfatório”, relatou cinquenta anos mais tarde. “Um domingo, durante um sermão comprido [...], a solução reluziu diante dos meus olhos de tal modo que pulei do banco e quase gritei *Eureka!*. Usar decimais para uma classificação numérica de todo o conhecimento humano em forma impressa!”²⁶

Seguindo as divisões por assunto de estudiosos anteriores, Dewey ambiciosamente dividiu o vasto campo do “conhecimento humano em forma impressa” em dez grupos temáticos e atribuiu a cada grupo cem números, que por sua vez dividiam-se em mais dez, permitindo uma progressão *ad infinitum*. Religião, por exemplo, recebeu o número 200; a Igreja cristã, o número 260; o Deus cristão, o número 264.²⁷ A vantagem do que se tornou

conhecido como Sistema Dewey de Classificação Decimal consiste, em princípio, no fato de que cada divisão pode ser submetida a incontáveis divisões ulteriores. O próprio Deus pode ser subdividido em seus atributos e avatares, e cada atributo ou avatar pode sofrer outras fragmentações mais. Naquele domingo na igreja, o jovem Dewey descobriu um método de grande simplicidade e eficácia, à altura das enormes proporções de sua tarefa. “Meu coração está aberto a tudo que for decimal ou tiver a ver com bibliotecas”, ele confessou certa vez.²⁸

Muito embora o método de Dewey pudesse ser aplicado a qualquer grupo de livros, sua visão de mundo, refletida em suas divisões temáticas, era surpreendentemente estreita. Segundo um de seus biógrafos, Dewey era “adepto do ‘anglo-saxonismo’, uma doutrina norte-americana que vendia a ideia das virtudes únicas, a missão e o destino da ‘raça’ anglo-saxônica. [...] Era tão convicto da justeza do ‘anglo-saxonismo’ que a tomou por base para a definição de ‘objetividade’”.²⁹ Ao que parece, jamais lhe ocorreu que conceber um sistema universal que limitava o universo apenas ao que parecia importante aos habitantes de uma pequena ilha setentrional e seus descendentes era, no melhor dos casos, insuficiente e, no pior, contrário a seu propósito grandioso. Em *Nosso amigo comum*, de Dickens, o sr. Podsnap constrói sua noção de identidade descartando tudo aquilo que não entende ou que não lhe agrada como “não inglês!”, acreditando anular tudo o que desdenha com “um certo meneio do braço direito”.³⁰ Dewey sabia que não podia fazer o mesmo numa biblioteca, muito menos numa biblioteca ilimitada, mas concluiu que tudo o que fosse “não anglo-saxão” podia ao menos conformar-se a categorias de inspiração anglo-saxã.

Por razões práticas, entretanto, o sistema de Dewey, reflexo de sua época e de seu lugar, tornou-se muitíssimo popular, sobretudo porque era fácil memorizar um padrão que se repetia em cada novo assunto. O sistema sofreu várias revisões, simplificações e adaptações, mas, no essencial, a premissa básica de Dewey permanece intocada: qualquer coisa que se possa conceber pode também receber um número, de tal modo que o universo infinito pode ser abrangido por meio das combinações infinitas de dez dígitos.

Dewey trabalhou em seu sistema até o fim da vida. Acreditava na educação para adultos que não haviam concluído sua formação, na superioridade moral da raça anglo-saxônica, numa ortografia simplificada que livrasse os

estudantes das irregularidades da língua inglesa (pouco depois de se formar, cortou o “le” ao final de “Melville”) e “acelerasse a assimilação dos imigrantes de língua não inglesa à cultura americana dominante”. Também acreditava na importância das bibliotecas públicas, que deveriam ser instrumentos de uso simples “para qualquer espírito” que as frequente. Pensava ainda que a base da educação não consistia simplesmente na capacidade de ler, mas em “saber como extrair sentido da página impressa”.³¹ Foi para facilitar o acesso à página impressa que ele concebeu o sistema pelo qual é lembrado.

Ordenada por assunto, por importância, segundo o livro tenha sido redigido por Deus ou por uma de Suas criaturas, alfabeticamente ou numericamente ou segundo a língua em que o texto tenha sido escrito, toda biblioteca traduz o caos da descoberta e da criação num sistema estruturado de hierarquias ou numa barafunda de associações livres. Uma versão dessas classificações ecléticas rege minha própria biblioteca. Organizada em ordem alfabética, ela desdenha a congruência e casa o cômico Bulgákov ao severo Búnin (na seção de Literatura Russa), faz que o formal Boileau siga o informal Beauchemin (em Literatura em Língua Francesa), concede a Borges, como é devido, um lugar próximo a seu amigo Bioy Casares (em Literatura em Língua Espanhola), mas abre um oceano de letras entre Goethe e seu inseparável Schiller (em Literatura Alemã).

Tais métodos não são apenas arbitrários — são ainda confusos. Por que ponho García Márquez em G e García Lorca em L?³² O pseudônimo Jane Somers deveria ficar junto com seu *alter ego*, Doris Lessing? No caso de livros escritos por dois ou mais autores, deveria a hierarquia do ABC ditar a posição do livro — ou o fato de que dois autores sejam sempre mencionados numa mesma sequência (como no caso de Nordhoff e Hall) teria de levar a melhor sobre o sistema? Autores japoneses devem ser listados segundo a nomenclatura ocidental ou a oriental — Kenzaburo Oe em O ou Oe Kenzaburo em K? E o historiador Hendrik van Loon, outrora popular, deve ir para V ou L? Onde guardar o delicioso Logan Pearsal Smith, autor do meu bem-amado *All Trivia*? A ordem alfabética suscita perguntas para as quais não tenho nenhuma resposta sensata. Por que, ao menos em inglês, há mais autores cujos nomes começam com G do que com N ou H? Por que haverá mais Gibsons do que Nichols, mais Grants do que Hoggss? Por que mais Whites do que Blacks, mais

Wrights que Wongs, mais Scotts do que Frenches?

O romancista Henry Green, tentando explicar sua própria dificuldade de dar nomes aos rostos de seus personagens, dizia que:

Nomes distraem, apelidos são fáceis demais; deixar ambos de fora muitas vezes faz que o livro pareça cego, mas isso para mim não é problema. A prosa não deve ser lida em voz alta, mas à noite, em solidão e silêncio; não é veloz como a poesia, é antes uma teia crescente de insinuações que vão mais longe do que os nomes jamais chegariam. A prosa deveria ser uma longa intimidade entre estranhos, sem apelos diretos ao que ambos possam já saber. Ela deveria vagarosamente suscitar sentimentos tácitos, chegar a tirar lágrimas de pedras — e os sentimentos não devem se limitar por associações com nomes de lugares ou pessoas com os quais o leitor se vê inesperadamente familiarizado.³³

Minha biblioteca temática e alfabética me permite essa espécie de longa intimidade *apesar* dos nomes e *apesar* de fazer apelo direto a coisas que conheci, e suscita sentimentos para os quais não tenho palavras senão aquelas impressas na página e experiências de que não tenho outra memória senão da história impressa. Se quero saber se tenho um certo livro na biblioteca, posso confiar em minha memória (será que comprei esse livro, será que o emprestei, será que o devolveram?) ou num sistema de catalogação como o de Dewey (que reluto em compilar). A primeira me força a manter uma relação diária com meus livros — muitos dos quais permaneceram fechados por longos períodos, recordados apesar de não lidos — à medida que preciso repetidamente ir às prateleiras para ver o que tenho e o que não tenho. O segundo atribui a certos livros que comprei de outras bibliotecas certas notações misteriosas na lombada que os identificam como tendo pertencido no passado a um leitor fantasma e sem nome — concatenações cabalísticas de letras e números que lhes conferiam um lugar e uma categoria, outrora e muito longe daqui.

Certas noites, sonho com uma biblioteca inteiramente anônima, na qual os livros não têm título nem alardeiam seu autor, formando uma corrente contínua de narrativa em que todos os gêneros, estilos e histórias convergem, em que todos os personagens e lugares carecem de nome, uma corrente na qual posso mergulhar a qualquer altura do curso. Numa tal biblioteca, o herói de *O castelo* embarcaria no baleeiro *Pequod* em busca do Santo Graal, para desembarcar numa ilha deserta, reconstruir toda uma sociedade a partir de fragmentos encontrados ao pé de suas ruínas, falar de seu primeiro encontro com o gelo ou recordar, com minúcia torturante, a noite em que foi se deitar mais cedo. Numa tal biblioteca, haveria um único livro, dividido em alguns

milhares de volumes e, *pace* Calímaco e Dewey, não haveria catálogo.

3. Espaço

“Não tem lugar, não tem lugar!”, eles exclamaram quando viram Alice que chegava.

“Mas tem lugar de sobra!”, respondeu Alice indignada, e sentou-se numa grande poltrona num dos extremos da mesa.

Lewis Carroll, *Alice no País das Maravilhas*

O mero fato de sabermos que os livros de uma biblioteca são arrumados segundo uma regra, seja ela qual for, confere-lhes identidades prévias, mesmo antes de abrímos suas páginas. Antes que meu exemplar de *O morro dos ventos uivantes* desdobre sua história nebulosa, ele já se proclama como obra de Literatura em Língua Inglesa (a seção em que o pus), criatura da letra B, membro de uma comunidade de livros já esquecida (comprei o exemplar de segunda mão em Vancouver, onde ele recebera na folha de rosto o misterioso número 790042B, correspondente a uma classificação que desconheço). Ele também se orgulha do lugar que ocupa junto à aristocracia de livros que só tiro da estante de caso pensado, e não por acaso — uma vez que está na estante mais alta, a que só se chega com auxílio de uma escada. Por mais que os livros sejam criações caóticas, cujo sentido mais secreto está sempre além do alcance do leitor, a ordem em que os mantenho confere-lhes uma certa definição (por trivial que seja) e um certo sentido (por arbitrário que seja) — um modesto motivo para sermos otimistas.

Mas uma característica temível do mundo físico tempera todo otimismo que um leitor possa sentir diante de uma biblioteca organizada: as restrições espaciais. Até onde minha experiência vai, pouco importa o agrupamento que eu escolha para meus livros, o espaço em que pretendo alojá-los necessariamente modifica minhas escolhas e, mais que isso, acaba por se mostrar pequeno demais, forçando-me a alterar a organização. Numa biblioteca, nenhuma estante vazia fica assim por muito tempo. Como a

Natureza, as bibliotecas têm horror ao vácuo, e o problema do espaço é inerente à natureza de qualquer coleção de livros. Eis o paradoxo que toda biblioteca de interesse geral encarna: se, em maior ou menor grau, ela pretende acumular e preservar um registro do mundo tão completo quanto possível, sua tarefa é, em última instância, redundante, uma vez que só pode se cumprir quando os limites da biblioteca coincidirem com os limites do próprio mundo.

Recordo que, na adolescência, observava com uma espécie de terror fascinado como, noite após noite, as estantes na parede do meu quarto enchiam-se de livros, aparentemente por conta própria, até que não sobrasse nenhum canto promissor. Livros novos, deitados como nas primeiras bibliotecas de códices, começavam a se empilhar, um sobre o outro. Livros velhos, ocupando seu devido lugar durante o dia, duplicavam ou quadruplicavam seu volume e mantinham à distância os recém-chegados. Ao meu redor — no chão, nos cantos, embaixo da cama, na escrivaninha — , colunas de livros erguiam-se lentamente e transformavam o espaço numa floresta saprófita cujos troncos proliferantes ameaçavam me expulsar.

Mais tarde, em minha casa em Toronto, pus estantes em quase toda parte — nos quartos e na cozinha, nos corredores e no banheiro. Até mesmo a varanda coberta ganhou suas estantes, a tal ponto que meus filhos diziam precisar de uma carteira de biblioteca para entrar em casa. Mesmo assim, e apesar do lugar de honra que lhes foi garantido, meus livros jamais se davam por satisfeitos. O Romance Policial, alojado no quarto do porão, subitamente extrapolava seu espaço reservado e era transferido para cima, para um dos corredores, tirando o lugar da Literatura Francesa. A Literatura Francesa era então dividida, com muita relutância, em Literatura do Québec, Literatura da França e Literatura de Outros Países Francófonos. Era desagradável ver, por exemplo, Aimé Césaire separado de seus amigos Eluard e Breton, como era desagradável ser forçado a mandar a *Marie Chapdelaine* de Louis Hémon (a epopeia romântica nacional do Québec) para o exílio junto aos livros de Huysmans e Hugo, apenas porque Hémon nasceu na Bretanha — e porque não havia lugar sobrando na seção *Québécoise*.

Livros velhos, que conhecemos mas não possuímos, cruzam nosso caminho e se convidam para a biblioteca. Livros novos tentam nos seduzir diariamente com títulos tentadores e capas irresistíveis. Famílias clamam por ser reunidas:

o volume XVIII das *Obras completas* de Lope de Vega é anunciado num catálogo, chamando pelos outros dezessete que, mal e mal folheados, aguardam na prateleira. Como era feliz o capitão Nemo, que podia dizer, ao longo de sua viagem de 20 mil léguas submarinas, que “o mundo acabou para mim no dia em que o *Nautilus* submergiu pela primeira vez; é como se, desde então, a humanidade não tivesse pensado nem escrito uma única palavra”.¹ Mas para leitores como eu não há uma “derradeira” aquisição — não deste lado do túmulo.

O poeta inglês Lionel Johnson tinha tanta premência de espaço que inventou estantes suspensas do teto, como candelabros.² Um amigo de Buenos Aires construiu colunas de prateleiras de quatro faces que giravam em torno de um eixo, quadruplicando o espaço para os livros; chamava-as estantes-dervixes. Na biblioteca de Althorp, a propriedade do conde Spencer em Northampton (que compreendia 40 mil volumes quando de sua venda em 1892, incluindo 58 títulos do primeiro impressor inglês, William Caxton), as prateleiras chegavam a alturas tão vertiginosas que para consultar as últimas era preciso uma gigantesca escada, “um par robusto de degraus sobre rodas, encimados por um cesto de gávea que continha um assento e um pequeno atril e cujo aspecto geral fazia pensar numa máquina de guerra medieval”.³ Infelizmente, esses inventores de mobília sonhadora acabam por ser derrotados, como aqueles geógrafos que lutam por fazer a geografia dar conta de mapas sempre em expansão. Ao fim e ao cabo, a quantidade de livros sempre excede o espaço que lhes foi dado.

No segundo capítulo de *Sylvie and Bruno*, Lewis Carroll imaginou a seguinte solução: “Se ao menos pudéssemos *aplicar* aquela regra aos livros! Você sabe, para encontrar o mínimo múltiplo comum, nós riscamos um certo número, onde quer que apareça, menos no termo em que ele é elevado à maior potência. Da mesma forma, precisaríamos riscar todo pensamento já registrado, exceto na frase em que é expresso com intensidade máxima”. Seu companheiro objeta: “Só temo que *alguns* livros se reduzissem a papel em branco!”. “De fato”, admite o narrador. “A maior parte das bibliotecas encolheria terrivelmente em *tamanho*. Mas pense no que ganhariam em *qualidade*!”⁴ Num veio semelhante, em Lyon, no final do século I, uma lei severa exigia que, ao fim de cada competição literária, os perdedores fossem obrigados a apagar seus esforços poéticos com a própria língua, de modo que

não sobrevivesse nenhuma literatura de segunda classe.⁵

Num manuscrito conservado na Biblioteca Vaticana (e ainda não publicado), o humanista milanês Angelo Decembrio descreve o drástico sistema de triagem pelo qual, no século xv, o jovem príncipe Leonello d'Este formou sua biblioteca em Ferrara, sob a supervisão de seu mestre Guarino da Verona.⁶ O sistema de Leonello funcionava à força de exclusão, rejeitando tudo que não fossem os exemplares mais preciosos do universo literário. Entre os banidos das estantes principescas encontravam-se obras monásticas de caráter enciclopédico (“oceanos de histórias, ao que dizem, e carga árdua para os burricos”),⁷ traduções italianas e francesas de textos clássicos (mas não os originais) e até mesmo a *Comédia* de Dante, “que pode ser lida em noites de inverno, junto ao fogo, com a esposa e os filhos, mas que não merece lugar numa biblioteca erudita”.⁸ Apenas quatro autores clássicos eram admitidos: Lívio, Virgílio, Salústio e Cícero. Os demais eram considerados menores, cujas obras podiam ser compradas de qualquer livreiro ambulante ou emprestadas aos amigos, sem medo de se perder alguma coisa de grande valor.

Para enfrentar o volume crescente de livros (e nem sempre pensando em sua qualidade), os leitores recorreram a todo tipo de expedientes dolorosos: amputar seus tesouros, formar fileiras duplas, excluir assuntos inteiros, presentear as brochuras, mudar de endereço e deixar a casa para os livros. Às vezes, nenhuma dessas opções parece suportável. Pouco após o Natal de 2003, um nova-iorquino de 43 anos, Patrice Moore, teve que ser resgatado de seu apartamento pelos bombeiros, depois de passar dois dias preso sob uma avalanche de jornais, revistas e livros que obstinadamente acumulara por mais de uma década. Os vizinhos ouviram-no gemendo e murmurando atrás da porta, bloqueada pelo papel. A equipe de resgate precisou quebrar a fechadura com um pé de cabra e escavar as pilhas mortíferas de publicações até encontrar Moore, literalmente soterrado pelos livros num canto do apartamento. Foi necessário mais de uma hora para libertá-lo; cinquenta sacos de material impresso foram retirados antes que se chegasse a esse leitor fiel.⁹

Na década de 1990, cientes de que seus edifícios antigos e majestosos já não eram capazes de conter o fluxo de material impresso, os diretores de várias grandes bibliotecas decidiram erigir novas sedes para abrigar seus acervos. Em Paris e Londres, Buenos Aires e San Francisco, entre outros lugares, traçaram-

se planos e deu-se início à construção. Infelizmente, em vários casos a concepção arquitetônica das novas bibliotecas mostrou-se inadequada à missão de guardar livros. Para compensar o planejamento deficiente da nova biblioteca de San Francisco, para a qual o arquiteto não previra prateleiras em quantidade suficiente, os administradores retiraram centenas de milhares de livros do acervo da biblioteca e os mandaram para um depósito de lixo. Uma vez que os livros eram selecionados para destruição segundo o critério do tempo decorrido sem que fossem requisitados, bibliotecários heroicos introduziam-se à noite no acervo para salvar o maior número possível de livros, carimbando os volumes ameaçados com datas de empréstimo falsificadas.¹⁰



16. O apartamento de Patrice Moore
em Nova York, atulhado de livros.

Sacrificar o conteúdo para poupar o recipiente — a biblioteca de San Francisco não foi a única a sofrer com tais medidas vazias. Até mesmo a Biblioteca do Congresso, em Washington, “a biblioteca das causas perdidas”, foi vítima desse tipo de comportamento irresponsável. Em 1814, durante as negociações de aquisição, para o Congresso norte-americano, da biblioteca pessoal do ex-presidente Thomas Jefferson — que deveria substituir os livros queimados pelas tropas britânicas que, no começo daquele ano, haviam ocupado o Capitólio —, o deputado Cyril King, do Partido Federalista, objetou: “a moção poria 23 900 dólares no bolso do sr. Jefferson por cerca de 6 mil livros — bons, ruins e indiferentes; velhos, novos e imprestáveis, em línguas que muitos não sabem ler e que a maioria nem deveria saber”. Jefferson replicou: “Até onde sei, minha biblioteca não contém nenhum ramo do saber que o Congresso tenha razão de excluir de seu acervo: na verdade, não há assunto que um membro do Congresso não possa vir a ter de conhecer”.¹¹



17. A Biblioteca do Congresso em Washington, D. C.

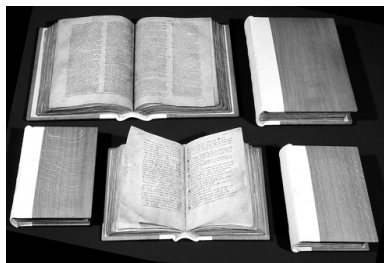
Mais de um século e meio depois, a observação de Jefferson foi esquecida. Em 1996, Nicholson Baker, repórter da revista *New Yorker* (e romancista best-seller), ouviu dizer que a Biblioteca do Congresso estava substituindo sua enorme coleção de jornais do fim do século XIX e do início do XX por microfilmes e destruindo os originais. A justificativa para esse ato de vandalismo oficial tinha por base estudos científicos “fraudulentos” sobre a acidez e a decomposição do papel — algo assim como defender um assassinato chamando-o de suicídio assistido. Após anos de pesquisa, Baker chegou à conclusão de que a situação era ainda pior do que temera a princípio. Quase todas as bibliotecas universitárias norte-americanas, bem como a maioria das públicas, haviam seguido o exemplo da Biblioteca do Congresso, de modo que alguns dos periódicos mais raros não existiam mais, exceto em versões microfilmadas.¹² E essas versões são imperfeitas sob vários aspectos. Microfilmes sofrem de nódoas, manchas e arranhões, cortam o texto nas margens e muitas vezes omitem seções inteiras.

Os americanos não eram os únicos facínoras do microfilme. Em 1996, a British Library, cuja coleção de jornais escapara em ampla medida dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial, livrou-se de mais de 60 mil volumes de jornais, em sua maioria de fora da Comunidade Britânica, impressos depois de 1850. Um ano depois, decidiu descartar 75 séries de jornais da Europa Ocidental; logo em seguida, abdicou de suas coleções de periódicos da Europa Oriental, da América do Sul e dos Estados Unidos. Em todos os casos, os jornais haviam sido previamente microfilmados; em todos os casos, a justificativa para o descarte tinha a ver com espaço. Mas, como escreve Baker, microfilmes são difíceis de ler e a qualidade da reprodução é muito baixa. Tampouco as tecnologias eletrônicas mais recentes conseguem

chegar perto da experiência de manusear uma publicação original. Como todo leitor sabe, uma página impressa cria seu próprio espaço de leitura, sua própria paisagem física, na qual a textura do papel, a cor da tinta, a visão do conjunto adquirem, às mãos do leitor, sentidos específicos que dão tom e contexto às palavras. (Patricia Battin, bibliotecária da Universidade Columbia e partidária convicta do microfilme, discorda: “O valor, em termos intelectuais, da proximidade entre o livro e o leitor jamais foi comprovado satisfatoriamente”.¹³ Só um tolo, perfeitamente insensível em quaisquer termos à experiência da leitura, falaria assim.)

Mas, mais que tudo, o argumento em favor da reprodução eletrônica baseado na premissa da vida útil do papel é falso. Quem quer que já tenha usado um computador sabe como é fácil perder um texto digitado na tela, encontrar um disquete ou CD com defeito ou ver o disco rígido entrar num colapso sem volta. Os instrumentos da mídia eletrônica não são imortais. A vida de um disquete chega a cerca de sete anos; um CD-ROM dura mais ou menos dez. Em 1986, a BBC gastou dois milhões e meio de libras para criar uma versão computadorizada e multimídia do *Domesday Book*, um censo da Inglaterra compilado no século XI por monges normandos. Mais ambicioso que o predecessor, o *Domesday Book* eletrônico incluía 250 mil nomes de lugar, 25 mil mapas, 50 mil imagens, 3 mil séries de dados e uma hora de imagens cinematográficas, além de incontáveis tabelas que registravam “a vida na Grã-Bretanha” naquele ano. Mais de 1 milhão de pessoas contribuíram para o projeto, que foi gravado em discos laser de doze polegadas, decifráveis apenas por um computador especial da BBC. Dezesesseis anos mais tarde, em março de 2002, fez-se uma tentativa de ler a informação num dos poucos computadores dessa espécie que restaram. A tentativa fracassou. Testaram-se outros modos de recuperar os dados, mas nenhum foi inteiramente bem-sucedido. “Por ora, não há nenhuma solução tecnicamente viável para resolver o problema”, afirmou Jeff Rothenberg, da Rand Corporation, empresa internacional especializada em preservação de dados, chamada a colaborar. “Entretanto, se o problema não for resolvido, nosso patrimônio digital em expansão corre grave risco de se perder.”¹⁴ Em contraste, o *Domesday Book* original, com quase mil anos de idade, escrito com tinta e papel e conservado no Public Record Office em Kew, está em boas condições e ainda é perfeitamente legível.

Em novembro de 2004, o diretor de programa de arquivos eletrônicos da National Archives and Records Administration dos Estados Unidos confessou que a preservação do material eletrônico, mesmo durante a próxima década — que dirá para a eternidade —, “é um problema global que começa nos governos e empresas mais poderosas e chega a cada indivíduo”.¹⁵ Como não há nenhuma solução claramente à vista, os especialistas em eletrônica recomendam que os usuários copiem seus materiais para CDs, mas mesmo estes são de curta duração. A vida dos dados copiados num CD com um gravador de CD pode ser de apenas cinco anos. Na verdade, não sabemos por quanto tempo poderemos ler um texto inscrito num CD de 2004. E se é bem verdade que a acidez, a fragilidade, o fogo e as legendárias traças ameaçam os velhos códices e rolos, nem tudo o que está escrito ou impresso em pergaminho ou papel está condenado a um túmulo precoce. Alguns anos atrás, no Museu Arqueológico de Nápoles, pude ver, presas entre duas placas de vidro, as cinzas de um papiro resgatado das ruínas de Pompeia. Tinha 2 mil anos de idade, fora incinerado pela erupção do Vesúvio, fora soterrado pela corrente de lava — e ainda assim eu conseguia ler as letras escritas sobre ele, com espantosa clareza.



18. *Estado atual do Domesday Book, dividido em seções.*

E, todavia, as duas bibliotecas — a de papel e a eletrônica — podem e devem coexistir. Infelizmente, na maior parte dos casos, costuma-se favorecer uma em detrimento da outra. A nova Biblioteca de Alexandria, inaugurada em novembro de 2003, propôs, entre seus principais projetos, a criação de uma biblioteca virtual paralela, o Alexandria Library Scholars Collective. Essa biblioteca eletrônica foi lançada pela artista norte-americana Rhonda Roland Shearer e exige um orçamento anual de meio milhão de dólares, valor que

deve aumentar consideravelmente no futuro. As duas instituições, tentativas de reencarnar a antiga biblioteca dos tempos de Calímaco, criam um paradoxo. Enquanto as estantes da nova biblioteca de pedra e vidro continuam quase vazias por falta de recursos financeiros, exibindo uma magra coleção de brochuras, livros descartados e doações de editoras internacionais, a biblioteca virtual vai se preenchendo com livros de todo o mundo, digitalizados em sua maioria por uma equipe de técnicos da Universidade Carnegie-Melon por meio de um programa chamado CyberBook Plus, desenvolvido pela própria Shearer e concebido de modo a exibir diversos formatos e línguas, “com grande ênfase em textos visuais, em detrimento dos textos recebidos pelo correio”.¹⁶

O Alexandria Library Scholars Collective não está sozinho em sua ambição de competir com as bibliotecas de papel. Em 2004, a Google, ferramenta de busca mais popular da internet, anunciou que fechara acordos com várias das grandes bibliotecas de pesquisa do mundo — Harvard, Bodleian (Oxford), Stanford, a Biblioteca Pública de Nova York — para digitalizar parte de seus acervos e tornar os livros acessíveis on-line para os pesquisadores, que não teriam mais que viajar às próprias bibliotecas ou engolir poeira sob pilhas infundáveis de papel e tinta.¹⁷ Por razões administrativas e financeiras, a Google cancelou o projeto em julho de 2005, mas não há dúvida de que será ressuscitado no futuro, uma vez que se moldava tão bem às virtualidades da web. Em poucos anos, com toda probabilidade, milhões de páginas estarão à espera de seus leitores on-line. Como na fábula admonitória de Babel, “agora nenhum desígnio será irrealizável para eles”,¹⁸ e logo poderemos invocar todo o acervo espectral das Alexandrias passadas e futuras ao mero toque de um dedo.

Os argumentos práticos para esse passo são irrefutáveis. Quantidade, rapidez, precisão, disponibilidade imediata são coisas obviamente importantes para o pesquisador. E o nascimento de uma nova tecnologia não precisa significar a morte da anterior: a invenção da fotografia não eliminou a pintura, mas renovou-a; o monitor e o códice podem se alimentar mutuamente e coexistir em bons termos na mesma escrivaninha. Ao comparar a biblioteca virtual à biblioteca tradicional, de papel e tinta, devemos levar em conta vários fatores: que a leitura muitas vezes exige lentidão, profundidade e contexto; que nossa tecnologia eletrônica ainda é frágil e, por seu ritmo de mudança, muitas

vezes não nos permite recuperar o que foi registrado em formatos obsoletos; que folhear um livro ou vagar entre estantes é parte essencial do ofício da leitura e não pode ser inteiramente substituído pela rolagem de uma tela, assim como a viagem real não se deixa substituir por livros de viagens ou engenhocas com recursos tridimensionais.

Talvez seja esse o ponto crucial. Ler um livro não equivale perfeitamente a ler uma tela, não importa qual seja o texto. Assistir a uma peça de teatro não equivale a ver um filme, ver um filme não é o mesmo que assistir a um DVD ou vídeo, contemplar uma pintura não é o mesmo que examinar uma fotografia. Toda tecnologia cria um meio (o ditame foi pronunciado em 1964 por Marshall McLuhan)¹⁹ que caracteriza a obra que se corporifica nele e ainda define seu melhor modo de acesso e conservação. Peças podem ser levadas em espaços circulares que se adaptam mal à projeção de filmes; um DVD visto numa sala íntima é diferente do mesmo filme visto numa tela maior; fotos bem reproduzidas num livro podem ser perfeitamente apreciadas pelo leitor, ao passo que nenhuma reprodução permite a experiência integral de ver uma pintura original.

Baker conclui seu livro com quatro recomendações úteis: que as bibliotecas sejam obrigadas a publicar as listas de publicações que pretendem descartar; que todas as publicações enviadas à Biblioteca do Congresso e por ela rejeitadas sejam indexadas e conservadas em prédios secundários fornecidos pelo Estado; que os jornais sejam regularmente encadernados e conservados; que se ponha fim ao programa de microfilmagem e digitalização ou que se torne obrigatório preservar os originais após o processamento eletrônico. Juntos, o armazenamento eletrônico e a conservação física do material impresso permitirão que uma biblioteca cumpra ao menos uma de suas ambições: a de completude.

Ou, pelo menos, um certo grau de completude. No século XIX, o estudioso norte-americano Oliver Wendell Holmes advertiu: “Toda biblioteca deve tentar ser completa em algum domínio, mesmo que seja a história das cabeças de alfinete”,²⁰ fazendo eco às opiniões do erudito francês Gabriel Naudé, que em 1627 publicou um modesto *Conselho para se formar uma biblioteca* (revisto e ampliado anos mais tarde) no qual levava mais longe as prerrogativas do leitor. “Não há nada”, escrevia Naudé, “que torne uma biblioteca mais louvável do que encontrar nela o que se estava procurando e não se podia encontrar em

nenhum outro lugar; assim, o mote perfeito dirá que não há livro, por ruim ou malvisto que seja, que não possa vir a ser procurado no futuro por algum leitor.”²¹ O que nos deixa com uma impossibilidade em mãos, visto que toda biblioteca é, necessariamente, uma criação incompleta, uma obra em curso — toda estante vazia é um anúncio de livros por vir.



19. À ESQUERDA: Folha de rosto da primeira edição do livro de Naudé sobre a formação de bibliotecas. À DIREITA: Uma stupa com seu texto budista impresso.

E, todavia, é para esses espaços em branco que acumulamos conhecimento. No ano de 764, após a repressão à revolta Emi, a imperatriz japonesa Shotoku, certa de que o fim do mundo estava próximo, decidiu deixar um registro de sua época para alguma geração vindoura que pudesse nascer das cinzas. Seguindo suas ordens, quatro *dharani-sutra* (as palavras essenciais da sabedoria, traduzidas do sânscrito para o chinês) foram impressas com blocos de madeira sobre faixas de papel e depois inseridas em pequenas *stupas* de madeira — representações do universo que figuram a base quadrada da Terra e os círculos celestiais ascendentes em torno do cajado de Buda. Essas *stupas* foram então distribuídas pelos dez principais templos budistas do Império.²²

A imperatriz imaginava preservar assim uma suma do conhecimento acumulado até sua época. Dez séculos mais tarde, em 1751, seu projeto foi renovado por Denis Diderot, o coeditor (ao lado de Jean le Rond d'Alembert) do maior projeto editorial do Iluminismo francês, a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*.

É curioso que o homem que mais tarde seria acusado de ser um dos inimigos mais empedernidos da Igreja católica (a *Encyclopédie* foi incluída no *Index de livros proibidos* e Diderot foi ameaçado de excomunhão) tenha

começado a carreira de erudito como devoto aluno dos jesuítas. Diderot nasceu em 1713, 76 anos antes do início da Revolução Francesa. Tendo cursado na infância o colégio jesuíta de Langres, tornou-se, aos vinte e poucos anos, um cristão ardente e piedoso. Recusou os confortos do lar (o pai era um cuteleiro rico, de fama internacional), começou a usar uma camisa de cilício e a dormir numa cama de palha, até que, estimulado por seus mentores religiosos, decidiu fugir e tomar a batina. Avisado do plano, o pai fechou a porta e exigiu saber aonde o filho ia no meio da noite. “Para Paris, entrar para os jesuítas”, disse Diderot. “Sua vontade será atendida”, o pai respondeu, “mas não agora à noite.”²³

Diderot Pai cumpriu a promessa, mas apenas parcialmente. Mandou o filho completar os estudos em Paris, onde frequentou não o Collège Louis-le-Grand, dos jesuítas, mas o Collège d’Harcourt, fundado pelos jansenistas (seguidores de uma escola austera de pensamento religioso cujos artigos de fé eram semelhantes, sob vários aspectos, aos do calvinismo), e mais tarde a Universidade de Paris. Diderot jamais levou a cabo a intenção de conseguir um doutorado em teologia. Em vez disso, estudou matemática, literatura clássica e línguas estrangeiras, sem objetivo definido em mente, até que o pai, assustado com a perspectiva de ter de sustentar um eterno estudante, cortou toda ajuda financeira e ordenou que o rapaz voltasse para casa. Diderot desobedeceu e, por vários anos, ganhou a vida em Paris como jornalista e preceptor.

Diderot e d’Alembert se conheceram quando o primeiro acabara de completar trinta anos. D’Alembert era quatro anos mais jovem, mas já se destacava no campo da matemática. Segundo um testemunho contemporâneo, era senhor de “uma mente luminosa, profunda e sólida”,²⁴ que logo atraiu Diderot. Filho enjeitado, abandonado quando bebê nos degraus de uma igreja parisiense, d’Alembert não era homem de se preocupar com prestígio social; afirmava que o mote de todo letrado devia ser “Liberdade, Verdade e Pobreza” — esta última, em seu caso, alcançada sem grandes esforços.

Mais ou menos quinze anos antes desse encontro, em 1728, o erudito escocês Ephraim Chambers publicara uma abrangente *Cyclopedia* (a primeira em língua inglesa, sem nenhuma relação com o dicionário Chambers dos dias de hoje), que inspirou várias outras obras do gênero, entre as quais o *Dicionário* de Samuel Johnson. No começo de 1745, o livreiro parisiense André-François Le Breton, que não conseguira obter os direitos de tradução

da *Cyclopedia* para o francês, contratou os serviços de d'Alembert, e depois de Diderot, pensando editar uma obra semelhante, mas em escala bem mais vasta. Argumentando que a *Cyclopedia* era, em grande medida, um contrabando de bom número de textos originalmente em francês, Diderot mostrou que traduzir a obra de Chambers para a língua original seria um exercício absurdo; mais valia coligir materiais novos e oferecer aos leitores um panorama abrangente e atualizado das artes e ciências de tempos recentes.

Num jogo de espelhos diante de espelhos, Diderot definiu sua grandiosa obra em 28 volumes (dezessete de texto e onze de ilustrações) no verbete “*Encyclopédie*” da própria *Encyclopédie*: “O fim da *Encyclopédie*”, escreveu ele, “consiste em reunir o conhecimento disperso pela superfície do globo e expor seu sistema geral aos homens que virão depois de nós, de modo que os trabalhos dos séculos passados não tenham sido em vão. [...] Que a *Encyclopédie* venha a ser um santuário em que os conhecimentos humanos fiquem ao abrigo dos tempos e das revoluções.”²⁵ A ideia de uma enciclopédia como santuário tem seu apelo. Em 1783, onze anos após a conclusão do projeto monumental de Diderot, o escritor Guillaume Grivel imaginou esse santuário como pedra basilar de uma sociedade futura que, à maneira daquela imaginada pela imperatriz japonesa, tivesse que se reconstruir de suas próprias ruínas. No primeiro volume de um romance que narrava as aventuras de um grupo de naufragos, vivendo à Robinson Crusoe numa ilha desconhecida, Grivel conta como os novos colonos resgatam dos restos do navio vários volumes da *Encyclopédie* de Diderot e, com base em seus verbetes eruditos, tentam reconstruir a sociedade que foram obrigados a deixar para trás.²⁶

A *Encyclopédie* foi igualmente concebida como biblioteca interativa. No prospecto que anunciava o vasto projeto, Diderot declarou que ela “serviria como uma biblioteca para o homem profissional em todo assunto que não seja o seu próprio”. Defendendo a decisão de organizar essa “biblioteca” abrangente em ordem alfabética, Diderot explicava que essa ordem não destruía a ligação entre os temas nem violava “a árvore do conhecimento”; ao contrário, o sistema se tornaria visível “na disposição dos materiais dentro de cada verbete, bem como pela exatidão e frequência das remissões”.²⁷ O que ele tinha em mente com as remissões era um modo de apresentar os verbetes não como textos independentes, cada qual ocupando sozinho o campo de um dado assunto, mas como uma trama de assuntos que muitas vezes “ocupariam

a mesma estante”. Diderot imaginou sua “biblioteca” como um aposento em que diversos “livros” estavam reunidos num mesmo espaço. Uma apresentação do CALVINISMO, que, isolada, logo atrairia a atenção da censura eclesiástica, consta do verbete GENEBRA; há uma crítica tácita dos sacramentos da Igreja numa remissão como “ANTROPOFAGIA: ver EUCARISTIA, COMUNHÃO, ALTAR etc.”. Por vezes, Diderot citava um personagem estrangeiro (um sábio chinês, um turco) para fazer a crítica de um dogma religioso, incluindo, do mesmo golpe, uma descrição de outras culturas ou filosofias; outras vezes, tomava um termo em sua acepção mais geral, de tal modo que, no verbete ADORAÇÃO, comentava a um só tempo o culto a Deus e a uma bela mulher, associando-os com ousadia.

O primeiro volume da *Encyclopédie* esgotou-se rapidamente, apesar do preço alto. Quando o segundo volume foi publicado, em 1752, os jesuítas estavam tão enfurecidos diante do que lhes parecia uma blasfêmia gritante que instaram Luís XV a decretar sua proibição. Uma vez que uma das filhas de Luís XV caíra doente, o confessor do rei convenceu-o de que “Deus talvez a salvasse se o rei, como prova de piedade, suprimisse a *Encyclopédie*”.²⁸ Luís obedeceu, mas a *Encyclopédie* reiniciou seus trabalhos no ano seguinte, graças aos esforços do Diretor Real de Publicações (uma espécie de Ministro das Comunicações), o esclarecido Lamoignon de Malesherbes, que chegara a sugerir a Diderot que escondesse os manuscritos dos volumes futuros na casa do próprio Malesherbes até que a tempestade amainasse.

No prospecto, Diderot não menciona explicitamente a questão do espaço, mas suas palavras fazem supor a noção de que o conhecimento ocupa espaço físico. Para Diderot, reunir conhecimento disperso significa assentá-lo numa página, e esta entre as capas de um livro, e este nas estantes de uma biblioteca. Uma enciclopédia pode ser, entre muitas outras coisas, um dispositivo de economia de espaço, de vez que uma biblioteca infinitamente dividida em livros exige uma sede em expansão contínua, capaz de assumir proporções de pesadelo. Diz a lenda que Sarah Winchester, viúva do famoso armeiro cujo rifle “conquistou o oeste”, ouviu de um médium que, enquanto continuassem os trabalhos em sua casa na Califórnia, os fantasmas dos índios mortos pelo rifle de seu marido ficariam à distância. A casa cresceu e cresceu, como num sonho, até que seus 160 cômodos ocupassem seis acres de terreno; ainda se pode ver o monstro, no coração do Vale do Silício.²⁹ Toda biblioteca sofre desse

impulso de crescer para pacificar nossos fantasmas literários, “os velhos mortos que se erguem dos livros para falar conosco” (como Sêneca os descreveu no século I),³⁰ de se ramificar e se inchar, até conseguir, num dia derradeiro e inconcebível, incluir todo volume jamais escrito sobre todo assunto imaginável.

Certa tarde de calor, no fim do século XIX, dois funcionários de meia-idade conheceram-se num banco do bulevar Bourdon, em Paris, e tornaram-se imediatamente amigos inseparáveis. Travada a amizade, Bouvard e Pécuchet (os nomes que Gustave Flaubert deu a seus dois heróis cômicos) descobriram que nutriam um propósito comum: a busca do conhecimento universal. Para alcançar essa meta ambiciosa, comparada à qual a façanha de Diderot parece deliciosamente modesta, os dois tentaram ler tudo que pudessem encontrar sobre cada ramo dos trabalhos humanos, decididos a destilar de suas leituras os fatos e ideias mais notáveis — empresa obviamente infinita. Como tinha de ser, *Bouvard e Pécuchet* ficou inacabado e só foi publicado um ano depois da morte de Flaubert, em 1880, mas não antes que os dois bravos exploradores tivessem lido do começo ao fim muitas bibliotecas eruditas de agronomia, literatura, reprodução animal, medicina, arqueologia e política, sempre com resultados decepcionantes. Os dois palhaços de Flaubert descobriram o que sempre soubemos, sem nunca dizê-lo com todas as letras: que a acumulação de conhecimento não é em si conhecimento.³¹



20. Página da *Encyclopédie de Diderot*, ilustrando o verbete “Escrita”.

A ambição de Bouvard e Pécuchet é quase uma realidade, agora que todo o conhecimento do mundo parece estar bem ali, bruxuleando atrás da tela sedutora do computador. Jorge Luis Borges, que certa vez imaginou a biblioteca infinita de todos os livros possíveis,³² também inventou um personagem à maneira de Bouvard e Pécuchet, que se põe a compilar uma enciclopédia universal tão completa que nada no mundo ficaria de fora.³³ No final, também como seus antecessores franceses, ele fracassa, mas não por

inteiro. Na noite em que desiste do grande projeto, ele aluga um cavalo e uma charrete e sai para uma volta pela cidade. Vê os muros de tijolo, as pessoas comuns, as casas, o rio, um mercado, e sente que, de alguma maneira, todas essas coisas são obra sua. Percebe que seu projeto não era impossível, mas meramente redundante. A enciclopédia do mundo, a biblioteca universal, existe — é o próprio mundo.

4. Poder

Nenhum lugar oferece uma prova mais notável da vaidade das esperanças humanas do que uma biblioteca pública.

Samuel Johnson, *The Rambler*, 23 de março de 1751

O poder dos leitores não se esgota em sua capacidade de reunir informações, ordenar e catalogar, mas em seu dom de interpretar, associar e transformar suas leituras. Para as escolas talmúdicas, assim como para as islâmicas, o estudioso é capaz de converter a fé religiosa em poder ativo pelo exercício da leitura, uma vez que o conhecimento adquirido nos livros é uma dádiva divina. Segundo uma velha *hadith*, ou tradição islâmica, “o estudioso tem mais poder contra o Demônio do que mil fiéis juntos”.¹ Para essas culturas do Livro, o conhecimento não consiste no acúmulo de textos ou informações, nem no livro como objeto, mas na experiência resgatada das páginas e novamente transformada em experiência, em palavras que se refletem tanto no mundo exterior como no próprio ser do leitor.

No século XVII, Gottfried Wilhelm Leibniz, o célebre matemático, filósofo e jurista alemão, declarou que o valor de uma biblioteca estava tão somente em seu conteúdo e no uso que os leitores faziam desse conteúdo, não no número de volumes ou na raridade de seus tesouros. Leibniz comparou a instituição da biblioteca a uma igreja ou escola, a um lugar de estudo e instrução, e saiu em campanha pela aquisição de títulos científicos, desprezando livros que considerava meramente decorativos ou divertidos, e portanto inúteis. “Um tratado de arquitetura ou uma coleção de periódicos valem mais que cem volumes dos clássicos da literatura”,² dizia ele, que preferia livros pequenos aos grandes *in-folios*, de vez que poupavam espaço e evitavam adornos supérfluos. Argumentava que a missão das bibliotecas era facilitar a comunicação entre estudiosos, e formulou a ideia de uma organização bibliográfica nacional que

ajudaria os cientistas a saber das descobertas de seus contemporâneos. Em 1690, foi nomeado bibliotecário da biblioteca ducal de Brunswick-Lüneburg em Hamburgo, e mais tarde tornou-se bibliotecário da importante Herzog-August-Bibliothek de Wolfenbüttel, posto que manteve até a morte, em 1716. Leibniz foi responsável por transferir o acervo de Wolfenbüttel de seu lugar original para um edifício que lhe pareceu mais adequado a abrigar os livros, dotado de um teto de vidro que deixava entrar luz natural e vários andares de prateleiras. Entretanto, a estrutura de madeira do edifício não comportava um sistema de aquecimento, e os leitores que bravamente procuravam as sábias palavras dos livros durante os meses de inverno faziam-no tremendo as mãos e batendo os dentes.³



21. *A Herzog-August-Bibliothek em
Wolfenbüttel, Alemanha.*

Em que pese a opinião de Leibniz, que reduz o valor de uma biblioteca estritamente a seu conteúdo, os livros como objetos muitas vezes gozaram de uma autoridade espúria, enquanto as instalações de uma biblioteca eram vistas, supersticiosamente, como o monumento simbólico àquela autoridade. Quando, em *L'Assommoir*, de Émile Zola, um entusiasta do imperador Napoleão III vê um livro que retrata o monarca à maneira de um sedutor lúbrico, o pobre homem não encontra palavras para defender o seu rei, pois “estava tudo num livro, não havia como negar!”⁴ Mesmo hoje em dia, quando pouca ou nenhuma importância é concedida ao ato intelectual, os livros, lidos ou não, seja qual for seu uso ou valor, muitas vezes são objeto de prestígio reverencial. Grossos volumes de memórias ainda são escritos por aqueles que querem ser vistos como poderosos, e as bibliotecas ainda são fundadas por políticos que a elas emprestam seu nome e que, à maneira dos antigos reis da Mesopotâmia, querem ser lembrados como detentores de poder. Nos Estados Unidos, uma sequência de bibliotecas presidenciais dá prova desse desejo de imortalidade intelectual (e de isenção fiscal). Na França, cada ano traz consigo uma colheita de escritos confessionais, recordações francas e até mesmo obras de ficção assinadas por políticos de renome; em 1994, o ex-presidente Valéry

Giscard d'Estaing chegou a ponto de pleitear, com base num magro romance romântico, *Le Passage*,⁵ uma vaga na exclusiva Académie Française, reservada à elite dos intelectuais franceses. Teve êxito. Na Argentina, tanto Evita como Juan Perón se orgulhavam de suas autobiografias-com-testamento-político, que, como todos sabiam, foram redigidas por escritores contratados. Para dissipar a imagem de governante iletrado, logo no início da carreira Perón se fez convidar pela Academia Argentina de Letras a pronunciar um discurso no quarto centenário do nascimento de Cervantes — autor cuja obra, conforme confessou alegremente mais tarde na vida, ele nem se dera ao trabalho de ler,⁶ mas cujos grandes tomos, encadernados em couro e letras douradas, viam-se sobre os seus ombros em vários retratos oficiais.

O rei Assurbanipal, último monarca importante da Assíria, que reinou entre 668 e 633 a.C., tinha perfeita ciência da associação entre os governantes e a palavra escrita. Jactava-se de ser escriba, muito embora “nenhum dos reis que me antecederam tenha aprendido essa arte”. Embora uso privado, sua coleção de tabuletas reunida no palácio de Nínive trazia, no colofão de cada tabuleta, para que todos pudessem ler, a informação de que o poder da arte das letras fora concedido ao rei:



22. O último grande monarca assírio,
Assurbanipal.

Palácio de Assurbanipal, Rei do Mundo, Rei da Assíria, que confia em Ashur e Ninlil, a quem Nabu e Tashmetu deram ouvidos alertas e visão profunda. [...] A sabedoria de Nabu, os sinais da escrita, tantos quantos foram concebidos, eu os inscrevi em tabuletas e as ordenei, comparei e, para minha real contemplação e deleite, conservei em meu palácio.⁷

Muito embora Assurbanipal, como legiões de governantes depois dele, se orgulhasse de seus talentos de escriba e leitor, o que mais lhe importava não era a transformação da experiência em saber, mas a representação emblemática das poderosas qualidades atribuídas aos livros. Sob tais governantes, as bibliotecas tornam-se não “templos da sabedoria”, como quer o lugar-comum, mas templos a seu benfeitor, fundador ou provedor.

Séculos depois de Assurbanipal, o valor simbólico inerente à fundação de uma biblioteca não mudou muito. Mesmo durante o Renascimento, quando as bibliotecas europeias tornaram-se oficialmente públicas (a começar pela Ambrosiana de Milão, em 1609), o prestígio de fundar, dotar ou construir uma tal instituição seguia sendo privilégio de um benfeitor, nunca de uma comunidade. Os famigerados milionários que, nos séculos XIX e XX, fizeram fortuna nos Estados Unidos com fábricas, usinas e bancos empregaram assiduamente seu dinheiro no estabelecimento de escolas, museus e, sobretudo, bibliotecas que, além de sua importância como centros culturais, tornavam-se monumentos a seus fundadores.

“Qual a melhor dádiva que se pode dar a uma comunidade?”, indagava-se em 1890 o mais famoso desses benfeitores, Andrew Carnegie. “Uma biblioteca gratuita vem em primeiro lugar”, declarou em resposta à própria pergunta.⁸ Nem todos eram da mesma opinião. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o truísmo segundo o qual “uma biblioteca pública é essencial ao bem-estar de uma comunidade” só foi proclamado oficialmente em 1850, quando o deputado por Dumfries, William Ewart, forçou a aprovação pelo Parlamento de uma lei que reconhecia o direito de toda cidade a ter uma biblioteca pública gratuita.⁹ Ainda em 1832, Thomas Carlyle perguntava irritado: “Por que não há uma biblioteca real em cada capital de condado? Há uma prisão e um patíbulo em todas!”.¹⁰

A história de Andrew Carnegie não permite conclusões simples. Sua relação com a riqueza e a cultura livresca era complexa e contraditória. Implacável na perseguição do lucro, doou quase 90% de sua enorme fortuna para todo tipo de instituição pública, incluindo mais de 2,5 mil bibliotecas em uma dúzia de países anglófonos, de sua Escócia natal às ilhas Fiji e Seychelles. Cultuava mas não amava empreitadas intelectuais. “A biblioteca pública era seu templo”, escreveu um de seus biógrafos, “a coluna de ‘Cartas ao Editor’ era seu confessionário.”¹¹ Brutal no trato com os trabalhadores, estabeleceu um fundo de pensão privado que auxiliou financeiramente mais de quatrocentos artistas, cientistas e poetas, entre os quais Walt Whitman, que descreveu seu benfeitor como “da maior boa vontade”. Muito embora acreditasse na santidade do capitalismo (que chamava de “Evangelho da Riqueza”), declarava que “um trabalhador é um cidadão mais útil e mais digno de respeito que um príncipe ocioso”.¹²

Os primeiros tempos de Carnegie, como ele mesmo não tardava a lembrar a seus ouvintes, foram de terrível pobreza. Dois homens exerceram enorme influência sobre ele durante sua infância na Escócia. O primeiro foi seu pai, um exímio tecelão de damasquim, cujas habilidades se tornaram redundantes com a nova tecnologia fabril da Revolução Industrial. Will Carnegie era sem dúvida um homem de espírito que, apesar de ser forçado a trabalhar dez ou doze horas por dia, encontrou tempo para criar com os colegas de tecelagem uma pequena biblioteca em Dunfermline, um ato de coragem que deve ter causado forte impressão em seu filho ainda jovem. O segundo foi Thomas Morrison, tio de Carnegie e evangelista pró-reforma agrária que pregava a oposição não violenta aos industriais abusivos e o fim do persistente sistema feudal na Escócia. “Nossa regra”, ensinava ele, “*é Cada qual há de possuir; todos desfrutarão. Nosso princípio é o do direito universal e igualitário. E nossa ‘lei da terra’ será Cada homem, um senhor; cada mulher, uma dama; cada filho, um herdeiro.*”¹³ Durante um dos distúrbios contra os grandes produtores de linho que, mais uma vez, ameaçavam cortar o salário dos tecelões, o tio Thomas foi preso. Não chegou a ser indiciado formalmente, mas o episódio marcou o jovem Carnegie, ainda que não a ponto de tingir sua ética empresarial. Anos mais tarde, exibia em seu estúdio a notificação judicial enquadrada, que chamava de seu “título de nobreza”. A partir dessas experiências, transformouse, em suas próprias palavras, “num jovem e radical republicano, e meu mote era ‘morte ao privilégio’”.¹⁴ Mesmo assim, quando veio a dirigir suas fábricas e usinas em Pittsburgh, Carnegie fazia seus empregados trabalhar sete dias por semana, sem feriados exceto o Natal e o 4 de Julho, pagava salários de fome e forçava-os a viver em alojamentos insalubres, nos quais os canos de esgoto corriam rente aos de água potável. Um quinto dos homens de Carnegie morreu em acidentes de trabalho.¹⁵

Em 1848, quando Carnegie mal completara treze anos, seus pais perderam tudo. Para fugir à fome, a família emigrou para os Estados Unidos e, depois de uma travessia difícil, instalou-se em Pittsburgh, só para constatar que a situação dos tecelões era pouco melhor do que em sua terra natal. Por fim, o jovem Carnegie conseguiu emprego, primeiro na Atlantic and Ohio Telegraph Company e depois na Pennsylvania Railroad. Nos escritórios da ferrovia, o trabalho terminava no começo da noite, deixando ao garoto algum tempo para o “autoaperfeiçoamento”.

No centro de Pittsburgh, Carnegie descobriu uma biblioteca pública gratuita, fundada por um certo coronel Anderson em prol de “aprendizes para quem a escola não era viável”. “O coronel Anderson me revelou a riqueza intelectual do mundo”, recordou em 1887. “Comecei a gostar de ler. Deleitava-me com os livros, semana após semana. Minha labuta era leve, pois eu despertava às seis da manhã, satisfeito de trabalhar até às seis da tarde se, depois disso, tivesse um livro para ler.”¹⁶

Em 1853, porém, a biblioteca de Anderson mudou de endereço e a nova administração decidiu cobrar de todos os usuários, à exceção dos “verdadeiros aprendizes” (isto é, vinculados a um empregador), uma taxa de dois dólares. Carnegie, então um aprendiz de dezesseis anos, mas sem nenhum vínculo “fixo”, julgou injusta a medida e, depois de discutir em vão com o bibliotecário, escreveu uma carta aberta ao editor do *Pittsburgh Dispatch*, que foi publicada em 13 de maio de 1853.

Sr. Editor,

Presumindo que o senhor tenha profundo interesse em tudo o que contribui para elevar, instruir e aprimorar a juventude deste país, creio ser adequado chamar sua atenção para os fatos que seguem. O senhor recordará que há algum tempo o sr. Anderson, cavalheiro desta cidade, legou uma quantia importante de dinheiro no intuito de fundar e manter uma Biblioteca para jovens trabalhadores e aprendizes aqui residentes. A operação teve êxito por mais de um ano, espalhando preciosas sementes entre nós, e por mais que algumas tenham caído “à beira do caminho e entre as pedras”, não foram poucas a encontrar solo fértil. Todo jovem trabalhador era admitido gratuitamente, sem precisar de outra coisa além da autorização de seus pais ou guardiães. Mas sua beneficência foi há pouco grandemente limitada pelos novos diretores, que se recusam a aceitar como membros todo jovem *que não esteja aprendendo um ofício* ou não tenha *vínculo fixo* por um prazo determinado. Parece-me que os novos diretores não compreenderam as *intenções* do generoso doador. É difícil imaginar que tivesse a intenção de excluir jovens trabalhadores meramente por não terem vínculo fixo.

Um rapaz trabalhador, mas não fixo.¹⁷

Após uma áspera troca de cartas, o bibliotecário acuado viu-se forçado a convocar uma reunião dos conselheiros, na qual a pendenga foi resolvida em favor do rapaz. Para Carnegie, o que estava em jogo era o que ele julgava ser o “procedimento justo”. Como viria repetidamente a provar, qualquer questão de justiça ou de direitos, qualquer esforço de autoaperfeiçoamento só merecia atenção se, feitas as contas, garantisse a Carnegie mais capital ou mais poder. “O dinheiro nem se compara ao poder”, disse ele a um dos sócios, 25 anos mais tarde.¹⁸

Os Estados Unidos do século XIX eram o cenário ideal para as convicções de

Carnegie. Chamado certa vez a exaltar os méritos das instituições americanas em comparação às de sua Escócia natal, descreveu seu país de adoção como “lugar perfeito para cuidar dos próprios negócios”. Nos Estados Unidos, argumentava ele, “a mente está livre da reverência supersticiosa a velhos costumes e não é assombrada por formalidades e espetáculos encantadores e absurdos”. Como nota seu biógrafo Peter Krass, na descrição que Carnegie faz da utopia americana “não há menção aos motins dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos em que as forças policiais foram rechaçadas, à escravidão, à transferência dos indígenas ou ao sufrágio feminino em igualdade de condições. Carnegie tinha uma memória seletiva, preferia ignorar o lado obscuro da América, como fazia quando acumulava seus milhões com o aço e deixava seus trabalhadores morrer às dúzias”.¹⁹

Carnegie acreditava que o homem devia ser impiedoso se quisesse chegar a ser rico, mas também achava que essa riqueza devia ser empregada com o fim de “esclarecer o espírito” da comunidade que ele mesmo explorava. Para seus detratores, as bibliotecas que financiou eram apenas degraus rumo à glória pessoal. Raramente dava dinheiro para a aquisição dos livros, mas sim para o prédio que os abrigaria, e mesmo então estipulava que a prefeitura providenciasse o terreno e a verba de manutenção da biblioteca. Fazia questão que suas bibliotecas funcionassem com a mesma eficiência de suas usinas, e não consentia em nenhuma extravagância. Tampouco fazia doações a bibliotecas estatais ou a gabinetes de leitura, pois pensava que tais instituições tinham acesso a outras fontes de financiamento. “Comprou a fama e pagou à vista”, gracejou certa vez Mark Twain.²⁰



23. Carnegie apresentando seu traste como “animal confiável” ao Tio Sam, numa caricatura da revista Harper's Weekly.

Não faltou quem criticasse as bibliotecas de Carnegie como antidemocráticas, julgando-as “centros de controle social sobre as massas trabalhadoras, [...] forçando seus leitores a aceitar ideias e valores capitalistas, de modo a controlar seus pensamentos e ações”.²¹ Seja como for, essas bibliotecas serviram a um propósito bem mais amplo que a autoglorificação de Carnegie. Quando o arquiteto que projetou a primeira biblioteca de Carnegie quis lavrar o brasão de armas do milionário na entrada, Carnegie, que não tinha tal distinção, sugeriu um sol nascente alegórico, cercado pelos dizeres “Faça-se a luz”.²² Por décadas, as bibliotecas de Carnegie seguiram sendo um paradoxo: monumento a seu fundador e, ao mesmo tempo, frutífero instrumento cultural que ajudou a despertar milhares de vocações intelectuais.

Dezenas de escritores reconheceram sua dívida para com as bibliotecas de Carnegie. Descrevendo suas experiências de adolescente na Biblioteca Carnegie de Reading, Pennsylvania, John Updike falou de sua gratidão “pela liberdade que me foi concedida naqueles anos de formação em que, de modo geral, nos tornamos leitores para a vida inteira ou não”; e concluía assim: “Abriu-se para mim uma espécie de paraíso”.²³ Eudora Welty fazia remontar à Biblioteca Carnegie de Jackson, Mississippi, o início de sua vida literária. Conforme estipulara Carnegie, sua doação dependia do compromisso da comunidade em garantir a manutenção e a administração expedita da biblioteca; em Jackson, em 1918, a bibliotecária encarregada dessas tarefas era uma certa sra. Calloway, que, lembrava Welty, “geria sozinha a biblioteca, da escrivaninha à qual se sentava de costas para os livros e de frente para a escada, seus olhos de dragão fixos na porta de entrada, por onde quem sabe que tipo de gente entraria? Viam-se avisos de SILÊNCIO em grandes letras negras fixados em toda parte”. A sra. Calloway ditava suas próprias regras quanto aos livros. “Não era permitido devolver um livro à Biblioteca no mesmo dia em que fora emprestado; ela não queria nem saber se você já o tinha lido até a última palavra e queria um novo para começar. Era permitido retirar dois livros por vez, e dois livros apenas; isso valia para as crianças e para o resto da vida.” Mas tais regras arbitrárias não faziam diferença para a paixão de Welty pela leitura; o que importava era que alguém (ela não sabia então quem era o benfeitor distante) estabelecera ali uma câmara do tesouro especialmente para ela (ou assim ela pensava), por meio da qual seu “desejo devorador de ler” era

imediatamente alimentado.²⁴

O sarcástico crítico H. L. Mencken fazia objeções. “Vá à Biblioteca Carnegie mais próxima”, instruía ele, “e examine o catálogo de livros. Há cinco possibilidades contra uma de que o leitor encontre um lugar repleto de refugio literário e tão destituído de bons livros quanto uma livraria de Boston.”²⁵ Mas, para a maioria dos escritores, por mais que o acervo não seja formidável, poder entrar num lugar em que os livros parecem inumeráveis, todos à sua disposição, é por si só uma alegria. “Soube que aquilo era a bem-aventurança”, Welty escreveu mais tarde na vida, “soube na hora. O gosto não é tão importante assim; vem com o tempo, na hora certa. Eu queria ler *imediatamente*. Só temia que os livros acabassem.”



24. Ex-libris de Andrew Carnegie.

Carnegie pode bem ter acreditado que os prédios que financiava seriam a prova de “meus esforços para deixar a Terra um pouco melhor do que a encontrei”.²⁶ Qualquer que tenha sido seu desejo, para centenas de milhares de leitores as bibliotecas Carnegie tornaram-se prova não de um afã altruísta ou egoísta, ou ainda da generosidade de um milionário, mas sim um bastião intelectual indispensável no coração de qualquer sociedade letrada, um lugar em que todos os cidadãos, contanto que possam ler, têm o mesmo direito a ganhar “poder contra o Demônio”.

5. Sombra

*Mas esse é o preço que temos de pagar pela estabilidade.
Precisamos escolher entre a felicidade e o que as pessoas
costumam chamar de grande arte. Sacrificamos a grande arte.*

Aldous Huxley, *Admirável mundo novo*

Sonhamos com uma biblioteca de literatura criada por todos e pertencente a ninguém, uma biblioteca que seja imortal e misteriosamente capaz de conferir ordem ao universo, e entretanto sabemos que toda opção por uma ordem, todo reino catalogado da imaginação supõe uma hierarquia tirânica de exclusões. Toda biblioteca leva à exclusão, uma vez que seu acervo, por vasto que seja, deixa para fora de suas paredes incontáveis prateleiras de literatura que, por razões de gosto, conhecimento, espaço e tempo, não foram incluídas. Toda biblioteca conjura seu próprio fantasma obscuro; toda ordenação traz consigo uma biblioteca espectral de ausências. Das noventa peças de Ésquilo, apenas sete chegaram até nós; dos oitenta e tantos dramas de Eurípides, apenas dezoito (se incluirmos o *Rhesus*, de autenticidade duvidosa); das 120 peças de Sófocles, meras sete.



Se uma biblioteca é, em algum sentido, um reflexo de seus leitores, ela é também um reflexo daquilo que não somos e não podemos ser. Mesmo sob os critérios mais estritos, toda seleção de livros será mais ampla que a rubrica sob a qual se encontram, e o leitor inquisitivo encontrará perigo (salutar ou repreensível) nos lugares mais seguros e vigiados. Talvez nosso erro tenha consistido em entender as bibliotecas como lugares acolhedores e neutros. “Os guardiães”, escreveu o poeta norte-americano Archibald MacLeish durante seu mandato de bibliotecário do Congresso, “queiram ou não queiram, não têm como ser neutros.”¹ Toda biblioteca ao mesmo tempo acolhe e rejeita. Toda biblioteca é, por definição, fruto de uma escolha, e de âmbito necessariamente limitado. E cada escolha exclui uma outra, uma opção descartada. O ato da leitura corre infinitamente em paralelo ao ato da censura.

A censura implícita começa com as primeiras bibliotecas mesopotâmicas de que temos notícia, no começo do terceiro milênio a.C.² À diferença dos arquivos oficiais, destinados a preservar as transações cotidianas e os negócios efêmeros de um certo grupo, essas bibliotecas coligiam obras de natureza mais geral, como as assim chamadas inscrições reais (tabuletas comemorativas de pedra ou metal que relatavam acontecimentos políticos importantes, semelhantes aos cartazes seiscentistas na Europa ou aos best-sellers políticos de hoje). Muito provavelmente, essas bibliotecas eram particulares — espaços privados instituídos por amantes da palavra escrita, que frequentemente instruía os escribas a copiar o nome do proprietário nas tabuletas como marca de propriedade. Mesmo as bibliotecas vinculadas a um templo costumavam levar o nome de um alto sacerdote ou de algum outro personagem importante que respondesse pelo acervo. A fim de preservar a ordem estabelecida segundo um método de disposição ou catalogação, alguns livros tinham um colofão ameaçador, que deveria dissuadir quem quisesse mexer com a categoria a que o livro fora atribuído. Um dicionário do século VII a.C. traz a seguinte oração: “Que Ishtar abençoe o leitor que não altere esta tabuleta nem a ponha fora do lugar, e que Ela exponha com sua ira aquele que o retirar deste edifício”.³ Pendurei esta advertência na parede da minha própria biblioteca para afugentar visitantes noturnos.

A maioria dos donos dessas coleções era de sangue real e mantinha suas

bibliotecas bem fornidas por meio de compradores e saqueadores. Para complementar sua biblioteca já considerável, sabia-se que o rei Assurbanipal enviava a todo o reino representantes encarregados de procurar volumes que porventura lhe faltassem. Não tinha nenhuma diretriz guiada por categorias (mais tarde impostas a sua coleção), antes açambarcava a esmo o que estivesse à mão.⁴ Chegou até nós uma carta em que, depois de listar os livros que está procurando, Assurbanipal insistia que a tarefa deve ser cumprida sem demora. “Encontre-os e despache-os para mim. Que nada os detenha. E, no futuro, caso descubra outras tabuletas não mencionadas aqui, examine-as e, caso as considere de interesse para a biblioteca, reúna-as e mande-as para mim.”⁵ Um impulso semelhante governava a redação de outros catálogos e listas da Mesopotâmia. Comentando o célebre código de Hammurabi, um compêndio de leis do século XVIII a.C., o historiador Jean Bottéro sublinha o fato de que o código incluía em suas enumerações “não apenas a realidade comum e corriqueiramente observável, mas também o excepcional e aberrante: feitas as contas, tudo o que fosse *possível*”.⁶

Muito embora uma biblioteca como a de Assurbanipal fosse a expressão visível de um poder terreno, ninguém, por mais sangue real que tivesse, podia ter a esperança de lê-la do começo ao fim. Para ler cada um dos livros e digerir toda a informação, o rei recrutava olhos e mãos que examinassem as tabuletas e resumissem suas descobertas, de modo que, tendo lido esses sumários, ele pudesse gabar-se de conhecer todo o conteúdo da biblioteca. Os estudiosos retiravam a carne dos textos e depois, “como pelicanos”, regurgitavam-na em benefício alheio.

Quatro séculos depois de Assurbanipal, na primeira metade do século II a.C., dois dos principais bibliotecários de Alexandria, Aristófanos de Bizâncio e seu discípulo Aristarco de Samotrácia, decidiram prestar um serviço semelhante a seus leitores. Não apenas selecionaram e glosaram toda espécie de obras importantes, como ainda compilaram um catálogo de autores que, em sua opinião, ultrapassavam todos os demais em excelência literária.⁷ O cabedal dos dois eruditos era impecável. Aristófanos editara as obras de Homero e Hesíodo,⁸ e à edição deste último acrescentara breves notas críticas em que listava outros autores que haviam tratado do mesmo material; essas notas, conhecidas como *hypotheses*, eram essencialmente bibliografias

anotadas que facultavam aos leitores uma visão rápida e exata de um certo tema. Aristarco também editara as obras de Homero, com um rigor que se tornou lendário, a tal ponto que todo crítico implacável que o seguisse ganhava a alcunha de *aristarchus*. Essas listas dos “melhores autores” (listas que, quase 2 mil anos mais tarde, o estudioso David Ruhnken chamaria de “cânones”⁹) foram copiadas até a Idade Média e o Renascimento e garantiram a imortalidade dos autores incluídos, uma vez que suas obras eram procuradas e assiduamente estudadas. Por outro lado, autores ausentes dessas listas não eram considerados dignos de atenção e acabaram reduzidos às cinzas e ao esquecimento. Esse longo catálogo de autores desdenhados, jamais compilado, assombra-nos com sua ausência.



26. Pira de livros na Alemanha nazista, em caricatura da época.

O peso da ausência é um traço tão marcante numa biblioteca quanto os imperativos da ordem e do espaço. Na biblioteca do meu Colégio Nacional de Buenos Aires, podíamos senti-la atrás das imponentes portas de madeira, na meia-luz acolhedora e sob os abajures verdes que me faziam pensar vagamente nas lâmpadas dos carros-leito. No alto da escadaria de mármore, com seu chão de ladrilhos e suas colunas cinzentas, a biblioteca parecia um universo paralelo, ao mesmo tempo temível e reconfortante, no qual minha própria história tinha outras aventuras e outros desenlaces. Acima de tudo, a ausência (de livros considerados impróprios, perigosos, provocativos) espreitava nos buracos escuros que pontilhavam as incontáveis estantes de livros elevando-se até o teto.

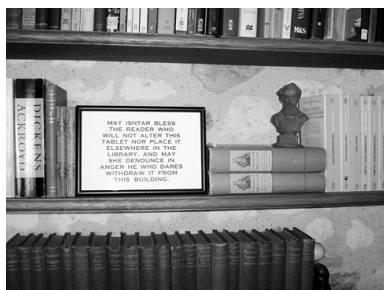
Mesmo assim, muitos títulos de aparência inocente burlavam os olhos severos do bibliotecário. Recordo, no silêncio rompido por breves conversas furtivas, das páginas em que certos livros se abriam espontaneamente: o *Romancero gitano* de Lorca em “A noiva infiel”, a *Celestina* na cena do bordel, *Os prêmios* de Cortázar no capítulo em que um rapazola é seduzido por um marinheiro perverso. Jamais soubemos como esses textos proibidos conseguiram penetrar em nossa biblioteca escrupulosa, e estimávamos quanto tempo passaria até que o bibliotecário descobrisse que, bem embaixo de seu nariz, geração após geração de alunos corruptíveis preenchiam as ausências nas prateleiras lendo fielmente esses livros escandalosos.

Pode ser, como Primo Levi sugere em suas memórias, que o propósito tácito dos bibliotecários consiste em cuidar que apenas os que verdadeiramente desejam ter acesso aos livros sejam admitidos ao santuário. Para Levi, na década de 1930, a biblioteca do Instituto de Química de Turim era

então, como Meca, inacessível aos infieis e difícil de penetrar até mesmo para um fiel como eu. Era o caso de se pensar que a administração seguia o sábio princípio segundo o qual é louvável desestimular as artes e as ciências: somente quem fosse impelido por uma necessidade absoluta ou por uma paixão dominante consentiria em se submeter às provas de abnegação exigidas de quem quisesse consultar os volumes. Os horários da biblioteca eram curtos e irracionais, a iluminação era pálida, as fichas sempre em desordem; no inverno, nenhuma calefação; não havia poltronas, mas banquetas de metal, desconfortáveis e barulhentas; e, finalmente, o bibliotecário era um grosseirão inepto e insolente, de uma feiura desmedida, postado no umbral de modo a aterrorizar, com sua aparência e seus uivos, os candidatos a entrar.¹⁰

Como a biblioteca pouco hospitaleira de Levi, e como a biblioteca bem menos proibitiva de minha escola, toda biblioteca, mesmo sob a mais estrita vigilância, contém textos secretamente rebeldes que escapam ao olho do bibliotecário. Prisioneiro num campo russo próximo ao Círculo Polar, cumprindo o que chamava de “minha temporada no Norte”,¹¹ Joseph Brodsky lia os poemas de W. H. Auden, que o fortaleciam em sua determinação de desafiar os carcereiros e sobreviver em nome de uma liberdade apenas entrevista. Haroldo Conti, torturado nas celas dos militares argentinos na década de 1970, encontrava consolo nos romances de Dickens, que o carcereiro lhe permitira guardar consigo.¹² Para o escritor Varlam Chalamov, mandado por Stálin para as minas de ouro de Kolyma por suas “atividades contrarrevolucionárias”, a biblioteca da prisão era em si mesma uma mina de ouro que, “por razões incompreensíveis, escapara às inumeráveis inspeções e

‘expurgos’ sistematicamente infligidos às bibliotecas de toda a Rússia”. Em suas estantes miseráveis, Chalamov encontrou tesouros inesperados, como os escritos de Bulgákov e os poemas de Maiakóvski. “Era como se as autoridades quisessem oferecer algum consolo aos prisioneiros antes da estrada à frente, do Calvário que os esperava. Como se pensassem: ‘De que vale censurar esses condenados?’”¹³



27. Aviso na biblioteca em *Le Presbytère*.

Por vezes, aqueles que se arrogam a tarefa de guardar a entrada do acervo de uma biblioteca veem perigo onde outros nada veem. Na década de 1970, durante a caça aos “elementos subversivos” sob o regime militar na Argentina, no Uruguai e no Chile, qualquer pessoa na posse de um livro “suspeito” podia ser presa e detida sem processo. “Suspeitos” eram os poemas de Neruda e Nâzim Hikmet (os dois eram comunistas), os romances de Tolstói e Dostoiévski (por serem russos) e qualquer livro que tivesse uma palavra perigosa no título, como *O vermelho e o negro*, de Stendhal, e o clássico japonês do século XVI, *Amor de camaradas entre os samurais*. Temendo batidas policiais, muita gente queimou sua biblioteca em fogueiras acesas no banheiro, e os encanadores intrigavam-se diante da epidemia de vasos sanitários quebrados (o calor do papel em combustão fazia a porcelana rachar). “Ele tem filhos que o viram queimar seus livros”, assim o romancista Germán García define a geração cujos pais foram mortos, torturados ou forçados ao exílio.¹⁴

Os donos do poder banem livros por razões bizarras. Notoriamente, o general Pinochet excluiu das bibliotecas chilenas o *Dom Quixote* porque considerou que o romance continha argumentos a favor da desobediência civil; anos atrás o ministro da Cultura do Japão fez objeções a *Pinóquio* por

mostrar imagens pouco lisonjeiras de indivíduos deficientes nas figuras do gato que finge ser cego e da raposa que finge ser manca. Em março de 2003, o cardeal Joseph Ratzinger (o futuro papa Bento XVI) afirmou que os livros de Harry Potter “distorcem profundamente a cristandade da alma, antes mesmo que ela possa se desenvolver como é devido”.¹⁵ Formularam-se outras tantas razões idiossincráticas para banir todo tipo de livros, do *Mágico de Oz* (um viveiro de crenças pagãs) a *O apanhador no campo de centeio* (um modelo perigoso para adolescentes). Nas palavras de William Blake,

*Nós dois líamos a Bíblia, dia e noite,
Mas tu lías preto onde eu lia branco.*¹⁶

Como já disse, toda biblioteca, por sua própria existência, conjura seu duplo proibido ou esquecido: uma biblioteca invisível, mas formidável, feita de livros que, por razões convencionais de qualidade, tema ou volume físico, foram considerados inaptos para a sobrevivência sob esse teto específico.

No final do século XVI, o severo jesuíta Jacob Gretser publicou uma defesa da censura sob o título explícito de *Das leis e dos costumes relativos à proibição, expurgo e destruição de livros heréticos e nocivos*. A erudição de Gretser levou-o ao cargo de conselheiro da Igreja quando o *Índex de livros proibidos* começou a ser compilado em Madri, em 1612; ele se valeu da mesma erudição para sustentar o argumento (evidente para muitos) de que a censura de livros é comum a todos os povos, em todas as épocas. A genealogia infame de Gretser começa com os pagãos que queimaram o tratado de Cícero *Sobre a natureza dos deuses* (inclinado demais ao monoteísmo, segundo uma velha história) e chega às fogueiras de livros dos seguidores de Lutero e Calvino.¹⁷ Tivesse entrevistado o futuro, Gretser teria podido acrescentar à sua lista os livros “degenerados” que os nazistas condenaram à pira, as obras dos autores “burgueses” que Stálin proibia, as publicações dos “escritas comunistas” que o senador McCarthy exilava, os livros destruídos pelo Talibã, por Fidel Castro, pelo governo da Coreia do Norte, pelos funcionários da alfândega canadense. O livro de Gretser é, na verdade, uma história em negativo dessas bibliotecas que sussurram nos vazios das estantes.¹⁸

Mencionei, mais acima, a lenda que acusava Amir ibn al-As de ter ordenado ao califa Omar I que queimasse os livros de Alexandria. A resposta apócrifa de

Omar merece citação, uma vez que faz eco à lógica peculiar dos incineradores de livros, outrora e agora. Ele teria obedecido, dizendo: “se concordam com o Livro Sagrado, estes livros são redundantes; se discordam, são indesejáveis. Nos dois casos, devem ser lançados às chamas”.¹⁹ Omar falava — em termos estridentes, é bem verdade — da fluidez essencial da literatura, que faz que nenhuma biblioteca seja o que foi destinada a ser; o destino das bibliotecas é decidido muitas vezes não por aqueles que as criaram em vista de seus méritos, mas por aqueles que desejam destruí-las em vista de seus supostos defeitos.

Isso vale, por exemplo, para as literaturas aborígenes do continente americano, das quais pouco chegou até nós. No México e na América Central, as grandes bibliotecas e arquivos dos povos pré-colombianos foram sistematicamente destruídos pelos europeus, tanto para privá-los de uma identidade coletiva como para convertê-los à religião do Cristo. O poeta australiano A. D. Hope conta a história de como os conquistadores espanhóis puseram fogo nos livros maias:

Diego de Landa, arcebispo de Iucatã

— *Que a maldição divina recaia sobre sua cabeça piedosa —,*

Proibiu todos os seus infernais livros ilustrados

E, empilhando-os num monturo de pecado, queimou-os todos;

Mas deu-se ao trabalho de conservar o calendário

Com o qual o Demônio lhes ensinara a contar o tempo.

As criaturas ímpias vinham de longe,

Noventa milhões de anos antes do crime de Eva.

Bastava este: queimaram os livros maias,

Salvaram almas e mantiveram as próprias em boa forma.

Diego de Landa, no paraíso, olha sempre

*Para Deus: Deus nunca olha para ele.*²⁰

Frei Juan de Zumárraga, contemporâneo de Landa e “nome que deveria ser tão imortal quanto o de Omar” (diz William Prescott em seu clássico *A conquista do México*),²¹ fez o mesmo com os livros astecas. Zumárraga nasceu em Durango, na Espanha, em 1468 e estudou no monastério franciscano de Aránzazu, no País Basco. Indicado para a Santa Inquisição, recebeu sua primeira missão inquisitorial do imperador Carlos V, que o mandou “caçar as feiticeiras” do norte da Espanha. Zumárraga mostrou-se tão eficiente que pouco depois foi transferido para o Vice-Reino do México na condição de bispo eleito. Em 1547, o papa Paulo II sagrou-o primeiro arcebispo do México.

Zumárraga passou sete anos como chefe da Inquisição mexicana, de 1536 a 1543; nesse período, escreveu um catecismo para os neófitos nativos, bem como um manual sucinto de doutrina cristã para uso nas missões, supervisionou a tradução da Bíblia para algumas das línguas nativas e fundou o Colégio de Santa Cruz em Tlaltelolco, onde os filhos da nobreza indígena aprendiam latim, filosofia, retórica e lógica, de modo a se tornarem “bons cristãos”. O nome de Zumárraga, porém, vinculou-se a dois acontecimentos que marcaram profundamente a história do México: foi responsável pela criação da primeira imprensa do Novo Mundo e pela destruição de quase toda a literatura do império asteca.



28. Um retrato quinhentista do arcebispo Juan de Zumárraga.

Zumárraga convencera-se havia muito da necessidade de imprimir no Novo Mundo os livros necessários à conversão dos indígenas, uma vez que lhe parecia difícil controlar, à distância, a precisão das traduções para as línguas nativas e o conteúdo dos livros doutrinários destinados ao público nativo. Em 1533, voltando à Espanha, visitou vários impressores em Sevilha, disposto a encontrar algum que o ajudasse a instalar uma imprensa no México. Encontrou seu parceiro na pessoa de Jacobo Cromberger, um judeu converso com longa experiência em produção de livros e disposto a contribuir para a empresa ultramarina com “uma prensa, tinta, tipos e papel, bem como outros instrumentos do ofício, o todo estimado em 100 mil *maravedis*”²² e a enviar como representante um de seus auxiliares, um italiano conhecido como Juan

Pablos ou Giovanni Paoli.

Os caminhos dos censores são misteriosos. As obrigações de Zumárraga como inquisidor consistiam em perseguir e punir todos os possíveis inimigos da Igreja católica — idólatras, adúlteros, blasfemadores, feiticeiras, luteranos, mouros e judeus — , e ele o fazia com extraordinária ferocidade. Desde os tempos de Colombo, os judeus conversos eram proibidos de se instalar nas colônias. Entretanto, como o capital financeiro necessário para os empreendimentos no Novo Mundo encontrava-se muitas vezes nas mãos de mouros ou judeus conversos, a imigração ilegal tornou-se corriqueira nos primeiros anos do século XVI, de modo que, por volta de 1536, havia uma razoável comunidade judaica no México. A primeira ordenança mexicana contra hereges e judeus data de 1523 e decreta que o delator de um judeu converso que pratique sua religião em segredo terá direito a um terço do patrimônio confiscado (os outros dois terços cabem ao tesoureiro real e ao juiz). As acusações floresceram, e Zumárraga, em especial, perseguiu os judeus com determinação incansável, muitas vezes condenando-os à pira a partir das evidências mais tênues.²³ É portanto de surpreender que Zumárraga tenha optado pelos serviços de um judeu converso para estabelecer sua imprensa mexicana. Certamente sabia da genealogia do parceiro, mas Zumárraga não nos deixou nenhum comentário a respeito, e podemos apenas especular, a uma distância de mais de cinco séculos, sobre como o inquisidor justificava essa relação com o “impuro” Cromberger.

Tampouco sabemos se Zumárraga tinha ciência do paradoxo de criar livros de um lado e destruí-los de outro. Pouco depois de sua nomeação para a Inquisição, enviou tropas para os rincões mais distantes da colônia, com a missão de investigar todo suspeito de possuir objetos de culto ou livros iluminados astecas. Por meio de suborno e tortura, descobriu o paradeiro de grandes bibliotecas e coleções de arte que os notáveis astecas haviam escondido, “especialmente em Tezcuco”, escreve Prescott, “a mais cultivada das capitais de Anahuac, depositária dos arquivos nacionais”. Por fim, depois que seus emissários haviam recolhido um número espantoso de pinturas e livros, Zumárraga ordenou que fossem amontoados numa grande pilha em pleno mercado de Tlaltelolco e então queimados. Segundo as testemunhas, as chamas duraram vários dias e noites.

Graças aos esforços de outros espanhóis mais esclarecidos (frei Bernardino

de Sahagún, por exemplo, que preservou e traduziu um bom número de textos astecas), podemos fazer uma ideia aproximada do que se perdeu: uma visão complexa do universo, com sua teologia, suas canções, narrativas, crônicas históricas, obras filosóficas e proféticas, tratados científicos e mapas celestes.²⁴ Entre os tesouros que sobreviveram por milagre, estudiosos descobriram em 1924, nos assim chamados Arquivos Secretos do Vaticano, catorze dos trinta capítulos do *Livro de diálogos*, a última grande obra escrita em nahuatl (uma das línguas principais do império asteca), em meados do século XVI. Nesse livro, um grupo de sacerdotes e eruditos astecas defende a visão de mundo indígena contra o dogma católico, numa série dramática de diálogos que fazem pensar nos de Platão. Obras como o *Livro de diálogos* (e certamente havia muitas mais) teriam ajudado os europeus a entender os povos que acabavam de encontrar, permitindo uma troca de saberes e experiências.

Mesmo de um ponto de vista político e religioso, a destruição de uma cultura oponente é sempre um ato de estupidez, uma vez que destrói a possibilidade de adesão, conversão ou assimilação. Pouco antes de sua morte, em 1588, o dominicano espanhol Diego Durán escrevia que a conversão dos nativos do Novo Mundo supunha o conhecimento de seus costumes e de sua religião, e acusava aqueles que, como Diego de Landa e Zumárraga, haviam queimado os livros antigos:

Aqueles que, com muito fervor e pouca prudência, queimaram e destruíram todos os antigos documentos iluminados dos indígenas cometeram um erro. Não nos deixaram nada que nos guiasse, a tal ponto que os indígenas adoram seus ídolos em nossa presença, e não entendemos nada do que se dá em suas danças, em seus mercados, em suas casas de banho, nas canções que cantam (para lamentar seus deuses e senhores de outrora), em seus repastos e banquetes; todas essas coisas nada significam para nós.²⁵

Poucos poderosos deram ouvido às advertências de Durán.

A destruição dos livros da América pré-colombiana exemplifica o temor dos poderosos às virtualidades subversivas da palavra escrita. Por vezes, não se contentam em lançar os livros às chamas. As bibliotecas, por sua mera existência, não apenas afirmam, mas também questionam a autoridade dos poderes constituídos. Como repositórios de história e fontes para o futuro, como guias ou manuais para tempos difíceis, como símbolos de autoridade passada ou presente, os livros de uma biblioteca dizem mais que seu conteúdo coletivo e têm sido vistos como ameaça desde a origem da escrita. Pouco

importa por qual razão uma biblioteca é destruída: toda proibição, mutilação, destruição, saque ou pilhagem faz nascer (ao menos como presença espectral) uma biblioteca mais estridente, mais cristalina, mais durável, feita de livros proibidos, saqueados, pilhados, destruídos ou mutilados. Esses livros podem não ser mais acessíveis à consulta, podem existir apenas na vaga memória de um leitor ou na memória ainda mais vaga da tradição e da lenda — mesmo assim, terão adquirido uma espécie de imortalidade. “Desprezamos”, escrevia Tácito no século I, “a cegueira daqueles que acreditam que um ato arrogante possa extinguir a memória da posteridade. Na verdade, o veredicto aumenta o prestígio dos espíritos nobres que se quer silenciar; os potentados estrangeiros e todos os mais que fizeram uso de tal violência não conseguiram mais que vergonha para si mesmos e fama duradoura para seus inimigos.”²⁶

As bibliotecas que desapareceram ou jamais puderam existir ultrapassam em muito aquelas que podemos visitar, e formam os elos de uma corrente circular que nos acusa e condena a todos. Três séculos e meio depois da réplica de Omar, o infame Abi-Amir al-Mansur, senhor mourisco de Córdoba, condenou às chamas uma coleção rara de obras científicas e filosóficas que seus predecessores haviam reunido nas bibliotecas andaluzas. Como se respondesse, através dos séculos, à sentença implacável de Omar, o historiador Sa’id, o Espanhol, foi levado a observar: “Essas ciências eram desprezadas pelos velhos e criticadas pelos poderosos, e aqueles que as estudavam foram acusados de heresia e heterodoxia. Desde então, os sábios calaram-se, esconderam-se e mantiveram em segredo tudo o que sabiam, à espera de uma época mais esclarecida”.²⁷ Ainda estamos esperando. Cinco séculos mais tarde, em 1526, soldados otomanos liderados pelo sultão Suleiman I entraram em Buda e atearam fogo à Grande Biblioteca Corvina (fundada pelo rei Matthias Corvinus em 1471 e uma das joias da coroa húngara), na intenção de aniquilar a cultura do povo que haviam conquistado.²⁸ Em 1806, três séculos após mais essa destruição, os descendentes de Suleiman tentaram emular os antepassados e incendiaram a extraordinária Biblioteca Fatímida do Cairo, que continha mais de 100 mil volumes preciosos.²⁹

Em nossos dias, os métodos de censura governamental são menos drásticos, mas ainda assim eficientes. Em março de 1996, o ministro da Cultura francês, Philippe Douste-Blazy, descontente com a política cultural do prefeito de

Orange, membro do partido de extrema direita de Jean-Marie Le Pen, ordenou uma inspeção da biblioteca municipal. O relatório, publicado três meses mais tarde, concluiu que os bibliotecários de Orange tinham ordens de retirar certos livros e revistas das prateleiras da biblioteca: toda publicação que os seguidores de Le Pen pudessem desaprovar, todos os livros de autores contrários ao partido e certo tipo de literatura estrangeira (contos norteafricanos, por exemplo) que não pertencia ao genuíno patrimônio cultural francês.³⁰

Os censores sabem muito bem que os leitores se definem pelos livros que leem. Logo após o 11 de setembro de 2001, o Congresso americano aprovou uma lei, a seção 215 do *U. S. A. Patriot Act*, que autorizava agentes federais a obter o registro de livros emprestados de uma biblioteca pública ou comprados numa livraria. “Ao contrário dos mandatos de busca tradicionais, essa nova prerrogativa não exige que os agentes tenham à mão alguma evidência incriminativa ou apresentem a um tribunal alguma prova de que seu alvo é suspeito de crime. Tampouco os funcionários da biblioteca têm permissão de informar aos indivíduos visados que estão sendo objeto de investigação.”³¹ Sob tais imposições, bom número de bibliotecas norteamericanas curvou-se às autoridades e reconsiderou a aquisição de vários títulos.

Há momentos em que um ato singular responde pelo destino de toda uma biblioteca. Em 1702, o erudito Arni Magnusson teve notícia de que os islandeses mais pobres, abandonados à fome e ao frio sob o domínio dinamarquês, haviam assaltado as antigas bibliotecas de seu país — onde cópias únicas das *Eddas* eram conservadas havia mais de seiscentos anos — a fim de transformar o pergaminho poético em roupas de inverno. Alertado desse vandalismo, o rei Frederico IV da Dinamarca ordenou que Magnusson rumasse para a Islândia e resgatasse os manuscritos preciosos. Magnusson levou dez anos para despir os ladrões e recompor a coleção, logo enviada, com manchas e costuras, para Copenhague, onde foi cuidadosamente conservada por mais catorze anos — até que um incêndio a reduziu a cinzas iletradas.³²

As bibliotecas viverão sempre à sombra dessas incertezas? Talvez não. Caso venham a se tornar tecnologicamente maleáveis, as bibliotecas virtuais poderão esquivar-se a algumas dessas ameaças; não haveria mais justificativa para a exclusão, uma vez que o espaço cibernético é praticamente infinito; do

mesmo modo, a censura não teria mais como afetar a maioria dos leitores, de vez que o censor, confinado à administração de um website, não tem como evitar que o leitor requisite o texto proibido num outro lugar, além do império do censor. Mas há um senão: o censor pode se valer da própria internet para punir retroativamente o leitor. Em 2005, a gigante Yahoo forneceu informações que permitiram ao serviço de segurança do governo chinês condenar a dez anos de prisão o jornalista Shi Tao, que supostamente usara um website baseado em Nova York para obter e divulgar textos proibidos.³³

Apesar de tais perigos, são numerosos os exemplos de liberdade propiciados pela web. No Irã tiranizado pelos mulás, os estudantes podem ler on-line todo tipo de literatura proibida; em Cuba, os dissidentes têm acesso, via internet, aos relatórios publicados pela Anistia Internacional e por outras organizações em prol dos direitos humanos; na Rodésia, os leitores podem abrir na tela os livros de escritores proibidos.

Até mesmo o papel e a tinta podem às vezes sobreviver a uma sentença de morte. Uma das peças desaparecidas de Sófocles chamava-se *Os amores de Aquiles*, e seus exemplares devem ter perecido um depois do outro, século após século, destruídos em pilhagens e incêndios, ou excluídos de catálogos por bibliotecários que a consideravam de pouco interesse ou de qualidade literária inferior. Algumas palavras, entretanto, foram milagrosamente preservadas. “Na Macedônia medieval”, explica um dos personagens de Tom Stoppard na peça *A invenção do amor*, “à última luz bruxuleante da Antiguidade clássica, um homem copiou trechos de velhos livros para seu filho, cujo nome era Septímio; é por isso que temos uma frase de *Os amores de Aquiles*. O amor, dizia Sófocles, é como o gelo que uma criança segura na mão.”³⁴ Espero que os sonhos dos incineradores de livros sejam assombrados por essas provas modestas da permanência do livro.

6. Forma

Que não entre quem não souber geometria.

Inscrição na porta de Platão, na Academia, em Atenas

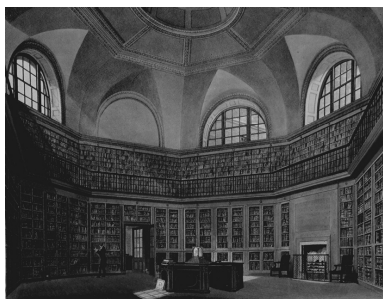
A primeira visão que tive do que seria minha biblioteca reduzia-se a pedras e poeira cobrindo um espaço retangular de mais ou menos seis por treze metros. As pedras caídas pelo chão jaziam entre o pombal e a fornalha que viria a ser meu estúdio; uma areia fina chovia sobre as folhas da trepadeira sempre que um passarinho pousava na parede divisória. Para minha sorte, a arquiteta que projetou a biblioteca mora na aldeia. Ela fez questão de usar métodos tradicionais para limpar a parede e reconstruir o espaço, e contratou pedreiros com experiência no manejo da pedra local, o *tuffeau*, que tem consistência de arenito e cor de manteiga. Era extraordinário ver aqueles homens assentando uma fileira sobre a outra, pondo uma pedra ao lado da outra com a perícia de tipógrafos numa tipografia à moda antiga. A imagem me ocorreu porque, no falar local, as pedras maiores são conhecidas como maiúsculas (*majuscles*) e as pequenas como minúsculas (*minuscules*); em se tratando da construção de uma biblioteca, parecia bem cabível que aqueles herdeiros dos pedreiros de Babel misturassem pedras e letras em seu trabalho. “*Passe-moi une majuscule!*”, diziam um para o outro, enquanto meus livros encaixotados aguardavam em silêncio o dia da ressurreição.



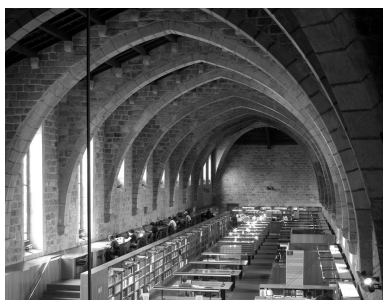
29. A agradável Metropolitan
Reference Library, Toronto.

Os livros dão uma identidade peculiar a um cômodo qualquer e são mesmo

capazes de usurpar a identidade do proprietário — uma característica bem conhecida daquelas personalidades aparvalhadas que se deixam retratar à frente de uma parede coberta de livros, na esperança de que lhe confirmem algum lustro erudito. Sêneca zombava de leitores fanfarrões que confiavam obter prestígio intelectual com paredes assim; dizia-se a favor de um número reduzido de livros, e não das “prateleiras sem fim com que os ignorantes decoram suas salas”.¹ Por outro lado, o espaço em que mantemos nossos livros altera nossa relação com eles. Não leremos um livro da mesma maneira se estivermos dentro de um círculo ou de um quadrado, num cômodo de teto baixo ou em outro de caibros altos. E a atmosfera mental que criamos no ato da leitura, o espaço imaginário que construímos quando nos perdemos nas páginas de um livro é confirmado ou refutado pelo espaço físico da biblioteca, e é afetado pela distância entre as estantes, o apinhamento ou a escassez de livros, as qualidades tácteis e olfativas, os graus variáveis de luz e sombra. “Todo bibliotecário é, até certo ponto, um arquiteto”, observou Michel Melot, diretor da biblioteca do Centro Pompidou, em Paris. “Ele constrói a coleção como um conjunto em que o leitor tem que encontrar o caminho, descobrir a si mesmo e viver.”²



30. A biblioteca real em Buckingham House, Londres.



A biblioteca que eu imaginara para meus livros, muito antes que suas paredes fossem erguidas, refletia o modo como eu desejava ler. Há leitores que têm prazer em confinar uma história aos limites de um recinto minúsculo; há outros para os quais um espaço circular vasto e público permite imaginar que o texto se estende rumo a amplos horizontes; outros ainda que se deleitam num labirinto de salas pelas quais podem vagar, capítulo após capítulo. Eu sonhava com uma biblioteca baixa e comprida, onde sempre houvesse sombra suficiente entre os focos de luz sobre a mesa, sugerindo que lá fora já era noite, um espaço retangular em que as paredes se espelhassem e onde eu pudesse sentir que os livros do outro lado estavam ao alcance da mão. Sempre li ao sabor do acaso, permitindo que os livros se associassem livremente, sugerissem vínculos por sua mera proximidade, chamassem um pelo outro através da sala. O espaço que escolhi para minha biblioteca estimula meus hábitos de leitura.

A ideia de uma biblioteca traçada em papel, vazia de leitores e livros, despida de estantes e divisões não é outra coisa senão a moldura para um certo estilo de leitura, a redução de um universo ainda sem forma a sua expressão mínima: a forma geométrica pura. Espaços quadrados contêm e dissecam; espaços circulares proclamam continuidade; outras formas evocam outras qualidades. A Toronto Reference Library é uma sucessão de discos ascendentes. A biblioteca de Buckingham House (onde o rei Jorge III guardava seus livros) era octagonal. A primeira Biblioteca Ambrosiana, em Milão, alojada em três casas reformadas que mal serviriam para “porcos e prostitutas despudoradas”,³ ocupava um retângulo estreito. A biblioteca da Universidade Livre de Berlim foi projetada por Norman Foster de modo a se parecer com um crânio e hoje leva a alcunha de Cérebro. A Bibliothèque de France, em Paris, tem a forma de uma mesa invertida. A Biblioteca de Catalunya, em Barcelona, é um cilindro cortado longitudinalmente. A Biblioteca de Wolfenbüttel, na Alemanha, foi concebida pelo arquiteto Hermann Korb em forma oval. A Biblioteca da Universidade de Freiburg, construída em 1902, tem a forma de um triângulo.

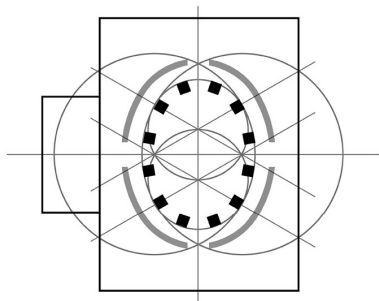


O projeto mais antigo que temos de uma biblioteca medieval é um quadrado. Traçado no mosteiro de Reichenau para a abadia de Sankt Gall, na Suíça, ele data aproximadamente de 820 e é dividido em dois pisos. No térreo fica o *scriptorium*, dois lados do qual são ocupados por sete mesas pequenas sob um número igual de janelas, com uma mesa maior no centro da sala. Acima, o espaço para o armazenamento dos livros, de onde um corredor leva ao grande coro, em que ficam os grandes volumes de uso litúrgico.⁴ O resultado (desprezando-se o corredor e o coro) é um cubo perfeito em que a seção superior reflete a inferior: os livros produzidos embaixo são estocados mais acima e serão por sua vez usados pelos copistas, numa cadeia infinita de reprodução literária. Não sabemos se o projeto chegou a ser realizado, mas a forma harmoniosa do quadrado deve ter parecido perfeita, aos olhos do arquiteto anônimo, para a criação, preservação e consulta de livros.

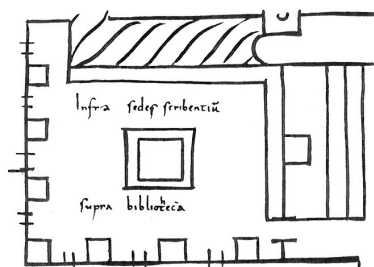


33. As torres em forma de livro da Bibliothèque de France, em Paris.

Uma biblioteca de ângulos retos sugere divisão em partes e temas, consistente com a noção medieval de um universo compartimentado e hierárquico; uma biblioteca circular permite mais generosamente que o leitor imagine que cada última página é também a primeira. Em termos ideais, para muitos leitores uma biblioteca deveria ser uma combinação de ambos, uma interseção de círculo e retângulo ou de oval e quadrado, como a planta-baixa de uma basílica. A ideia não é nova.



34. Plano da biblioteca de Wolfenbüttel.



35. Esquema de biblioteca num monastério carolíngio, 820.

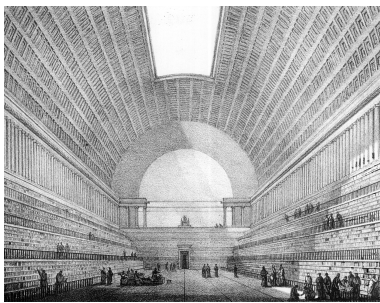
Pelo fim do século XVII, a Biblioteca Real da França deixara de ser a coleção particular estabelecida no século XV por Luís XI, para se tornar uma vasta reunião de coleções resultantes de doações, de pilhagens e do decreto real que criou o *dépôt légal*, assinado em dezembro de 1537, tornando obrigatório o depósito no Château de Blois de dois exemplares de cada obra impressa na França.⁵ Na altura da Revolução Francesa, era óbvio que essa biblioteca nacional em rápida expansão precisava de uma nova sede, e ao longo do século seguinte propuseram-se muitas soluções para o problema de alojar tantos livros. Alguns entusiastas sugeriram transferir a coleção para algum edifício parisiense, como a igreja da Madeleine (então em obras), o Louvre (Napoleão assinou um decreto que jamais foi executado), os prédios governamentais no Quai d'Orsay, o Marché aux Veaux, onde ficavam os açougueiros, e mesmo o Hôpital de la Charité, do qual seria necessário desalojar os pacientes. Outros mais imaginaram novos prédios de vários estilos e proporções, e suas propostas, da mais excêntrica à mais prática, são testemunho da busca de uma forma ideal que proporcionasse aos leitores a necessária liberdade de

movimentos e ao mesmo tempo conferisse a esse espaço de trabalho as melhores virtudes.

Etienne-Louis Boullée, um dos arquitetos mais imaginativos de todos os tempos, propôs em 1785 uma galeria longa e alta, de proporções gigantescas, inspirada nas ruínas da Grécia antiga e na qual o retângulo da galeria seria encimado por teto em arco, ao passo que os leitores poderiam transitar entre longos mezaninos em forma de terraço à procura do livro desejado. O projeto jamais saiu do papel, mas pouca coisa no desenho sugeria privacidade e concentração. A biblioteca magnífica de Boullée tinha o traçado de um túnel, antes uma passagem que um pouso, um edifício concebido menos para a leitura ociosa que para a consulta rápida.

Cinquenta anos mais tarde, o arquiteto Benjamin Delessert imaginou uma biblioteca elíptica no interior de um prédio retangular, com estantes que partiam do centro em todas as direções, como os raios de uma roda. Os funcionários ficariam sentados no centro, para ficar de olho nos leitores, mas logo objetou-se que a segurança ficaria a desejar, “a não ser que o bibliotecário disponha de um telescópio e de um alto-falante e fique incessantemente girando sobre um pivô”.⁶ Além disso, as mesas de leitura, instaladas nos espaços entre as estantes, pareceriam desconfortavelmente apertadas e dariam aos leitores uma sensação de clausura ou claustrofobia. Apesar das objeções, a ideia de um ponto de serviço central cercado de mesas e estantes jamais perdeu seu apelo.

Finalmente, em 1827, quis o acaso que vários edifícios na margem direita do Sena vagassem, oferecendo um espaço já construído aos responsáveis pelo projeto. O velho Hôtel Tubeuf, na esquina das ruas Vivienne e Petits-Champs, foi abandonado pelo Tesouro, ao mesmo tempo que algumas casas e lojas adjacentes ficavam à disposição do município. As autoridades precisaram de mais trinta anos até que os planos para a conversão do local fossem aprovados. O arquiteto encarregado do projeto final foi Henri Labrouste, que fizera seu nome com a renovação de uma outra biblioteca parisiense, a Bibliothèque Sainte-Geneviève.⁷

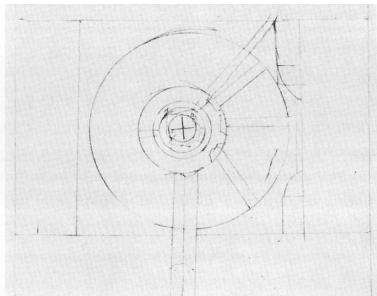


36. *A concepção fantástica de Boullée para uma biblioteca ideal.*

Labrouste sabia que uma biblioteca nacional é tanto um monumento como um lugar de trabalhos cotidianos, tanto um símbolo da riqueza intelectual de uma nação como um espaço prático em que leitores comuns precisam exercer seu ofício com conforto e eficiência. A forma e o tamanho deviam portanto traduzir vastidão e intimidade, grandeza majestosa e reclusão discreta. Labrouste concebeu a sala de leitura central — o cerne da biblioteca — como um círculo inscrito num quadrado, ou, antes, como uma série de círculos pairando bem acima do quadrado de leitores reunidos: nove domos de vidro que deixavam a luz do sol penetrar e iluminar o espaço abaixo, todo em ângulos retos. Como no projeto de Delessert, um bibliotecário vigiava o rebanho do centro da sala, dentro de uma cabine com parapeitos em que podia voltar-se para todos os lados. Altas colunas de metal suportavam os arcos dos domos, dando ao interior um ar de jardim de inverno, ao passo que cinco níveis de estantes cobriam as paredes laterais e criavam espaço para mais de um milhão de volumes.



37. *A sala Labrouste na Bibliothèque Nationale de Paris.*



38. O esboço inicial da sala de leitura, traçado pelo próprio Panizzi e datado de 18 de abril de 1852.

Trinta anos depois, na outra margem do canal da Mancha, a nova sala de leitura da British Museum Library em Londres estava em vias de conclusão num desenho semelhante, exceto pelo fato de que uma só cúpula coroava o espaço circular e as mesas dispunham-se em raios a partir do centro, controladas pelo inescapável bibliotecário. O British Museum, instituição que a abrigava, existia havia mais de um século e tivera até então seis salas de leitura, todas elas deploráveis. A primeira fora uma sala estreita e escura, com duas janelas diminutas, que os conselheiros do museu, em 1785, haviam decidido “transformar em sala de leitura, com uma mesa de carvalho coberta de partições verdes e mais vinte cadeiras”. A sexta, que esteve em uso de 1838 a 1857, consistia de duas salas altas e quadradas com mais de 10 mil obras de referência e 24 mesas. A ventilação era deficiente; os leitores reclamavam que os pés ficavam gelados e a cabeça aquecida demais. Muitos sofriam com o que se tornou conhecido como “cefaleia do Museu” e com a desagradável “pulga do Museu”, que um leitor disse ser “maior do que em qualquer outro lugar, exceto nas salas de triagem dos abrigos de pobres”.⁸ A sétima sala de leitura, inaugurada em maio de 1857, foi concebida de modo a evitar os dois problemas e a assegurar mais espaço para os livros. A forma — um círculo no interior de um quadrado — fora sugerida por Anthony Panizzi, o mais eminente dos bibliotecários da British Museum Library, que certa vez declarou que “cada estante, cavilha e pivô do novo edifício foi pensado em horas de vigília noturna”.⁹

Como Panizzi, também Labrouste, ele mesmo bibliófilo entusiasta, estava convicto da importância de dar proporções humanas a um espaço tão amplo — mesmo nas áreas além da sala de leitura. Os livros não deviam ser meramente armazenados nos depósitos; deviam permanecer acessíveis ao leitor comum. Assim, a largura das estantes foi estabelecida segundo a envergadura dos braços abertos de uma pessoa de porte médio (de modo que os leitores pudessem apanhar tanto os livros da esquerda como os da direita sem ter de se deslocar), e a altura foi vinculada ao alcance da mão (de modo que os leitores pudessem alcançar a prateleira mais alta sem necessidade de banquinhos ou escadas de correr). Apesar da vastidão, não se criava uma sensação de apinhamento sob os domos arqueados de vidro. Muito embora a sala de leitura pudesse receber centenas de leitores ao mesmo tempo, cada qual habitava um reino privado, sentado a uma mesa numerada dotada de tinteiro e porta-caneta, e aquecida no inverno por uma combinação de fornos de metal e radiadores de água quente que também serviam como descanso para os pés. Tendo trabalhado na Salle Labrouste e na sala de leitura do British Museum, eu conheço bem a sensação mista de expansão e contenção, grandiosidade e reclusão que o quadrado e o círculo combinados conferem a esses espaços.

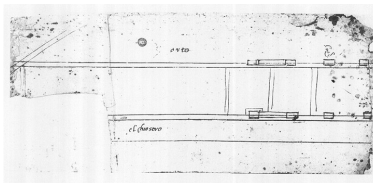
Outras formas produzem outras qualidades físicas. Um simples retângulo, por exemplo, é capaz de sugerir uma espécie diferente de limite e infinitude, continuidade e separação, como prova uma das bibliotecas mais encantadoras jamais construídas, a Biblioteca Laurenziana de Florença. Miraculosamente, temos um esboço de seu plano original: um pedaço de papel, pouco maior que uma nota de 1 dólar, conservado nos Arquivos Buonarroti, com um dos cantos rasgados — onde talvez o artista tenha rabiscado um recado rápido. O esboço não mostra nada além de um retângulo de linhas duplas, interrompido por alguns traços curtos que representam as escoras intermitentes de pedra. Desenhado pelo próprio Michelangelo, é o primeiro desenho que temos do que seria seu “primeiro edifício, o mais integralmente executado e, quem sabe, sua contribuição mais original à arquitetura renascentista”.¹⁰ Há duas palavras escritas no papel, uma acima do retângulo, *orto* (jardim), e outra abaixo,

chiostro (claustro). No começo do projeto, o lugar exato da biblioteca ainda não fora determinado, mas, tão logo imaginou sua forma futura, Michelangelo soube precisamente qual seria o seu lugar: a seção intermediária do edifício central do monastério de San Lorenzo, entre o jardim e o pátio do claustro.



40. As estantes da *Bibliothèque Nationale* não exigiam escadas: suas dimensões eram determinadas pela altura e pela envergadura do corpo humano.

A ideia de uma grande biblioteca monástica em San Lorenzo, capaz de alojar a soberba coleção reunida pelos Medici, fora proposta pelo cardeal Giulio de' Medici já em 1519, muitos anos antes da encomenda efetiva, que, por razões financeiras, teve de esperar até 1523 para ser feita em termos oficiais. Nesse ano, o cardeal tornou-se o papa Clemente VII. Aos olhos do papa Clemente, uma biblioteca era genuinamente uma biblioteca, isto é, não uma câmara suntuosa, coberta de volumes de luxo, mas um lugar para guardar livros e fazer uso da palavra escrita, uma instituição cujo propósito consistia em servir ao público erudito, complementando com seus tesouros o acervo mais modesto das coleções universitárias.



41. O primeiro esboço de Michelangelo para a Biblioteca
Laurenziana.

Clemente era neto de Lorenzo, o Magnífico, que emprestaria seu nome à grande coleção dos Medici. Era filho ilegítimo de Giuliano de' Medici e sua amante Fioretta, mas sua condição de bastardo foi ignorada por seu primo, o papa Leão X, que desdenhou todas as objeções para torná-lo arcebispo de Florença, e logo cardeal. Muito embora não tivesse o talento político do avô, Clemente era, como ele, um letrado e um amante das belas-artes. Opôs-se com pertinácia aos movimentos reformistas que se espalhavam pela Igreja católica e decretou medidas contra Lutero e os príncipes protestantes na Alemanha. Acima de tudo, era um Medici e era florentino, fortemente avesso a mudanças e mais afeito a gozar as prerrogativas sociais e artísticas de sua posição. Patrono ambicioso, mas perspicaz, Clemente apoiou autores como Francesco Guicciardini e Maquiavel, e artistas como Benvenuto Cellini, Rafael e Michelangelo.¹¹

Clemente era um *connoisseur*, não um mero admirador das obras que encomendava. A correspondência que manteve com Michelangelo, do começo da construção da biblioteca até sua conclusão, testemunha sua preocupação minuciosa. Por três anos inteiros, de 1523 a 1526, o papa Clemente em Roma e Michelangelo em Florença trocaram cartas três ou quatro vezes por semana. Carta após carta, Clemente sugeria a Michelangelo — mas deve-se lembrar que sugestões papais valiam por ordens — todo tipo de arranjos e disposições: que os textos latinos fossem separados dos gregos, que os livros raros fossem guardados em pequenos gabinetes individuais, que as fundações do edifício fossem reforçadas, que o teto fosse em arco para prevenir incêndios. Com insistência importuna, fazia questão de saber de tudo: quantas mesas Michelangelo previa para a sala de leitura, quantos livros ficariam em cada mesa, onde Michelangelo pretendia conseguir a noqueira para as mesas e de que modo a madeira seria tratada. Dava opiniões sobre tudo, do desenho das

portas à importância da iluminação, onde conseguir o melhor travertino para a cal e quantas camadas de estuque deviam ser aplicadas às paredes. Na maioria das vezes, Michelangelo respondia pronta e diplomaticamente, ora aceitando as sugestões, ora ignorando-as por inteiro.¹²

Conservador em política, Clemente era mais aberto à inovação em matéria artística — mas permanecia um homem prático. Quando Michelangelo lhe disse que queria iluminar o vestíbulo da biblioteca por meio de claraboias circulares, Clemente mostrou-se deliciado com a ideia, mas observou que pelo menos duas pessoas teriam que ser empregadas “apenas para manter limpos os vidros”.¹³ Por outro lado, Michelangelo (cuja teimosia era um de seus traços mais notórios) nem sempre esperava pela aprovação papal, e começou a erguer as paredes em dezembro de 1525, três meses antes que o projeto final fosse aprovado por Sua Santidade.

Em novembro de 1523, quando recebeu a encomenda de um projeto para a biblioteca, Michelangelo tinha 48 anos. Célebre em toda a Europa, ele era, aos olhos de patronos e colegas de ofício, um pintor, escultor, arquiteto e poeta cujos talentos estavam acima de dúvida. Em todos esses domínios, ele jungia o mundo físico ao mundo mental, de tal modo que as leis de um entrelaçavam-se às leis do outro. Para Michelangelo, as propriedades da madeira e do mármore espelhavam-se nas propriedades da imaginação e da razão; para ele, estética e física, ética e matemática dividiam a mesma matéria e a mesma substância. Num soneto inacabado, composto à altura dos trabalhos em San Lorenzo, ele escreveu:

*Nenhum pedaço de madeira preserva
Sua umidade própria fora de seu próprio lugar,
E, tocado mesmo de leve por algum grande calor,
Não tem como não secar e arder e queimar.
Assim também o coração, levado por quem não o devolverá,
Vivendo em lágrimas e nutrindo-se de chamas,
Longe de seu próprio lar e lugar —
Que golpe não lhe seria fatal? ¹⁴*

A confiança de Michelangelo na capacidade das coisas materiais de reproduzir ou traduzir o pensamento e os sentimentos segundo regras objetivas torna-se evidente na Biblioteca Laurenziana. Três encomendas arquitetônicas ficaram a seu cargo. A primeira, a fachada, não foi jamais concluída. A segunda, a capela Medici, foi um projeto que ele assumiu em

estágio avançado, quando outros artistas já haviam trabalhado nele por anos, e, mesmo que tenha feito ali algumas de suas melhores obras, sua contribuição foi apenas parcial. Mas a terceira, a biblioteca, foi obra exclusiva de Michelangelo.

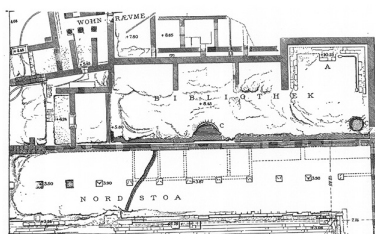
Uma vez que a biblioteca devia ser usada primariamente como lugar de trabalho, o interior teve primazia estética sobre o exterior. Erguida (por temor às cheias do rio) no terceiro andar, ela consiste em um vestíbulo, uma escadaria esplêndida e espantosamente original e uma sublime sala de leitura que parece se estender até um ponto de fuga no horizonte. Todo o espaço interno da biblioteca deriva de retângulos: os vãos ladeados por colunas para as janelas, abertas ou cegas; as fileiras de mesas nos dois lados da sala; o majestoso corredor central; o teto reticulado e entalhado. É fácil imaginar o efeito criado pelos grandes códices iluminados ou pelos volumes menores, *in-octavo*, abertos sobre o tampo inclinado das mesas, duplicados por formas igualmente retangulares nas paredes, no chão e no teto, de tal modo que todos os elementos arquitetônicos e decorativos recordam ao leitor a relação íntima entre o mundo e o livro, o espaço físico ilimitado que, na biblioteca, divide-se em áreas feitas à semelhança de páginas. Entretanto, o motivo central do teto do vestíbulo, em madeira entalhada, não é um retângulo, mas quatro círculos interligados, representando o anel de diamante dos Medici — padrão que se repete no piso da biblioteca, revestido de lajotas amarelas e vermelhas, e que lembra aos leitores os quatro cantos do universo divino, refletidos na palavra de Deus, registrada pelos quatro evangelistas.

Giorgio Vasari, contemporâneo de Michelangelo, fala da “liberdade” que o artista se arrogou ao tomar distância das noções clássicas de ordem e proporção, uma liberdade da qual “todos os artistas são grandes e eternos devedores”. Para Vasari, em nenhum outro lugar Michelangelo demonstrou essa ordem de ideias tão bem como na Biblioteca Laurenziana:

na bela distribuição das janelas, no padrão do teto e na maravilhosa entrada do vestíbulo. Jamais se viu graça tão justa, no detalhe e no plano geral, como a dos consolos, tabernáculos e cornijas, nem se viu escadaria tão cômoda. E, nessa escadaria, Michelangelo introduziu recortes tão estranhos no desenho dos degraus e afastou-se em tantos detalhes e a tal ponto da prática normal que todos ficaram espantados.¹⁵

A escadaria que Vasari tanto admirava é de fato um prodígio. Michelangelo concebera-a em nogueira, não na pedra cinzenta em que finalmente foi

executada pelo escultor florentino Bartolomeo Ammanati em 1559, 25 anos depois que Michelangelo deixou Florença, em 1534. Mas mesmo em pedra cinzenta, em vez da madeira escura que anunciaria ao visitante o material das mesas e do teto da sala de leitura, a escadaria sugere uma complexidade espacial que parece quase impossível num espaço tão restrito, numa passagem intrincada que oferece ao menos três rotas diferentes e impõe uma escolha, o que parece perfeitamente cabível a quem adentra o reino dos livros. A área do vestíbulo é pequena; o projeto de Michelangelo trata-a como se fosse ampla, e assim os degraus parecem cair em cascata das balaustradas em três rampas de descida sem corrimãos, a central com degraus arredondados, terminando em volutas, as laterais com degraus retangulares que se transformam suavemente em losangos à medida que se aproximam do chão. Escrevendo de Roma a Vasari, antes que a construção tivesse começado, Michelangelo dizia que se lembrava do desenho original, mas “como em sonho”. É essa a qualidade que melhor define a obra acabada.



42. Plano da biblioteca de Pérgamo.

O que para Vasari parecia uma novidade surpreendente, porém, era antes um aperfeiçoamento de ideias primitivas sobre a forma de uma biblioteca. Os exemplos são muitos. Um dos primeiros data de 2300 a.C.: escavações arqueológicas realizadas em 1980 no sítio do antigo palácio real de Ebla, na Síria, revelaram uma sala retangular contendo os vestígios de uma biblioteca: mais de 15 mil tabuletas de barro que pareciam ter sido guardadas em estantes de madeira ao longo das paredes; quando os invasores atearam fogo ao palácio e as estantes arderam, as tabuletas se amontoaram pelo chão.¹⁶ Descobriu-se ainda que a biblioteca de Pérgamo seguia o mesmo desenho, 25 séculos depois. Suas ruínas mostram que tinha a forma de um retângulo formado por uma sucessão de câmaras: a primeira e maior era usada para encontros, as três

seguintes guardavam o acervo. Os leitores consultavam os rolos num espaço anterior às câmaras, abrigados por uma colunata. Em Roma, na biblioteca do fórum de Trajano, construída em 112, o desenho mudou um pouco: manteve-se a forma retangular, mas eliminou-se a divisão em salas menores.¹⁷ Projetando a Biblioteca Laurenziana, Michelangelo sabia que estava refinando um desenho antigo e prático, bem conhecido de Platão e Virgílio.

Michelangelo parece ter perseguido ao longo da vida dois ideais do mundo antigo, opostos e todavia complementares. De um lado, o ideal de perfeição, a qualidade irretocável da arte grega que, para ele e seus contemporâneos, dava a cada uma das obras-primas da Antiguidade a força duradoura de uma coisa completa em si mesma. De outro lado, sua natureza fragmentária, fruto do tempo e do acaso, que aos olhos dos artistas renascentistas permitiam que certas ruínas e restos estilhaçados refletissem uma perfeição esvaída, mas implícita nos torsos sem cabeça e nos detalhes das colunas¹⁸ — uma descoberta estética que os inventores do neogótico viriam a explorar no século XVIII. A Biblioteca Laurenziana exhibe ambas as qualidades.

Entre as muitas descobertas dos artistas do Renascimento encontra-se a “seção áurea”. O conceito era conhecido na Grécia antiga e fora empregado tanto na arquitetura grega como na romana, mas só foi formulado claramente em 1479, quando o matemático Luca Pacioli, num livro ilustrado por Leonardo da Vinci e impresso dez anos mais tarde, definiu-a como “uma linha dividida de tal modo que a seção menor está para a maior assim como a maior está para o todo”.¹⁹ A perfeição graciosa dessa medida não se deixa explicar em termos matemáticos, e com isso se impôs (e ainda hoje se impõe) como uma qualidade estética de ordem mágica, como um equilíbrio físico para o qual não há fórmula. O retângulo da sala de leitura projetada por Michelangelo, cujos lados correspondem às proporções ideais ditadas pela “seção áurea”, presta homenagem à beleza equilibrada de um templo grego ou de um pátio romano e reduz as belas proporções de nosso vasto universo a uma medida agradável a nossos olhos humanos. As janelas severas e as volutas recorrentes, de um lado, e a escadaria complexa e dinâmica, de outro, ilustram à perfeição a natureza paradoxal de uma biblioteca: as primeiras sugerem que ela pode ser um espaço limitado e ordenado em que nosso conhecimento do universo seja graciosamente reunido; a segunda insinua que nenhuma ordem, nenhum

método, nenhum desenho elegante poderão jamais contê-lo.

7. Acaso

A função ideal de uma biblioteca é a de ser um pouco como a banca de um bouquiniste, um lugar para trouvailles.

Umberto Eco, *O que é O nome da rosa?*

Uma biblioteca não é apenas um lugar de caos e ordem: ela é também o reino do acaso. Mesmo depois de receber uma estante e um número, os livros mantêm mobilidade própria. Abandonados a seus próprios recursos, reúnem-se em formações inesperadas, seguem regras secretas de semelhança, genealogias sem registro, interesses e temas comuns. Abandonadas em cantos desertos ou em pilhas no criado-mudo, em caixas de papelão ou estantes, aguardando a triagem e a catalogação em algum dia futuro, muitas vezes adiado, as histórias conservadas nos livros acabam por se aglutinar em torno do que Henry James chamava de “intenção geral”, e que muitas vezes escapa aos leitores: “o fio em que as pérolas foram enfileiradas, o tesouro escondido, o desenho no tapete”.¹

Para Umberto Eco, uma biblioteca deve ter algo do teor fortuito de um mercado de pulgas. Nas manhãs de domingo, um *brocante* instala-se numa das aldeias vizinhas. Não tem nada da pretensão dos mercados tradicionais de Paris, nem o prestígio das feiras de antiquários que se realizam regularmente por toda a França. O *brocante* é uma mixórdia de tudo, de maciços móveis rurais do século XIX a peças de renda e bordado do lugar, de porcelanas e cristais trincados a parafusos enferrujados e utensílios de jardinagem, de lamentáveis pinturas a óleo e fotos anônimas de famílias a bonecas plásticas de um olho só e carros em miniatura amassados. Esses acampamentos comerciais têm algo das antigas cidades em ruína que Stevenson imaginou do ponto de vista de uma criança:

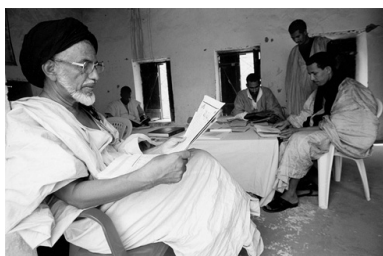
Ali vou ter, quando for homem feito,

*Numa caravana de camelos;
Acender uma fogueira no escuro
De algum aposento empoeirado;
Ver as pinturas nas paredes,
Heróis, lutas e festejos;
E num canto encontrar os brinquedos
Dos meninos egípcios de outrora.*²

No *brocante*, meu interesse costuma se voltar para os caixotes de cartões-postais, gravuras, calendários e especialmente livros. Às vezes os livros são exibidos sob um cartaz bastante óbvio: história da região, arcanos *New Age*, reprodução animal ou histórias de amor. Mas na maioria das vezes são empilhados ao deus-dará: volumes soltos de traduções setecentistas de Homero junto a Simenons surrados do tempo da guerra, boas edições de romances autografados (numa caixa de “2 por 8 euros”, encontrei um exemplar de 1947 de um romance de Colette, *Chéri*, misteriosamente dedicado “A Gloriane, que tenta ‘consertar’ as mulheres e que milagrosamente consegue”) ao lado de incontáveis best-sellers americanos, há muito esquecidos.

Os livros se reúnem ao sabor dos caprichos de um colecionador, dos avatares de uma comunidade, do curso das guerras e do tempo, do descaso, do cuidado, das imponderabilidades da sobrevivência, da triagem aleatória dos catadores de papel — e séculos podem transcorrer até que a congregação adquira a feição identificável de uma biblioteca. Como Dewey percebeu, toda biblioteca deve ter uma ordem, mas nem toda ordem é deliberada ou logicamente estruturada. Há bibliotecas que devem sua criação aos artifícios do gosto, a doações ou encontros casuais. No deserto de Adrar, na Mauritânia central, as cidades-oásis de Chinguetti e Ouadane ainda abrigam dúzias de antigas bibliotecas cuja existência se deve ao capricho das caravanas de passagem, carregadas de especiarias, peregrinos, sal e livros. Do século xv ao século xviii, essas cidades foram pontos de parada obrigatória na rota para Meca. Os livros depositados ali ao longo dos anos, por razões de comércio ou segurança — tesouros que incluíam obras das célebres escolas corânicas de Granada e Bagdá, Cairo e Meknès, Córdoba e Bizâncio —, encontram-se agora na casa de famílias eminentes. Em Chinguetti, por exemplo — um oásis que se gabava de ter doze mesquitas e 25 mil habitantes em sua época de ouro, no

século XVIII —, cinco ou seis famílias, entre as 3 mil almas remanescentes, guardam para o leitor curioso mais de 10 mil volumes de astronomia, sociologia, comentários corânicos, gramática, medicina e poesia.³ Muitos deles foram emprestados por estudiosos de passagem e copiados pelos bibliotecários dessas cidades eruditas; por vezes, invertendo o processo, estudantes chegavam ao lugar e passavam meses copiando um dos livros guardados nas estantes de uma biblioteca.



43. Sala de leitura na biblioteca de Habott, Mauritânia.

Em Ouadane, conta-se a história de um mendigo que, no começo do século XV, apareceu diante dos portões da cidade, famélico e andrajoso. Foi levado à mesquita, alimentado e vestido, mas ninguém conseguiu fazê-lo revelar seu nome ou sua cidade natal. O homem não parecia querer outra coisa senão passar longas horas junto aos livros de Ouadane, lendo em completo silêncio. Por fim, após meses de comportamento misterioso, o imã perdeu a paciência e disse ao mendigo: “Está escrito que aquele que guarda o conhecimento para si não será bem-vindo no Reino dos Céus. Cada leitor é apenas um capítulo na vida de um livro, e quando não passa adiante seus conhecimentos condena o livro a ser enterrado em vida, por assim dizer. Você quer um tal destino para os livros que lhe serviram tão bem?”. Ao ouvir essas palavras, o homem abriu a boca e comentou longa e maravilhosamente o texto sagrado que por acaso tinha diante de si. O imã percebeu que o visitante era um certo estudioso, homem célebre que, desesperado com a surdez do mundo, prometera ficar calado enquanto não chegasse a um lugar em que o conhecimento fosse verdadeiramente prezado.⁴

Há casos em que o ponto de partida de uma biblioteca é imponderável. No

ano de 336, um monge budista cujo nome não conseguiu chegar até nós aventurou-se numa peregrinação pela Estrada da Seda, entre o deserto de Gobi e os ermos de Taklimakan, naquela vasta região da Ásia Central que, dois séculos antes, o geógrafo grego Pausânias chamara terra de Seres, a partir do nome do bicho-da-seda.⁵ Ali, entre as areias e as pedras, o monge teve uma visão do Senhor numa constelação de mil pontos de luz (que os céticos tentaram explicar como efeito do sol brincando sobre os fragmentos de pirita espalhados pelas encostas da região). Para fazer honra à visão, o monge escavou uma gruta nas rochas, rebocou as paredes e pintou-as com cenas da vida de Buda.

Ao longo dos mil anos seguintes, quase quinhentas grutas foram escavadas na pedra macia e adornadas com murais requintados e estátuas sofisticadas em terracota, dando origem ao célebre santuário de Mogao, no oeste da China. Essas imagens, esculpidas e pintadas por gerações sucessivas de artistas piedosos, registram a metamorfose da iconografia do budismo tibetano e chinês, essencialmente abstrata, para uma religião figurativa, que exige a representação de histórias fabulosas protagonizadas por deuses aventureiros, reis ambiciosos, monges iluminados e heróis andantes. O santuário recebeu vários nomes, entre eles Mogaoku, ou Cavernas de Altura sem Igual, e Qianfodong, ou Lugar dos Mil Budas.⁶ Então, em algum momento do século XI, provavelmente com o fito de preservá-la da cupidez de exércitos estrangeiros, uma coleção de mais de cinquenta mil estátuas e manuscritos inestimáveis foi escondida e lacrada numa das grutas de Mogao, transformando o lugar, que permaneceria intocado por sete séculos, no “primeiro e maior arquivo de papel do mundo e única biblioteca budista da época”.⁷

Mas essa colmeia de grutas em Mogao não era o único depósito precioso da região. Não longe do santuário, erguia-se a antiga cidade de Dunhuang, fundada no século IV a.C. e uma das principais etapas da Estrada da Seda, que se estendia de Luoyang, às margens do rio Amarelo, até Samarcanda e Bagdá. Alguns séculos após sua fundação, e graças a sua localização estratégica nas fronteiras do império chinês, Dunhuang tornou-se uma praça forte cobiçada por muitas nações: os tibetanos, os uigurs túrquicos, os khotaneses, os tanguts e finalmente os mongóis de Genghis Khan, que conquistaram essa área eminentemente cosmopolita no começo do século XIII. Uma extraordinária

variedade de culturas encontrou-se nessa fronteira entre dois desertos, reunindo sob o mesmo teto (ou sob os muitos tetos de Dunhuang) os luxos persas e os estilos formais da Ásia helenística, as múltiplas culturas da Índia e as convenções das artes figurativas europeias. Um friso vertical de Dunhuang, datado do século V e decorado com figuras dançantes, parece imitar os movimentos de um friso semelhante encontrado em Pompeia; um alto-relevo em pedra do século III, ilustrando a história de como o príncipe Sidarta aprendeu 64 alfabetos diferentes com seu mestre Visvamitra, mostra o rapaz sentado de pernas cruzadas com seus instrumentos de escrita, na mesma posição e coroadado com o mesmo halo do Menino Jesus em marfim da capa de um livro de orações alemão do século X, exposto no Musée de l'Oeuvre Notre Dame, em Estrasburgo; uma decoração de teto do século VI em Dunhuang, representando três lebres que se perseguem em círculo, faz eco às lajotas da catedral de Chester, do século XIII; tapeçarias encontradas muitas milhas a leste de Khotan, oásis que Marco Polo visitou em 1274, mostram imagens de gladiadores romanos; murais de um templo budista num forte tibetano do século VIII, próximo do deserto chinês de Lop Nop, figuram anjos alados semelhantes às centenas de outros nos altares da Europa medieval.⁸



44. As cavernas de Dunhuang na Grande Rota da Seda.

Num império tão vasto como a China, sabia-se havia muito tempo que essa espécie de mistura cultural era uma consequência, desejável ou não, de políticas expansionistas, e era claro para os chineses que uma das prerrogativas do conquistador consistia não em silenciar, mas em adotar e tirar proveito das realizações das culturas derrotadas. Uma antiga crônica chinesa conta de que modo, depois de conquistar o reino de Ch'in no ano de 206 a.C., os líderes chineses Hsiang Yu, de Ch'u, e Liu Pang, de Han, lutaram entre si pela

supremacia. Certa noite, Hsiang Yu e suas tropas, sitiados por Liu Pang, ouviram canções de sua terra natal cantadas no campo inimigo e “finalmente perceberam que a terra de Ch’u estava completamente nas mãos de Liu Pang, de Han”.⁹

Todos esses povos, cujos gostos e tradições se influenciaram e transformaram mutuamente, quer estivessem de passagem ou dispostos a se estabelecer por algum tempo naquelas regiões remotas, registraram dia após dia suas transações e experiências — efêmeras ou transcendentais, práticas ou imaginativas. Com isso, Dunhuang tornou-se não apenas um entreposto de manuscritos preciosos, mas ainda um depósito de todo tipo concebível de rabisco e rascunho traçado pela mão de monges, peregrinos, soldados e mercadores que a visitaram ao longo de dois mil anos: papéis oficiais e documentos pessoais, correspondência pública e privada, escritos sagrados e cálculos seculares, livros de anotações e rolos cerimoniais. Mesmo depois que esse ramo da Estrada da Seda passou a ser menos visitado e Dunhuang perdeu sua preeminência, a massa de detritos e vestígios da vida cotidiana de seus moradores continuou a se acumular. Por centenas de anos, tanto o tesouro de manuscritos em Mogao como os restos e retalhos deixados para trás nas moradias abandonadas de Dunhuang continuaram esquecidos sob a areia do deserto.

Em 1900, um estudioso britânico com o nome implausível de Marcus Aurelius (mais tarde reduzido a Mark Aurel) Stein, nascido na Hungria e funcionário do India Office, interessou-se pelas histórias que despontavam aqui e ali sobre essa região aparentemente lendária. Atravessou milhares de quilômetros inóspitos de rocha e areia em busca do santuário esquecido. Num dos relatos dessa aventura, Stein chamou a região de Seríndia, ecoando a nomenclatura de Pausânias.¹⁰ Stein liderou quatro expedições à Seríndia e, apesar da parca e tarda assistência das autoridades britânicas, conseguiu reunir um lote extraordinário de manuscritos e objetos.

Para o governo chinês, as expedições de Stein pareciam ser meras desculpas para uma pilhagem indiscriminada com o fito de preencher as salas do British Museum. Entretanto, Stein não coligiu apenas manuscritos preciosos e obras de arte, mas ainda as bugigangas abandonadas como lixo pelos habitantes dessas cidades desertas, que, “se não constituíam uma tentação para os caçadores de tesouros das eras subsequentes, haviam adquirido valor

excepcional para nós”:¹¹ uma ratoeira quebrada ou um caco de um cálice estilizado, uma lista de instruções sobre como conservar cereais e um humilde pedido de desculpas por se ter bebido demais numa festa, o primeiro esboço de um poema budista e uma oração pelo resgate seguro de uma criança sequestrada.



45. O magnífico *Sutra de Diamante*.

Nem todo o butim foi escavado durante as expedições. Milhares dos manuscritos mais valiosos que Stein trouxe para a Inglaterra foram vendidos por um monge taoísta chamado Wang Yuanlu, que já se desfizera de muitas peças importantes a fim de garantir o beneplácito dos magistrados locais. Muitas das aquisições de Stein eram únicas: os exemplos mais antigos de rolos ilustrados chineses, ainda com as fitas e laços de seda originais; o mais antigo mapa cosmológico de que se tinha notícia (e que, para os chineses, era também um diagrama do poder político, uma vez que o imperador passava por ser também o Comandante Celestial); e o célebre *Sutra de Diamante*, o primeiro livro impresso que se conhece em todo o mundo. Conservados hoje em dia no acervo do British Museum, constituem uma das coleções mais raras

e importantes de todos os tempos.

Mas o que representa essa coleção? O que têm em comum essas grandes obras de filosofia e astronomia, teologia e política, cuidadosamente preservadas numa gruta lacrada para um leitor futuro, e esses fragmentos de cartas, essas listas e rabiscos encontrados nas ruínas de uma taverna ou numa latrina murada? Ao contrário das bibliotecas mauritanas das cidades-oásis de Chinguetti e Ouadane, mantidas por guardiães que aceitaram a tarefa como um dever ancestral, nenhum dos tesouros e restos da Seríndia chegou às mãos de uma autoridade esclarecida, e sim a um estrangeiro tardio e remoto. Quis o acaso que se reunissem, mas agora, resgatados de suas tumbas, esses fragmentos exibem uma coerência evidente. O que temos diante de nós, nas salas e nos depósitos do British Museum, pode parecer apenas um butim de explorador ambicioso, uma coleção caridosa de escritos órfãos, uma crônica balbuciante de uma civilização perdida, uma fábula admonitória para os impérios de hoje. Mas também podemos ver a empreitada de Stein como uma missão de resgate. Em seu tempo, cada uma dessas peças, independentes entre si, tinha seu valor e função. Reunidas, mostram-se a nós como um testemunho coletivo, como uma biblioteca de sobreviventes, como atores de uma civilização há muito desaparecida.

8. Oficina

Vou me assentar onde o espírito ditar.

Robert Louis Stevenson, *Lay Morals*

Há uma diferença notável, ao menos para mim, entre o salão maior em que guardo a maioria dos meus livros e o cômodo menor em que trabalho. No salão maior, a biblioteca “propriamente dita”, escolho os volumes que eu quero ou de que preciso, sento-me e tomo notas, consulto minhas enciclopédias. No estúdio, porém, estão os livros que considero mais imediatos, mais necessários, mais íntimos. Cópias surradas do *Pocket Oxford Dictionary* e do *Shorter Oxford* em dois volumes, o fiel e robusto *Robert*, meu *Pequeno Larousse Ilustrado* dos tempos de escola, o *Roget's Thesaurus* na versão de 1962, antes que mãos impuras o revisassem e mutilassem, o *Literatur Lexikon* de Killy, os *Mitos gregos* de Graves na edição Penguin... Todos esses são como que extensões de mim mesmo, a postos e ao alcance da mão, sempre prestativos, conhecidos de muito tempo. Muitas vezes tive que trabalhar em aposentos sem esses volumes familiares, e senti sua ausência como uma espécie de cegueira ou falta de voz.

Em meu estúdio também preciso de certos talismãs que vieram dar em minha escrivaninha ao longo dos anos, e que manuseio distraidamente enquanto penso na próxima palavra a escrever. Os estudiosos renascentistas recomendavam que se mantivessem diversos objetos no estúdio: instrumentos musicais e astronômicos para dar variedade e harmonia ao cômodo, curiosidades da natureza como pedras de forma estranha e conchas coloridas, além de retratos de são Jerônimo, santo patrono dos leitores. Sigo parcialmente a recomendação. Entre os objetos na minha escrivaninha estão uma pedra-sabão em forma de cavalo de Congonhas do Campo, um osso esculpido em forma de crânio de Budapeste, um seixo da Caverna da Sibila, perto de Cumae. Se minha biblioteca é uma crônica da minha vida, meu

estúdio guarda minha carteira de identidade.

Os aposentos em que os escritores (essa subespécie de leitores) se cercam dos materiais de que precisam para seu trabalho adquirem alguma coisa de animal, à maneira de uma toca ou ninho, tomando as formas de seu corpo e oferecendo um receptáculo para seus pensamentos. Ali, o escritor pode fazer a cama entre os livros, ser um leitor monógamo ou polígamo a seu bel-prazer, selecionar um clássico consagrado ou um novato desconhecido, deixar argumentos pela metade, começar por qualquer página aberta ao acaso, passar a noite lendo em voz alta para ouvir o eco da própria voz “sob o silêncio amigável da lua tácita”, nas famosas palavras de Virgílio. O mestre humanista Battista Guarino, filho do célebre humanista Guarino Veronese, insistia que os leitores não deviam percorrer as páginas em silêncio “ou murmurar num fio de voz, pois acontece amiúde que aquele que não pode ouvir a si próprio acaba por pular muitos versos, como se estivesse em algum outro lugar. Ler em voz alta é de não pouco proveito para o entendimento, uma vez que, como é claro, o que soa como uma voz vinda de fora faz que nossos ouvidos ponham a mente em alerta”. Segundo Guarino, proferir as palavras auxilia até mesmo a digestão do leitor, pois “aquece o corpo e afina o sangue, limpa as veias e abre as artérias, e não permite que alguma umidade desnecessária fique parada nos vasos que recebem e digerem a comida”.¹ A digestão de palavras também; muitas vezes leio em voz alta para mim mesmo, no meu recanto da biblioteca, onde ninguém pode me ouvir, para saborear melhor um texto, torná-lo mais meu.

Se o espaço privado é o gênero, o estúdio em seu interior é a espécie. Durante o Renascimento, possuir um estúdio era um sinal de educação e gosto civilizado para todo aspirante a escritor. Mais do que qualquer outro cômodo da casa, um estúdio supostamente possuía um caráter próprio e secreto, que bem poderia persistir muito depois da morte do proprietário.² Composto de textos e talismãs, ícones e instrumentos de todo tipo, o estúdio de um leitor ou escritor tem algo de santuário, dedicado não a uma divindade, mas a uma atividade. A exibição dos instrumentos do ofício proclama sua condição de oficina; sua ordem ou desordem não segue as exigências de uma biblioteca mais comum — mesmo de uma biblioteca particular. O estúdio não é uma versão reduzida da estrutura maior — a biblioteca — que às vezes o contém.

Sua missão é outra: proporcionar um espaço prático para a autorreflexão e agudeza de espírito, para a crença no poder dos objetos e para a confiança na autoridade de um dicionário. O historiador Jacob Burckhardt falava do Renascimento como um “despertar da individualidade”,³ mas não há dúvida de que a individualidade fora despertada muitas vezes antes, em estúdios mais antigos, por homens e mulheres que criaram espaços à parte em que podiam aprender, crescer, refletir e ser refletidos, num diálogo entre o presente singular e as incontáveis gerações passadas — espaços para os quais se recolhiam do alvoroço da vida social. No século I a.C., sentado no estúdio de sua casa à beira-mar em Antium, Cícero escrevia a seu amigo Ático: “Eu me divirto com os livros, dos quais tenho boa provisão em Antium, ou conto as ondas — o tempo não está bom para pescar cavalinhas”.⁴ Mais tarde, acrescentou: “Ler e escrever não me trazem propriamente consolo, mas distração”.⁵ Distração do ruído do mundo. Um lugar para pensar.



46. Rudyard Kipling no estúdio de sua casa em Vermont, a “Naulakha”.

Em 1929, Virginia Woolf publicou suas conferências, hoje famosas, sobre “As mulheres e a ficção” sob o título de *A Room of One's Own*, em que definiu para sempre nossa necessidade de um espaço privado para ler e escrever: “A mente toda deve se abrir por inteiro se quisermos entender que o escritor está comunicando sua experiência com perfeita plenitude. É preciso liberdade e é preciso paz”. E acrescentou: “Nem uma roda pode ranger, nem uma luz pode

brilhar. As cortinas devem ser bem fechadas”² Como se fosse noite.

Os estúdios de escritores célebres são memoriais curiosos. O estúdio de Rudyard Kipling em Rottingdean, onde a maior parte dos livros tem a ver com viagens ou técnicas industriais, é testemunha do interesse do autor pela expressão ou termo técnico preciso; no aposento de Erasmo em Basileia, a luz das vidraças romboides brinca sobre os volumes que lhe enviavam os amigos e colegas a quem gostava de escrever; na biblioteca de Friedrich Dürrenmatt em Neuchâtel, fechada, branca e retangular, uma única estante simples, com encadernações limpas e modernas, dá a volta ao cômodo, à maneira dos labirintos circulares que ele urdia em seus romances; a mansão estofada e acarpetada de Victor Hugo na Place des Vosges, em Paris, parece assombrada pelos manuscritos de suas histórias melodramáticas e pelos esboços de suas paisagens espectrais; os aposentos feios e apertados de Arno Schmidt em Bargfeld bei Celle, na Baixa Saxônia, são tomados por estantes desengonçadas que guardavam deploráveis títulos ingleses (como os romances de Edward Bulwer-Lytton, cujos textos Schmidt recriava em versões alemãs aprimoradas) e caixotes com fragmentos manuscritos em pedaços de cartolina — arquivos em miniatura que Schmidt mantinha em ordem temática e depois usava na composição de suas obras-primas; milhares de outros estúdios e bibliotecas mundo afora são preservados como memoriais de seus proprietários fantasmas, que a qualquer momento poderiam novamente passar uma mão distraída sobre uma peça familiar ou sentar-se na cadeira costumeira, pegar um livro gasto do meio de seus companheiros ou abrir um volume numa certa página de palavras bem-amadas. Bibliotecas desertas conservam as sombras dos escritores que trabalharam nelas e são assombradas por sua ausência.

Em Valladolid, os leitores de *Dom Quixote* podem passear pela casa que Miguel de Cervantes ocupou de 1602 a 1605, ano em que a primeira parte de seu romance foi publicada, e vivenciar um arrepio de *voyeur*. O lugar tem associações melodramáticas: na noite de 27 de junho de 1605, um certo Gaspar de Ezpeleta voltava para casa quando, bem diante da porta, foi assaltado e ferido mortalmente por um homem mascarado. Ezpeleta conseguiu gritar por socorro, conseguindo chamar um vizinho, que por sua vez convocou Cervantes, e os dois carregaram o moribundo para o endereço de uma senhora bem conhecida. O prefeito de Valladolid, suspeitando que

Cervantes (ou um de seus parentes) fosse responsável pelo ataque, ordenou que o escritor e sua família fossem encarcerados. Foram libertados alguns dias depois, tendo provado sua inocência, mas há tempos os historiadores debatem a questão do envolvimento de Cervantes no assassinato. Muito embora restaurada com cuidado, a casa dispõe hoje de peças e objetos que jamais pertenceram a Cervantes. Apenas o estúdio, no segundo andar, contém uns poucos objetos que quase com certeza pertenceram a ele: não a escrivaninha de “ébano e mármore” descrita no testamento de sua filha, Isabel de Cervantes, mas uma outra, igualmente mencionada no documento, “feita de nogueira, a maior que eu tenho”, duas pinturas, uma de São João e outra da Virgem, um braseiro de cobre, um baú de papéis e uma única estante, com alguns dos títulos mencionados em sua obra. Nesse cômodo Cervantes escreveu várias das histórias de suas *Novelas exemplares*, e aqui ele deve ter conversado com os amigos sobre a concepção de seu singular Quixote.³

Num dos primeiros capítulos do *Quixote*, quando o barbeiro e o cura decidem expurgar a biblioteca do cavaleiro dos livros que parecem ter causado sua loucura, a ama insiste que o aposento seja antes salpicado com água benta, “pois poderia estar ali um dos muitos magos que habitam esses livros e ele poderia lançar um feitiço sobre nós e nos punir por querer expulsá-los do mundo”.⁴ Como muita gente que não lê, a ama teme o poder dos livros que se recusa a abrir. A mesma superstição vale para os leitores; os livros que mantemos mais perto de nós são dotados de magia. As histórias que se desenrolam no estúdio de um escritor, os objetos escolhidos para montar guarda numa escrivaninha, os livros selecionados para ficar nas estantes, tudo isso tece uma rede de ecos e reflexos, sentidos e afeições, que suscitam no visitante a ilusão de que algo do proprietário desse espaço vive entre essas paredes, mesmo quando ele já não está mais entre nós.

Há ocasiões em que a sombra de um escritor e a sombra de sua biblioteca fundem-se muito antes de sua morte. Por muitos anos, até partir para morrer em Genebra, Borges viveu em Buenos Aires entre livros que não podia mais ver, desde que fora acometido de cegueira completa, por volta dos cinquenta anos. Seu pequeno apartamento ficava no sexto andar de um edifício discreto no centro da cidade, perto da praça San Martín. A porta era sempre aberta por Fani, a empregada, que conduzia os muitos visitantes pelo pequeno vestíbulo

em que ficavam, à meia-luz, as muitas bengalas de Borges, “esperando pacientemente”, como ele gostava de dizer, “que fossem levadas para um passeio”. Então, por um vão cortinado, entrava-se na sala de estar, onde o mestre cumprimentava as visitas com um fraco e tímido aperto de mão. À direita, uma mesa coberta por uma toalha de renda e quatro cadeiras de espaldar reto mobiliavam a sala de jantar; à esquerda, sob uma janela, havia um sofá bastante gasto e duas ou três poltronas. Borges sentava-se no sofá e pedia ao visitante que ocupasse uma das poltronas à sua frente. Enquanto falava, seus olhos cegos miravam um ponto no espaço, a voz asmática ecoava pelo cômodo cheio de objetos de sua vida cotidiana: uma mesinha sobre a qual ficava uma caneca de prata e um *mate* que pertencera a seu avô, uma escrivaninha minúscula que datava da primeira comunhão de sua mãe, duas prateleiras embutidas carregadas de enciclopédias e duas estantes em madeira escura. Na parede havia uma pintura de sua irmã, Norah Borges, representando a Anunciação, e uma gravura de Piranesi com misteriosas ruínas circulares. Um corredor curto bem à esquerda levava aos quartos: o de sua mãe, cheio de fotografias antigas, e o dele, simples como a cela de um monge, com uma cama de ferro, duas estantes e uma cadeira apenas. Na parede do quarto havia uma placa de madeira com os brasões dos vários cantões suíços, e uma cópia de uma gravura de Dürer, “O cavaleiro, a morte e o demônio” (*“Ritter, Tod und Teufel”*), que Borges celebrara em dois sonetos refinados.

Tendo em mente que Borges chamava o universo de livro e dizia imaginar o paraíso “na forma de uma biblioteca”,⁵ os visitantes esperavam um lugar copiosamente coberto de livros, estantes arrebentando de tão cheias, pilhas de material impresso bloqueando passagens e projetando-se de cada fresta — uma selva de papel e tinta. Em vez disso, descobriam aquele apartamento modesto em que os livros ocupavam um lugar discreto e ordeiro. Quando o jovem Mario Vargas Llosa visitou Borges em meados da década de 1950, fez uma observação sobre o ambiente espartano e perguntou por que o mestre não vivia num lar mais livresco e luxuoso. Borges ficou muito ofendido. “Talvez seja assim que se faz em Lima”, respondeu ao peruano indiscreto, “mas aqui em Buenos Aires não gostamos de ostentar.”

Mas aquelas poucas estantes eram o orgulho de Borges. “Vou lhe contar um segredo”, explicou certa vez. “Gosto de fingir que não sou cego e cobiço livros

como um homem que pode enxergar. Cobiço até enciclopédias novas e imagino que posso seguir o curso dos rios nos mapas e descobrir coisas maravilhosas em vários verbetes.” Gostava de contar como, quando era criança, acompanhava o pai à Biblioteca Nacional e, tímido demais para pedir um livro, simplesmente pegava um dos volumes da Enciclopédia Britânica da coleção aberta e lia o primeiro artigo que aparecesse diante de seus olhos. Às vezes tinha sorte, como quando escolheu o volume *De-Dr* e aprendeu mais sobre os druidas, os drusos e Dryden.⁶ Jamais abandonou o costume de se entregar ao acaso ordenado das enciclopédias, e passava muitas horas folheando (e pedindo que lhe lessem) os volumes da Garzanti, da Brockhaus, da Britânica ou da Espasa-Calpe. Quando havia um naco de informação especialmente apetitoso, pedia ao leitor que o marcasse, com o número da página, no final do volume revelador.

As duas estantes baixas na sala de estar guardavam livros de Stevenson, Chesterton, Henry James e Kipling, bem como *An Experiment with Time*, de J. W. Dunne, vários romances de ficção científica de H. G. Wells, *A pedra da Lua*, de Wilkie Collins, vários romances de Eça de Queirós em encadernações de cartolina amarelada, livros de autores argentinos do século XIX. Ali estavam ainda o *Ulisses* e o *Finnegans Wake*, de Joyce, as *Vidas imaginárias*, de Marcel Schwob, romances policiais de John Dickinson Carr, Milward Kennedy e Richard Hull, a *Vida no Mississippi*, de Mark Twain, *Buried Alive*, de Arnold Bennet, uma pequena edição em brochura de *Lady into Fox* e *A Man in the Zoo*, de David Garnett, com delicadas xilogravuras, *A decadência do Ocidente*, de Spengler, os vários tomos do *Declínio e queda*, de Gibbon, vários livros de matemática e filosofia, incluindo títulos de Swedenborg e Schopenhauer, e seu amado *Wörterbuch der Philosophie*, de Fritz Mauthner. Alguns desses livros acompanhavam Borges desde seus tempos de adolescente; outros, sobretudo os ingleses e alemães, tinham etiquetas das livrarias de Buenos Aires em que haviam sido comprados, todas elas desaparecidas agora: Mitchell's, Rodriguez, Pygmalion.

As estantes do quarto guardavam livros de poesia e uma das maiores coleções de literatura islandesa e anglo-saxônica da América Latina. Ali Borges mantinha os livros de que precisava para estudar o que chamava “as ásperas e laboriosas palavras/ que, com uma boca já tornada em pó,/ usei nos dias de Nortúmbria e de Mércia,/ antes de ser Haslam ou Borges”:⁷ o *Etymological*

Dictionary, de Skeat, uma versão comentada de *The Battle of Maldon*, a *Altgermanische Religionsgeschichte*, de Richard Meyer. A outra estante abrigava poemas de Enrique Banchs, Heine, San Juan de la Cruz e muitos comentários de Dante. Entre os misteriosamente ausentes das estantes contavam-se Proust, Racine, o *Fausto* de Goethe, Milton e as tragédias gregas — livros que ele certamente conhecia e mencionava em seus escritos.

Também seus livros primavam pela ausência. Dizia orgulhosamente aos visitantes que pediam para ver uma primeira edição que não possuía um único volume que trouxesse aquele nome “eminentemente olvidável”. A verdade é que não precisava deles. Muito embora fingisse não lembrar, podia recitar de cor poemas que aprendera décadas antes, além de corrigir e alterar de memória seus próprios escritos, geralmente para espanto e delícia dos ouvintes. Pouco depois de sua morte, a viúva, Maria Kodama, doou a maioria desses livros para uma fundação em Buenos Aires que leva seu nome, e de tanto em tanto alguns volumes são exibidos em exposições organizadas em sua honra. Abertos em caixas de vidro, despidos de seu ambiente, honrados mas não mais lidos — menos transmissores de palavras que objetos funerários, expulsos da casa após a morte de seu dono —, os livros parecem sofrer o destino das esposas e servos daqueles reis antigos que arrastavam todos os seus para a tumba.

Um estúdio confere a seu proprietário, a seu leitor privilegiado, aquilo que Sêneca chamava *euthymia*, um termo grego que, explicava o filósofo, significa o “bem-estar da alma” e que ele traduzia como “*tranquillitas*”.⁸ Todo estúdio aspira, afinal, à *euthymia*. *Euthymia*, memória sem distração, intimidade da leitura, período secreto no dia comunal — é isso o que procuramos num espaço privado para a leitura. Segundo Blake,

*Todo dia há um momento que Satã não saberia encontrar,
Nem seus demônios alertas, mas os industriais encontram
Esse momento, que se multiplica e, uma vez achado,
Renova cada momento do dia, se bem usado.*⁹

Em geral, procuramos a *euthymia* nesses momentos privados, mas há ocasiões em que a descobrimos no espaço comunitário de uma biblioteca pública. No Cairo da era mameluca, no século xv, havia eruditos que trabalhavam em seus aposentos pessoais, mas os leitores de menos meios

materiais eram estimulados a visitar as bibliotecas públicas das escolas e mesquitas. Nelas, os livros ficavam à disposição de quem não podia comprá-los; podia-se copiar as obras desejadas, fosse para decorá-las ou para estudá-las mais à vontade. No século XIII, o estudioso Ibn Jama'a recomendava que os alunos comprassem livros sempre que pudessem, mas achava mais importante que fossem "levados no coração" e não meramente guardados numa estante. Copiar os textos ajudava a decorá-los, constituindo-se assim, pensava ele, uma espécie de biblioteca paralela à de papel e tinta. "O aluno deve sempre ter consigo um tinteiro, para poder anotar as coisas úteis que vier a escutar", aconselhava Ibn Jama'a.¹⁰ Supunha-se que o texto escrito servia de apoio ao texto decorado, uma vez que "o que se memoriza acaba por voar, o que se escreve permanece" (uma versão islâmica do adágio latino *verba volant, scripta manent*).¹¹ Segundo Ibn Jama'a, a arte da memória tinha afinidade com a da arquitetura, uma vez que, ao praticá-la, o leitor podia construir para si um palácio pessoal repleto de tesouros, declarando sua posse dos textos que elegera profunda e definitivamente. Para apurar a perícia na memorização de livros, recomendavam-se mel, palitos de dente e 21 uvas-passas por dia, ao passo que o consumo de coentro e berinjela passava por ser deletério. Ibn Jama'a advertia ainda contra "ler inscrições tumulares, caminhar entre camelos parados em fila e catar piolhos",¹² todas elas atividades que afetavam a nitidez da memória.

No fim do século XV, para exercitar a memória entre os livros que mais bem conhecia, Maquiavel preferia ler em seu estúdio à noite — hora em que lhe parecia mais fácil desfrutar aquelas qualidades que melhor definiam a relação entre o leitor e seus livros: intimidade e pensamento desimpedido. Escreveu:

Quando chega a noite, volto para casa e vou para meu estúdio. No umbral, tiro as roupas do dia, enlameadas e suarentas, e visto paramentos dignos de corte ou palácio, e, nesses trajes mais graves, penetro nos recintos dos antigos e sou recebido por eles, e ali provo do alimento que me é mais afeito, para o qual nasci. Ali ousou falar-lhes e perguntar sobre os motivos de seus atos, e eles me respondem com toda humanidade. E por quatro horas esqueço este mundo, não lembro dos aborrecimentos, não temo a pobreza, não tremo diante da morte: sou parte daquele mundo.¹³

9. Mente

... dar forma visível à presença psíquica e aos movimentos da alma.

Aby Warburg, Ausgewählte Schriften

À maneira de Maquiavel, muitas vezes é à noite que me sento entre meus livros. Prefiro escrever de manhã, e à noite gosto de ler no silêncio denso, quando os triângulos de luz das luminárias dividem em duas partes as estantes da biblioteca. Acima, as fileiras mais altas de livros somem na escuridão; abaixo, a seção privilegiada dos títulos iluminados. Essa divisão arbitrária, que empresta a certos livros uma presença reluzente e relega outros às sombras, é superada por uma outra ordem, que deve sua existência meramente ao que sou capaz de recordar. Minha biblioteca não tem catálogo; eu mesmo dispus os livros pelas estantes, e em geral só preciso recordar o plano da biblioteca para saber onde estão — as áreas de luz e sombra fazem pouca diferença para minhas explorações. Essa ordem rememorada segue um padrão em minha mente, que retém a forma e a divisão da biblioteca, assim como um astrônomo conecta por meio de padrões narrativos os pontos das estrelas; mas a biblioteca, por sua vez, reflete a configuração de minha mente, seu astrólogo distante. A ordem das estantes, planejada e ao mesmo tempo aleatória, a seleção de temas, a história íntima da sobrevivência de cada livro, os vestígios entre as páginas de certas épocas e certos lugares, tudo isso aponta para um leitor singular. Um observador arguto poderia dizer quem sou a partir de uma cópia em frangalhos dos poemas de Blas de Otero, do número de volumes de Robert Louis Stevenson, da vasta seção dedicada a histórias detetivescas, da seção minúscula dedicada à teoria literária, do fato de haver muito Platão e pouco Aristóteles em minhas estantes. Toda biblioteca é autobiográfica.

Na catedral de Santa Cecília, em Albi, no sul da França, um afresco do final do século xv figura uma cena do Juízo Final. Sob um pergaminho desenrolado,

as almas convocadas marcham rumo a seu destino, todas despidas e todas carregando solenemente sobre o peito um livro aberto. Nessa tropa de leitores ressurrectos, o Livro da Vida foi dividido e republicado como uma série de volumes individuais, abertos,¹ como quer o Apocalipse, de modo que os mortos possam ser “julgados pelo que está escrito nos livros”.² A ideia persiste ainda hoje: nossos livros testemunharão contra nós ou a nosso favor, nossos livros refletem quem somos e quem fomos, nossos livros têm nosso quinhão de páginas do Livro da Vida. Seremos julgados pelos livros que dizemos nossos.



47. O Juízo Final na catedral de Santa Cecília em Albi.

O que torna toda biblioteca um reflexo de seu proprietário não é apenas a seleção de títulos, mas a trama de associações implícita na seleção. Nossa experiência elabora outras experiências, nossa memória elabora outras memórias. Nossos livros dependem de outros livros, que os modificam e enriquecem, que lhes dão uma cronologia ao arrepio dos dicionários de literatura. Eu mesmo, depois de tanto tempo, não seria capaz de traçar todas essas conexões. Esqueço, ou não sei mais, de que modo muitos desses livros vinculam-se entre si. Se avanço numa direção — as histórias africanas de Margaret Laurence conjuram em minha memória *Uma fazenda africana*, de Isak Dinesen, que por sua vez me faz pensar em seus *Sete contos góticos*, que me devolvem a Edgardo Cozarinsky (que me apresentou à obra de Dinesen) e seu livro sobre Borges e o cinema, e ainda aos romances de Rose Macaulay, que Cozarinsky e eu discutimos uma tarde, há muito tempo, em Buenos Aires, ambos surpresos de saber que alguém mais os conhecia —, perco então outros fios dessa teia complicada, e me pergunto como, feito uma aranha, consegui

vencer a distância aparentemente infranqueável entre, por exemplo, os *Tristia* de Ovídio e os poemas de Abd al-Rahman, exilado no norte da África de seu lar espanhol. Não se trata apenas de conexões fortuitas. Os livros transformam-se ao sabor da sequência em que são lidos. O *Dom Quixote* lido depois de *Kim* e o *Dom Quixote* lido depois de *Huckleberry Finn* são dois livros diferentes, ambos tingidos pela experiência que o leitor terá feito de jornadas, amizades e aventuras. Esses volumes caleidoscópicos não param de mudar; cada nova leitura lhes dá um novo viés, um padrão diferente. Talvez todas as bibliotecas sejam inconcebíveis, pois, como a mente, refletem a si mesmas, multiplicando-se geometricamente a cada novo reflexo. E todavia esperamos de uma biblioteca de livros sólidos um rigor cuja ausência perdoamos na biblioteca da mente.

Essas bibliotecas mentais fluidas não são (ou não eram) incomuns; no Islã, são exemplares. Muito embora o Corão tenha sido redigido muito cedo, a maior parte da literatura árabe antiga foi confiada por muito tempo à memória de seus leitores. Um exemplo: após a morte do grande poeta Abu Nuwas, em 815, não se encontrou nenhum exemplar de suas obras: o poeta decorara todos os seus poemas, e os escribas que se puseram a registrá-los em papel tiveram que recorrer à memória dos que haviam escutado o mestre declamar. A precisão da memória era de suma importância, e ao longo da Idade Média islâmica considerava-se mais importante aprender ouvindo a leitura em voz alta que por meio do estudo individual, pois desse modo o texto entrava no corpo através da mente, e não apenas pelos olhos. Os autores publicavam suas obras não tanto transcrevendo-as quanto ditando-as aos assistentes, e os alunos aprendiam ouvindo esses textos ou lendo-os em voz alta para um professor. Dada a crença islâmica de que apenas a transmissão oral era verdadeiramente legítima, a memória (e não sua representação física num mundo sólido de livros e manuscritos, muito embora estes fossem importantes o bastante para serem conservados nas escolas e mesquitas) era tida como o grande repositório de uma biblioteca.³ Até certo ponto, “biblioteca” e “memória” eram sinônimos.

E entretanto, por cuidadosa que seja a leitura, textos rememorados muitas vezes passam por alterações curiosas; fragmentam-se, encolhem-se ou se estendem em proporção inesperada. Em minha biblioteca mental, *A tempestade* reduz-se a alguns versos imortais, ao passo que um romance breve

como o *Pedro Páramo* de Juan Rulfo ocupa toda a minha paisagem mexicana imaginária. Um par de frases de um ensaio de George Orwell, “Shooting an Elephant”, chega a ocupar em minha memória várias páginas de descrições e reflexões que penso ver mentalmente impressas; do extenso romance medieval *O coração devorado*, só consigo lembrar o título.

Nem a biblioteca sólida nas estantes, nem a outra, movediça em minha memória, detêm o poder absoluto para sempre. Ao longo do tempo, os labirintos de minhas duas bibliotecas se misturam misteriosamente. E muitas vezes, por meio do que os psicólogos chamam de persistência da memória (um fenômeno mental em que uma certa ideia é tida por verdadeira mesmo depois de refutada), a biblioteca da mente acaba por prevalecer sobre a biblioteca de papel e tinta.

É possível instituir uma biblioteca que imite essa ordem associativa e caprichosa, uma biblioteca que parecesse uma coleção aleatória de livros ao observador desinformado, mas que de fato seguisse uma organização lógica, ainda que profundamente pessoal? Consigo lembrar ao menos um exemplo.



48. Aby Warburg lendo.

Certo dia, em 1920, o filósofo Ernst Cassirer, recém-nomeado para a cátedra de filosofia na Universidade Nova de Hamburgo e então às voltas com o primeiro volume de sua inovadora *Filosofia das formas simbólicas*, pediu para visitar a famosa Biblioteca Warburg, fundada trinta anos antes por Aby Warburg. Seguindo a visão de seu fundador, os livros de filosofia ficavam junto aos de astrologia, magia e folclore, e os compêndios de arte andavam capa a capa com obras de literatura e religião, ao passo que os manuais linguísticos ficavam ao lado dos volumes de teologia, poesia e arte. Cassirer foi guiado por Fritz Saxl, diretor-assistente dessa coleção singularmente organizada, e ao final da visita voltou-se para o anfitrião e disse: “Jamais voltarei aqui. Se voltasse a este labirinto, acabaria por me perder”.⁴

Anos mais tarde, Cassirer explicou seu pânico:

A biblioteca de Warburg não é apenas uma coleção de livros, mas um catálogo de problemas. Não foram os campos temáticos da biblioteca que me causaram aquela impressão avassaladora, mas antes o próprio princípio de organização da biblioteca, um princípio bem mais importante que a mera extensão dos temas contemplados. Ali, na verdade, a história da arte, a história da religião e da mitologia, a história da linguística e da cultura não ficavam simplesmente lado a lado, mas vinculavam-se umas às outras, e todas elas vinculavam-se a um único centro ideal.⁵

Depois que Warburg morreu, em 1929, Cassirer comparou as estantes da sala de leitura da biblioteca (fabricadas de modo a acompanhar a forma elíptica das paredes) ao “sopro de um mago”. Para Cassirer, os livros de Warburg, ordenados segundo as complexidades de seu pensamento, eram, como os livros de Próspero, o bastião de sua força vital.

Aby Warburg nasceu em Hamburgo, em 13 de junho de 1866, filho mais velho de um banqueiro judeu. As fotografias mostram um homem baixo e tímido, com intensos olhos negros. Num questionário que certa vez imaginou para se divertir descreveu-se como “um cavalheiro baixote de bigodes negros que às vezes conta histórias em dialeto”.⁶ Incapaz de se conformar à exigência paterna de abraçar tanto a ortodoxia como o negócio da família, sofria de longos acessos de ansiedade e melancolia. Para se consolar, buscava experiências no mundo dos livros e desenvolveu um interesse profundo pelas filosofias da Grécia e de Roma, pelas culturas do Renascimento, pelas civilizações protoamericanas e pela religião budista. Parecia incapaz de aceitar os limites de uma só disciplina ou escola de pensamento. Uma curiosidade eclética dominava todos os seus propósitos.

A paixão de Warburg por livros e imagens começou na infância. Entre suas primeiras experiências intelectuais, lembrava-se de ver, aos seis anos, as notáveis ilustrações das *Pequenas misérias da vida conjugal* de Balzac, representando cenas familiares dramáticas em que mulheres chorosas, homens furiosos, crianças aos berros e criados sardônicos encenavam os infortúnios da vida conjugal burguesa. O menino deixou-se obcecado por elas, que assombraram vividamente seus sonhos. Alguns anos mais tarde, começou a devorar livros “cheios de histórias sobre peles-vermelhas”. Essas imagens e aventuras lhe ofereciam, como recordou mais tarde, “um meio de tomar distância de uma realidade deprimente, em que eu vivia à mercê”. Incapaz de dar voz a seu ódio e frustração, ao que ele mesmo chamou “emoção de dor”, Warburg buscou e encontrou “uma evasão em fantasias de crueldade

romântica. Foi minha vacina contra a crueldade *ativa*”.⁷ Seus irmãos lembravam-no sempre cercado de livros, lendo todo pedaço de papel que lhe caísse nas mãos — até mesmo a enciclopédia da família, que ele percorreu do primeiro ao último volume.

Além da leitura, colecionar livros tornou-se igualmente uma necessidade vital para Warburg. No aniversário de treze anos, decidido a não seguir nem a carreira do pai nem a religião de sua família, o adolescente voraz ofereceu ao irmão Max os direitos da primogenitura: estava pronto a trocar o privilégio de entrar, como filho mais velho, para a firma familiar pela promessa de que Max compraria todos os livros que Aby quisesse. Max, de doze anos, concordou. Daí em diante, os muitos livros adquiridos com recursos fornecidos pelo fiel Max tornaram-se o cerne da biblioteca Warburg.

A paixão colecionadora de Warburg nunca foi inteiramente aleatória. Ao contrário: desde muito cedo suas leituras parecem ter se voltado para questões bastante específicas. Muitos de nós nos surpreendemos ao reconhecer retrospectivamente, nos primeiros livros que lemos, os indícios de um interesse que só se manifestaria muito mais tarde, e que entretanto parece nos ter guiado muito antes que pudéssemos nomeá-lo. As emoções dos livros de infância de Warburg acabaram por encontrar expressão no *Laocoonte* de Gotthold Ephraim Lessing, um texto clássico que ele leu pela primeira vez ao entrar na universidade de Bonn, aos vinte anos.⁸ O *Laocoonte* de Lessing tornou-se para Warburg uma pedra de toque com poderes mágicos. “É preciso ser jovem”, o velho Goethe escrevera sessenta anos antes, “para entender a influência que o *Laocoonte* de Lessing teve sobre nós, arrancando-nos da passividade contemplativa e descortinando reinos abertos ao pensamento. O *ut pictura poesis* [a comparação clássica entre a estética da pintura e a estética da poesia], mal compreendido por tanto tempo, foi subitamente retomado; os píncaros de uma e de outra arte nos pareciam muito diferentes entre si, e ao mesmo tempo muito próximos em seus fundamentos.”⁹ Na obra de Lessing, o jovem Warburg reconheceu não apenas a força de um argumento que tentava explorar os sistemas criativos próprios às imagens e às palavras, mas sobretudo a noção de que cada época recaptura para seus próprios fins um certo aspecto da tradição, sobre o qual erige sua simbologia e seus sentidos próprios — aquilo que ele chamaria de “sobrevivência da antiguidade, um problema de natureza puramente histórica”.¹⁰ A questão que começou a tomar forma para

Warburg referia-se a como nossos símbolos mais antigos são renovados a cada nova época e como suas reencarnações se vinculam e reverberam entre si. Uma das palavras mais cruciais em seu desenvolvimento intelectual foi *Kompatibilität*, compatibilidade, experiência por associação;¹¹ não surpreende portanto que ele tenha preferido explicar a constituição de sua biblioteca por meio de uma definição emprestada do crítico Ewald Hering. Para Warburg, a biblioteca era memória, mas “memória como matéria organizada”.¹²

A biblioteca que Warburg começou a reunir na adolescência, e que em 1909 transferiu para sua nova casa na Heilwigstrasse, em Hamburgo, era sobretudo uma biblioteca pessoal, e seguia um sistema de catalogação singularmente idiossincrático. No fim do século XVIII e no começo do XIX, grassava na Alemanha uma polêmica sobre o melhor método de organização de uma biblioteca. Os partidos em contenda favoreciam, de um lado, uma ordem hierárquica de assuntos que guiasse o leitor pelos vários domínios do conhecimento, de outro, uma ordem baseada no tamanho e na data de aquisição de cada volume. (Este último método, aliás, fora empregado com êxito em certas bibliotecas medievais.)¹³ Para Warburg, nenhum dos métodos era satisfatório. Ele queria que sua coleção tivesse uma fluidez e uma vivacidade que nem a separação por assunto nem as restrições cronológicas poderiam proporcionar. Fritz Saxl recordou, em 1943, como Warburg reagira à ideia de catalogação mecânica, que, numa época de produção editorial crescente, estava rapidamente tomando o lugar da “familiaridade erudita que se adquire folheando os livros”. Segundo Saxl, “Warburg reconhecia o perigo” e costumava falar da “lei da boa vizinhança”. O livro conhecido não era, na maior parte dos casos, o livro de que se precisava. Era o vizinho desconhecido na mesma estante que continha a informação vital, por menos que se pudesse adivinhá-lo pelo título.

A ideia primordial era que todos os livros juntos — cada qual contendo sua porção maior ou menor de informação e sendo complementado pelos vizinhos — deveriam, por força de seus títulos, levar o estudioso a reconhecer as forças essenciais do espírito humano e de sua história. Para Warburg, os livros eram mais que instrumentos de pesquisa. Reunidos e agrupados, exprimiam o pensamento da humanidade em seus aspectos constantes e cambiantes.¹⁴

Mas não apenas os livros. Warburg tinha uma notável memória para imagens e era capaz de tecer complicadas tapeçarias de conexões iconográficas, que então tentava comentar em ensaios fragmentários. Enquanto compulsava

catálogos de antiquários, anotava em cartõezinhos os títulos que lhe chamavam a atenção, acompanhando-os de comentários densos em seu “estilo sopa de enguia”,¹⁵ para depois arquivá-los em caixas separadas segundo um sistema complicado (e variável). Seus conhecidos falavam de um “instinto” que o guiava na compilação de bibliografias importantes sobre cada assunto que o interessasse, um instinto que o levou a rearrumar (e a continuar rearrumando) os livros nas estantes ao sabor das linhas de pensamento em que estivesse empenhado em determinada ocasião. Tal como Warburg a imaginava, uma biblioteca era sobretudo uma acumulação de associações, cada associação gerando uma nova imagem ou um novo texto, até que as associações devolvessem o leitor à primeira página. Para Warburg, toda biblioteca é circular.

Warburg dedicou sua biblioteca (que chamou *die kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg* [Biblioteca Warburg de Ciência da Cultura]), com sua sala de leitura oval, à deusa grega da memória, Mnemósine, mãe das Musas. Para Warburg, a história da humanidade era uma tentativa contínua e mutante de conferir voz e feição a experiências arcaicas, menos individuais que genéricas, embutidas na memória social. Como muitos estudiosos de sua geração, fora influenciado pelas teorias do neurologista alemão Richard Semon, que formulara uma teoria fisiológica das emoções.¹⁶ Para Semon, a memória é um traço que distingue a matéria vivente da matéria morta. Todo evento que afeta a matéria vivente deixa um traço (que Semon chamava engrama) passível de ser animado quando o lembramos. Para Warburg, esses engramas eram, na verdade, símbolos puros, vivendo no coração de toda cultura, e o que lhe interessava era saber por que uma dada civilização (a do Renascimento ou a do Iluminismo, por exemplo) deixava-se afetar tão profundamente por alguns desses símbolos, ou por alguns aspectos deles, a ponto de moldar sua voz e seu estilo em literatura e arte. Tendo em vista esse poder obsedante, Warburg descreveu maravilhosamente essa memória ativa como “história de fantasmas para adultos”.¹⁷

E quanto à biblioteca? O que era estar no centro daquilo que Cassirer comparou ao bastião de Próspero? A maioria das bibliotecas dá a impressão de uma ordem sistemática, de uma organização que se manifesta por temas ou números ou sequências alfabéticas. A biblioteca de Warburg não exhibe nenhum sistema dessa espécie. Quando visitei a sala de leitura reconstruída em

Hamburgo (que hoje guarda apenas uma fração dos volumes originais) e examinei as estantes arredondadas na câmara central, de formato oval, a sensação que experimentei foi de confusão: era como estar no meio de uma cidade estrangeira, cujas placas certamente significam alguma coisa, mas cujo sentido eu não lograva penetrar. As estantes sugeriam ao olho uma associação ininterrupta de títulos, não uma ordem linear com começo e fim. Intellectualmente, eu conseguia encontrar razões para a proximidade de dois títulos quaisquer — mas essas razões eram tão variadas ou tão remotas que eu não tinha como relacioná-las a qualquer sequência tradicional, como M depois de L ou 2999 antes de 3000. O sistema de Warburg era antes próximo da composição poética. Ler o verso “Brilhante é o círculo das palavras” [*Bright is the ring of words*] impresso numa página é tudo quanto é preciso para uma compreensão imediata e integral da visão do poeta. O leitor não pede explicações: por meio das palavras e da música, o verso suscita uma iluminação instantânea e integral do ato da leitura. Porém, se o poeta tivesse que expor explicitamente todos os meandros e nuances que derivam dessa intuição infável da natureza da poesia, se ele tentasse tornar visíveis todas as linhas e conexões, o verso fugiria à nossa compreensão. O mesmo acontece com a biblioteca de Warburg.

Mas Warburg não podia deixar invisíveis essas conexões, como não podia considerá-las imutáveis, de modo que construiu sua biblioteca como um espaço contínuo, sem ângulos acentuados, onde essas conexões pudessem ter mobilidade infinita. Em certo sentido, sua biblioteca era uma tentativa de revelar, com toda crueza, os nervos expostos de seu pensamento, e de abrir espaço para que suas ideias pudessem migrar, sofrer mutações e se acasalar. Se muitas bibliotecas da época parecem caixas de espécimes entomológicos alfinetados e etiquetados, a de Warburg mostrava-se ao visitante como um formigueiro envidraçado.

Na primavera de 1914, curvando-se à pressão dos colegas, Warburg decidiu abrir a biblioteca a eruditos e pesquisadores, ao mesmo tempo que instituiu um sistema de bolsas que permitiria aos estudiosos viajar a Hamburgo e trabalhar ali. Catorze anos antes, falara cautelosamente a respeito com o irmão Max, e agora retornava ao vasto projeto e discutia as perspectivas com Friz Saxl. Relutava muito, pois admitia abominar a ideia de perder a posse do reino

intelectual privado que criara tão laboriosamente. Ao mesmo tempo, percebia que a abertura da biblioteca era o próximo passo necessário a seu esforço de mapear a intrincada herança simbólica da humanidade, “a sobrevida da Antiguidade”.¹⁸

Mas a Primeira Guerra Mundial interrompeu temporariamente esses planos. Em meio à desolação e à confusão dos tempos, Warburg (que sofria de ansiedade e depressão intermitentes desde a infância) começou a intuir uma concordância soturna entre seu estado mental e o estado do mundo. “Como um sismógrafo, seus nervos sensíveis já haviam registrado os tremores subterrâneos a que os demais permaneceram surdos”, escreveu um de seus contemporâneos.¹⁹ Warburg passou a ver sua busca de vínculos entre nossas primeiras representações simbólicas de impulsos e temores irracionais e as posteriores manifestações artísticas desses mesmos símbolos como uma tensão que se refletia em seus próprios esforços espirituais. Quisera acreditar que a ciência, por meio da crônica das metamorfoses dos impulsos fóbicos, acabaria por encontrar explicações racionalmente apreensíveis de nossas emoções mais primordiais. Em vez disso, percebia que a ciência construía, como derradeiro avatar, uma máquina de guerra ainda mais avançada, com seu gás mostarda e suas trincheiras mortíferas.

Num de seus fragmentos — ao qual acrescentou o exorcismo: “Tu vives e não me fazes mal”²⁰ —, escreveu o seguinte: “Estamos na era de Fausto, em que o cientista moderno se esforça — a meio caminho entre a magia prática e a matemática — por conquistar o reino da razão reflexiva, por meio de uma percepção sempre mais aguda da distância entre o eu e o mundo exterior”.²¹ O fim da guerra, em 1918, não lhe trouxe grande alívio. Dois anos mais tarde, a distância parecia ter se anulado por inteiro a seus olhos.

Em 1920, diante da perspectiva de abrir a biblioteca ao público erudito, e incapaz de continuar suportando a angústia, Warburg internou-se na famosa clínica dos médicos suíços Otto e Ludwig Binswanger em Kreuzlingen, onde Friedrich Nietzsche fora tratado trinta anos antes.²² Ficou ali até 1924. “Por que”, perguntou-se então, “os fados destinam um ser humano criativo ao reino da inquietação eterna, deixando a seu cargo escolher onde sua formação intelectual terá lugar: no inferno, no purgatório ou no paraíso?”²³

O tempo que passou na clínica foi de lenta recuperação, e suas tentativas de recompor a mente esfacelada fragmentavam-se em milhares de imagens e

notas parciais. “Deus está nos detalhes”, gostava de repetir. Ao mesmo tempo, percebia — à maneira de Rousseau, que dissera “Eu morro nos detalhes” — já não ser capaz de reunir os fios de imagem e pensamento que antes perseguira. Porém, sob os cuidados do dr. Binswanger, começou a se sentir restabelecido e, em 1923, indagou se as autoridades o deixariam partir se conseguisse provar sua estabilidade mental. Sugeriu falar aos pacientes da clínica e, em 23 de abril, deu uma conferência sobre os rituais da serpente que testemunhara na juventude, numa viagem à América do Norte. Numa anotação de diário que fez por então, Warburg observou que se via como Perseu, o matador da Medusa (cujas cabeça era coberta de serpentes), que evitara os olhos do monstro mortífero mirando-o por seu reflexo no escudo. Anotou ainda que, na Idade Média, Perseu fora rebaixado de herói a adivinho, para ser resgatado mais tarde, durante o Renascimento, como símbolo de humanidade heroica.²⁴

Quando deixou a clínica, em 1924, Warburg descobriu que Saxl, de comum acordo com a família Warburg, finalmente transformara a biblioteca em centro de pesquisa. Por mais que a tivesse previsto, a mudança o deixou perturbado e derrotado: “Warburg *redux*”, assinou uma de suas cartas da época. Ao mesmo tempo, a transformação também parecia enchê-lo de uma “energia quase espantosa”, e ele se pôs mais uma vez a trabalhar, nas novas condições, entre seus livros bem-amados.

Quem quer que entre na biblioteca não pode deixar de perceber que, desde o início, a criação de Warburg foi essencialmente visual. A forma das estantes, os títulos associados que elas guardavam, as imagens e fotografias que atulhavam as salas, tudo era testemunho da preocupação de Warburg com a apresentação física de ideias e símbolos. As fontes de suas questões eram imagens; os livros permitiam-lhe refletir sobre essas imagens e proporcionavam termos com que atravessar o silêncio entre elas. A memória, esse termo-chave do vocabulário de Warburg, era sobretudo a memória das imagens.

O projeto inacabado e inacabável de Warburg era uma grande sequência iconográfica que ele chamava Mnemosine, uma vasta coleção de imagens que mapeavam, por uma trama de conexões, as várias trilhas que o estudioso vinha seguindo. Mas como expor essas imagens? Como dispor essas imagens de tal modo que pudessem ser estudadas em sequência, mas numa sequência que variasse ao sabor de novas ideias e novas conexões? A solução partiu de

Saxl. Quando Warburg regressou a Hamburgo, Saxl veio a seu encontro com grandes painéis de madeira, semelhantes a lousas, sobre os quais estendera uma aniagem preta. As imagens de Warburg podiam ser afixadas ao tecido por meio de alfinetes e facilmente removidas quando ele quisesse alterar sua posição. Esses painéis gigantes, “páginas” de um livro infinito de sequência variável, tornaram-se o centro das atividades de Warburg em seus últimos anos de vida. Uma vez que podia mudar tanto os painéis como as imagens a seu bel-prazer, elas se tornaram a ilustração física de seu pensamento e de sua biblioteca, à qual anexava fieiras de notas e comentários. “Essas imagens e palavras devem ser um auxílio aos que virão depois de mim, em suas tentativas de atingir a clareza e assim superar a tensão trágica entre a magia instintiva e a lógica discursiva. São as confissões de um esquizoide (incurável), depositadas nos arquivos dos psiquiatras.”²⁵ Até certo ponto, na verdade, os painéis de Saxl — esse livro de gigantescas páginas cambiantes — devolveram a Warburg o espaço pessoal que perdera; eram um domínio privado que lhe permitiu recobrar algo de sua saúde mental.

Aby Warburg morreu em 1929, aos 63 anos de idade. Três anos depois de sua morte, alguns volumes de suas obras reunidas foram publicados na Alemanha; por muito tempo, seriam os últimos a virem a público em sua terra natal. Fragmentários e maravilhosamente múltiplos, os escritos são mais uma versão de sua biblioteca, mais uma representação das complexidades de seu pensamento, mais um mapa de sua mente extraordinária. Warburg queria que sua intuição culminasse em leis científicas; gostaria de acreditar que o frêmito e o terror da arte e da literatura eram passos rumo ao entendimento de causas e funções. E entretanto voltava repetidas vezes à noção de memória como desejo e de desejo como conhecimento. Num dos fragmentos, escreve que “a obra de arte é qualquer coisa de hostil movendo-se na direção do observador”.²⁶ Por meio de sua biblioteca, ele tentou criar um espaço em que essa hostilidade seria não domada (o que não poderia ser feito sem destruição, como ele logo percebeu), mas amorosamente refletida de volta, com curiosidade, respeito e espanto — um espelho de sua mente curiosa e inteligente.

Em 1933, na sequência da nomeação de Hitler para a chancelaria do Reich, a biblioteca Warburg e sua equipe emigraram para a Inglaterra. Seiscentas caixas de livros, mais a mobília e os equipamentos, foram enviados por via marítima a Londres. Gosto de imaginar esses barcos, cruzando as águas carregados de volumes reunidos ao longo dos anos, como um retrato fragmentário de seu dono — um leitor já morto, mas presente nessa representação desmantelada da biblioteca prestes a ser reerguida em terra estrangeira. De início, os livros foram acomodados num prédio de escritórios em Millbank; três anos mais tarde, a Universidade de Londres aceitou abrigar a coleção, mas não reconstruir as estantes ovais. Os livros ficaram em Millbank até novembro de 1944, quando o Warburg Institute foi finalmente incorporado à universidade, onde funciona ainda hoje. Passados 51 anos, uma réplica da casa de Warburg foi construída em Hamburgo, na Heilwigstrasse, onde ficava seu velho lar, e fez-se uma tentativa, baseada em fotografias originais, de restaurar a disposição e a exibição de parte do acervo, de tal modo que aqueles que visitam a casa e se detêm por um instante na sala de leitura podem ter a sensação de que a mente de Warburg continua a trabalhar entre suas estantes memoráveis e volúveis.

10. Ilha

Um velho é sempre um Crusoé.

François Mauriac, *Nouveaux mémoires intérieurs*

Mais de trezentos anos antes que a Biblioteca Warburg cruzasse o mar rumo à Inglaterra, uma outra biblioteca, mais modesta, naufragou junto à costa de uma ilha deserta em algum lugar do Pacífico Sul. Num dos primeiros dias de outubro de 1659, Robinson Crusoé voltou aos restos mutilados de seu navio e conseguiu trazer para terra firme bom número de ferramentas e algum alimento, além de coisas “de menos valor”, como penas, tinta, papel e uma pequena coleção de livros. Dentre estes, alguns eram escritos em português, outros eram “livros de orações papistas” e três eram “Bíblias em bom estado”. Sua “pavorosa salvação” abandonara-o ao terror da morte por inanição, mas, tão logo as ferramentas e alimentos cuidaram de suas necessidades materiais, ele começou a procurar distração no magro estoque de livros do navio. Robinson Crusoé foi o fundador (meio que a contragosto) de uma nova sociedade. E Daniel Defoe, seu autor, julgou necessário que houvesse livros na origem de uma nova sociedade.



50. *Robinson Crusoé e Sexta-Feira.*

Ficamos tentados a adivinhar quais seriam aqueles “vários livros portugueses”. Provavelmente um exemplar dos *Lusíadas* de Camões, livro condizente com a biblioteca de um navio; talvez os sermões do ilustre Antônio Vieira, inclusive o maravilhoso “Sermão de santo Antônio aos peixes”, em que Crusoé poderia ter lido uma defesa dos irmãos do selvagem Sexta-Feira; com

certeza a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, que narra estranhas viagens pelo Oriente ainda misterioso e que o onívoro Defoe conhecia muito bem. Não temos como dizer com precisão quais livros eram aqueles, uma vez que, apesar de manter um diário em que registrava religiosamente as mudanças das marés e do ânimo, Crusoé nunca mais voltou a falar dos livros. Pode ser que, fiel à convicção inglesa de que o inglês é a única língua de que um cavalheiro precisa, Crusoé não soubesse português. Seja qual for a razão, ele logo parece ter deixado os livros de lado, e quando deixa a ilha, quase trinta anos depois, em 11 de junho de 1687, e faz um inventário detalhado de suas posses, não diz uma palavra sobre aqueles volumes anônimos.

Conta-nos, entretanto, o que faz da Bíblia. Ela tinge cada uma de suas ações, dita o sentido de seus sofrimentos, é o instrumento com o qual tentará, à maneira de Próspero, transformar Sexta-Feira num criado útil. Crusoé escreve: “Expliquei o melhor que pude [a Sexta-Feira] como o nosso santo Redentor assumira não a natureza dos anjos, mas a da semente de Abraão; como, por isso, os anjos caídos não tomariam parte na redenção; como Ele viera tão somente para as ovelhas perdidas da Casa de Israel, e assim por diante”. E acrescenta, com franqueza desconcertante: “Deus sabe que havia mais sinceridade que conhecimento nos métodos de que lancei mão para a instrução daquela pobre criatura”.

Para Crusoé, o livro não é apenas um instrumento de instrução, mas também de augúrio. Um pouco adiante, tomado de desespero, tentando entender a própria condição deplorável, ele abre a Bíblia, encontra a frase “Jamais, jamais te deixarei nem te abandonarei”, e imediatamente tem a impressão de que aquelas palavras se destinam a ele em especial. Naquele litoral distante, recomeçando a vida com uns poucos restos da vida social — sementes, armas e o Verbo Divino —, Crusoé constrói um novo mundo, em cujo centro a Bíblia Sagrada irradia sua luz antiga e penetrante.

Podemos viver numa sociedade fundada no livro, e entretanto não ler, ou podemos viver numa sociedade em que o livro é um mero acessório, e ser leitores no sentido mais profundo e genuíno. Como sociedade, os gregos, por exemplo, não tinham grande apreço pelos livros, ao mesmo tempo que, individualmente, eram leitores assíduos.¹ Aristóteles, cujos livros (tal como os conhecemos hoje em dia) são provavelmente feitos de anotações de seus

alunos, era um leitor voraz, e sua biblioteca é a primeira da Grécia antiga sobre a qual temos alguma informação.² Sócrates — que desprezava os livros por pensar que eram uma ameaça ao dom da memória, e jamais cuidou de deixar uma palavra escrita — preferiu ler o discurso do orador Lícias a ouvi-lo recitado pelo entusiástico Fedro.³ Crusoé teria provavelmente preferido que lhe recitassem o texto, se ao menos tivesse a opção. Muito embora “lesse diariamente a Palavra Divina”, esse representante de uma sociedade judeo-cristã baseada no livro não era grande leitor da Bíblia, seu Livro do Poder (para usar a expressão de Lutero). Consultava-a diariamente — como teria consultado a internet, se esta já existisse — e deixava-se guiar por ela. Mas não tornava seu o Verbo, como santo Agostinho gostaria que fizéssemos, “encarnando” o texto escrito.⁴ Meramente adotava a leitura socialmente aceita. Tivesse naufragado no final do milênio e não seria difícil imaginar Crusoé resgatando não o Livro do Poder, mas um PowerBook.

O que distingue Crusoé de Defoe, este ávido leitor, se os dois são membros de uma sociedade do livro? O que distingue alguém para quem um livro pode ser um objeto de poder ou prestígio, mas que viveria feliz sem nenhum livro ou com um único volume emblemático, de um leitor de livros escolhidos um a um e dotados de significado pessoal? Há um abismo intransponível entre o livro que a tradição declarou clássico e o livro (o *mesmo* livro) de que nos apropriamos por obra do instinto, da emoção e do entendimento: nós sofremos com ele, nós o traduzimos para nossa própria experiência (a despeito das camadas de leitura com que um livro nos chega às mãos) e nos tornamos, essencialmente, seus primeiros descobridores, numa experiência tão espantosa e inesperada quanto a de encontrar na areia as primeiras pegadas de Sexta-Feira. “As canções de Homero”, declarou Goethe, “têm o poder de nos livrar, mesmo que por breves momentos, do fardo terrível com que a tradição nos carregou por muitos milhares de anos.”⁵ Ser o primeiro a entrar na gruta de Circe, ser o primeiro a escutar Ulisses dizendo-se Ninguém, eis o desejo secreto de todo leitor, atendido uma e outra vez, geração após geração, sempre que alguém abre a *Odisseia* pela primeira vez. Esse modesto *jus primae noctis* ou “direito à primeira noite” assegura aos livros que chamamos clássicos a única imortalidade que valha alguma coisa.

Há duas maneiras de ler o versículo citadíssimo do Eclesiastes, “fazer livros é um trabalho sem fim”.⁶ Podemos lê-lo como eco das palavras que se seguem

— “e muito estudo cansa o corpo” — e dar de ombros à tarefa impossível de chegar ao fim de nossa biblioteca; ou podemos lê-lo como uma exclamação de júbilo, uma ação de graças pela dádiva divina, de tal modo que o “e” soe como “mas”: “mas muito estudo cansa o corpo”. Crusoé prefere a primeira leitura; Aristóteles (e seus descendentes até Northrop Frye) vão pela segunda. Desde alguma tarde perdida na Mesopotâmia, incontáveis leitores têm perseverado entre os muitos livros, apesar do “cansaço do corpo”. Não há leitor que não tenha encontrado um sortilégio capaz de assegurar sua posse sobre uma página que, por obra de mágica, parece fresca e imaculada, jamais lida antes. As bibliotecas são as câmaras do tesouro em que se guardam esses sortilégios.

É claro que esses dois tipos de leitor não são os únicos possíveis. No extremo oposto ao de Crusoé — o homem cuja biblioteca se reduz a um livro venerado e mais alguns outros que ele não lê — está o leitor para quem todo livro de sua biblioteca é passível de reprimenda, o leitor que julga errônea toda leitura interpretativa. A disciplina, e não o prazer, dita o ofício de tais leitores, que por vezes encontram ocupação nos assentos de alguma academia ou aduana.

Certa noite de 1939, em Buenos Aires, Borges e dois de seus amigos, os escritores Adolfo Bioy Casares e Silvina Ocampo, decidiram imortalizar esse censor escrupuloso. Os três eram leitores extraordinariamente ecléticos. Na biblioteca de Bioy e Silvina (um salão amplo e decrépito num apartamento do século XIX com vista para um dos parques mais bonitos da cidade), falavam de livros, organizavam antologias, arriscavam traduções para o espanhol, defendiam apaixonadamente suas escolhas pessoais e zombavam no mesmo tom dos autores de que não gostavam. Os três se complementavam: Borges preferia o gênero épico e o conto fantástico-filosófico; Bioy, o romance psicológico e a sátira social; Silvina, a poesia lírica e a literatura do absurdo. Reunidas, suas leituras cobriam todos os estilos e gêneros.

Às vezes brincavam de inventar histórias. Uma dessas invenções (jamais concluída) dizia respeito a um jovem entusiasta de literatura que sai em busca da obra de um escritor mais velho, que antes de morrer gozara de uma fama de perfeição estilística e refinamento sem igual. Incapaz de encontrar mais que alguns textos desinteressantes, o entusiasta viaja à casa do escritor e, entre os papéis do morto, descobre uma lista de “coisas a evitar em literatura”:⁷

- curiosidades e paradoxos psicológicos: assassinatos por gentileza, suicídios por felicidade;

- interpretações surpreendentes de certos livros e personagens: a misoginia de Dom Juan etc.;
- pares de protagonistas muito obviamente contrastantes: Dom Quixote e Sancho, Sherlock Holmes e Watson;
- romances com personagens idênticos, como *Bouvard e Pécuchet*; ao inventar uma característica para um deles, o autor é obrigado a inventar uma equivalente para o outro;
- personagens retratados por suas singularidades, como em Dickens;
- novidades e surpresas; leitores civilizados não se divertem com a descortesia de uma surpresa;
- jogos ociosos com o tempo e o espaço: Faulkner, Borges etc.;
- revelação, num romance, de que o verdadeiro herói é a pradaria, a selva, o mar, a chuva, a bolsa de valores;
- poemas, situações, personagens com os quais — Deus nos livre! — o leitor pudesse se identificar;
- frases que possam se tornar provérbios ou citações: são incompatíveis com um livro coerente;
- personagens capazes de se transformar em mitos;
- enumeração caótica;
- vocabulário rico, sinônimos, *le mot juste*, toda tentativa de precisão;
- descrições vívidas, universos repletos de detalhes físicos, como em Faulkner;
- pano de fundo, ambientação, atmosfera: calor tropical, ebriedade, som de rádio, frases repetidas como um refrão;
- começos e fins meteorológicos, falácias patéticas: “*Le vent se lève! Il faut tenter de vivre!*”;
- toda metáfora, especialmente metáforas visuais, e sobretudo metáforas tiradas da agricultura, da navegação, das finanças, como em Proust;
- antropomorfismo;
- livros que espelham outros livros: *Ulisses* e a *Odisseia*;
- livros que fingem ser cardápios, álbuns de fotos, mapas viários, programas de concerto;
- tudo que inspire ilustrações, tudo que possa inspirar um filme;
- o incongruente: cenas domésticas em romances policiais, cenas dramáticas em diálogos filosóficos;

- o esperado: *páthos* e cenas eróticas em histórias de amor, enigmas e crimes em romances policiais, fantasmas em histórias sobrenaturais;
- vaidade, modéstia, pederastia, ausência de pederastia, suicídio.

Ao final das exigências desse leitor o que nos aguarda, é claro, é a ausência de toda literatura.

Felizmente, a maioria dos leitores fica entre esses dois exemplos drásticos. Quase nenhum de nós desdenha os livros por adoração à literatura ou desdenha a literatura por adoração aos livros. Nosso ofício é mais modesto. Abrimos nosso caminho pelas infinitas estantes das bibliotecas, escolhendo este ou aquele volume por razões que mal discernimos: por causa de uma capa, um título, um nome, por causa de alguma coisa que alguém disse ou não disse, por um palpite, um capricho, um erro, porque pensamos encontrar neste livro um certo conto ou personagem ou detalhe, porque acreditamos que foi escrito para nós, porque acreditamos que foi escrito para todos exceto para nós e queremos saber por que fomos excluídos, porque queremos aprender ou rir ou nos abandonar ao esquecimento.

As bibliotecas não são e jamais serão usadas por todos. Na Mesopotâmia e na Grécia, em Buenos Aires como em Toronto, leitores e não leitores sempre coexistiram, e os não leitores sempre foram a maioria. Nos *scriptoria* exclusivos da Suméria ou da Europa medieval, na Londres popular do século XVIII ou na Paris populista do século XXI, o número daqueles para quem ler livros é essencial sempre é muito pequeno. O que varia é menos a proporção entre essas duas parcelas da humanidade, e antes o modo como diferentes sociedades veem o livro e a arte da leitura. E aqui volta à cena a distinção entre o livro entronizado e o livro lido.

Se um visitante do passado chegasse às cidades civilizadas de hoje, um dos aspectos que poderiam surpreender esse Gulliver seriam certamente nossos hábitos de leitura. O que ele veria? Veria enormes templos comerciais em que os livros são vendidos aos milhares, imensos edifícios em que a palavra impressa é dividida e arrumada em categorias nítidas para facilitar o consumo aos fiéis. Veria bibliotecas em que os leitores rodopiam pelas estantes como há séculos, e os veria explorando acervos virtuais em que alguns dos livros foram transformados, vivendo uma frágil existência de fantasmas eletrônicos.

Também fora das bibliotecas o viajante do tempo veria uma multidão de leitores: em bancos de parque, no metrô, em ônibus e bondes e trens, em casas e apartamentos, em toda parte. Bem poderíamos perdoar nosso visitante, caso concluísse que somos uma sociedade letrada.

Ao contrário. Nossa sociedade aceita os livros como um dado, mas o ato da leitura — outrora considerado útil e importante, bem como potencialmente perigoso e subversivo — é agora visto com condescendência, como um passatempo, um passatempo lento e ineficiente, que não contribui para o bem comum. Como nosso visitante acabaria por notar, a leitura não é, para nossa sociedade, mais que um ato ancilar, e o grande repositório de nossa memória e experiência — a biblioteca — é considerado menos uma entidade viva do que um armazém molesto.

Durante as revoltas estudantis que abalaram o mundo no final da década de 1960, uma das palavras de ordem gritadas contra os professores da universidade de Heidelberg era “*Hier wird nicht zitiert!*” [“Nada de citar aqui!”]. Os estudantes clamavam por pensamento original; esqueciam que citar é continuar uma conversa do passado a fim de contextualizar o presente. Citar é fazer uso da Biblioteca de Babel; citar é refletir sobre o que já foi dito, e quando não o fazemos falamos num vácuo em que nenhuma voz humana terá como ressoar. “Escrever a história significa citá-la”, declarou Walter Benjamin.⁸ Escrever o passado, conversar com a história — Benjamin fazia eco a esse ideal humanista que Nicolau de Cusa foi o primeiro a formular, já em 1440. Em seu *Da douta ignorância*, Cusa sugeriu que talvez a Terra não fosse o centro do universo, que o espaço estelar bem poderia ser infinito, sem nenhum limite divinamente decretado, e propôs a criação de uma sociedade semiutópica que, à maneira da biblioteca universal, conteria toda a humanidade e na qual a política e a religião deixariam de ser forças destrutivas.⁹ É interessante notar que, para os humanistas, havia uma correlação entre a ideia de um espaço infinito, que não pertence a ninguém, e o conhecimento de um passado riquíssimo, que pertence a todos.

Como logo se vê, trata-se do exato oposto da World wide web. A web se define como um espaço que pertence a todos, ao mesmo tempo que frustra toda ideia de passado. Na web não há nacionalidades (não fosse o fato de que a *lingua franca* é uma versão aguada do inglês) nem censura (não fosse o fato de que os governos estão descobrindo maneiras de impedir o acesso a certos

sites). O menor livro do mundo (o Novo Testamento gravado numa tabuleta de cinco milímetros quadrados)¹⁰ ou o códice mais antigo (seis folhas encadernadas de ouro de 24 quilates, escritas em língua etrusca e datadas do século V a.C.)¹¹ possuem qualidades que não podem ser percebidas apenas por meio das palavras que contêm, e devem ser apreciados em sua presença física plena e única. Na web, todos os textos têm a mesma forma, convertidos em nada mais senão texto fantasma e imagem fotográfica.

Para o usuário da web, o passado (a tradição que nos levou a nosso presente eletrônico) é irrelevante, uma vez que tudo o que importa já está ali, à mostra. Comparado a um livro que revela a idade por seu aspecto físico, um texto na tela de computador não tem história. O espaço eletrônico não tem fronteiras. Os sites — essas pátrias autodefinidas — têm seu lugar nesse espaço, mas não o limitam nem o possuem, são como água vertida em água. A web é quase instantânea, não conhece nenhum tempo senão o pesadelo de um presente constante. Superfície sem volume, presente sem passado, a web aspira a ser (ou se apresenta como) o lar de todo usuário, onde todos podem se comunicar com todos os outros na velocidade do pensamento. É essa a sua característica principal: velocidade. Beda, o Venerável, lamentando a rapidez e a brevidade de nossa vida sobre a Terra, comparou-a à passagem de um pássaro por um salão bem iluminado, vindo da escuridão a um lado e saindo para a escuridão do outro;¹² nossa sociedade interpretaria o lamento de Beda como um ato de bazófia.

Uma vez que a tecnologia eletrônica está presente em todos os nossos espaços de ócio e labor, nós tendemos a julgá-la onipresente e capaz, em princípio, de substituir todas as outras tecnologias, inclusive a tecnologia do livro. Nossa sociedade futura, livre do papel, como a definiu Bill Gates num livro impresso em papel,¹³ é uma sociedade sem história, de vez que tudo na web é instantaneamente contemporâneo; graças aos processadores de texto, os escritores, por exemplo, não têm mais um arquivo de suas notas, hesitações, desenvolvimentos e esboços. Walter Benjamin notou, pouco antes da ascensão do nazismo, que “a humanidade, que nos tempos de Homero era objeto de contemplação para os deuses olímpicos, agora contempla a si mesma. Sua autoalienação chegou a tal grau que ela pode agora viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem”.¹⁴ A essa autoalienação acrescentamos agora a alienação de nossas próprias ideias, e nos deleitamos

em assistir à destruição de nosso próprio passado. Não recordamos mais a evolução de nossas criações intelectuais. Um observador futuro terá a impressão de que nossas ideias nasceram inteiramente desenvolvidas, como Atena do crânio de seu pai — mas a essa altura, uma vez que nosso vocabulário histórico terá sido esquecido, ninguém mais entenderá o clichê.

Em 18 de janeiro de 1949, um americano chamado James T. Mangan abriu um processo junto ao cartório do condado de Cook e, com base na autoridade do procurador do estado de Illinois, reivindicou a posse de todo o espaço estelar. Após batizar seu vasto território com o nome de Celestia, o sr. Mangan notificou todos os países da Terra sobre seu pedido, advertiu-os contra toda e qualquer tentativa de viajar à Lua e pediu uma aliança com os Estados Unidos.¹⁵ A empreitada ambiciosa do sr. Mangan foi agora assumida, em direção mais prática, por empresas multinacionais. Seus métodos foram de uma eficiência extraordinária. Proporcionando aos usuários a ilusão de um mundo controlado a partir de um teclado, um mundo em que tudo pode ser “acessado” e alcançado a um simples toque, como nos contos de fadas, as companhias multinacionais garantem, de um lado, que os usuários não protestarão por se verem transformados em consumidores, uma vez que supostamente estão “no controle” do ciberespaço; e, de outro, que os usuários não aprenderão nada de profundo sobre si mesmos, seu ambiente imediato ou sobre o resto do mundo. Comentando, em 2004, a suposta utilidade da web como ferramenta criativa, o célebre quadrinista norte-americano Will Eisner contou que, ao conhecê-lo pela primeira vez, pensou que o novo meio seria uma fonte quase mágica de inovação artística, para depois ver que ele se transformara “num mero supermercado a que os consumidores vão em busca do produto mais barato possível”.¹⁶

Esse golpe de prestidigitação se repete cada vez que um leitor entra na web, que oferece mais velocidade que reflexão e mais brevidade que complexidade, prefere fragmentos de notícias e bytes de fatos a discussões mais longas e dossiês pormenorizados, e dilui a opinião bem informada em resmas de falatório insípido, conselhos inúteis, fatos imprecisos e informação trivial, tornados mais atrativos à força de marcas conhecidas e estatísticas manipuladas.

Mas a web é um instrumento. Não deve levar a culpa por nossa preocupação superficial com o mundo em que vivemos. Sua virtude está na

brevidade e na multiplicidade da sua informação; seria demais pedir que nos desse ainda concentração e profundidade. Os meios eletrônicos podem nos ajudar (como nos ajudam) numa miríade de situações práticas, mas não em todas, e não podem ser responsabilizados pelo que não podem fazer. Ao contrário do livro, a web não será o receptáculo de nosso passado cosmopolita, pois não é e jamais será um livro, a despeito das inúmeras engenhocas inventadas para lhe empurrar essa função. Tampouco tem como ser uma biblioteca universal em qualquer sentido útil do termo, apesar de planos ambiciosos como o projeto da Google ou o Projeto Gutenberg (PG), que desde 1971 armazenou cerca de 10 mil títulos na web — digitalizados às pressas e mal revisados, muitos deles são duplicatas, e muitos mais são indignos de confiança. Em 2004, o crítico inglês Paul Duguid observou que, “como uma breve visita crítica sugere [...], sob vários aspectos o PG é parecido — ou melhor — a uma biblioteca mais convencional, ao mesmo tempo que lembra uma banca de livros doados para uma quermesse de igreja, onde joias e trastes recebem a mesma bênção do vigário”.¹⁷

A web tampouco nos dará cama e comida em nossa passagem por este mundo, não será nem a gruta de Circe nem a ilha de Ítaca. Nós — e não nossas tecnologias — somos os únicos responsáveis por nossas perdas, e não podemos culpar ninguém por nossa decisão deliberada de preferir o esquecimento à recordação. Afinal de contas, somos hábeis em inventar desculpas e imaginar razões para nossas pobres escolhas.

Os Abnaki da América do Norte acreditavam que um grupo específico de divindades, os Oonagamessok, presidia a feitura dos petróglifos, e explicavam que essas imagens rupestres vinham desaparecendo gradualmente porque os deuses estavam furiosos com a pouca atenção que recebiam desde a chegada dos brancos.¹⁸ Os petróglifos do nosso passado comum estão se apagando não por causa da chegada de uma nova tecnologia, mas porque não temos mais o ímpeto de lê-los. Estamos perdendo nosso vocabulário comum, construído ao longo de milhares e milhares de anos com a finalidade de nos auxiliar, deliciar e instruir, e tudo isso em nome do que julgamos ser as virtudes da nova tecnologia. O mundo, como Crusoé aprendeu, é sempre vasto o bastante para acomodar um novo prodígio. Ser cosmopolita hoje significa ser eclético e recusar-se a excluir uma tecnologia em favor de outra. Nossa tendência de erguer paredes só é útil como ponto de partida para a autodefinição —

paredes que contenham a cama em que nascemos, sonhamos, procriamos e morremos; mas além dos muros está a visão de Sidarta: todos os homens envelhecem, todos estão à mercê de pesadelos e doenças, e todos chegarão ao mesmo fim implacável. Os livros repetem infinitamente essa mesma história.

Entre as novas encarnações das bibliotecas, há algumas que dispensam (ou não podem pagar) as novas tecnologias. Em 1990, o ministério da Cultura colombiano instituiu uma organização de bibliotecas itinerantes que deveria levar livros aos rincões mais afastados do país.¹⁹ Os ônibus-biblioteca vinham circulando desde 1982 pelos bairros de Bogotá, mas agora o governo queria alcançar os habitantes das regiões rurais mais distantes. Para isso, criou-se uma espécie de grande sacola verde, com compartimentos espaçosos, fácil de dobrar e feita para transportar livros em lombo de burrico, subindo e descendo pelas matas e serras. Em cada aldeia, os livros são deixados por várias semanas nas mãos de um professor ou ancião que se torna, *de facto*, o bibliotecário responsável. As sacolas são desdobradas e penduradas em um poste ou árvore, para que a população local folheie e escolha os livros. Por vezes os bibliotecários leem em voz alta, para os que não sabem ler; outras vezes, um membro da família que foi à escola lê para os outros. “Assim”, explicou um dos aldeões numa entrevista, “ficamos sabendo do que não sabíamos e passamos adiante para os outros.” Esgotado o prazo, uma nova leva é mandada para substituir a anterior. Em sua maioria, os livros são obras técnicas, manuais de agricultura e saneamento, livros de costura e guias veterinários, mas há também alguns romances e outras obras literárias. Segundo uma bibliotecária, os livros são sempre tratados com cuidado. “Só sei de um caso de livro não devolvido”, ela me contou.

Além dos títulos práticos de sempre, levamos uma *Iliada* em espanhol. Quando chegou a hora de devolvê-la, os aldeões se recusaram. Decidimos presentear-lá, mas antes perguntamos por que queriam ficar com aquele título em especial. Explicaram que a história de Homero refletia a sua própria história: um país dilacerado pela guerra em que os deuses desvairados decidem como querem o destino dos homens, que nunca sabem muito bem por que estão lutando ou quando vão ser mortos.²⁰

Como sabem esses remotos leitores colombianos, nossa existência flui, como um rio impossível, em duas direções: da massa infinita de nomes, lugares, criaturas, estrelas, livros, rituais, memórias, iluminações e pedras que chamamos mundo rumo ao rosto que nos mira toda manhã do fundo de um

espelho; e desse rosto, desse corpo que circunda um centro que não podemos ver, disso que nos nomeia sempre que dizemos “eu”, para tudo o mais que é o Outro, que está fora, além. A consciência do que somos individualmente, unida à consciência de que somos coletivamente cidadãos de um universo inconcebível, confere alguma espécie de sentido a nossa vida — um sentido posto em palavras pelos livros de nossas bibliotecas.

É provável que as bibliotecas persistam e sobrevivam, na medida em que continuemos a emprestar palavras ao mundo que nos cerca e a preservá-las para leitores futuros. Tanta coisa foi nomeada, tanta coisa ainda será nomeada, que nem mesmo nossa estupidez poderá fazer que abandonemos esse pequeno milagre que nos garante uma ilusão de entendimento. Os livros podem não alterar nosso sofrimento, os livros podem não nos proteger do mal, os livros podem não nos dizer o que é bom e o que é belo, e certamente não terão como nos livrar do destino comum — a tumba. Mas os livros nos abrem miríades de possibilidades: de mudança, de iluminação. Pode bem ser que nenhum livro, por mais bem escrito que seja, consiga remover um grama de dor da tragédia do Iraque ou de Ruanda, mas pode bem ser que não haja livro, por mais mal escrito que seja, que não contenha alguma epifania para algum leitor. Robinson Crusoé explica: “Não será demais pedir a quem vier a ler minha história que observe com que frequência, no curso de nossas vidas, aquele mesmo mal que mais procuramos evitar e que mais terrível nos parece quando nele incorremos é muitas vezes também o meio ou veículo de nossa salvação, o único modo de nos redimir novamente”. Quem fala, obviamente, não é Crusoé, mas Defoe — o leitor de tantos livros.



51. Um “biblioburro” no interior da Colômbia.

Histórias, cronologias e almanaques oferecem-nos a ilusão de progresso, mesmo depois de repetidas provas de que tal coisa não existe. Há transformação e há passagem — o contexto e o observador dirão se para melhor ou pior. Como leitores, passamos do aprendizado de um ofício precioso, cujo segredo era guardado zelosamente por uns poucos, ao desdém por uma habilidade subordinada aos princípios do ganho financeiro impensado ou da eficiência mecânica, uma habilidade que não interessa nada aos governos. Passamos muitas vezes de uma escala de valores a outra, e sem dúvida o faremos outras vezes mais. Não temos como evitar esse curso errático, que parece ser parte intrínseca de nossa natureza humana, mas podemos ao menos oscilar sabendo que oscilamos, com a convicção de que, em algum momento, nosso ofício há de ser novamente reconhecido como essencial. A biblioteca de Robinson Crusóé — resumida exclusivamente ao Livro — não era um mero ídolo ou peça de cenário, mas um instrumento essencial daquela nova sociedade, seu modo de conferir ordem ao universo.

O apóstolo Paulo (o único que não conheceu Jesus pessoalmente) dizia com brio àqueles que encontrava, homens e mulheres em busca das Escrituras: “Procurais uma prova do Cristo falando em mim?”, sabendo que, tendo lido o Verbo, o Verbo agora vivia nele, por mais que não tivesse conhecido o Autor; ele se transformara no Livro, no Verbo encarnado, por obra daquela fração de divindade que o ofício da leitura franqueia aos que procuram aprender os segredos guardados nas páginas. Era essa a sabedoria da seita dos essênios, a gente devota que nos legou, muitos séculos atrás, os manuscritos do mar Morto: “Sabemos que o corpo é corruptível, que a matéria de que ele é feito é passageira. Mas também sabemos que a alma [e eu, leitor futuro dos manuscritos, acrescento: “o livro”] é imortal e imperecível”.

11. Sobrevivência

*Vivi da arte, vivi do amor,
Jamais fiz mal a uma alma viva...
Por que então, Senhor,
Por que me punir assim?*

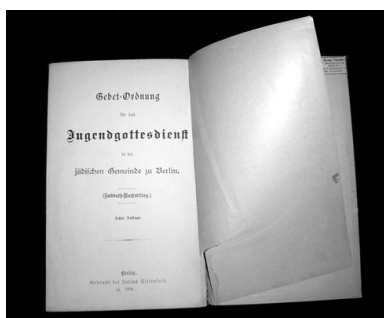
Puccini, *Tosca*, ato II

Como os manuscritos do mar Morto, como todo livro que chegou até nós das mãos de leitores distantes, cada um de meus livros traz consigo a história de sua própria sobrevivência. Do fogo, da água, da passagem do tempo, de leitores descuidados ou das mãos do censor — cada um dos meus livros escapou de alguma coisa para me contar uma história.

Alguns anos atrás, numa banca do mercado de pulgas de Berlim, encontrei um volumezinho encadernado em tecido negro, sem nenhuma inscrição. A página de rosto, impressa em finos caracteres góticos, anunciava o livro como uma *Gebet-Ordnung für den Jugendgottesdienst in der jüdischen Gemeinde zu Berlin (Sabbath-Nachmittag)* ou *Instrução para o serviço juvenil de sábado na comunidade judaica de Berlim*. Entre as orações, há uma “por nosso rei, Guilherme II, cáiser do Império Alemão” e por sua “imperatriz e rainha Auguste-Victoria”. É um exemplar da oitava edição, impressa por Julius Gittenfeld em Berlim no ano de 1908, e foi comprado na livraria de C. Boas Nachfahrer, na Neue Friedrichstrasse 69, “na esquina da Klosterstrasse”, uma esquina que não existe mais. Não há indicação do nome do dono.

Um ano antes que o livro fosse impresso, a Alemanha recusara as cláusulas sobre armamentos propostas pela Conferência de Paz de Haia; alguns meses mais tarde, a lei de expropriações decretada pelo chanceler e primeiro-ministro prussiano, príncipe Bernhard von Bülow, autorizava novos assentamentos alemães na Polônia; muito embora quase nunca tenha sido usada contra proprietários rurais poloneses, a lei concedia à Alemanha direitos

territoriais que, por sua vez, permitiriam a instalação do campo de concentração de Auschwitz em junho de 1940. O proprietário original da *Gebet-Ordnung* provavelmente comprou ou ganhou o livro aos treze anos, a idade em que ele celebraria seu *bar mitzvah*, o que lhe permitiria participar das orações na sinagoga. Se sobreviveu à Primeira Guerra Mundial, tinha 38 anos quando do nascimento do Terceiro Reich, em 1933; se continuou a viver em Berlim, provavelmente foi deportado para a Polônia, como tantos outros judeus berlineses.¹ Talvez tenha tido tempo de dar o livro a alguém mais, antes de ser levado embora; talvez o tenha escondido ou deixado para trás com seus outros livros.



52. O livro de orações judaico de que trata este capítulo.

Quando os nazistas começaram a saquear e destruir as bibliotecas judaicas, o bibliotecário responsável pela Biblioteca Sholem Aleichem em Biala Podlaska decidiu salvar todos os livros que pudesse, levando embora, dia após dia, tantos quantos ele e um colega conseguissem carregar — por mais que acreditasse que em breve “já não haveria mais leitores”. Em duas semanas, o acervo fora transferido para um sótão secreto, onde a historiadora Tuvia Borzykowski o descobriu muito depois do fim da guerra. Escrevendo sobre a iniciativa do bibliotecário, Borzykowski observou que foi empreendida “sem levar em conta se alguém, algum dia, procuraria os livros resgatados”;² fora um ato de resgatar a memória em si mesma. O universo, acreditavam os antigos cabalistas, não depende de que o leiamos, mas apenas da possibilidade de que o leiamos.

A partir da emblemática pira de livros numa praça da avenida Unter den Linden, diante da universidade de Berlim, na noite de 10 de maio de 1933, os

livros tornaram-se um alvo explícito dos nazistas. Menos de cinco meses depois da nomeação de Hitler para a chancelaria, o novo ministro da Propaganda do Reich, o dr. Joseph Goebbels, declarou que a queima pública de livros de autores como Heinrich Mann, Stefan Zweig, Freud, Zola, Proust, Gide, Helen Keller e H. G. Wells permitia “que a alma do povo alemão voltasse a se exprimir. Essas chamas não iluminam apenas o fim de uma velha era; elas também iluminam o início de uma nova”.³ A nova era proibia a venda e a circulação de milhares de livros, em livrarias ou bibliotecas, bem como a publicação de novos exemplares. Volumes habitualmente guardados na sala de visitas por serem prestigiosos ou divertidos de repente se tornaram um perigo. A posse privada de livros indexados foi igualmente proibida; muitos livros foram confiscados e destruídos. Centenas de bibliotecas judaicas em toda a Europa foram incendiadas — coleções privadas bem como tesouros públicos. Um correspondente nazista relatava satisfeito a destruição da famosa biblioteca da *yeshiva* de Lublin em 1939:

Para nós, é razão de orgulho especial a destruição de uma Academia Talmúdica considerada a maior da Polônia. [...] Despejamos a enorme biblioteca talmúdica para fora do edifício e carregamos os livros para a praça do mercado, onde lhes ateamos fogo. A fogueira durou 24 horas. Os judeus de Lublin reuniram-se ao redor e choraram amargamente, quase silenciando-nos com o berreiro. Convocamos a banda militar, e os soldados encobriram com seus gritos de alegria o som da lamúria judaica.⁴

Ao mesmo tempo, os nazistas decidiram poupar bom número de livros, por razões comerciais e arquivísticas. Em 1938, Alfred Rosenberg, um dos principais teóricos nazistas, propôs que os acervos judaicos, seculares ou religiosos, fossem preservados num instituto destinado a estudar “a questão judaica”. Dois anos depois, o *Institut zur Erforschung der Judenfrage* [Instituto para Pesquisas da Questão Judaica] foi inaugurado em Frankfurt am Main. Para reunir o material necessário, o próprio Hitler autorizou Rosenberg a criar uma força-tarefa de bibliotecários alemães especializados, a infame ERR ou Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg.⁵ Entre as coleções confiscadas e incorporadas ao Instituto contavam-se as dos seminários rabínicos de Breslau e Viena, as coleções judaicas e hebraicas da Biblioteca Municipal de Frankfurt, o acervo do Collegio Rabbinico de Roma, da Societas Spinoziana de Haia e da Casa de Spinoza em Rijnsburg, das editoras holandesas Querido, Pegazus e Fischer-Berman,⁶ do Instituto Internacional de História Social de Amsterdam,

da Beth Maidrash Etz Hayim, do seminário israelita de Amsterdam, do seminário israelita português, da Rosenthaliana, do rabino Moshe Pessah de Volos, da Biblioteca Strashun de Vilna (o neto do fundador cometeu suicídio ao ser obrigado a colaborar na catalogação), de bibliotecas húngaras (fundou-se um instituto-irmão sobre a “questão judaica” em Budapeste), de bibliotecas da Dinamarca e da Noruega, bem como de dezenas de bibliotecas na Polônia (em especial a grande biblioteca da sinagoga de Varsóvia e do Instituto de Estudos Judaicos). Desse vasto butim, os capangas de Rosenberg selecionaram os livros a serem enviados para o Instituto; os demais foram destruídos. Em fevereiro de 1943, o Instituto formulou as seguintes diretrizes para a seleção de material bibliográfico:

todos os escritos que tratem da história, cultura e natureza do judaísmo, bem como livros escritos por autores judeus em outras línguas que não hebraico e iídiche, devem ser enviados a Frankfurt. [Mas] livros de data recente, posterior a 1800, impressos no alfabeto hebraico (sejam em hebraico ou iídiche), podem ser reciclados; isto se aplica igualmente a livros de oração e memória, bem como demais obras religiosas em língua alemã.⁷

Quanto aos muitos rolos da Torá, sugeria-se que “talvez o couro possa ser usado para encadernação”. Milagrosamente, meu livrinho de orações escapou.

Sete meses depois dessas diretrizes, os nazistas inauguraram uma extensão das instalações de Auschwitz, um “campo de famílias” na floresta de bétulas de Birkenau, com direito a um bloco separado, “número 31”, exclusivamente para crianças. O campo foi concebido para provar ao mundo que os judeus deportados para o leste não estavam sendo exterminados. Na verdade, os prisioneiros viviam seis meses antes de serem enviados para o mesmo destino das outras vítimas deportadas. Por fim, depois de ter servido a seu propósito, o “campo de famílias” foi fechado para sempre.⁸

Enquanto durou, o Bloco 31 alojou até quinhentas crianças, junto com prisioneiros designados como “tutores”; apesar da vigilância severa, e contra todas as expectativas, o bloco possuía uma biblioteca infantil clandestina. A biblioteca era minúscula: consistia de oito livros, entre os quais a *Breve história do mundo*, de H. G. Wells, um manual escolar russo e um livro de geometria analítica. Uma ou duas vezes, um prisioneiro de outro campo conseguiu contrabandear um livro novo, de modo que o acervo subiu para nove ou dez obras. No fim de cada dia, os livros, junto com outras coisas de valor, como remédios e restos de comida, eram entregues a uma das meninas mais velhas,

que tinha a responsabilidade de escondê-los num lugar diferente a cada noite. Paradoxalmente, livros proibidos em todo o Reich (os de H. G. Wells, por exemplo) podiam ser encontrados na biblioteca de um campo de concentração.



53. Libertação dos sobreviventes do campo de concentração de Birkenau.

Muito embora o acervo da biblioteca infantil de Birkenau contasse apenas oito ou dez livros, havia outros mais que circulavam oralmente. Sempre que podiam evitar a vigilância, os tutores recitavam para as crianças os livros que outrora haviam aprendido de cor, revezando-se de tal modo que a cada vez tutores diferentes “liam” para crianças diferentes: essa rotação era conhecida como “trocar de livro na biblioteca”.⁹

É quase impossível imaginar que, sob as condições intoleráveis que os nazistas impuseram, a vida intelectual tenha persistido. Prisioneiro do gueto de Varsóvia, o historiador Yitzhak Schipper pôs-se a escrever um livro sobre os kazares; quando lhe perguntaram como conseguia trabalhar sem poder se sentar e pesquisar numa biblioteca apropriada, respondeu: “Para escrever história, você precisa de uma cabeça, não de um rabo”.¹⁰

Até mesmo as rotinas comuns e cotidianas da leitura lograram seguir adiante. Sua persistência aumenta o prodígio e o horror de homens e mulheres que naquelas circunstâncias de pesadelo liam sobre o Jean Valjean de Victor Hugo ou sobre a Natasha de Tolstói, preenchendo formulários e pagando multas por atraso, discutindo os méritos de um autor moderno ou seguindo mais uma vez os versos cadenciados de Heine. A leitura e seus rituais

tornaram-se atos de resistência. Como notou o psicólogo italiano Andrea Devoto, “tudo podia ser tratado como resistência, pois tudo era proibido”.¹¹

No campo de concentração de Bergen-Belsen, um exemplar da *Montanha mágica* de Thomas Mann circulava entre os prisioneiros. Um menino recorda o tempo que podia passar com o livro nas mãos como “um dos pontos altos do dia. Eu ia para um canto para ficar em paz e ler por uma hora”.¹² Outra jovem vítima polonesa, rememorando os dias de medo e desânimo, afirmou: “O livro era o meu melhor amigo, jamais me traiu; ele me confortou em meu desespero, ele me dizia que eu não estava sozinha”.¹³

“Toda vítima clama por lealdade”, escreveu Graham Greene,¹⁴ que acreditava ser tarefa do escritor militar pelas vítimas, restaurar sua visibilidade, criar sinais de alerta que, por meio de um artifício inspirado, possam funcionar como pedras de toque para alguma espécie de entendimento. Os autores dos livros em minhas estantes não tinham como saber quem os leria, mas as histórias que contam anteveem ou supõem ou testemunham experiências que podem ainda não se ter dado.

Uma vez que a voz das vítimas é crucial, os opressores costumam tentar silenciá-las: cortando literalmente sua língua, como no caso da Filomela violentada em Ovídio, ou da Lavínia de *Tito Andrônico*, ou isolando-as, como faz o rei com Segismundo, em *A vida é sonho* de Calderón de la Barca, e o sr. Rochester com a esposa louca, em *Jane Eyre*, ou ainda simplesmente negando suas histórias, como no anexo professoral a *A história da aia*, de Margaret Atwood. Na vida real, as vítimas são “desaparecidas”, trancadas num gueto, mandadas para a prisão ou para a tortura, destituídas de credibilidade. A literatura em minhas estantes conta e reconta a história da vítima, de Jó a Desdêmona, da Gretchen de Goethe à Francesca de Dante, não como espelho (o cirurgião alemão Johann Paul Kremer alertou em seu diário de Auschwitz: “Em comparação, o inferno de Dante é quase uma comédia”¹⁵), mas como metáfora. A maior parte dessas histórias devia estar na biblioteca de qualquer alemão educado da década de 1930. O que se aprende com os livros é uma outra história.

Na cultura ocidental, a vítima arquetípica é a princesa troiana Polixena. Filha de Príamo e Hécuba, devia casar-se com Aquiles, mas seu irmão Heitor opôs-se à união. Aquiles conseguiu introduzir-se no templo de Apolo para

espí-la, mas foi descoberto e morto. Segundo Ovídio, após a destruição de Troia o espírito de Aquiles apareceu aos gregos vitoriosos que estavam prestes a embarcar, e exigiu que a princesa fosse sacrificada a ele. Polixena foi arrastada à tumba de Aquiles e assassinada pelo filho do herói, Neoptólemo. Polixena é perfeita para o papel de vítima: inocente, não cometeu nenhum ato, não tem nenhuma culpa, não beneficia ninguém com sua morte, é uma página em branco a assombrar o leitor com perguntas sem resposta. Os gregos levantaram argumentos especiosos para justificar a exigência do fantasma e a própria anuência deles em seguir adiante com o sacrifício e absolver a lâmina que o filho de Aquiles enterrou no seio nu de Polixena. Mas não há argumento que possa nos convencer de que a morte de Polixena foi merecida. A essência de seu sacrifício — como de todo sacrifício — é a injustiça.

Minha biblioteca testemunha a injustiça sofrida por Polixena e por todos os fantasmas ficcionais que dão voz a inúmeros espectros que algum dia tiveram carne e sangue. Ela não clama por vingança, outro tema constante de nossas literaturas. Ela propõe que os limites que nos definem como grupo social sejam construtivos ou cautelares, mas não deliberadamente destrutivos, se quiserem reter algum sentido coletivo sadio, se quiserem que, dada a nossa humanidade comum, o atentado a uma vítima seja visto como atentado a toda a sociedade. Como quer o adágio inglês, a justiça não pode apenas ser feita, ela deve ser vista. A justiça não pode nortear-se por um senso de satisfação pessoal, deve reforçar em termos públicos o impulso social a aprender e aprimorar. Quando se faz a justiça, há lugar para a esperança, mesmo diante de uma divindade aparentemente caprichosa.

Uma lenda hassídica recolhida por Martin Buber conta a história de um homem que levou Deus a julgamento. Certa vez, em Viena, foi publicado um decreto que tornaria ainda mais difícil a vida dos judeus da Galícia polonesa. O tal homem declarou que Deus não podia transformar seu povo em vítima, mas devia permitir que vivesse em liberdade segundo Sua lei. Um tribunal de rabinos aceitou ponderar os argumentos do sujeito, e ordenou, como era devido, que o acusador e o acusado se retirassem durante a deliberação. “O acusador deve esperar do lado de fora; quanto ao Senhor, Deus do Universo, não podemos pedir que se retire, uma vez que Sua glória é onipresente. Mas não permitiremos que nos influencie.” Os rabinos deliberaram em silêncio e de olhos fechados. Tarde da noite, chamaram o homem e proferiram seu

veredicto: seu argumento era justo. Naquele exato instante, o decreto foi anulado.¹⁶

No mundo de Polixena, o desfecho não é tão feliz. Deus, os deuses, o Demônio, a natureza, o sistema social, o mundo, o *primum mobile* recusam-se a reconhecer culpa ou responsabilidade. Minha biblioteca repete uma e outra vez a mesma questão: quem faz Jó sofrer tanta dor e tanta perda? Quem é responsável pelo afundamento de Winnie nos *Dias felizes* de Beckett? Quem destrói sem descanso a vida de Gervaise Macquart no *Assommoir* de Zola? Quem vitimiza os protagonistas de *A Fine Balance*, de Rohinton Mistry?

Ao longo da história, sempre que confrontados ao relato lancinante dos horrores que perpetraram, os culpados — torturadores, assassinos, potentados implacáveis ou burocratas vis e subservientes — quase nunca respondem à pergunta “por quê?”. Seus rostos impassíveis rejeitam toda admissão de culpa e não refletem mais que a recusa a passar dos atos às consequências. Mas os livros em minhas estantes permitem imaginar seu futuro. Segundo Victor Hugo, o inferno assume formas diferentes para seus vários habitantes: para Caim, o inferno tem as feições de Abel, para Nero, as de Agripina.¹⁷ Para Macbeth, o inferno terá os traços de Banquo, para Medeia, os de seus filhos. Romain Gary imaginou um oficial nazista condenado à presença eterna de um palhaço judeu assassinado.¹⁸

Se é verdade, como sugerem as misteriosas conexões entre meus livros, que o tempo flui infinitamente, repetindo seus temas e descobertas ao longo dos séculos, então todo crime, toda traição, todo ato malévolo há de ter com suas consequências. Depois do fim da história, além do umbral de minha biblioteca, Cartago há de se reerguer sobre o sal romano, Dom Juan presenciará a angústia de dona Elvira, Bruto terá de enfrentar novamente o fantasma de César, e todo torturador terá que pedir perdão a sua vítima, completando o círculo inevitável do tempo.

Minha biblioteca me permite essa esperança irrealizável. Mas é claro que para as vítimas, nenhuma razão, literária ou não, poderá desculpar ou expiar os atos dos torturadores. Nick Caistor, em sua introdução à edição inglesa de *Nunca más*, o relatório sobre os “desaparecidos” durante a ditadura militar argentina, recorda que as histórias que chegaram até nós são apenas os relatos dos sobreviventes. “Mal podemos especular”, diz Caistor, “que relatos de

atrocidades os milhares de mortos levaram para suas sepulturas.”¹⁹

É difícil entender como as pessoas conseguem seguir com os gestos da vida cotidiana quando a própria vida se tornou tão inumana; como, em meio à fome e à doença, maus-tratos e assassinatos, homens e mulheres persistem nos rituais civilizados de cortesia e gentileza, inventando estratégias de sobrevivência por um minúsculo quinhão de alguma coisa amada, por um livro resgatado entre milhares, por um leitor entre dezenas de milhares, por uma voz que faça ecoar até o fim dos tempos as palavras do mensageiro a Jó: “Só eu pude escapar para trazer-te a notícia”. Ao longo da história, a biblioteca do vitorioso torna-se emblema de poder, repositório da versão oficial, mas a versão que nos assombra é a outra, a versão da biblioteca de cinzas. A biblioteca da vítima, abandonada ou destruída, nos incita a indagar: “Como tais atos foram possíveis?”. Meu livro de orações pertence a essa biblioteca de perguntas.

Depois que os cruzados europeus, após um cerco de quarenta dias, tomaram a cidade de Jerusalém no dia 15 de julho de 1099, massacrando homens, mulheres e crianças muçulmanos, e queimando toda a comunidade judaica trancada numa sinagoga, um punhado de árabes conseguiu escapar e chegar a Damasco, trazendo consigo o Corão de Uthman, um dos exemplares mais antigos do livro sagrado. Acreditavam que seu destino fora previsto naquelas páginas (de vez que a palavra divina contém todos os acontecimentos passados, presentes e futuros) e que, se tivessem lido o texto com discernimento, teriam conhecido de antemão o desfecho de sua própria história.²⁰ Para esses leitores, a história não era mais que o “desdobramento dos desígnios de Deus para o mundo”.²¹ Como nos ensinam nossas bibliotecas, os livros por vezes nos ajudam a formular as perguntas que queremos fazer, mas não necessariamente a decifrar as respostas. Por meio das vozes que recolhem e das histórias que imaginam, os livros apenas permitem que recordemos o que jamais sofremos e jamais conhecemos. O sofrimento em si mesmo pertence às vítimas. Todo leitor é, nesse sentido, um *outsider*, um estranho.

Emergindo do inferno, forcejando contra o fluxo do Lete rumo ao esquecimento, Dante traz consigo as vozes das almas sofredoras, mas também a consciência de que aquelas almas estão sendo punidas por seus pecados confessos.²² Ao contrário dos condenados de Dante, as almas cujas vozes ressoam hoje são inocentes. Foram torturadas e assassinadas apenas por existirem, ou por menos que isso. O mal não precisa de razões. Como reter, nas páginas de um livro, seja a *Montanha mágica* de Thomas Mann ou um mero livro de orações, uma representação útil de algo que, em sua própria essência, se recusa a tanto? Como nós, leitores, poderíamos ter esperança de segurar com nossas mãos o círculo do mundo e do tempo, quando o mundo teima em ultrapassar as margens de uma página, quando tudo que podemos testemunhar é o momento definido por um parágrafo ou verso, “criando”, como disse Blake, “formas de culto a partir de fábulas poéticas”? E com isso tornamos à questão de saber se algum livro, qualquer livro, poderá algum dia cumprir seu propósito impossível.



55. A biblioteca do gueto de
Theresienstadt num esboço de Alfred
Bergel, datado de 27 de novembro de
1943.

Talvez sim. Certo dia de junho de 1944, Jacob Edelstein, ancião do gueto de Theresienstadt levado a Birkenau, estava no alojamento, envolto em seu manto ritual, dizendo as orações matutinas que aprendera muito tempo antes num livro certamente parecido com meu *Gebet-Ordnung*. Mal começara quando o tenente ss Franz Hoessler entrou no barracão para levar Edelstein. Um outro prisioneiro, Yossel Rosensaft, recordou a cena um ano mais tarde:

De repente a porta se abriu e Hoessler avançou, acompanhado de três homens da SS. Chamou pelo nome de Jacob. Jacob não se moveu. Hoessler berrou: “Estou esperando, ande logo”. Jacob voltou-se bem devagar, encarou Hoessler e disse: “Dos últimos momentos que o Todo-Poderoso me concedeu nesta Terra, o mestre sou eu, não você”. Virou-se de novo para a parede e terminou as orações. Então dobrou o manto, sem pressa, entregou-o a um dos prisioneiros e disse a Hoessler: “Agora estou

12. Esquecimento

O que se perdeu não pode ser destruído nem menosprezado.

Petrarca, Da própria ignorância

Se a Noite é filha do Caos, então Lete, ou o Esquecimento, é sua neta, nascida da união terrível entre a Noite e a Discórdia. No livro sexto da *Eneida*, Virgílio imagina Lete como um rio cujas águas permitem que as almas a caminho do mundo ífero esqueçam sua pessoa passada e nasçam de novo.¹ Lete nos permite esquecer não só experiências e alegrias passadas, como também nossos pesares e preconceitos.

Minha biblioteca é constituída, meio a meio, por livros que lembro e por livros que esqueci. Agora que minha memória já não é tão precisa quanto costumava ser, as páginas se esvaem na mesma medida em que tento conjurá-las. Algumas se apagam por inteiro de minha experiência, esquecidas e invisíveis. Outras me assediam tentadoramente com um título ou uma imagem, ou umas poucas palavras fora de contexto. Qual romance começa com as palavras “Numa noite de primavera de 1890”? Onde li que o rei Salomão usou uma lente de aumento para saber se a rainha de Sabá tinha pernas peludas? Quem escreveu aquele livro singular, *Flight into Darkness*, do qual só recordo a descrição de um corredor sem janelas, tomado por pássaros esvoaçantes? Em qual história li a frase “no despejo de sua biblioteca”? Qual livro tinha uma vela acesa na capa e desenhos a lápis no papel creme? Em algum lugar de minha biblioteca encontram-se as respostas a estas questões — mas esqueci onde.

Os visitantes costumam perguntar se li todos os meus livros; minha resposta costumeira é que com certeza abri cada um deles. O fato é que uma biblioteca, seja qual for seu tamanho, não precisa ser lida por inteiro para ser útil; todo leitor tira proveito de um sábio equilíbrio entre conhecimento e ignorância,

lembrança e esquecimento. Em 1930, Robert Musil imaginou um bibliotecário dedicado da Biblioteca Imperial de Viena que conhecia todos os títulos daquela coleção gigantesca. “O senhor gostaria de saber como pude me familiarizar com cada um destes livros?”, pergunta ele a um visitante atônito. “Nada me impede de contar: é que não leio nenhum deles!” E acrescenta: “O segredo de todo bom bibliotecário consiste em jamais ler nada da literatura que lhe foi confiada, exceto os títulos e os sumários. Quem mete o nariz no livro perde-se para a biblioteca!... Jamais terá uma visão do todo!”. A essas palavras, continua Musil, o visitante querera fazer uma de duas coisas: romper em lágrimas ou acender um cigarro — mas sabe que ambas são proibidas entre as paredes da biblioteca.²

Não tenho nenhum sentimento de culpa diante dos livros que não li e talvez jamais lerei; sei que meus livros têm uma paciência ilimitada. Vão esperar por mim até o fim de meus dias. Não exigem que eu finja conhecê-los todos, nem insistem para que eu me torne um daqueles “profissionais do livro” imaginados por Flann O’Brien, que colecionam livros com afã mas não os leem, e que poderiam (diz O’Brien) ganhar a vida “lidando” com os livros a uma taxa modesta, fazendo que estes pareçam lidos, forjando inscrições e comentários nas margens, até mesmo inserindo programas de teatro e outros papéis efêmeros entre as páginas virgens.³

Edward Gibbon, comentando a biblioteca volumosa e o harém numeroso do imperador romano Gordiano, o Jovem, do século II, observou com aprovação: “22 concubinas oficiais e uma biblioteca de 62 mil volumes davam prova da variedade de seus pendores; e, a julgar pela produção que deixou, parece que uns e outras serviam ao uso mais que à ostentação”.⁴ Mesmo que a façanha fosse possível, é claro que ninguém, salvo um prodígio desvairado, pensaria em ler toda uma biblioteca de 62 mil volumes, página após página, de Abade a Zwingli, memorizando cada um dos livros. Gordiano deve ter feito uso do que Samuel Johnson, dezesseis séculos mais tarde, chamava leitura cursória. O próprio Johnson lia sem método nem disciplina, às vezes deixando as páginas sem cortar e seguindo apenas aquelas que se abriam diante de seus olhos. “Não acredito que o que está nas páginas fechadas seja pior do que o que está nas páginas abertas”, costumava dizer. Jamais se sentiu obrigado a ler um livro do começo ao fim ou a começar na primeira página. “Se um homem

começa a ler um livro pela metade e tem vontade de ir adiante, de nada vale parar e ir para o começo. Pode bem ser que não torne a sentir a mesma vontade.” E considerava “estranho” o conselho de não largar os livros antes do fim. “Seria como querer manter por toda a vida a amizade de quem quer que se encontre pela frente”, argumentava. Tampouco buscava títulos específicos, mas lia o que lhe caísse nas mãos. A sorte, pensava ele, era tão boa conselheira quanto a erudição.

O biógrafo obsessivo de Johnson, James Boswell, menciona que este, ainda menino, “tendo imaginado que o irmão escondera maçãs atrás de um grande volume no alto de uma estante do negócio do pai, escalou-a. Não havia maçãs; mas o volume veio a ser de Petrarca, um dos restauradores do conhecimento, conforme lera em algum prefácio. Tomado de curiosidade, sentou-se com avidez e leu boa parte do livro”. Conheço bem esses encontros felizes.

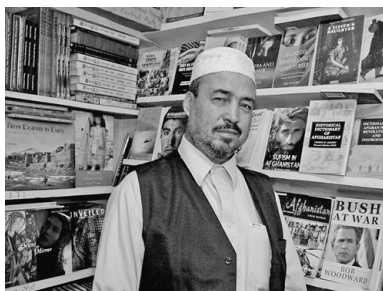
Os livros esquecidos de minha biblioteca levam uma existência tácita e discreta. Mesmo assim, sua própria qualidade de livros esquecidos às vezes me permite redescobrir uma história ou um poema como se fossem perfeitamente novos. Abro um livro que imagino jamais ter aberto antes e dou com um verso esplêndido que, digo comigo mesmo, não posso esquecer, para então fechar o livro e ver, na última página, que eu mesmo, mais sábio e mais jovem, marquei a mesma passagem quando a descobri, aos doze ou treze anos. Lete não restaura minha inocência, mas permite que eu volte a ser o menino que não sabia quem matou Roger Ackroyd ou que chorou o destino de Anna Kariênina. Começo outra vez pelas primeiras palavras, sabendo que na realidade não posso começar de novo; e me sinto destituído de uma experiência que sei que já tive e que tenho que readquirir, como uma segunda pele. Na Grécia antiga, a cobra era o símbolo de Lete.

Mas há bibliotecas em que o esquecimento (ou a tentativa de esquecer) é procurado justamente de modo a nos dissuadir da redescoberta. Bibliotecas censuradas, bibliotecas burocráticas e oficiosas, bibliotecas acadêmicas dedicadas a documentar apenas o que a academia considera verdadeiro — todas elas pertencem a uma estirpe obscura e sorrateira. Num livro divertido sobre o valor do esquecimento, o estudioso alemão Harald Weinrich observa que uma certa mentalidade científica trabalha por exclusão deliberada; assim, por exemplo, a biblioteca de publicações científicas a partir da qual os comitês

do prêmio Nobel escolhem os laureados é limitada por quatro regras de esquecimento compulsório:

1. Publicações numa língua que não o inglês — esqueça!
2. Publicações de estilo diferente do premiado — esqueça!
3. Publicações fora das prestigiosas revistas X, Y ou Z — esqueça!
4. Publicações de mais de cinquenta anos — esqueça!⁵

Se a leitura é um ofício que nos permite recordar a experiência comum a toda a humanidade, segue-se que governos autoritários forçosamente tentarão suprimir a memória conservada nas páginas. Em tais circunstâncias, o leitor luta contra o esquecimento. Após o bombardeio de Cabul em 2001, Shah Muhammad, um livreiro-bibliotecário que sobrevivera a vários regimes de intolerância, narrou suas experiências a um jornalista.⁶ Abrira sua loja trinta anos antes e de um modo ou de outro conseguira escapar aos carrascos. Sua inspiração a resistir em nome dos livros, dizia ele, provinha de um verso de Firdausi, o célebre poeta persa do século X, no *Livro dos Reis*: “Diante de um grande perigo, faça ora como o lobo, ora como a ovelha”. Obediente, Shah Muhammad encadernava seus livros em vermelho durante o governo dogmático dos comunistas, e colava tiras de papel sobre as imagens de seres vivos durante o reino iconoclasta do Talibã. “Mas os comunistas queimaram meus livros... E depois o Talibã queimou de novo.” Finalmente, durante a última batida em sua loja, enquanto a polícia empilhava os livros para fazer uma pira, Shah Muhammad abandonou o comportamento dócil e foi ver o ministro da Cultura. “Você destrói meus livros”, disse a ele, “talvez vá me destruir, mas há uma coisa que você jamais poderá destruir.” O ministro perguntou o que poderia ser. “A história do Afeganistão”, respondeu Shah Muhammad, que milagrosamente foi poupado.



Nos Estados Unidos, as tentativas de restringir as leituras da população negra datam dos primeiros tempos da escravidão. Para evitar que os escravos se rebelassem, era essencial que continuassem analfabetos. Se aprendessem a ler, dizia-se, os escravos viriam a conhecer os argumentos políticos, filosóficos e religiosos a favor da abolição e se levantariam contra seus senhores. Desse modo, os escravos que aprendiam a ler — mesmo que lessem apenas a Bíblia — eram punidos, às vezes com a morte; presumia-se que a conversão dos escravos era “conveniente”⁷ contanto que o conhecimento das Escrituras se fizesse da perspectiva de seus senhores brancos. O professor negro Booker T. Washington anotou que, em sua infância, “a grande ambição dos mais velhos era aprender a ler a Bíblia antes de morrer. Por conta disso, encontravam-se homens e mulheres de cinquenta ou setenta e cinco anos nas escolas noturnas”.⁸

Nem todos os brancos julgavam que a alfabetização levaria necessariamente à revolta escrava; havia quem pensasse que, se aprendessem a ler a Bíblia, os escravos se tornariam servos dóceis e obedientes. Mesmo depois que a American Bible Society começou a distribuir Bíblias para os escravos libertos, no final da década de 1860, havia educadores liberais brancos para quem a educação não devia ser um instrumento de liberdade intelectual, mas “uma ferramenta essencial para mitigar a ameaça contida naquele ‘contingente inferior e perigoso, recém-ingressado na república’”.⁹

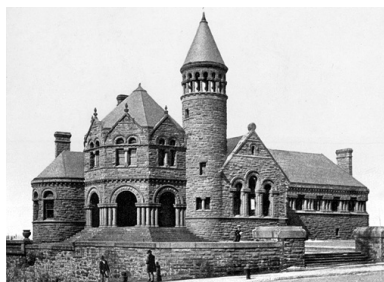


57. *Retrato de Booker T. Washington.*

No Sul americano, as bibliotecas continuaram vetadas à população negra até o começo do século xx. A primeira a abrir suas portas foi a Biblioteca Cossitt, em Memphis, Tennessee, que concordou em ceder um bibliotecário e uma coleção de livros ao LeMoyne Institute, uma escola para crianças negras.¹⁰ Nos estados do norte, onde as bibliotecas públicas haviam aberto suas portas aos leitores negros alguns anos antes, o medo de adentrar território proibido persistiu até a década de 1950. O jovem James Baldwin lembrava-se de ficar

parado na esquina da Quinta Avenida com a rua 42, admirando “os leões de pedra que guardavam o prédio principal da Biblioteca Pública”. O prédio lhe parecia tão vasto que jamais ousara entrar; tinha pavor de se perder num labirinto de corredores e degraus de mármore, sem jamais encontrar os livros que queria. “E então todo mundo”, ele escreveu, como a observar-se a muitos anos de distância, “todos os brancos ali dentro saberiam que ele não estava acostumado a grandes construções ou a tantos livros, e olhariam para ele com compaixão.”¹¹

O esquecimento pode ser imposto às bibliotecas de várias formas — pelos acidentes da guerra ou do deslocamento. Na Alemanha, em 1945, pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, um oficial russo descobriu numa estação de trem abandonada um lote de caixas transbordando de livros e papéis russos que os nazistas haviam pilhado. Segundo o escritor Ilya Ehrenburg, aquilo era tudo que restava da célebre Biblioteca Turguêniev, fundada em 1875 pelo autor de *Pais e filhos* em prol dos estudantes russos em Paris, e que a romancista Nina Berberova considerava “a maior biblioteca russa no exílio”.¹² Até mesmo aqueles volumes estão hoje desaparecidos.



58. Cartão-postal com imagem da Biblioteca Cossitt de Memphis.

A poeta iídiche Rachel Korn, que passou a maior parte da vida “naufragada no Canadá”, dizia que desde que fora exilada de sua aldeia, na Galícia Oriental, sentira-se como quem “é obrigado a deixar seus pertences num navio que afunda”. Mas ela resistiu ao que lhe parecia um “esquecimento compulsório”: “Quando se é obrigado a deixar o próprio país, todas as bibliotecas se perdem, exceto aquelas que se recordam. E mesmo essas é preciso ler em espírito, uma e

outra vez, para que as páginas não continuem caindo”. E sua filha conta como, pouco depois da chegada a Montreal, Korn a obrigava toda noite a ler e decorar poemas de Púchkin, Akhmatova, Mandelstam, como se fossem suas preces noturnas. “Às vezes ela me corrigia, às vezes eu a corrigia.” Aqueles textos recordados eram a única biblioteca que lhe importava no exílio.¹³

Há ocasiões em que se permite que uma biblioteca desapareça. Em abril de 2003, o exército anglo-americano preferiu não fazer nada enquanto os Arquivos Nacionais, o Museu Arqueológico e a Biblioteca Nacional de Bagdá eram saqueados e pilhados. Em poucas horas, boa parte dos primeiros registros escritos da história humana perdeu-se no esquecimento. Os primeiros exemplos de escrita, datando de seis mil anos atrás; crônicas medievais que haviam escapado à pilhagem dos capangas de Saddam Hussein; vários volumes da refinada coleção corânica do Ministério de Assuntos Religiosos — todos desapareceram, provavelmente para sempre.¹⁴ Perderam-se manuscritos amorosamente caligrafados por ilustres escribas árabes, para quem a beleza da escrita devia espelhar a beleza do conteúdo. Perderam-se as coleções de contos semelhantes aos das *Mil e uma noites*, que um livreiro iraquiano do século x, Ibn al-Nadim, chamava histórias noturnas, uma vez que não se devia desperdiçar as horas do dia lendo literatura trivial.¹⁵ Os documentos oficiais que historiavam a Bagdá otomana juntaram-se às cinzas de seus mestres. Foram-se, por fim, os livros que sobreviveram à conquista mongol em 1258, quando o exército invasor jogou o acervo das bibliotecas no rio Tigre, construindo uma ponte de papel que enegreceu as águas com a tinta diluída.¹⁶ Ninguém mais poderá acompanhar os anos de correspondência que descreviam meticulosamente viagens aventurecas do passado e cidades maravilhosas perdidas no tempo. E ninguém mais consultará, ao menos naqueles exemplares específicos, grandes obras de referência como a *Aurora para os cegos*, de al-Qalqashandi, erudito egípcio do século xiv que, num dos catorze volumes, explicou em detalhe como formar cada uma das letras do alfabeto árabe, acreditando que nada que fosse escrito poderia jamais ser esquecido.¹⁷

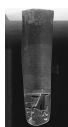


59. A pilhagem da Biblioteca Nacional e dos Arquivos Nacionais de Bagdá.

Muito embora bom número de objetos tenham sido devolvidos ao Iraque nos meses seguintes à pilhagem, no final de 2004 ainda restava uma grande proporção de livros, documentos e artefatos roubados que ainda não haviam sido recuperados, apesar dos esforços da Interpol, da UNESCO, do ICOM (Conselho Internacional de Museus) e de várias entidades culturais ao redor do mundo. E muitos textos e objetos insubstituíveis foram simplesmente destruídos. “Feitas as contas, recuperou-se menos de 50% do que foi roubado”, declarou o dr. Donny George, diretor do Museu Arqueológico de Bagdá. “Mais da metade do material pilhado ainda está desaparecida, o que representa uma grande perda para o Iraque e para toda a humanidade.”¹⁸

Luciano Canfora sublinhou a importância de documentar não apenas a história do desaparecimento de livros e bibliotecas, mas também a história da consciência de seu desaparecimento.¹⁹ Ele assinala, por exemplo, que no século I a.C., Diodoro Sículo, comentando as crônicas das campanhas de Filipe da Macedônia redigidas pelo filósofo grego Teopompo, observou que o livro inteiro consistia em 58 volumes, dos quais, “infelizmente, cinco não se encontram mais”. Diodoro viveu a maior parte da vida na Sicília, e Canfora explica que, ao comentar a perda dos volumes de Teopompo, referia-se à sua ausência em coleções locais, como a biblioteca histórica de Taormina. Oito séculos depois de Diodoro, o patrício bizantino Fócio, compilador de uma bibliografia enciclopédica sob o título de *Bibliotheka*, observou: “Lemos as crônicas de Teopompo, das quais só restam 53 volumes”. A falta notada por Diodoro ainda valia para Fócio, isto é: a consciência do desaparecimento tornara-se parte da história da própria obra, contrabalançando, em alguma

pequena medida, o esquecimento a que os volumes perdidos haviam sido condenados.



60. *Estela com o Código de Hammurabi.*

A confiança na sobrevivência da palavra, bem como a premência de esquecer o que as palavras tentam recordar, é tão velha quanto as primeiras tabuletas de terracota roubadas do Museu de Bagdá. Conservar e transmitir a memória, aprender com a experiência alheia, compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que os livros nos conferem, bem como razões pelas quais nós os prezamos e tememos. Nossos ancestrais já sabiam disso na Mesopotâmia de 4 mil anos atrás. Em seu epílogo, o Código de Hammurabi — uma coleção de leis inscritas numa estela de pedra escura pelo rei Hammurabi da Babilônia no século XVIII a.C. — oferece-nos um exemplo esclarecido daquilo que a palavra escrita pode significar para o homem comum:

Para evitar que os poderosos oprimam os fracos, para fazer justiça aos órfãos e às viúvas [...] inscrevi em minha estela minhas palavras preciosas. [...] Se houver um homem sábio à altura de manter a ordem nestas terras, que ele atente às palavras que escrevi nesta estela. [...] Que os oprimidos façam ler em voz alta as inscrições. [...] Esta estela há de iluminar o seu caso. E quando ele compreender o que pode esperar [dos termos da lei], seu coração será apaziguado.²⁰

13. Imaginação

É tão fácil imaginar um livro quanto é difícil pô-lo no papel.

Balzac, *O gabinete das antiguidades*

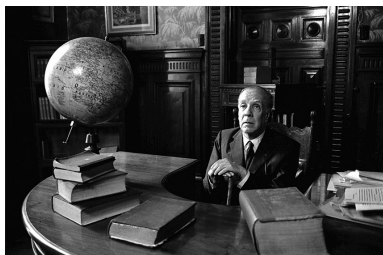
Há duas grandes árvores no meu jardim, logo diante das janelas da biblioteca. No verão, quando os amigos vêm me visitar, nós nos sentamos e conversamos sob a copa, às vezes durante o dia, mas em geral à noite. Dentro da biblioteca, meus livros nos distraem da conversa, e ficamos inclinados a fazer silêncio. Mas fora, sob as estrelas, a conversa se torna menos inibida, mais ampla, estranhamente mais encorajar. De algum modo, sentar-se fora, no escuro, parece encorajar a conversa sem grilhões. A escuridão conduz à fala. A luz é silenciosa — ou, como explica Henry Fielding em *Amélia*, “*Tace*, minha senhora, significa ‘vela’ em latim”.¹

A tradição nos ensina que as palavras, e não a luz, foram o que primeiro emergiu da escuridão primordial. Segundo uma lenda talmúdica, quando Deus se pôs a criar o mundo, as 22 letras do alfabeto desceram de sua coroa augusta e terrível para suplicar-lhe que concretizasse sua criação por intermédio delas. Deus consentiu. Permitiu que, em plena escuridão, o alfabeto desse origem aos céus e à Terra, e produzisse o primeiro raio de luz do seio desta, de tal modo que invadissem a Terra Santa e iluminassem todo o universo.² A luz, ou o que nós tomamos por luz, é apenas a sombra de Deus, sob cujo esplendor ofuscante as palavras já não são possíveis.³ As costas de Deus foram suficientes para atordoar Moisés, que teve que esperar até a volta à escuridão do Sinai para ler os mandamentos que Deus impunha a seu povo. São João, com economia louvável, resumiu a relação entre as letras, a luz e a escuridão em seu famoso versículo: “No início era o Verbo”.

A frase de São João resume a experiência do leitor. Como bem sabe quem quer que leia numa biblioteca, as palavras na página pedem por luz. Escuridão,

palavras e luz formam um círculo virtuoso. As palavras suscitam a luz e lamentam sua extinção. Lemos à luz, falamos no escuro. Clamando ao pai que não se deixasse morrer, Dylan Thomas dirigiu ao velho senhor palavras hoje famosas: “*Rage, rage against the dying of the light*” [Fúria, fúria contra a luz que morre].⁴ Também Otelo, agonizante, confunde a luz das velas com a luz da vida e as vê como uma e mesma coisa: “*Put out the light, and then put out the light*” [Apaguem a luz, e depois apaguem a luz].⁵ As palavras pedem por luz para serem lidas, mas a luz parece se opor à palavra falada. Em meados do século XVIII, quando Thomas Jefferson introduziu o lampião Argand na Nova Inglaterra, observou-se que a conversa ao jantar, antes conduzida à luz de velas, deixou de ser tão brilhante quanto antes, pois os melhores conversadores agora se retiravam para seus quartos para ler.⁶ “Tenho luz demais”, diz o Buda, recusando-se a dizer uma palavra mais.⁷

Num outro sentido prático, as palavras criam luz. O mesopotâmico que queria continuar a ler depois que a noite havia caído, o romano que queria examinar seus documentos após o jantar, o monge em sua cela e o erudito em seu estúdio após as preces noturnas, o cortesão retirando-se para o quarto e a dama para sua alcova, a criança escondendo-se debaixo dos lençóis para ler depois da hora de dormir — todos se arranjaram para iluminar sua tarefa. No Museu Arqueológico de Madri há um lampião a óleo de Pompeia sob cuja luz Plínio, o Velho, pode ter lido seu último livro, antes de partir para a morte sob a erupção de 79. Em certo lugar de Stratford, Ontário, há um castiçal solitário que data (diz o proprietário) dos tempos de Shakespeare; talvez tenha sustentado em alguma ocasião uma vela cuja luz Macbeth terá visto como reflexo da sua. As luzes que guiaram as leituras de Dante exilado em Ravena, de Racine no claustro de Port-Royal, de Stendhal em Roma ou de De Quincey em Londres, todas elas nasceram de palavras que clamavam das páginas, todas elas eram luz assistindo ao nascimento da luz.



É à luz que lemos as invenções alheias; sob a escuridão, inventamos nossas próprias histórias. Muitas vezes, sob minhas duas árvores, sentei-me com amigos e descrevi livros que nunca escrevi. Temos bibliotecas inteiras repletas de histórias que jamais nos sentimos compelidos a pôr no papel. “Imaginar a trama de um romance talvez seja uma tarefa feliz”, Borges disse certa vez. “Escrevê-la de fato seria um exagero.”⁸ Borges gostava de preencher os espaços da biblioteca que não podia ver com histórias que não cuidava de escrever, mas para as quais às vezes compunha um prefácio, sumário ou resenha. Mesmo quando jovem, contava ele, a consciência de sua cegueira futura reforçava o hábito de imaginar volumes complexos que jamais tomariam forma escrita. Borges herdara do pai a doença que gradualmente, implacavelmente debilitou sua visão, e o médico proibira que lesse à luz fraca. Certo dia, durante uma viagem de trem, enfronhou-se a tal ponto numa história policial que continuou a ler página após página, no crepúsculo que caía. Pouco antes da estação final, o trem entrou num túnel. Quando emergiu dele, Borges não conseguia ver mais nada exceto uma neblina colorida, a “escuridão visível” que Milton julgava ser o inferno. Nessa escuridão Borges viveu o resto da vida, lembrando ou imaginando histórias, reconstruindo mentalmente a Biblioteca Nacional de Buenos Aires ou sua própria biblioteca em casa. À luz da primeira metade da vida, escreveu e leu em silêncio; na penumbra da segunda, ditou e ouviu outros lerem para ele.

Em 1955, pouco depois do golpe militar que derrubou a ditadura do general Perón, Borges foi convidado para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional. A ideia fora de Victoria Ocampo, a formidável editora da revista *Sur* e velha amiga de Borges. Borges achou “uma ideia absurda” nomear um cego para um cargo de bibliotecário, mas então recordou que, muito curiosamente, dois dos diretores anteriores haviam acabado a vida cegos: José Mármol e Paul Groussac. Quando surgiu a possibilidade da nomeação, a mãe de Borges sugeriu que fizessem o passeio pelo edifício, mas Borges foi supersticioso e recusou. “Só quando eu conseguir o posto”, disse ele.⁹ Foi nomeado poucos dias depois; para celebrar a ocasião, escreveu um poema sobre “a magnífica ironia de Deus”, que lhe dera a um só tempo “os livros e a noite”.¹⁰

Borges trabalhou por dezoito anos na Biblioteca Nacional, até a aposentadoria, e gostava tanto do trabalho que comemorava quase todos os aniversários na biblioteca. Em seu escritório com lambris de madeira, sob um teto crivado de flores-de-lis e estrelas pintadas, ficava por horas a uma mesinha, de costas para uma magnífica escrivaninha redonda, cópia da que pertencera ao primeiro-ministro francês Georges Clemenceau, e que Borges achava aparatosa demais. Ali ditava seus poemas e ficções, pedia às secretárias prestativas que lhe lessem em voz alta, recebia amigos, estudantes e jornalistas, e organizava grupos de estudo de anglo-saxão. O trabalho tedioso e burocrático ficava nas mãos do diretor-assistente, o estudioso José Edmundo Clemente.

Muitas das histórias e ensaios publicados por Borges fazem menção a livros que ele inventou sem se dar ao trabalho de redigi-los. Entre estes, encontram-se as várias histórias romanescas do fictício Herbert Quain (tema de uma ficção em tom ensaístico), que varia uma mesma trama em progressão geométrica, até que o número de tramas se torna infinito; o maravilhoso romance policial *Aproximação a Al-Mu'tasim*, de “Mir Bahadur Ali, advogado em Bombaim”, supostamente resenhado pelos realíssimos Philip Guedalla e Cecil Roberts e publicado em Londres pelo igualmente real Victor Gollancz, com uma introdução de Dorothy L. Sayers, sob o título modificado para *Diálogo com um homem chamado Al-Mu'tasim: um jogo de espelhos móveis*; o décimo primeiro volume da *Primeira Enciclopédia de Tlön*, recebido por Herbert Ashe, pouco antes de sua morte, num pacote selado e registrado no Brasil; a peça inacabada *Os inimigos*, que Jaromir Hladik pôde completar mentalmente num longo instante, concedido por Deus, logo antes de sua execução; e o volume *in-octavo* de páginas infinitas, com as palavras “Sagrada Escritura” e “Bombaim” impressas na lombada, que Borges (diz o próprio) teve em mãos pouco antes de se aposentar do cargo de diretor da Biblioteca Nacional.¹¹



62. O gigante Gargântua, de François Rabelais.

Colecionar livros imaginários é uma ocupação antiga. Em 1532, surgiu na França um livro assinado pelo erudito apócrifo Alcofribas Nasier (anagrama de François Rabelais), de título *Os terríveis feitos e façanhas do famoso Pantagrue, rei dos Dipsodos, filho do gigante Gargântua*.¹² No capítulo sétimo, o jovem Pantagrue, tendo estudado “com distinção” em Orléans, decide visitar Paris e sua universidade. Não é, entretanto, a instituição erudita que chama sua atenção, mas antes a abadia de Saint Victor, onde encontra “uma suntuosa e magnífica biblioteca” repleta dos livros mais extraordinários. O catálogo que Rabelais reproduz para nós estende-se por cinco páginas, e inclui maravilhas como:

As braguilhas da lei

A romã do vício

O pote de mostarda da penitência

O tripé das boas intenções

O biscoito dos prelados

Os óculos dos peregrinos rumo a Roma

O gato peludo dos procuradores e vassalos

Apologia dos ditos autores contra aqueles que alegam que a mula do papa só come na hora certa

O rabo pelado ou a calça arriada das viúvas

A mixórdia de Hipócrites

A buscapé dos boticários

Espelho da baixeza, por Radnecu Waldenses

A pança dos presidentes

Numa carta cheia de conselhos que manda ao filho de Utopia, Gargântua estimula Pantagrue a fazer bom uso de suas leituras, por meio das quais “podemos, no estado mortal, alcançar uma espécie de imortalidade”.

O mundo está coberto de homens sábios, mestres eruditos e vastas bibliotecas: e tenho por verdade que nem nos tempos de Platão, de Cícero ou de Papiniano houve tanta ocasião de estudar como há hoje. [...] Vejo ladrões, carrascos, flibusteiros, taverneiros, cavaleiros e que tais, a própria escória da plebe, mais eruditos que os doutores e pregadores do meu tempo.

A biblioteca inventada por Rabelais talvez seja a primeira “biblioteca imaginária” da história da literatura. Ela zomba, na tradição de seus admirados Erasmo e More, do mundo escolástico e monástico, mas, mais

importante que isso, permite ao leitor a diversão de imaginar os argumentos e tramas por trás dos títulos. Em outra de suas abadias, a de Thelême, Rabelais inscreve o mote *Fays ce que voudras* [*Faça o que bem entender*]. Na biblioteca de Saint Victor, poderia ter escrito *Lys ce que voudras* [*Leia o que bem entender*]. Da minha parte, inscrevi estas palavras numa das portas de minha biblioteca.

Rabelais nasceu em 1483 ou 1484, perto da cidade de Chinon, não muito longe de onde vivo. Sua casa chamava-se *La Devinière* ou *Casa da adivinha*; o nome original era *Les Cravandières* — de *cravant*, ou “ganso selvagem” no dialeto da Touraine. Os gansos eram usados para prever o futuro, e o nome da casa foi mudado para honrar o dom mágico das aves.¹³ A casa, a paisagem ao redor, as cidades e monumentos até a esguia torre de Marmande, construída no século XI e que posso ver de meu jardim, tornaram-se o cenário da saga gigantesca. O sucesso de *Pantagruel* (mais de 4 mil exemplares vendidos nos primeiros meses) convenceu Rabelais a continuar com as aventuras de seus gigantes. Dois anos mais tarde, publicou *A vida horrífica do grande Gargântua, pai de Pantagruel*, seguido de vários outros volumes da saga. Em 1453, a Igreja proibiu os livros de Rabelais e publicou um edito oficial, condenando sua obra.

Rabelais sabia latim, grego, italiano, hebraico, árabe e vários dialetos franceses; estudara teologia, direito, medicina, arquitetura, botânica, arqueologia e astronomia; enriqueceu a língua francesa com mais de oitocentas palavras, muitas das quais ainda em uso na Acádia canadense.¹⁴ Sua biblioteca imaginária é fruto de uma mente ativa demais para se deter e registrar seus pensamentos, e sua epopeia é uma miscelânea de episódios que permitem ao leitor escolher entre quase todas as sequências, sentidos, tons e mesmo argumentos possíveis. É como se, para Rabelais, o inventor de uma narrativa não fosse obrigado a trazer coerência, lógica ou propósito ao texto. Isso (como Diderot tornaria claro) é tarefa do leitor, a marca de sua liberdade. As velhas bibliotecas escolásticas davam por certa a verdade dos comentários tradicionais das obras clássicas; Rabelais, como seus colegas humanistas, questionava a noção de que autoridade equivalia a inteligência. “Conhecimento sem consciência”, diz Gargântua ao filho, “é a ruína da alma.”

O historiador Lucien Febvre, num estudo das crenças religiosas da época de Rabelais, tentou descrever o autor em termos quinhentistas. “Quem era Rabelais? Uma espécie de bufão, embriagando-se e escrevendo obscenidades à noite? Ou quem sabe um médico estudado, um humanista erudito que preencheu a memória prodigiosa com belas passagens dos autores antigos? Ou, melhor ainda, um grande filósofo, aclamado como tal por figuras como Theodore Beza e Louis Le Caron?”, indaga Febvre, para concluir: “Nossos ancestrais eram mais afortunados que nós. Não escolhiam entre duas imagens. Aceitavam ambas ao mesmo tempo, a respeitável ao lado da outra”.¹⁵

Rabelais soube manter simultaneamente o espírito questionador e a fé no que lhe parecia ser a verdade estabelecida. Queria testar as opiniões dos tolos e ponderar por conta própria o peso dos truísmos. Aos livros eruditos que leu, repletos da sabedoria dos antigos, contrapunham-se as questões em aberto e os tratados jamais escritos. Sua própria biblioteca de pergaminho e papel derivava de sua biblioteca imaginária de temas esquecidos ou desdenhados como objeto de estudo e reflexão. Sabemos quais livros (reais) Rabelais levava em sua “biblioteca portátil”, um baú que o acompanhou durante seus vinte anos de andanças pela Europa. A lista — que o punha constantemente à mercê da Inquisição — incluía os *Aforismos* de Hipócrates, as obras de Platão, Sêneca e Luciano, o *Elogio da loucura* de Erasmo e a *Utopia* de More, bem como um exemplar de um perigoso livro polonês então recém-publicado: *De revolutionibus*, de Copérnico.¹⁶ Os livros que inventou para Pantagruel são uma glosa tácita e irreverente desses outros livros.

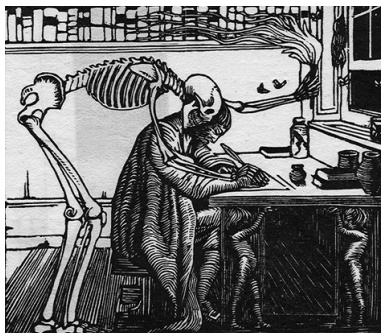
O crítico Mikhail Bakhtin assinalou que os livros imaginários de Rabelais têm raízes nas liturgias paródicas e nos evangelhos cômicos de séculos anteriores.

A paródia medieval pretende descrever apenas os aspectos negativos e imperfeitos da religião, da organização eclesiástica e da ciência escolástica. Para esses parodistas tudo, sem exceção, é objeto de humor; o riso é tão universal quanto a gravidade e inclui o conjunto do universo, da história, da sociedade e da visão de mundo, numa visão abrangente deste.¹⁷

O *Gargântua* de Rabelais originou um bom número de imitações no século seguinte. Entre as mais populares estava uma série de bibliotecas imaginárias

publicadas como sátiras políticas na Inglaterra da Guerra Civil: um exemplo é a *Bibliotheca Parlamenti* de 1653, atribuída a Sir John Birkenhead e que incluía títulos irreverentes como *Theopopeia, discurso que prova aos mortais a divindade de Cromwell, uma vez que se despiu de toda humanidade*.¹⁸ No mesmo ano, Sir Thomas Urquhart publicou a primeira tradução inglesa de *Gargântua e Pantagruel*, e o sábio Sir Thomas Browne compôs, imitando Rabelais, um tratado que chamou *Musaeum Classicum, ou Bibliotheca abscondita: contendo alguns notáveis livros, antiguidades, imagens e curiosidades de toda espécie, raras ou jamais vistas por nenhum homem vivo*. Neste “livro fechado ou biblioteca escondida” há vários volumes estranhos e objetos curiosos, entre os quais um poema escrito em grego por Ovídio durante o exílio em Tomis, uma carta de Cícero descrevendo a Grã-Bretanha, um relato do avanço de Aníbal da Espanha rumo à Itália, um tratado sobre os sonhos redigido pelo rei Mitridates, os escritos hebraicos, gregos e latinos de uma menina-prodígio de oito anos e uma tradução espanhola das obras de Confúcio. Entre as imagens de “objetos curiosos”, Sir Thomas lista “uma deformidade notável esculpida num busto” e “um elefante dançando na corda bamba com um anão negro nas costas”.¹⁹ A intenção óbvia é zombar das credences populares da época, mas o resultado é ligeiramente empolado e bem menos engraçado que o seu modelo. Mesmo bibliotecas imaginárias podem afundar sob o prestígio e a pompa da academia.

Ao menos num caso, o espaço da biblioteca e os títulos dos livros eram visíveis — embora estes últimos fossem inteiramente imaginários. Em Gad’s Hill (a casa com que sonhava quando era criança e que acabou comprando doze anos antes de morrer em 1870), Charles Dickens reuniu uma copiosa biblioteca. Uma porta ocultava-se atrás de um painel coberto de várias fileiras de lombadas falsas. Sobre essas lombadas, Dickens divertiu-se em escrever títulos de obras apócrifas de todo tipo: os volumes I a XIX do *Guia para o sono restaurador*, de Hansard, o *Ostras*, de Shelley, a *Guerra moderna*, do general Tom Thumb (famoso anão de circo da era vitoriana), um manual sobre o casamento, assinado por Sócrates, notório pau-mandado, e um *Catálogo das estátuas dedicadas ao duque de Wellington*, em dez volumes.²⁰



64. Xilogravura de Gwen Raverat figurando Sir Thomas Browne inspirado pela Morte.

Num dos livros de memórias com que se deliciava em scandalizar os leitores das décadas de 1930 e 1940, Colette conta a história dos catálogos imaginários compilados por seu amigo Paul Masson, ex-magistrado colonial que trabalhava na Biblioteca Nacional, um excêntrico que pôs fim à própria vida às margens do Reno, tapando as narinas com algodão embebido em éter, perdendo a consciência e depois se afogando nas águas de trinta centímetros de profundidade. Segundo Colette, Masson visitava-a em sua casa à beira-mar e tirava do bolso uma prancheta, uma caneta-tinteiro e um pacotinho de cartões em branco. Um dia ela lhe perguntou:

“O que está fazendo, Paul?”

“Trabalho, coisas do trabalho. Fui nomeado para a seção de catalogação da Biblioteca Nacional, e estou fazendo um levantamento dos títulos.”

“E você consegue fazer isso de memória?”, ela se admirou.



65. Charles Dickens na sua biblioteca, em *Gad's Hill*.

“De memória? Mas qual seria o mérito? Faço melhor. Constatei que a Nacional é pobre em obras latinas e italianas do século XV. Enquanto o acaso e a erudição não preenchem as lacunas, eu inscrevo

títulos de obras extremamente interessantes, que *deveriam* ter sido escritas... Assim, ao menos os títulos salvarão o prestígio do catálogo.”

“Mas como, se os livros não existem?”

“Ah”, disse ele, com um gesto frívolo, “não posso fazer tudo!”²¹

As bibliotecas de livros imaginários nos deliciam porque nos permitem o prazer da criação sem a faina da pesquisa e da redação. Mas também são duplamente perturbadoras: primeiro, porque não podem ser reunidas; segundo, porque não podem ser lidas. Seus tesouros promissores devem permanecer fechados para todos os leitores. Cada um desses livros pode se arrojar o título que Kipling dá à história, jamais escrita, do jovem bancário Charlie Mears, “A melhor história do mundo”.²² Mas a caça a tais livros imaginários, apesar de necessariamente infrutífera, não tem como parar. Qual devoto de histórias de horror não sonhou em dar com uma cópia do *Necronomicon*, o manual demoníaco inventado por H. P. Lovecraft em sua obscura saga de Cthulhu?²³ Segundo Lovecraft, o *Al Azif* (para nomear seu título original) foi escrito por Abdul Alhazred *circa* 730, em Damasco. Em 950, a obra foi traduzida por Theodorus Philetas para o grego sob o título de *Necronomicon*, mas o único exemplar foi queimado pelo patriarca Miguel em 1050. Em 1228, Olaus traduziu o original (hoje perdido) para o latim.²⁴ Um exemplar latino teria ido parar na Miskatonic University, em Arkham, “célebre por certos manuscritos e livros proibidos gradualmente acumulados ao longo de séculos, desde o período colonial”. Além do *Necronomicon*, essas obras proibidas incluíam “os *Unaussprechlichen Kulten*, de Von Junzt, os *Cultes des Goules*, do conde d’Erlette, o *De Vermiis Mysteriis*, de Ludvig Prinn, o *R’lyeh Text*, os *Sete livros crípticos de Hsan*, os *Cantos de Dhol*, o *Liber Ivoris*, os *Fragmentos Celaeno* e muitos outros da mesma espécie, alguns dos quais só existem em forma fragmentária, espalhados pelo mundo”.²⁵



66. Retrato de Masson.

Nem todas as bibliotecas imaginárias contêm livros imaginários. A biblioteca que o cura e o barbeiro condenam às chamas na primeira parte de *Dom Quixote*; a biblioteca erudita do sr. Casaubon em *Middlemarch*, de

George Eliot; a lânguida biblioteca de Des Esseintes em *Às avessas*, de Huysmans; a letal biblioteca monástica de *O nome da rosa*, de Umberto Eco... Todas essas são bibliotecas desejadas; com tempo e dinheiro suficientes, tais bibliotecas de sonho poderiam adquirir realidade física. A biblioteca que o capitão Nemo exhibe ao professor Aronnax em *Vinte mil léguas submarinas* (exceção feita aos livros do próprio Aronnax, dos quais só conhecemos um título, *Les grands fonds sous-marins*) estava ao alcance de qualquer cavalheiro culto na França de meados do século XIX. “Aqui estão”, diz o capitão Nemo, “as grandes obras dos mestres antigos e modernos, isto é, as mais belas criações da humanidade nos reinos da história, da poesia, da ficção e da ciência, de Homero a Victor Hugo, de Xenofonte a Michelet, de Rabelais à sra. Sand.”²⁶ Todos eles são livros reais.

Como suas irmãs de madeira e papel, nem todas as bibliotecas são feitas apenas de livros. A câmara de tesouros do capitão Nemo conta ainda com duas coleções, uma de pinturas, a outra de “curiosidades”, à maneira dos eruditos europeus da época. A biblioteca silvestre do duque em *As You Like It*, “feita de línguas nas árvores, livros nos regatos, sermões nas pedras, e boa do começo ao fim”,²⁷ não precisa de tinta nem papel. Pinóquio, no capítulo XIX do romance de Collodi, tenta imaginar o que faria se tivesse cem belas moedas e fosse um cavalheiro rico, e então deseja ter um palácio com uma biblioteca “repleta de confeitos, bolos, panetones, biscoitos de amêndoa e sonhos recheados de creme”.²⁸

A distinção entre bibliotecas que não têm existência material e bibliotecas com livros e papéis que podemos ter em mãos às vezes se confunde de modo estranho. Há bibliotecas reais com volumes sólidos que parecem imaginários, uma vez que são percebidos como fruto daquilo que Coleridge chamou “suspensão voluntária da descrença”. Entre elas está a Biblioteca do Papai Noel nos Arquivos Provinciais de Oulu, no norte da Finlândia, cuja coleção mais convencional remonta ao século XVI. Desde 1950, o “Serviço Postal do Papai Noel” dos Correios Finlandeses encarrega-se de responder às 600 mil cartas recebidas todos os anos de mais de 180 países. Até 1996, as cartas eram destruídas depois de serem respondidas, mas desde 1998 um acordo entre os Correios Finlandeses e as autoridades provinciais permitiu que os Arquivos de Oulu selecionassem e preservassem parte das cartas recebidas a cada dezembro — sobretudo, mas não exclusivamente, de crianças. Oulu foi escolhida porque,

segundo a tradição finlandesa, o Papai Noel mora em Korvatunturi, ou Montanha da Orelha, localizada naquele distrito.²⁹

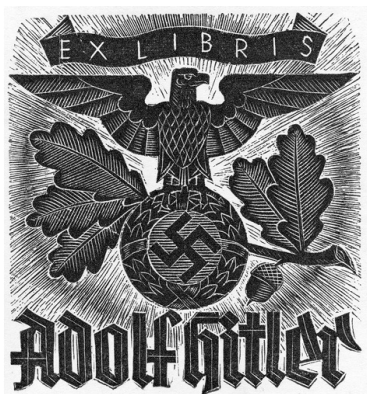


67. *A biblioteca do capitão Nemo*
numa ilustração da primeira edição de
Vinte mil léguas submarinas.

Outras bibliotecas merecem ser imaginárias por razões mais idiossincráticas — como a Biblioteca Evangélica de Doulos, situada no transatlântico mais antigo ainda em serviço e que navega pelo mundo com uma carga de meio milhão de livros e uma equipe de trezentas pessoas; ou a minúscula biblioteca de Geneytouse, no sudoeste francês, provavelmente a menor biblioteca do mundo, alojada numa cabana de nove metros quadrados, sem água corrente, calefação ou eletricidade, fundada por Etienne Dumont Saint-Priest, um fazendeiro da região apaixonado por literatura e música, que por muito tempo sonhou com a possibilidade de oferecer a sua aldeia um lugar para ler e trocar livros.

Mas nem todas as bibliotecas provêm de sonhos; algumas pertencem ao reino dos pesadelos. Na primavera de 1945, um grupo de soldados americanos da 101ª Divisão Aerotransportada descobriu, escondida numa mina de sal em Berchtesgaden, os restos da biblioteca de Adolf Hitler, “empilhada a esmo em caixas de aguardente, com o endereço da Chancelaria do Reich em cima”.³⁰ Dessa coleção grotesca, apenas 1200 títulos com o *ex-libris* ou a assinatura do Führer foram conservados pela Biblioteca do Congresso em Washington, no terceiro andar do Jefferson Building. Segundo o jornalista Timothy W. Ryback, esse espólio de guerra foi curiosamente ignorado pelos historiadores do Terceiro Reich. A biblioteca original de Hitler deve ter chegado a 16 mil volumes, entre os quais 7 mil de história militar, mais de mil ensaios sobre arte, quase mil obras de ficção popular, outras tantas sobre espiritualidade cristã e algumas obras pornográficas. Havia apenas um punhado de romances clássicos: as *Viagens de Gulliver*, *Robinson Crusoe*, *A cabana do pai Tomás* e *Dom Quixote*, bem como a maioria dos livros de aventura do autor favorito de Hitler, Karl May. Entre os volumes guardados na Biblioteca do Congresso, há

um livro francês de receitas vegetarianas dedicado pela autora, Maïa Charpentier, a *Monsieur Hitler, végétarien*, e um tratado de 1932 sobre guerra química, explicando os usos do ácido prússico, depois comercializado sob o nome de Zyklon B. É difícil pensar na tarefa de reconstruir, com precisão horrenda, um retrato do dono dessa biblioteca. Dada a reputação de certos leitores, mais vale deixar que a imaginação condene algumas bibliotecas.



68. *Ex-libris pessoal de Hitler.*

Atribuímos às bibliotecas certas qualidades de nossas esperanças e pesadelos; acreditamos compreender bibliotecas evocadas de entre as sombras; imaginamos livros que deveriam existir para nosso deleite e nos entregamos à tarefa de inventá-los sem temor à imprecisão ou à tolice, à cãibra ou ao “branco”, às limitações do tempo e do espaço. Os livros sonhados por contadores de histórias sem peias compõem uma biblioteca bem mais vasta do que aquelas nascidas da invenção da imprensa — talvez porque o reino dos livros imaginários permita a existência possível de um livro, ainda não escrito, que escape a todos os erros e imperfeições a que estamos condenados. No escuro, sob minhas duas árvores, meus amigos e eu acrescentamos desavergonhadamente aos catálogos de Alexandria estantes inteiras de volumes perfeitos, que desaparecem sem deixar vestígios ao raiar do dia.

14. Identidade

Minha biblioteca era ducado que me bastasse.

William Shakespeare, *A tempestade*

Mantenho uma lista de livros que não tenho na biblioteca e espero comprar um dia, e uma outra, mais caprichosa que útil, de livros que gostaria de ter mas nem sei se existem. Nesta segunda lista encontram-se uma *História universal dos fantasmas*, uma *Descrição da vida nas bibliotecas da Grécia e de Roma*, um terceiro romance policial de Dorothy L. Sayers concluído por Jill Paton Walsh, um livro de Chesterton sobre Shakespeare, um *Sumário de Averróis sobre Aristóteles*, um livro de cozinha com receitas a partir de descrições ficcionais de pratos, uma tradução para o inglês de *A vida é sonho*, de Calderón, por Anne Michaels (cujo estilo, tenho a impressão, cairia admiravelmente bem a Calderón), uma *História da fofoca*, as *Memórias verdadeiras e sem censura da vida editorial*, de Louise Denny, uma biografia de Borges bem pesquisada e bem escrita, um relato do que aconteceu exatamente durante o cativeiro de Cervantes em Argel, um romance ainda inédito de Joseph Conrad, o diário da Milena de Kafka.

Podemos imaginar os livros que gostaríamos de ler, mesmo que ainda não tenham sido escritos, e podemos imaginar bibliotecas cheias de livros que gostaríamos de possuir, mesmo que estejam muito além de nosso alcance, porque gostamos de sonhar com uma biblioteca que reflita cada um de nossos interesses e cada uma de nossas fraquezas — uma biblioteca que, em sua variedade e complexidade, reflita integralmente o leitor que somos. Assim, não é absurdo supor que, de modo semelhante, a identidade de uma sociedade ou de uma nação possa ser espelhada por uma biblioteca, por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva.

Petrarca foi provavelmente o primeiro a pensar que uma biblioteca pública devesse ser mantida pelo Estado.¹ Em 1326, após a morte do pai, Petrarca abandonou os estudos jurídicos e entrou para a Igreja, decidido a seguir uma carreira literária que chegou ao ápice em 1341, quando foi sagrado “poeta laureado” no Campidoglio de Roma. Nos anos seguintes, dividiu o tempo entre a Itália e o sul da França, escrevendo, colecionando livros e adquirindo um renome erudito sem par. Em 1353, farto das rixas na corte papal de Avignon, Petrarca instalou-se por algum tempo em Milão, depois em Pádua e finalmente em Veneza. Ali, foi recebido pelo chanceler da República, que em 1362 cedeu a Petrarca um *palazzo* na Riva degli Schiavoni, em troca da doação de sua célebre biblioteca.² O poeta aceitou, contanto que seus livros fossem “perfeitamente preservados [...] em algum lugar à prova de fogo e água, a ser destinado” à biblioteca. Embora dissesse modestamente que seus livros não eram nem numerosos nem de muito valor, Petrarca exprimiu a esperança de que “esta cidade gloriosa acrescentará mais livros, à custa do público, e que outros indivíduos seguirão o exemplo. Assim, não seria difícil estabelecer uma grande e famosa biblioteca, à altura das bibliotecas da Antiguidade”.³ Seu desejo foi atendido muitas vezes: a Itália pode exibir não uma, mas oito bibliotecas nacionais, duas das quais (em Florença e Roma) atuam em concerto como biblioteca central da nação.

Na Grã-Bretanha, a ideia de uma biblioteca nacional tardou a ganhar corpo. Após a dispersão das bibliotecas, quando da dissolução dos mosteiros ordenada por Henrique VIII, o matemático e astrólogo John Dee, proprietário de uma notável coleção de livros, sugeriu em 1556 à rainha Mary, filha de Henrique, a fundação de uma biblioteca nacional que reunisse livros e manuscritos “de autores antigos”. A proposta foi ignorada, muito embora a Sociedade dos Antiquários voltasse a carga no reinado seguinte, de Elizabeth I. Um terceiro plano foi apresentado ao sucessor desta, Jaime I, que se mostrou favorável à ideia mas morreu antes que fosse posta em prática. Seu filho, Carlos I, não tinha nenhum interesse no assunto, muito embora, durante seu reinado, nomeasse com regularidade bibliotecários para cuidar das caóticas coleções reais, ainda que com pouco pendor para levar a empreitada a termo.

Finalmente, em 1694, durante o reino de Guilherme III, o erudito Richard Bentley foi nomeado para o cargo de guardião dos livros reais. Atônito diante do estado lamentável da biblioteca, Bentley publicou, três anos depois, *Uma*

proposta de constituição de uma Biblioteca Real por Ato do Parlamento, na qual sugeria que se construísse um novo edifício no Saint James Park com o propósito específico de abrigar livros, e que essa instituição recebesse verbas anuais do Parlamento. Muito embora seu clamor não recebesse atenção, a devoção de Bentley aos livros da nação não esmoreceu jamais. Em 1731, quando um incêndio irrompeu na assim chamada Cotton Collection (que continha, além dos *Evangelhos de Lindisfarne*, já mencionados, dois dos primeiros manuscritos do Novo Testamento: o *Codex Sinaiticus*, de meados do século IV, e o *Codex Alexandrinus*, do começo do século V), viu-se o bibliotecário real sair correndo de casa, “de peruca e camisola, com o *Codex Alexandrinus* debaixo do braço”.⁴

Em 1739, atendendo à proposta de Bentley, o Parlamento adquiriu os magníficos livros e objetos que Sir Hans Sloane deixara ao morrer e, mais tarde, também a Montagu House, em Bloomsbury, para abrigá-los. A casa fora projetada por um arquiteto de Marselha em estilo francês, depois que a primeira Montagu House ardera num incêndio em 1686, poucos anos depois de concluída; a nova possuía muitos aposentos que se prestavam bem à exibição dos tesouros de Sloane, além de vários acres de belos jardins, onde os visitantes poderiam passear.⁵ Alguns anos depois, Jorge II doou sua coleção de livros à biblioteca — a essa altura conhecida por British Museum. Em 15 de janeiro de 1759, a British Library do museu abriu suas portas majestosas. A pedido do rei, o acervo foi posto à disposição do público geral. “Muito embora seja destinada ao uso dos eruditos e estudiosos, daqui como de fora, em suas pesquisas em vários domínios do conhecimento, esta é uma instituição nacional [...] e o proveito que dela derive deve ser tão geral quanto possível.” Nos primeiros anos, porém, a principal tarefa dos bibliotecários não consistia em compilar catálogos ou procurar títulos novos, mas sim em guiar os visitantes pelas coleções do museu.⁶



69. Retrato de Sir Anthony Panizzi.

O herói da saga da British Library é Antonio Panizzi, nascido na Itália e já mencionado neste livro a propósito da forma da sala de leitura. Ameaçado de

prisão em seu país por ser membro dos *carbonari* clandestinos que se opunham ao domínio napoleônico, o revolucionário de vinte e cinco anos fugiu para a Inglaterra. Após um breve período como professor de italiano, em 1831 foi nomeado bibliotecário-assistente do British Museum. Um ano mais tarde, tornou-se cidadão britânico, alterando o primeiro nome para Anthony.

Como seu compatriota Petrarca, Panizzi pensava que era responsabilidade do Estado manter uma biblioteca nacional aberta a todos. Num relatório datado de 14 de julho de 1836, ele afirmou: “Gostaria que, ao menos no tocante aos livros, um estudante pobre tivesse os mesmos meios que o homem mais rico do reino para cultivar sua curiosidade, perseguir suas investigações, consultar as mesmas autoridades, sondar as ideias mais intrincadas, e afirmo que nisso o governo deve lhe prestar a assistência mais generosa e ilimitada”.⁷ Em 1856, Panizzi chegou ao cargo de bibliotecário-chefe e, com seus dotes intelectuais e talentos administrativos, transformou a instituição num dos maiores centros culturais do mundo.⁸

Para tanto, Panizzi planejou e iniciou o catálogo da biblioteca; fez aprovar o Copyright Act de 1842, que impunha o depósito na biblioteca de um exemplar de cada livro impresso na Grã-Bretanha; arrebanhou mais verbas governamentais; e conseguiu que a equipe da biblioteca fosse incorporada ao serviço público, melhorando assim as condições de trabalho dos bibliotecários, que devem ter sido infernais. O biógrafo e ensaísta Edmund Gosse, bom amigo de Swinburne, Stevenson e Henry James, trabalhou na biblioteca no final da década de 1860, na “condição mais modesta que a humanidade conhece, como assistente-júnior no Departamento de Livros Impressos”. Gosse descreveu seu espaço de trabalho, pouco depois das reformas de Panizzi, como uma “gaiola subterrânea de barras de aço, horrível como ela só”, superaquecida e “chamada de Covil”, um lugar “em que nenhum ser responsável viveria hoje em dia, onde os escribas do British Museum ficavam presos num lusco-fusco”.⁹

Panizzi — que Gosse descreveu como “um velho italiano baixo e moreno, sentado feito uma aranha numa teia de livros”¹⁰ — queria que a Biblioteca do British Museum fosse uma das melhores e mais bem administradas do mundo, mas sobretudo queria que sua “teia de livros” fosse um bastião da identidade política e cultural da Grã-Bretanha. Ele esboçou essa visão nos termos mais claros possíveis:

1º Os esforços do Guardião da (enfaticamente) British Library devem se voltar em particular para obras britânicas ou relativas ao Império Britânico, sua história religiosa, política, literária e científica, suas leis, instituições, descrições, comércio, artes etc. Quanto mais rara e cara for uma obra dessa natureza, tão mais deve-se procurar trazê-la para a biblioteca.

2º Edições antigas e raras dos clássicos, bem como edições críticas de suas obras, não deveriam jamais faltar na coleção; o mesmo vale para os bons comentários e as melhores traduções para línguas modernas.

3º No que diz respeito à literatura estrangeira, às artes e às ciências, a biblioteca deve possuir as melhores edições das obras de referência, para propósito crítico e para uso geral. O público tem ainda o direito de encontrar em sua biblioteca nacional obras estrangeiras de peso, e de preço inacessível, como revistas literárias, anais de sociedades, grandes coleções (históricas ou não), séries completas de jornais, e coletâneas jurídicas, com seus melhores intérpretes.¹¹

Panizzi via a biblioteca como um retrato da alma da nação. Obras de literatura e cultura estrangeira deviam ser incorporadas ao acervo (Panizzi enviou agentes com esse propósito à Alemanha e aos Estados Unidos), mas sobretudo para fins de comparação e referência, ou para completar uma coleção. O que mais importava a Panizzi era que todos os aspectos da vida e das ideias britânicas estivessem representados na biblioteca, que se tornaria uma espécie de vitrine da nação. Sabia muito bem o que uma biblioteca nacional devia representar; menos óbvio era o modo de usá-la. Uma vez que até mesmo uma biblioteca nacional tem uma capacidade de atendimento limitada, deveria ela servir apenas como último recurso? Thomas Carlyle reclamava dos fulanos e sicranos que usavam a biblioteca para fins inteiramente alheios à erudição e ao estudo. “Acredito haver muita gente em estado de imbecilidade que vai ler no British Museum. Soube mesmo que muita gente assim é mandada para lá pelos amigos, para matar o tempo.”¹²

Panizzi queria que a biblioteca estivesse sempre aberta ao “estudante pobre” que quisesse “cultivar sua curiosidade”. Por razões práticas, entretanto, seria o caso de dar acesso à biblioteca nacional apenas àqueles leitores (cultos ou não) que não tivessem conseguido encontrar os livros necessários em outras bibliotecas públicas? Seus serviços deveriam estar abertos ao leitor comum ou ela deveria funcionar apenas como um arquivo, guardando obras que, por raras ou únicas, não podem ser distribuídas mais amplamente? Até 2004, a British Library concedia passes apenas a quem pudesse provar que os livros que procuravam não estavam disponíveis em nenhum outro lugar e, mesmo então, apenas a pesquisadores que pudessem provar sua condição por meio de cartas de referência. Em setembro de 2005, a propósito do programa de “acessibilidade” que eliminou essa exigência, um leitor fez inadvertidamente

eco à queixa de Carlyle: “Todos os dias, a biblioteca se enche, entre outras coisas, de gente que dorme, estudantes que fazem a lição de casa, jovens gênios escrevendo roteiros de cinema — a bem dizer, fazendo de tudo, menos consultar os livros da biblioteca”.¹³

A função última de uma biblioteca nacional ainda está em debate. Hoje em dia, a tecnologia eletrônica permite que a maior parte dos leitores tenha acesso de casa às bibliotecas nacionais e mesmo a serviços de empréstimo entre bibliotecas; não apenas o espaço de leitura estendeu-se muito além das paredes da biblioteca, mas os próprios livros misturam e complementam as coleções. Um exemplo: digamos que quero consultar um livro sobre o tema intrigante da mitologia das sereias, *Les Sirènes*, de Georges Kastner, publicado em Paris em 1858. Descubro que a grande biblioteca municipal em Poitiers não tem nenhum exemplar. Meu bibliotecário se propõe gentilmente a procurar em alguma biblioteca próxima e descobre (graças ao sistema de catalogação eletrônica) que o único exemplar na França está na Biblioteca Nacional. Por ser raro, o livro não pode ser emprestado — mas pode ser fotocopiado. A biblioteca de Poitiers requisita então uma cópia completa e encadernada, que será incorporada ao acervo, onde poderei consultá-la. O sistema não é perfeito, mas me permite chegar a alguns dos livros mais raros das coleções nacionais — e mesmo além, nos acervos de outros países vinculados por acordos entre bibliotecas.

Uma vez que *Les Sirènes* é um livro antigo, livre de direitos autorais, ele bem poderia ser digitalizado e incluído num dos sistemas de bibliotecas virtuais; nesse caso, eu poderia descarregá-lo em meu computador e imprimir-lo ou, mediante uma taxa, eu poderia encomendar uma cópia. Esse sistema, aparentemente novo, faz eco a um outro, estabelecido séculos atrás nas universidades medievais, quando um texto recomendado por um professor era copiado por escribas que se instalavam perto dos muros da universidade e ofereciam seus serviços aos estudantes. A fim de preservar, na medida do possível, a precisão dos textos clássicos, as autoridades universitárias conceberam um método engenhoso. Manuscritos cuidadosamente verificados eram emprestados a intermediários que, a uma tarifa fixa, mandavam-nos copiar, fosse para vendê-los, fosse para alugá-los a estudantes pobres demais para pagar por uma cópia nova. O texto original (chamado *exemplar*) não era

entregue por inteiro, mas em partes (*peciae*) que, uma vez copiadas, eram devolvidas ao intermediário, que podia tornar a alugá-las. Quando as primeiras impressas foram instaladas, as autoridades universitárias viram-nas apenas como um método mais cômodo de produzir cópias com um pouco mais de rapidez e precisão.¹⁴

O Líbano é um país que conta com ao menos uma dúzia de culturas e religiões diferentes. Sua biblioteca nacional é uma conquista recente, datando apenas de 1921, quando o visconde Phillipe de Tarazi, um historiador e bibliófilo libanês, doou sua coleção ao Estado, sob a condição expressa de que viesse a ser “o cerne da futura Grande Biblioteca de Beirute”. A doação de Tarazi compreendia 25 mil volumes impressos, um bom número de manuscritos preciosos e os primeiros números dos jornais libaneses. Três anos mais tarde, para aumentar a coleção, um decreto governamental instituiu o depósito legal e dotou a biblioteca de oito funcionários, sob a jurisdição do ministério da Educação. Durante a guerra civil que devastou o país entre as décadas de 1970 e 1980, a Biblioteca Nacional foi bombardeada e saqueada várias vezes. Em 1979, após quatro anos de combates, o governo fechou as instalações e armazenou os manuscritos e documentos restantes nos porões dos Arquivos Nacionais. Os livros modernos ficaram em outro lugar entre 1982 e 1983, mas o edifício também foi bombardeado, e os livros que escaparam ao tiroteio foram danificados pelas águas das chuvas e pela ação dos insetos. Em 1994, com o fim da guerra e com a assistência de uma equipe de especialistas da Bibliothèque Nationale francesa, traçaram-se planos para restabelecer as coleções sobreviventes numa nova sede.

Visitar esses livros resgatados é uma experiência melancólica. O Líbano ainda precisa de muito auxílio para conseguir desinfetar, restaurar, catalogar e abrigar sua coleção nacional. As obras estão armazenadas nas salas modernas de um prédio da Alfândega, mas muito perto do mar para que se possa deter a umidade. Um punhado de funcionários e voluntários andam entre as pilhas de material impresso e levam os livros às estantes; um especialista decidirá quais devem ser restaurados e quais devem ser descartados. Num outro edifício, um bibliotecário especializado em textos antigos peneira os manuscritos orientais, alguns datados do século IX, para estimar o grau de deterioração, marcando cada peça com etiquetas coloridas, de vermelho (para os piores casos) a branco

(para reparos menores). Mas é óbvio que nem a equipe nem a verba são suficientes para a enorme tarefa.

Mas há lugar para a esperança. Um edifício vago, que costumava sediar a Faculdade de Direito da Universidade do Líbano em Beirute, foi destinado a abrigar a nova Biblioteca Nacional, e deve ser aberto em breve ao público. Em seu relatório sobre o projeto, lido em maio de 2004, a professora Maud Stéphan-Hachem, conselheira do ministério da Cultura, assinalou que a biblioteca poderia “ajudar a reconciliar uma realidade plural”, entretecendo novamente os vários fios culturais que formam o Líbano:

O projeto de uma biblioteca nacional para o Líbano sempre foi defendido, financiado e apoiado por todos os nossos bibliófilos, mas até agora todos quiseram apropriar-se do projeto, emprestando-lhe seus próprios sonhos e sua própria visão de nossa cultura tão cheia de conflitos. Mas este poderia ser um projeto de toda a sociedade, um projeto público em que o Estado precisa intervir, em vista de sua eminente dimensão política. Ele não pode ser reduzido a um depósito de livros ou a uma instituição segundo o modelo de outras bibliotecas do mundo. A biblioteca deve ser um projeto político de reconciliação libanesa, preservando tanto a memória do outro, por meio de inventários e registros, como o valor de suas obras.¹⁵



70. *Os livros da Biblioteca Nacional do Líbano em seus armazéns precários.*

Poderá uma biblioteca refletir uma pluralidade de identidades? Minha própria biblioteca — instalada numa aldeia francesa com a qual não tem vínculos visíveis e constituída de bibliotecas fragmentárias reunidas na Argentina, na Inglaterra, na Itália, na França, no Taiti e no Canadá no curso de uma vida peripatética — proclama um bom número de identidades díspares. Em certo sentido, sou o único cidadão desta biblioteca, e posso portanto afirmar meus laços com seu acervo. Mas muitos amigos também tiveram a sensação de que a identidade desta biblioteca díspar também lhes dizia respeito. Pode ser que, dada sua qualidade caleidoscópica, toda biblioteca, por

mais pessoal que seja, ofereça a quem a explore um reflexo do que ele ou ela procura, um torturante momento de intuição de quem somos como leitores, um vislumbre dos aspectos mais secretos do eu.

Os imigrantes gravitam às vezes em torno de bibliotecas, a fim de aprender mais sobre o país de adoção — não apenas sua história, sua geografia e sua literatura, suas datas, seus mapas e seus poemas, mas ainda seu modo de pensar e agir, seu modo de dividir e catalogar o mundo; um mundo que inclui o passado do imigrante. A Biblioteca Pública de Queens, em Nova York, é a biblioteca mais movimentada dos Estados Unidos, fazendo circular mais de 15 milhões de livros, fitas e vídeos por ano, sobretudo para a população imigrante, uma vez que mais da metade dos moradores de Queens não fala inglês em casa e mais de um terço nasceu em outro país. Os bibliotecários falam russo, hindi, chinês, coreano, gujarati e espanhol, e sabem explicar aos novos leitores como conseguir uma carteira de motorista, como navegar na internet e onde aprender inglês. Os títulos mais procurados são romances comerciais americanos traduzidos para as línguas originais dos imigrantes.¹⁶ Queens pode não ser o repositório cultural que Panizzi tinha em mente para uma nação, mas tornou-se uma entre muitas bibliotecas que espelham a identidade plural, vertiginosa e intrigante do país e destes tempos.

15. Lar

O universo (que outros chamam Biblioteca)...

Jorge Luis Borges, *A Biblioteca de Babel*

Além das bibliotecas nacionais de todas as nações, há uma biblioteca mais vasta que as contém todas: a biblioteca ideal e incomensurável de todos os livros jamais escritos e de todos os livros possíveis, ainda por tomar corpo. Essa acumulação colossal de bibliotecas faz sombra a toda coleção de livros, e todavia está implicitamente contida em cada um de seus volumes. Minha edição da *Odisseia* “traduzida em prosa inglesa por T. E. Shaw” (mais conhecido como Lawrence da Arábia) remete a Alexandria e aos comentários rigorosos de Aristarco, à generosa biblioteca de *Odisseias* que George Steiner reuniu em Genebra, bem como às muitas edições de bolso que um leitor anônimo de Montevideu mandou para ajudar a reconstituir a Biblioteca de Sarajevo. Cada leitor lê uma *Odisseia* diferente, e suas leituras prolongam as aventuras de Ulisses bem além das ilhas Afortunadas, rumo à eternidade.

Para mim, entre todas as histórias de Ulisses nenhuma é mais comovente que a da chegada ao lar. As sereias, os ciclopes, a feiticeira e seus encantamentos são, todos eles, prodigiosos, mas o velho que chora à visão do litoral rememorado e o cão que morre de comoção aos pés do dono me parecem mais verdadeiros e mais tocantes que os prodígios. Nove décimos do poema consistem de surpresas; o final é feito de reconhecimento.

O que há nesta volta ao lar? Poderíamos dizer que percebemos o mundo de dois modos diversos — como terra estrangeira ou como lar —, e que nossas bibliotecas refletem essas duas visões opostas. Vagando entre nossos livros, tirando um volume da estante e folheando-o ao acaso, as páginas ou bem nos espantarão por diferir de nossa experiência ou bem nos confortarão por sua semelhança. A cobiça de Agamemnon ou a brandura do lama de *Kim* me são

absolutamente estranhos; a surpresa de Alice ou a curiosidade de Sinbad refletem uma e outra vez minhas próprias emoções. Todo leitor é um andorlho em descanso ou um viajante de retorno.

Já é tarde da noite. Está chovendo forte. Não consigo dormir. Ando pela biblioteca, pego um livro e começo a ler. Num castelo distante de muralhas em ruínas, onde as sombras são muitas e um vento frio sopra pelas falhas das ameias e dos caixilhos, viveu certa vez um conde avançado em anos e de muito renome. Seu conhecimento do mundo provinha sobretudo dos livros, e ele tinha certeza de ter um lugar na história. Esse aristocrata sentia ter direito ao orgulho porque

em nossas veias corre o sangue de muitas raças valentes que lutavam como luta o leão, pela primazia. Aqui, no turbilhão das raças europeias, a tribo úgrica trouxe da Islândia o espírito combativo que Thor e Odin lhe deram, e que seus guerreiros exibiram com tanta crueldade nos litorais da Europa, da Ásia e da África, até que as gentes pensassem que havia lobisomens à solta. [...] Quando enfim se redimiu a grande vergonha da nação, a vergonha de Cassova [Kosovo], quando as bandeiras dos valáquios e magiares desceram sobre o Crescente, quem foi, senão um de minha raça, que cruzou o Danúbio como voivoda e derrotou os turcos em sua própria terra!? Foi um Drácula, quem mais!?!¹



71. Retrato seiscentista de Vlad Drácula ou Vladislaus Dracula, descoberto recentemente na Biblioteca Estatal de Württemberg, Alemanha.

A terra do conde Drácula é a Transilvânia. É esse o seu *umbilicus mundi*, o umbigo de seu mundo, a paisagem que nutre sua imaginação, ainda que não seu corpo, uma vez que, com o passar do tempo, torna-se difícil conseguir sangue fresco em suas montanhas de origem, e o conde é obrigado a procurar

alimento em outras partes. “Quisera eu andar pelas ruas apinhadas da poderosa Londres”, diz o conde, “estar no meio do vaivém da humanidade, compartilhar sua vida, suas mudanças, sua morte e tudo o mais que a faz ser o que é.”² Mas, não importa aonde vá, Drácula não pode separar-se inteiramente de seu mundo. Os livros nas estantes empoeiradas contêm a crônica de sua velha história; nenhuma outra biblioteca lhe interessa. O castelo com a biblioteca ancestral é seu único lar verdadeiro, e ele precisa sempre ter consigo uma caixa (ou um caixão) com um pouco de terra da pátria em que está tão profundamente enraizado. Como Anteu, precisa tocar a terra — ou morrer.

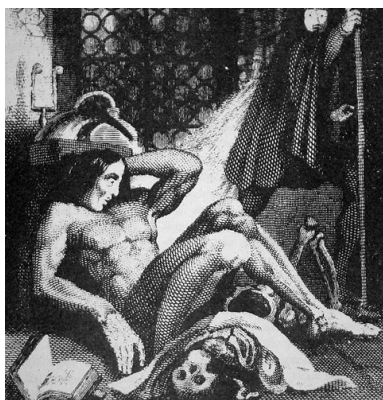
Deixo de lado o romance de Bram Stoker e pego um segundo livro, algumas prateleiras acima. Conta a história de um outro viajante, a cujas feições monstruosas o livro alude, sem jamais espelhá-las. À maneira do conde Drácula, também esse viajante é um cavalheiro solitário, decidido a não ter nenhum mestre, mas, ao contrário do conde, sem ilusões sobre o seu sangue aristocrático. Não tem lar, não tem raízes, não tem ancestrais. “Eu não tinha nem dinheiro, nem amigos, nem nenhuma espécie de propriedade”, segundo nos conta.³ Anda pelo mundo como um exilado, sem contudo provir de lugar nenhum; é um cidadão do cosmo porque não é cidadão de nenhum lugar. “Eu me dou por satisfeito de sofrer sozinho, enquanto durarem meus sofrimentos”,⁴ diz, resignado. Ele se educa sozinho, por meio dos livros, reunindo em sua memória uma biblioteca eclética e curiosa. Suas primeiras leituras se dão por pessoa interposta: escuta uma família de camponeses que lê em voz alta, um tanto implausivelmente, uma meditação filosófica sobre a história universal, as *Ruínas dos impérios*, de C. F. Volney. “Por meio dessa obra, adquiri um conhecimento superficial da história e uma visão dos vários impérios que há no mundo; entendi alguma coisa das maneiras, dos governos e das religiões das nações da Terra.” Ele se pergunta como os seres humanos podem ser a um só tempo “tão poderosos, tão virtuosos, tão grandiosos, e ainda tão baixos e vis?”. Não tem resposta para esta última pergunta, mas, por menos que se sinta “da mesma natureza que o homem”,⁵ ama o gênero humano e gostaria de pertencer a seu reino. Uma mala perdida, com roupas e livros, permite-lhe mais algumas leituras: o *Paraíso perdido*, de Milton, as *Vidas*, de Plutarco, e os *Sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe. Com o *Werther* aprende “o desânimo e a melancolia”, de Plutarco tira “pensamentos elevados”. Mas é o *Paraíso perdido* que o deixa maravilhado. “À medida que

avançava, aplicava muito do que lia a meus próprios sentimentos e circunstâncias. Eu me via semelhante e ao mesmo tempo diferente daqueles seres sobre quem eu lia e cuja conversa ouvia. Senti compaixão e creio que os entendia em alguma medida, mas minha mente não amadurecera; não descendia de ninguém, não era aparentado a ninguém.”⁶ Apesar de vislumbrar traços de sua própria história na história de Adão, esse leitor atônito acredita que, por mais que as leia, as bibliotecas humanas jamais poderão explicá-lo. Apesar de seu anseio de pertencer ao público universal, esse cidadão do mundo será expulso do mundo, desprezado como estrangeiro em todos os sentidos do termo, como criatura fora do âmbito de qualquer sociedade. Infeliz, temido e odiado, causará a morte de seu criador; ao fim e ao cabo, o monstro do dr. Frankenstein terá que se perder nos gelos do polo norte, naquela página em branco que atende por Canadá, último destino de tantas fantasias do mundo.

O monstro de Frankenstein é tanto o completo estrangeiro como o perfeito cidadão do mundo; estranho em todos os sentidos, um horror de se ver, e entretanto feito de partes humanas. Aprendendo como uma criança a natureza do mundo e de si mesmo, ele é um *lector virgo* arquetípico, um ser curioso e disposto a aprender com a página aberta, um frequentador da biblioteca do mundo, despido de preconceitos ou experiências que afetem suas leituras. Quando entra na cabana do ermitão cego, o monstro pronuncia estas palavras: “Perdoe a intrusão... sou um viajante em busca de algum repouso”. Viajante para o qual não há fronteiras, nacionalidades, limitações espaciais, de vez que não pertence a nenhum lugar, o monstro deve até mesmo se desculpar por entrar num mundo ao qual não veio por vontade própria, retirado das trevas, nas palavras do Adão de Milton.⁷ Para mim, a frase “Perdoe a intrusão” é comovente como poucas.

Para o monstro de Frankenstein, o mundo que os livros descrevem é monotemático: todos os volumes provêm da mesma biblioteca. Por mais que viaje de um lado para outro — Suíça, as ilhas Orkney, Alemanha, Rússia, Inglaterra e os desertos da Tartária —, não percebe as peculiaridades, mas tão somente os traços comuns dessas sociedades. Para ele, o mundo quase não tem feições. Maneja abstrações, por mais que leia vários livros de história. “Li sobre homens públicos que governaram ou massacraram seus semelhantes. Senti crescer em mim o amor à virtude e o horror ao vício, até onde entendia o

significado desses termos, por mais relativos que fossem, quando eu os utilizava, apenas ao prazer e à dor.”⁸ Mas tudo será em vão. As bibliotecas humanas, como o monstro acabará por saber, só contêm literatura estranha a sua própria existência.



72. Ilustração de Chevalier para a edição de 1831 de *Frankenstein ou O Prometeu moderno*, de Mary Shelley.

Sentir-se em casa num único lugar ou sentir-se em casa no mundo são duas noções que podem parecer igualmente negativas. O conde Drácula só confia em sua própria biblioteca. Orgulha-se de ser boiardo e poderia nomear com desdém uma dúzia de nacionalidades a que não pertence. O monstro de Frankenstein, não tendo nenhuma biblioteca que possa dizer sua, procura o próprio reflexo em todos os livros que encontra, mas jamais consegue reconhecer a própria história nas páginas “estrangeiras”.

E, entretanto, a possibilidade de uma experiência mais ampla e profunda esteve sempre ao alcance de ambos. Fazendo eco a noções estoicas de quatrocentos anos antes, Sêneca negava que os únicos livros que devem nos interessar sejam os de nossos contemporâneos e concidadãos. Para Sêneca, podemos escolher em qualquer biblioteca os livros que queremos declarar nossos; cada leitor, diz ele, é capaz de inventar seu próprio passado. Ele observava que a ideia corrente de que não podemos escolher nossos próprios pais é, na verdade, falsa: temos o poder de escolher nossa própria genealogia. “Eis aqui famílias de mérito”, escreve ele, aludindo a uma biblioteca. “Escolha a qual delas deseja pertencer. Pela adoção, terá não apenas o nome, mas também

a herança, sem necessidade de guardá-la com espírito mesquinho ou avarento: quanto mais pessoas a compartilharem, maior ela será. [...] É este o único meio de prolongar a própria condição mortal, mais que tentar convertê-la em imortalidade.” Quem quer que se dê conta disso “está livre das limitações da humanidade; todas as eras estarão a seu serviço como a serviço de um deus. O tempo passou? Ele o retém na memória. O tempo é presente? Ele o aproveita. O tempo ainda está por vir? Ele o antecipa. Esse amálgama de todos os tempos num só prolonga sua própria vida”.⁹ Para Sêneca, o que importava não era a noção de superioridade (Plutarco zombava dos que consideravam a lua de Atenas superior à de Corinto),¹⁰ mas a de comunidade, o uso de uma razão comum por todos os seres humanos sob um mesmo *logos* divino. Por conseguinte, ampliou o círculo da identidade pessoal de modo a cingir não apenas a família e os amigos, mas também os inimigos e os escravos, os bárbaros e os estrangeiros e, em última instância, todo o gênero humano.

Séculos mais tarde, Dante aplicaria a definição a si mesmo: “Como os peixes n’água, tenho o mundo por lar”.¹¹ Acrescentava que, por mais que amasse a Florença natal, a ponto de ser exilado por sua causa, podia dizer com franqueza, depois de ler tantos poetas e prosadores, que a Terra estava repleta de outros lugares mais nobres e mais belos. A crença vigorosa numa biblioteca cosmopolita permitia a Dante afirmar sua identidade independente de nações e entretanto ver o mundo como seu patrimônio e sua origem. Para o leitor cosmopolita, um lar não se define no espaço, fraturado por fronteiras políticas, mas no tempo, que não conhece limites. É por isso que Erasmo, dois séculos depois de Dante, louvou Aldo Manuzio, o grande impressor veneziano, por oferecer aos leitores uma “biblioteca sem paredes” na forma de suas edições *in-octavo* dos autores clássicos.¹²

Há uma biblioteca cosmopolita também no coração da cultura judaica. Para os judeus, nascidos numa tradição oral, é paradoxalmente o Livro — a palavra de Deus revelada — que ocupa o centro de sua experiência religiosa e intelectual. A Bíblia é, em si mesma, uma biblioteca, a mais completa e confiável de todas, eterna e integral, enraizada no tempo e por isso dotada de uma existência constante — passada, presente e futura. Suas palavras têm mais peso que os fúteis flagelos do tempo e das mudanças, de modo que, mesmo depois da destruição do Segundo Templo, em 70, os doutores rabínicos da Diáspora continuaram a discutir — em suas sinagogas distantes e conforme as

instruções do Livro — as regras de conduta num edifício que já não tinha realidade física.¹³ Acreditar que a biblioteca pode conter uma verdade maior que a do tempo e do lugar em que estamos: eis a lealdade intelectual ou espiritual que Sêneca reclamava. Não era outro o argumento dos eruditos árabes da Idade Média, para quem as bibliotecas existiam “no tempo, tornando as antiguidades grega e árabe presentes como modelos culturais exemplares, e no espaço, reunindo o disperso e aproximando o longínquo. [...] Elas tornavam visível o invisível e assim se apropriavam do mundo”.¹⁴

Jean-Jacques Rousseau tinha opiniões diversas quanto a esse sentimento ecumênico. No *Emílio*, afirmou que as palavras *patrie* (pátria) e *citoyen* (cidadão) deviam ser apagadas de todas as línguas modernas. Mas também advertia: “Desconfiem desses cosmopolitas que vão procurar em seus livros os deveres que desdenham cumprir a seu redor. Há filósofos que querem bem aos tártaros para não ter que querer bem a seus vizinhos”.¹⁵ Em meados do século XVII, o poeta Thomas Traherne escreveu o que hoje podemos ler como resposta precoce a Rousseau num manuscrito que permaneceu inédito por 250 anos, até que um colecionador curioso o descobriu por acaso numa banca de livros em Londres e o comprou por alguns centavos. Traherne dizia: “Não gozarás o mundo propriamente enquanto o mar não circular em tuas veias, enquanto não te vestires com os céus e não fores coroado pelas estrelas — enquanto não perceberes que és o herdeiro único de todo o mundo, e mais que isso, pois há outros homens que são tão herdeiros quanto tu és”.¹⁶

A noção de um passado cosmopolita acompanhou-nos por séculos, até que os pré-rafaelitas introduziram a ideia de anacronismo, uma barreira a separar nosso presente do que pertenceu a eras remotas. Para Sir Thomas Browne e para Erasmo, Platão e Aristóteles eram parceiros de um debate contemporâneo. As ideias platônicas e aristotélicas renovaram-se no espírito de Montaigne e Petrarca, e o diálogo seguiu adiante por gerações e gerações, não numa linha do tempo vertical, mas num plano horizontal, ao longo do caminho circular rumo ao conhecimento. “Tudo o que foi realidade para nossos ancestrais persiste e se esconde em cada obra de arte”, diz o imperador Augusto em *A morte de Virgílio*, de Hermann Broch.¹⁷

“Pois, como se houvesse a metempsicose”, escreveu Sir Thomas Browne em 1642, “e a alma de um homem pudesse passar para outro, as opiniões encontram, após algumas revoluções do mundo, mentes e espíritos

semelhantes aos daqueles que primeiro as formularam. Para nos vermos repetidos, não precisamos voltar aos tempos de Platão: nenhum homem é apenas quem é; houve muitos Diógenes e muitos Timãos, ainda que poucos com esses nomes: todo homem é revivido repetidas vezes, e o mundo é hoje como foi muitas eras atrás; desde então, todo homem teve seu igual, alguém que, por assim, era a sua pessoa rediviva.”¹⁸ Para Browne, o passado torna-se contemporâneo por obra de nossa leitura e de nosso pensamento; o passado é uma estante de livros aberta a todos, uma fonte infinita daquilo que então se torna nosso, numa apropriação virtuosa. Aqui não há leis de direitos autorais, não há limites legais, cercas com placas de “Não Entre, Propriedade Privada!”. Mais próximo de nosso tempo, o filósofo Richard Rorty tirou a seguinte conclusão do cosmopolitismo histórico de Browne: “o melhor a que um profeta ou demiurgo pode aspirar é dizer de novo o que já foi muitas vezes dito, mas dizê-lo um pouco melhor”.¹⁹ O passado é a terra natal de todo cosmopolita, a pátria universal, a biblioteca infinita. Nele reside (assim pensava Sir Thomas Browne) nossa esperança de um futuro suportável.

Mais ou menos à mesma época que Browne escrevia essas linhas em sua *Religio Medici*, Gabriel Naudé, em seu *Conselho para se formar uma biblioteca*, exultava diante das riquezas que uma biblioteca pode proporcionar:

Pois, na medida em que é possível desfrutar neste mundo de um bem soberano, de uma felicidade perfeita e integral, acredito não haver nada mais desejável que o diálogo e o deleite frutífero e agradável que o sábio pode tirar de uma biblioteca, como acredito não haver nada de estranho em possuir livros, *ut illi sint coenationum ornamenta, quam ut studiorum instrumenta*. Assim como, por possuí-la, o sábio pode se dizer cosmopolita e cidadão do mundo, ele pode igualmente saber tudo, ver tudo e não ignorar nada; em suma, uma vez que é senhor absoluto de sua própria satisfação, pode dispor dela a seu bel-prazer, levá-la aonde quiser, dialogar com ela quando quiser, e assim, sem obstáculos, sem labores nem esforços, pode se instruir e saber com precisão sobre *tudo o que é, foi ou será/ na terra, no mar, nos cantos mais recônditos do universo*.²⁰

16. Conclusão

Os livros são o que temos de melhor na vida, são nossa imortalidade. Lamento profundamente jamais ter tido minha própria biblioteca.

Varlam Chalamov, *Minhas bibliotecas*

Sempre quisemos lembrar mais, e continuaremos, creio eu, a tecer redes que retenham as palavras, na esperança de que, de algum modo, em meio à quantidade de coisas ditas num livro ou numa tela, haja um som, uma frase, um pensamento que valha por uma resposta. Toda tecnologia nova tem suas vantagens sobre a anterior, mas necessariamente perde algo dos atributos de sua predecessora. A familiaridade, que certamente gera desdém, também gera conforto; o estranho é fonte de desconfiança. Minha avó, nascida no interior da Rússia no final do século XIX, tinha medo de usar a nova invenção — o telefone — que chegara a seu bairro em Buenos Aires e que não lhe deixava ver o rosto da pessoa com que falava. “Isso me faz pensar em fantasmas”, explicava ela.

O texto eletrônico que não precisa de páginas pode acompanhar amistosamente a página que não precisa de eletricidade; não precisam se excluir em seu afã de nos servir melhor. A imaginação humana não é monógama nem precisa ser, e novos instrumentos logo estarão ao lado dos PowerBooks que agora estão ao lado de nossos livros nas bibliotecas multimídia. Se a Biblioteca de Alexandria foi o emblema de nossa sede de onisciência, a web é o emblema de nossa sede de onipresença; a biblioteca que guardava tudo tranformou-se na biblioteca que guarda qualquer coisa. Alexandria enxergava-se modestamente como centro de um círculo limitado pelo mundo conhecido; a web, como uma definição de Deus imaginada pela primeira vez no século XII,¹ entende-se como um círculo cujo centro está em

toda parte e cuja circunferência não está em nenhuma.

Ainda assim, a sensação de infinitude criada pela web não fez diminuir nossa velha sensação de infinitude inspirada pelas bibliotecas antigas; ela apenas lhe conferiu uma espécie de intangibilidade tangível. Pode vir a existir uma técnica de armazenamento de informação junto à qual a web nos parecerá familiar e caseira, com toda a sua vastidão, à maneira dos edifícios envelhecidos que algum dia abrigaram as bibliotecas nacionais de Paris e Buenos Aires, Beirute e Salamanca, Londres e Seul.

Bibliotecas sólidas de madeira e papel, ou bibliotecas de telas brilhantes e espectrais são prova de nossa crença duradoura numa ordem vasta e atemporal que intuímos ou percebemos vagamente. Em maio de 1945, durante a insurreição tcheca contra os nazistas, com as tropas russas às portas de Praga, a bibliotecária Elena Sikorskaja, irmã de Vladimir Nabokov, percebeu que os oficiais alemães em retirada não haviam devolvido vários livros emprestados da biblioteca em que ela trabalhava. Ela e uma colega decidiram recuperar os volumes à solta e partiram numa missão de resgate pelas ruas em que os tanques russos rugiam vitoriosamente. “Chegamos à casa de um piloto alemão que devolveu calmamente os livros”, ela escreveu ao irmão, alguns meses mais tarde. “Mas agora não deixavam mais atravessar a rua principal, e havia alemães com metralhadoras em todo canto.”² Em meio à confusão e ao caos, parecia-lhe importante preservar, até onde pudesse, o patético anseio de ordem representado pela biblioteca.

Por mais sedutor que seja o sonho de um universo cognoscível feito de papel e de um cosmo dotado de sentido e feito de palavras, nenhuma biblioteca, por colossais que sejam suas dimensões e por infinito que seja seu âmbito, jamais poderá nos dar um mundo “real”, no sentido em que o mundo cotidiano de sofrimentos e alegrias é real. A biblioteca nos oferece uma imagem negociável daquele mundo real que (nas palavras do crítico francês Jean Roudaut) “gentilmente permite que o concebamos”,³ bem como a *possibilidade* de experimentar, conhecer ou recordar algo que intuímos numa fábula ou adivinhamos numa reflexão poética ou filosófica.

Num momento de confusão, o evangelista são João nos diz que não amemos o mundo ou as coisas que há no mundo, pois “tudo o que há no mundo — a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e o orgulho da riqueza — não vem do Pai, mas do mundo”.⁴ Na melhor das hipóteses, a

injunção é um paradoxo. Nossa herança humilde e espantosa resume-se ao mundo e apenas ao mundo, cuja existência estamos sempre testando (e comprovando) com as histórias que contamos a seu respeito. A suspeita de que nós e o mundo somos feitos à imagem de algo maravilhosa e caoticamente coerente, muito além de nossa compreensão mas ao qual também pertencemos; a esperança de que nosso cosmo estilhaçado e nós mesmos, pó de estrelas, sejamos dotados de sentido e método inefáveis; o prazer de repetir a velha metáfora do mundo como livro que lemos e no qual somos lidos; a hipótese de que tudo que podemos saber da realidade é uma imagem criada pela linguagem — tudo isso encontra manifestação material nesse autorretrato que chamamos de biblioteca. E nosso amor a ela, nosso desejo de conhecê-la melhor, nosso orgulho por suas façanhas, enquanto andamos entre estantes cheias de livros que prometem mais e mais delícias, são algumas das provas mais felizes e comoventes de que conservamos — apesar das misérias e pesares desta vida e mais até do que desejaria alguma divindade ciosa — uma fé íntima, consoladora, quiçá redentora, em algum método por trás da loucura.

Em seu romance *A flor azul*, Penelope Fitzgerald diz: “Se a história começa num encontro, ela tem que acabar numa busca”.⁵ A história de minha biblioteca certamente começou com um encontro: com meus livros, com o lugar aonde levá-los, com a quietude num espaço iluminado em meio à escuridão. Mas se a história precisa acabar numa busca, a pergunta não pode deixar de ser: busca de quê? Certa vez, Northrop Frye observou que, se tivesse presenciado o nascimento de Cristo, provavelmente não teria escutado o cântico dos anjos. “Digo isso porque não os ouço agora, e não tenho por que pensar que pararam de cantar.”⁶ Sendo assim, não estou buscando nenhuma espécie de revelação, pois tudo o que me disserem será restringido pelo que posso ouvir e entender. Não busco um conhecimento além daquilo que, de algum modo secreto, já sei. Tampouco iluminação, à qual não posso sensatamente aspirar. Nem experiência, pois em última instância só posso me dar conta do que já está em mim. O que, então, eu busco, ao final da história de minha biblioteca?

Consolação, quem sabe. Quem sabe, consolação.

Notas

PREFÁCIO

1. Robert Louis Stevenson, “Pulvis et Umbra”, II, in Id., *Across the Plains*, Londres, Chatto & Windus, 1892.
2. Northrop Frye, “Caderno 3:128”, in Robert D. Denham (org.), *Northrop Frye Unbuttoned: Wit and Wisdom from the Notebooks and Diaries*, Toronto, Anansi, 2004.
3. Francesco Petrarca, “On His Own Ignorance and That of Many Others”, in David Marsh (ed.), *Invectives*, Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 2003.

1. MITO

1. M. le Comte de Mondion, “Mondion, le château, la paroisse, 1096–1908”, in *Bulletin de la Société des Antiquaires de l'Ouest*, Poitiers, segundo trimestre de 1909.
2. Stevenson (em colaboração com a sra. Stevenson), “The Dynamiter”, in Id., *More New Arabian Nights*, Londres, Longmans/Green & Co., 1885.
3. Walter Benjamin, “Unpacking My Library”, in *Illuminations*, org. Hannah Arendt (trad. Harry Zohn), Nova York, Harcourt Brace & World, 1968. [Edição brasileira: “Desempacotando minha biblioteca”, in *Obras escolhidas*, vol. II, São Paulo, Brasiliense, 1987.]
4. Lucano, *The Civil War (Pharsalia)*, IX: 973, ed. J. D. Duff, Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press/William Heinemann, 1988.
5. Montaigne, *Essais*, ed. Amaury-Duval, Paris, Chassériau, 1820. [Edição brasileira: *Ensaaios*, São Paulo, Martins Fontes, 2001, 3 vols.]
6. Ibid.
7. Samuel Taylor Coleridge, *Literary Remains*, org. Henry Nelson Coleridge, Nova York, Harper, 1853, vol. II, 206.
8. Virginia Woolf, “Hours in a Library”, in *The Essays of Virginia Woolf. Volume II: 1912-1918*, org. Andrew McNeillie, Londres, The Hogarth Press, 1987.
9. Gênesis 11,5-7.
10. Louis Ginzberg, *The Legends of the Jews*, vol. I, Baltimore/Londres, Johns Hopkins University Press, 1998.
11. Estrabão, *Geografia*, livro XIII, apud Luciano Canfora, “Aristote, ‘fondateur’ de la Bibliothèque d’Alexandrie”, in Fabrice Pataut (org.), *La Nouvelle Bibliothèque d’Alexandrie*, Paris, Buchet/Chastel, 2003.
12. Plínio, o Velho, *Natural History* (trad. e introdução John Healy), Londres, Penguin, 1991, XII, 69-70.

13. Luciano Canfora, *La biblioteca scomparsa*, Palermo, Sellerio Editore, 1987. [Edição brasileira: *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.]
14. Charles A. Goodrum e Helen W. Dalrymple, *Guide to the Library of Congress*, edição revista, Washington, Library of Congress, 1988.
15. Christoph Kapeller, “L’architecture de la nouvelle Bibliothèque d’Alexandrie”, in Pataut (org.), *La Nouvelle Bibliothèque d’Alexandrie*, Paris, Buchet-Chastel, 2003.
16. Hipólito Escolar Sobrino, *La biblioteca de Alejandría*, Madri, Gredos, 2001.
17. Mustafa El-Abbadi, *La antigua biblioteca de Alejandría. Vida y destino* (trad. José Luis García-Villalba Sotos), Madri, Unesco, 1994.
18. Estrabão, *Geografia*, livro XVII.
19. Franz Kafka, *Die Erzählungen. Originalfassung*, Frankfurt, S. Fischer Verlag, 2000.
20. Ver Santo Agostinho, *The City of God* (trad. Henry Bettenson), Harmondsworth, Middlesex, Penguin, 1984, XXI-9 [Edição brasileira: *A cidade de Deus*, Petrópolis, Vozes, 1999.]
21. Escolar Sobrino, *La biblioteca de Alejandría*.
22. Citado in Canfora, *A biblioteca desaparecida*.
23. Geo. Haven Putnam, *Books and Their Makers during the Middle Ages*, Nova York, Hillary House, 1962, vol. I.
24. “*Le monde est fait pour aboutir à un Livre*”, Stéphane Mallarmé, “Réponse à des enquêtes sur l’évolution littéraire”, in Id., *Proses diverses*, Paris, Gallimard, 1969.
25. Joseph Brodsky, “In a Room and a Half”, in *Less Than One*, Nova York, Farrar, Straus & Giroux, 1986. [Edição brasileira: “Num quarto e meio”, in *Menos que um*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.]
26. Discuti esse projeto no capítulo “Peter Eisenman: The Image as Memory”, in *Reading Pictures*, Toronto, Alfred A. Knopf, 2000. [Edição brasileira: “Peter Eisenman: a imagem como memória”, in *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.]
27. Apud Escolar Sobrino, *La biblioteca de Alejandría*.
28. Apud Roberto Calasso, *I quarantanove gradini*, Milão, Adelphi, 1991. [Edição brasileira: *Os 49 degraus*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.]
29. As referências provêm de Canfora, *A biblioteca desaparecida*.
30. “*Polvo serán, pero polvo enamorado*”, Francisco de Quevedo, “Amor constante más allá de la muerte”, in *Antología poética*, org. e prólogo de Jorge Luis Borges, Madri, Alianza, 1982.

2. ORDEM

1. Pepys legou ao Magdalene College, de Cambridge, exatamente 3 mil volumes, numerados do menor ao maior.
2. Plínio, o Velho, *Letters I-IX*, R. A. B. Mynors (ed.), II:17:8, Oxford, Oxford University Press, 1963.
3. “*Sa chambre de douleur était un arc-en-ciel [...] réservant à l’œil et au souvenir des surprises et des bonheurs attendus.*” Michel Melot, in *La Sagesse du bibliothécaire*, Paris, L’Oeil Neuf, 2004.
4. Georges Perec, *Penser/Classer*, Paris, Hachette, 1985.
5. Walter Benjamin, “Unpacking My Library”, in *Illuminations*, org. Hannah Arendt (trad. Harry Zohn), Nova York, Harcourt Brace & World, 1968. [Edição brasileira: “Desempacotando minha biblioteca”, in *Obras escolhidas*, vol. II, São Paulo, Brasiliense, 1987.]
6. John Wells, *Rude Words. A Discursive History of the London Library*, Londres, Macmillan, 1991.
7. Terry Belanger, *Lunacy and the Arrangement of Books*, New Castle, Delaware, Oak Knoll Books, 1985.
8. G. K. Chesterton, “Lunacy and Letters”, in *On Lying in Bed and Other Essays*, org. Alberto Manguel,

Calgary, Bayeux Arts, 2000.

9. Jean-Pierre Drége, *Les Bibliothèques en Chine au temps des manuscrits*, Paris, École Française d'Extrême Orient, 1991.

10. W. F. Mayers, "Bibliography of the Chinese Imperial Collection of Literature", *China Review* VI [4], Londres, 1879.

11. Michel Foucault, *Les Mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966. [Edição brasileira: *As palavras e as coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.] Foucault considera esse tipo de lista eclética uma "distorção da classificação que nos impede de pensar a classificação".

12. Wolfgang Bauer, "The Encyclopedia in China", *Cahiers d'histoire mondiale* IX [3], Paris, 1966.

13. Sergei A. Shuiskii, "Khallikan", in *Dictionary of the Middle Ages*, Joseph R. Strayer (ed.), Nova York, Charles Scribner's Sons, 1986, vol. VII.

14. El-Abbadi, *La Antigua Biblioteca de Alejandria*.

15. Dorothy May Norris, *A History of Cataloguing and Cataloguing Methods, 1100-1850, with an Introductory Survey of Ancient Times*, Londres, Grafton & Co., 1939.

16. Houari Touati, *L'Armoire à sagesse. Bibliothèques et collections en Islam*, Paris, Aubier, 2003.

17. Diógenes Laércio, *Lives of Eminent Philosophers* (trad. R. D. Hicks), Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 1972, vol. I, p. 57.

18. Youssef Eche, *Les Bibliothèques arabes publiques et semi-publiques en Mésopotamie, en Syrie et en Egypte au Moyen Âge*, Damasco, Institut Français de Damas, 1967.

19. Touati, *L'Armoire à sagesse*.

20. Bayard Dodge, *The Fihrist of al-Nadim. A Tenth-Century Survey of Muslim Culture*, Nova York, Columbia University Press, 1970.

21. D. Mallet, "La bibliothèque d'Avicenne", in *Studia Islamica* 83 (1996), apud Touati, *L'Armoire à sagesse*.

22. Suetônio, "Julius Caesar", in *The Twelve Caesars* (trad. Robert Graves), Londres, Penguin, 1989.

23. Lionel Casson, *Libraries in the Ancient World*, New Haven/Londres, Yale University Press, 2001.

24. T. Birt, *Die Buchrolle in der Kunst*, Leipzig, 1907.

25. Samuel Pepys, *The Diary of Samuel Pepys*, 19 de dezembro de 1666 (ed. Henry B. Wheatley), Londres, George Bell & Sons, 1899.

26. Melvil Dewey, "Decimal Classification Beginning", in *Library Journal* 45 (15 de março de 1920), apud Wayne A. Wiegand, *Irrepressible Reformer. A Biography of Melvil Dewey*, Chicago/Londres, American Library Association, 1996.

27. A última revisão do sistema de Dewey, a vigésima primeira edição de 1998, alterou algumas dessas classificações, de modo que agora o número 200 é atribuído a Religião, 260 a Teologia Cristã, 264 a Culto Público, ao passo que Deus pode ser encontrado em três rubricas diferentes: 211 (Conceitos de Deus), 212 (Existência e Atributos) e 231 (Trindade e Natureza Divina). Cf. Lois Mai Chan, John P. Comaromi, Mohinder P. Satija, *Classification décimale de Dewey: guide pratique*, Montreal, ASTED, 1995.

28. Anotações de leitura de Dewey, apud Wiegand, *Irrepressible Reformer*.

29. Wiegand, *Irrepressible Reformer*.

30. Charles Dickens, *Our Mutual Friend*.

31. Anotações de leitura de Dewey, apud Wiegand, *Irrepressible Reformer*.

32. O método espanhol de garantir prioridade ao sobrenome paterno — no caso, García — não funciona se o autor é conhecido pelo segundo sobrenome.

33. Henry Green, *Pack My Bag. A Self-Portrait*, Londres, The Hogarth Press, 1940.

1. Júlio Verne, *Vingt mille lieues sous les mers*, Paris, Hetzel, 1870. A mesma passagem, em contexto semelhante, é citada por Georges Perec in *Penser/Classer*. Sou grato a Cyril de Pins por tê-la trazido à minha atenção.

2. Terry Belanger, *Lunacy and the Arrangement of Books*, New Castle, Delaware, Oak Knoll Books, 1985.

3. A. N. L. Munby, *Some Caricatures of Book-Collectors. An Essay*, Londres, edição particular, 1948, apud Belanger, *Lunacy and the Arrangement of Books*.

4. Lewis Carroll, *Sylvie and Bruno* (1889), in *The Complete Works of Lewis Carroll*, Londres, The Nonesuch Press, 1922. [Edição brasileira: *Silvia e Bruno*, São Paulo, Iluminuras, 1997.]

5. Emanuele Tesauro, *Il cannocchiale aristotelico*, Savigliano, Editrice Artistica Piemontese, 2000 [1670].

6. Anthony Grafton, “Une bibliothèque humaniste: Ferrare”, in Marc Baratin e Christian Jacob (orgs.), *Le Pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*, Paris, Albin Michel, 1996.

7. Apud Anthony Grafton, “Une bibliothèque humaniste: Ferrare”.

8. Ibid.

9. Robert D. McFadden, “Recluse buried by paper avalanche”, *The International Herald Tribune*, 13 de dezembro de 2005.

10. Cf. Nicholson Baker, “The Author vs. the Library”, *The New Yorker*, 14 de outubro de 1996.

11. Goodrum e Dalrymple, *Guide to the Library of Congress*.

12. Nicholson Baker, *Double Fold. Libraries and the Assault on Paper*, Nova York, Random House, 2001.

13. Apud Baker, *Double Fold*, p. 257.

14. Robin McKie e Vanessa Thorpe, “Digital Domesday Book”, *The Observer*, 3 de março de 2002.

15. Katie Hafner, “Memories on Computers May Be Lost to Time”, *The International Herald Tribune*, 28 de novembro de 2004.

16. Robert F. Worth, “Collecting the World’s Books Online”, in *The International Herald Tribune*, 1-2 de março de 2003.

17. *The New York Times*, 14 de dezembro de 2004.

18. Gênesis 11, 1-9.

19. Marshall McLuhan, *Understanding Media*, Nova York, McGraw-Hill, 1964 I, p. 1.

20. Oliver Wendell Holmes, *The Poet at the Breakfast-Table*, Londres, Dent, 1872.

21. Gabriel Naudé, *Advis pour dresser une bibliothèque, seconde édition revue corrigée et augmentée*, Paris, Chez Rolet le Duc, 1644.

22. Marie-Catherine Rey, “Figurer l’être des hommes”, in *Visions du futur. Une histoire des peurs et des espoirs de l’humanité*, Paris, Réunion des Musées Nationaux, 2000.

23. Apud P. N. Furbank, *Diderot*, Londres, Martin Secker & Warburg, 1992.

24. Das *Memórias* de Jean-François Marmontel, apud Furbank, *Diderot*.

25. “Le but de l’Encyclopédie est de rassembler les connaissances éparses sur la surface de la terre; d’en exposer le système général aux hommes qui viendront après nous, afin que les travaux des siècles passés n’aient pas été des travaux inutiles pour les siècles à venir. [...] Que l’Encyclopédie devienne un sanctuaire où les connaissances des hommes soient à l’abri des temps et des revolutions.” Denis Diderot e Jean d’Alembert, *L’Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, 1751-1752.

26. Guillaume Grivel, *L’Isle inconnue, ou Mémoires du chevalier de Gastines. Recueillis et publiés par M. Grivel, des Académies de Dijon, de La Rochelle, de Rouen, de la Société Philosophique de Philadelphie etc.*, Paris, Moutard, 1783-1787.

27. Apud Furbank, *Diderot*.

28. Ibid.

29. Rebecca Solnit, *Motion Studies: Time, Space and Eadweard Muybridge*, Londres, Bloomsbury, 2003.
30. Sêneca, *The Stoic Philosophy of Seneca*, Moses Hadas (trad. e ed.), Garden City, New Jersey, Doubleday Anchor, 1958.
31. Gustave Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, Paris, Mercure de France, 1923. [Edição brasileira: *Bouvard e Pécuchet*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.]
32. Jorge Luis Borges, “La biblioteca total”, in *Sur*, agosto de 1939, mais tarde desenvolvido sob o título de “La Biblioteca de Babel”, in *Ficciones*, Buenos Aires, Sur, 1944. [Edição brasileira: “A Biblioteca de Babel”, in *Ficções*, São Paulo, Globo, 2001.]
33. Id., *El congreso*, Buenos Aires, El Archibrazo, 1971.

4. PODER

1. Muhammad b ‘Abd al-Rahman al-‘Uthmani, *Idah al-ta’rif bi-ba’d fada’il al-‘ilm al-sharif*, Princeton University Library, Yahuda Ms. n 4.293, apud Jonathan Berkey, *The Transmission of Knowledge in Medieval Cairo. A Social History of Islamic Education*, Princeton, Princeton University Press, 1992.
2. Apud Hipólito Escolar, *Historia de las bibliotecas*, Madrid, Fundación Germán Sanchez Ruiperez, 1985.
3. Fritz Milkau, *Handbuch der Bibliothekswissenschaft* (ed. Georg Leyh), Wiesbaden, G. Harrassowitz, 1952.
4. Émile Zola, *L’Assommoir*.
5. Valéry Giscard d’Estaing, *Le Passage*, Paris, Laffont, 1994.
6. Juan Domingo Perón, “Discurso del Presidente de la Nación Argentina General Juan Perón pronunciado en la Academia Argentina de Letras con motivo del Día de la Raza y como homenaje en memoria de Don Miguel de Cervantes Saavedra en el cuarto centenario de su nacimiento”, Buenos Aires, 12 de outubro de 1947.
7. Lionel Casson, *Libraries in the Ancient World*, New Haven/Londres, Yale University Press, 2001.
8. Andrew Carnegie, *The Gospel of Wealth and Other Timely Essays* (ed. Edward C. Kirkland), Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1962.
9. Alan Taylor (org.), *Long Overdue. A Library Reader*, Londres/Edimburgo, The Library Association Publishing/Mainstream Publishing Company, 1993.
10. Thomas Carlyle, carta datada de 18 de maio de 1832, in *The Letters of Thomas Carlyle* (ed. Charles Eliot Norton), Londres, Macmillan, 1888.
11. Joseph Frazier Wall, *Andrew Carnegie*, Oxford/Nova York, Oxford University Press, 1970.
12. Apud John K. Winkler, *Incredible Carnegie*, Nova York, Vanguard Press, 1931.
13. Thomas Morrison, “Rights of Land”, manuscrito inédito, apud Peter Krass, *Carnegie*, Hoboken, John Wiley & Sons, 2002.
14. Apud Wall, *Andrew Carnegie*.
15. Krass, *Carnegie*.
16. Andrew Carnegie, discurso em Grangemouth, Escócia, setembro de 1887, apud Burton J. Hendrick, *The Life of Andrew Carnegie*, Garden City, Doubleday, Doran, 1932.
17. Apud Krass, *Carnegie*.
18. Apud Winkler, *Incredible Carnegie*.
19. Krass, *Carnegie*.
20. Apud George S. Bobinski, *Carnegie Libraries*, Chicago, American Library Association, 1969.
21. Krass, *Carnegie*.
22. Andrew Carnegie, *Round the World*, Nova York, Charles Scribner’s Sons, 1884.
23. John Updike, “I Was a Teen-Age Library User”, in *Odd Jobs*, Londres, André Deutsch, 1992.

24. Eudora Welty, *One Writer's Beginnings*, Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 1984.
25. H. L. Mencken, *Prejudices. Fourth Series*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1924.
26. Apud Bobinski, *Carnegie Libraries*.

5. SOMBRA

1. Archibald MacLeish, "Of the Librarian's Profession", in *A Time to Speak*, Londres, Faber, 1941.
2. Georges Roux, *Ancient Iraq*, Londres, George Allen & Unwin, 3ª ed., 1964.
3. David Diringer, *The Book before Printing*, Nova York, Dover, 1982.
4. Lionel Casson, *Libraries in the Ancient World*, New Haven/Londres, Yale University Press, 2001.
5. Hipólito Escolar, *Historia de las bibliotecas*, Madri, Fundación Germán Sanchez Ruiperez, 1985.
6. Jean Bottéro, *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*, Paris, Gallimard, 1987.
7. Casson, *Libraries in the Ancient World*.
8. Célebre também por um tratado sobre as prostitutas da Ática.
9. Escolar, *Historia de las bibliotecas*.
10. Primo Levi, *The Periodic Table* (trad. Raymond Rosenthal), Nova York, Schocken, 1984. [Edição brasileira: *A tabela periódica*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.]
11. Joseph Brodsky, "To Please a Shadow", in *Less Than One*, Nova York, Farrar, Straus & Giroux, 1986. [Edição brasileira: "Para agradar a uma sombra", in: *Menos que um*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.]
12. Eduardo Anguita e Martín Caparrós, *La voluntad. Una historia de la militancia revolucionaria en la Argentina, 1973-1976*, Buenos Aires, Norma, 1998, vol. II.
13. Varlam Chalamov, *Mes bibliothèques* (trad. Sophie Benech), Paris, Éditions Interférences, 1988.
14. "Tiene hijos que lo vieron quemar sus libros", in Germán García, *La fortuna*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 2004.
15. Elisabeth Rosenthal, "Don't count the Pope among Harry Potter Fans", *The International Herald Tribune*, 16-17 de julho de 2005.
16. "Both read the Bible day and night,/ But thou read'st black where I read white." William Blake, "The Everlasting Gospel", in Alicia Ostriker (ed.), *The Complete Poems*, Harmondsworth, Penguin, 1977.
17. Luciano Canfora, *La Bibliothèque du Patriarche: Photius censuré dans la France de Mazarin* (trad. Luigi-Alberto Sanchi), Paris, Les Belles Lettres, 2003.
18. Cf. Leo Löwenthal, "Calibans Erbe", in Id., *Schriften IV*, Frankfurt, Suhrkamp, 1984.
19. A mesma história é relatada no século XIV pelo historiador tunisino Ibn Khaldun a propósito da conquista islâmica da Pérsia. Segundo essa versão, o general Sa'd ben Waqqas encontrou grandes bibliotecas no reino conquistado e perguntou a Omar Ibn al-Kdattab se deveria distribuir os livros entre os fiéis. Omar respondeu: "Jogue-os n'água! Se forem guias para a verdade, Deus já nos deu um melhor. Se não tiverem nada mais que mentiras, Deus nos livrará deles". Foi assim, diz Ibn Khaldun, que perdemos toda a sabedoria dos persas. In Ibn Khaldun, *Al-Muqaddima: Discours sur l'histoire universelle*, Paris, Sindbad, 1967-1968.
20. Agradeço a Irwing Wardle pela indicação deste poema de A. D. Hope, in Id., *Collected Poems 1930-1970*, Sydney, Angus & Robertson, 1972. [Diego de Landa, archbishop of Yucatán! – The curse of God upon his pious soul –/ Placed all their Devil's picture books under ban/ And, piling them in one sin-heap, burned the whole;/ But he took the trouble to keep the calendar/ By which the Devil had taught them to count time./ The impious creatures tallied back as far/ As ninety million years before Eve's crime./ That was enough: they burned the Mayan books,/ Saved souls and kept their own in proper trim./ Diego de Landa in heaven always looks/ Towards God: God never looks at him.]

21. William H. Prescott, *History of the Conquest of Mexico and History of the Conquest of Peru* (publicado originalmente entre 1843 e 1847), Nova York, Random House/Modern Library, 1986.
22. Jacques Lafaye, *Albores de la imprenta. El libro en España y Portugal y sus posesiones de ultramar (siglos xv-xvi)*, México, Fondo de Cultura Económica, 2002. Um *maravedi* equivalia a 14 *shillings*.
23. Richard E. Greenleaf, *Zumárraga y la Inquisición mexicana 1536-1543* (trad. Victor Vilella), México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
24. Cf. Miguel León Portilla, *El reverso de la conquista*, México, Editorial Joaquín Mortíz, 1964.
25. Diego Durán, *Historia de las Indias de Nueva España y Islas de la Tierra Firme*, livro I, apud Tzvetan Todorov, *La Conquête de l'Amérique*, Paris, Seuil, 1982. [Edição brasileira: *A conquista da América. A questão do outro*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.]
26. Tácito, *Annales* (trad. Burnouf, comentada por Henri Bornecque), Paris, Garnier Frères, 1965. [Edição brasileira: *Anais*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.]
27. Eche, *Les Bibliothèques arabes publiques et semi-publiques en Mésopotamie, en Syrie et en Egypte au Moyen Âge*.
28. Um bom número de livros da Biblioteca Corvina salvou-se, por terem sido estocados no castelo real de Buda, que os turcos não acharam conveniente incendiar. Cf. Csaba Csapodi e Klára Csapodi-Gárdonyi, *Bibliotheca Corviniana*, Budapeste, Magyar Helikon, 1967.
29. Johannes Pedersen, *Den Arabiske Bog*, Copenhague, Gyldendal, 1946.
30. *Le Monde*, 4 de setembro de 1995.
31. Lawrence Donegan, "Anger as CIA homes in on new target: library users", *The Observer*, 16 de março de 2003.
32. Richard F. Tomasson, *Iceland. The First New Society*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1980.
33. Joseph Kahn, "Yahoo helped Chinese to prosecute journalist", *The International Herald Tribune*, 8 de setembro de 2005.
34. Tom Stoppard, *The Invention of Love*, Londres/Boston, Faber & Faber, 1997, ato I.

6. FORMA

1. Sêneca, *The Stoic Philosophy of Seneca*.
2. "Un bibliothécaire est toujours un peu architecte. Il bâtit sa collection comme un ensemble à travers lequel le lecteur doit circuler, se reconnaître, vivre." Cf. Michel Melot, *La Sagesse du bibliothécaire*, Paris, L'Oeil Neuf, 2004.
3. Angelo Paredi, *A History of the Ambrosiana* (trad. Constance e Ralph McInerny), Notre Dame, Indiana, University Press of Notre Dame, 1983.
4. Johannes Duft, *The Abbey Library of Saint Gall*, Sankt Gallen, Verlag am Klosterhof, 1990.
5. Simone Balayé, *La bibliothèque nationale des origines à 1800*, Genebra, Droz, 1988.
6. A objeção foi feita pelo conde Léon de Laborde, apud Bruno Blasselle e Jacqueline Melet-Sanson, *La Bibliothèque Nationale, mémoire de l'avenir*, Paris, Gallimard, 1991.
7. Blasselle e Melet-Sanson, *La Bibliothèque Nationale*.
8. P. R. Harris, *The Reading Room*, Londres, The British Library, 1986.
9. Ibid.
10. William E. Wallace, *Michelangelo at San Lorenzo. The Genius as Entrepreneur*, Cambridge/Nova York, Cambridge University Press, 1994.
11. H. M. Vaughan, *The Medici Popes, Leo X and Clement VII*, Londres, Macmillan, 1908.
12. Michelangelo, *Rime e lettere* (ed. P. Mastrocola), Turim, UTET, 1992.
13. Apud Wallace, *Michelangelo at San Lorenzo*.

14. “Quando’avvien c’algun legno non difenda/ il proprio umor fuor del terrestre loco,/ non può far c’al gran caldo assai o poco/ non si secchi o non s’arda o non s’accenda.// Così’l cor, tolto da chi mai mel renda,/ vissuto in pianto e nutrito di foco,/ o ch’è fuor del suo proprio albergo e loco,/ qual mal fie che per morte non l’offenda?”, in Michelangelo Buonarroti, *Rime* (ed. E. N. Girardi), Bari, Laterza, 1960.
15. Giorgio Vasari, “Michelangelo Buonarroti”, in *Lives of the Artists* (trad. George Bull), Harmondsworth, Penguin, 1987, vol. I.
16. Georges Roux, *Ancient Iraq*, Londres, George Allen & Unwin, 1964.
17. Lionel Casson, *Libraries in the Ancient World*, New Haven/Londres, Yale University Press, 2001.
18. Cf. Kenneth Clark, “The Young Michelangelo”, in J. H. Plumb, *The Horizon Book of the Renaissance*, Londres, Collins, 1961.
19. Luca Pacioli, *Divine Proportion*, Nova York, Abaris, 2005.

7. ACASO

1. Henry James, “The Figure in the Carpet”, in Id., *Embarrassments*, Londres, William Heinemann, 1896.
2. “There I’ll come when I’m a man/ With a camel caravan;/ Light a fire in the gloom/ Of some dusty dining-room;/ See the pictures on the walls,/ Heroes, fights, and festivals;/ And in a corner find the toys/ Of the old Egyptian boys.” Cf. Robert Louis Stevenson, “Travel”, in *A Child’s Garden of Verses*, Londres, The Bodley Head, 1896.
3. Théodore Monod, *Méharées*, Arles, Actes Sud, 1989.
4. A. M. Tolba, *Villes de sable. Les cites-bibliothèques du désert mauritanien*, Paris, Hazan, 1999.
5. Pausânias, *Guide to Greece* (trad. Peter Levi Harmondsworth), Penguin, 1971, vol. II, VI, 6.
6. Jacques Giès e Monique Cohen, “Introduction”, in *Sérinde, terre de Bouddha*, Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1995.
7. Susan Whitfield e Ursula Sims-Williams (orgs.), *The Silk Road, Trade, Travel, War and Faith*, Londres, British Library, 2004.
8. Essas peças figuram em Giès e Cohen, *Sérinde, terre de Bouddha*, e em Whitfield e Sims-Williams, *The Silk Road*.
9. Liu Jung-en (org.), introdução a *Six Yuan Plays*, Harmondsworth, Penguin, 1972.
10. Mark Aurel Stein, *Serindia*, Oxford, Oxford University Press, 1921, vol. I.
11. Apud Whitfield e Sims-Williams, *The Silk Road*.

8. OFICINA

1. Battista Guarino, “A Program of Teaching and Learning”, in *Humanist Educational Treatises* (ed. e trad. Craig W. Kallendorf), Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 2002.
2. Dora Thornton, *The Scholar in His Study. Ownership and Experience in Renaissance Italy*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1997.
3. Jacob Burckhardt, *The Civilization of the Renaissance in Italy* (trad. S. G. C. Middlemore), Londres, 1878. [Edição brasileira: *A cultura do renascimento na Itália*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.]
4. Cícero, “Cícero to Atticus, April 59”, in *Selected Letters* (trad. D. R. Shackleton), Bailey/Londres, Penguin, 1986.
5. “Cícero to Atticus, 10 March 45”, *ibid.*
6. Virginia Woolf, *A Room of One’s Own*, Londres, The Hogarth Press, 1929. [Edição brasileira: *Um quarto todo seu*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.]
7. N. Sanz e Ruiz de la Peña, *La Casa de Cervantes en Valladolid*, Valladolid, Fundaciones Vega-Inclán,

1993.

8. Miguel de Cervantes Saavedra, *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*, Celina S. de Cortazar e Isaías Lerner (ed.), Buenos Aires, Emecé, 1960. [Edição brasileira: *O engenhoso fidalgo dom Quixote da Mancha*, São Paulo, 34, 2003.]

9. Jorge Luis Borges, “Poema de los dones”, in *El hacedor*, Buenos Aires, Emecé, 1960. [Edição brasileira: *O fazedor*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.]

10. Id., “Autobiographical notes”, *The New Yorker*, 19 de setembro de 1970.

11. Id., “Al iniciar el estudio de la gramática anglosajona”, in *El hacedor*.

12. Sêneca, *The Stoic Philosophy of Seneca*.

13. “*There is a Moment in each Day that Satan cannot find, Nor can his Watch Fiends find it, but the Industrious find! This Moment & it multiply, & when it once is found! It renovates every Moment of the Day if rightly placed*”. Cf. William Blake, “Milton”, in Alicia Ostriker (ed.), *The Complete Poems*, Harmondsworth, Penguin, 1977.

14. Badr al-Din Muhammed Ibn Jama’a, *Tadhkirat al-samī’*, apud Jonathan Berkey, *The Transmission of Knowledge in Medieval Cairo. A Social History of Islamic Education*, Princeton, Princeton University Press, 1992.

15. Nasir al-Din Tusi, *Risala*, ibid.

16. Apud Robert Irwin, *Night & Horses & the Desert. An Anthology of Classical Arabic Literature*, Londres, Allen Lane/The Penguin Press, 1999.

17. Niccolò Machiavelli, *The Literary Works of Machiavelli* (ed. John Hale), Oxford, Oxford University Press, 1961.

9. MENTE

1. Philippe Ariès, *Essais sur l’histoire de la mort en Occident. Du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Seuil, 1975. [Edição brasileira: *História da morte no Ocidente. Da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.]

2. Apocalipse 20, 12.

3. Cf. Jonathan Berkey, *The Transmission of Knowledge in Medieval Cairo. A Social History of Islamic Education*, Princeton, Princeton University Press, 1992.

4. Toni Cassirer, *Mein Leben mit Ernst Cassirer*, Hildesheim, 1981, apud Salvatore Settis, “Warburg *continuatus*”, in Marc Baratin e Christian Jacob (orgs.), *Le Pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*, Paris, Albin Michel, 1996.

5. Ernst Cassirer, “Der Begriff der symbolischen Form im Aufbau der Geisteswissenschaften”, in Id., *Vorträge der Bibliothek Warburg I, 1921-1922*, Leipzig/Berlin, 1923.

6. “*Ein kleiner Herr mit schwarzem Schnurrbart, der manchmal Dialektgeschichten erzählt*”, apud Ernst Gombrich, *Aby Warburg. An Intellectual Biography*, Londres, The Warburg Institute/University of London, 1970.

7. “[...] *dadurch offenbar das Mittel gefunden, mich von einer erschütternden Gegenwart, die mich wehrlos machte, abzuziehen. [...] Die Schmerzempfindung reagierte sich ab in der Fantasie des Romantisch-Grausamen. Ich machte da die Schutzimpfung gegen das aktiv Grausame durch [...]*”, in Aby Warburg, *Notes for Lecture on Serpent Ritual*, 1923, pp. 16-18, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

8. Ron Chernow, *The Warburgs*, Nova York, Random House, 1993.

9. Johan Wolfgang von Goethe, *Dichtung und Wahrheit*, II,8, in Liselotte Blumenthal (ed.), *Werke*, vol. IX, *Autobiographische Schriften I*, Munique, C. H. Beck, 1994.

10. Ernst Cassirer, “Der Begriff der symbolischen Form im Aufbau der Geisteswissenschaften”.

11. Como observa Gombrich.

12. “Das Gedächtnis als organisierte Materie”, in Ewald Hering, *Über das Gedächtnis als eine allgemeine Funktion der organisierten Materie*, conferência na Akademie der Wissenschaften de Viena, 30 de maio de 1870, Leipzig, 3ª ed., 1921.

13. A história da polémica é contada por Salvatore Settis em “Warburg *continuatus*”, *Quaderni storici* 58, ano XX, número 1, abril de 1985.

14. Fritz Saxl, “The History of Warburg’s Library (1886-1944)”, em apêndice a Gombrich, *Aby Warburg*.

15. “*Aalsuppenstif*”, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

16. Richard Semon, *Die Mneme als erhaltendes Princip im Wechsel des organischen Geschehens*, Leipzig, W. Engelmann, 2ª ed., 1908.

17. “*Gespenstergeschichte für ganz Erwachsene*”, in Aby Warburg, *Grundbegriffe*, I, p. 3, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

18. “*Das Nachleben der Antike*”, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

19. “*Wie ein Seismograph hatten seine empfindlichen Nerven die unterirdischen Erschütterungen schon dann verzeichnet, als andere sie noch völlig überhörten.*” Cf. Carl Georg Heise, *Persönliche Erinnerungen an Aby Warburg*, Hamburgo, Gesellschaft der Bücherfreunde, 1959.

20. “*Du lebst und tust mir nichts.*”

21. “*Die Wiederbelebung der dämonischen Antike vollzieht sich dabei, wie wir sahen, durch eine Art polarer Funktion des empfindenden Bildgedächtnisses. Wir sind im Zeitalter des Faust, wo sich der moderne Wissenschaftler — zwischen magischer Praktik und kosmologischer Mathematik — den Denkraum der Besonnenheit zwischen sich und dem Objekt zu erringen versuchte.*” Cf. Aby Warburg, *Gesammelte Schriften*, II, 534, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

22. Sou grato ao prof. W. F. Blisset por esta informação.

23. “[...] *warum das Schicksal den schöpferischen Menschen in die Region der ewigen Unruhe verweist, ihm überlassend ob er seine Bildung im Inferno, Purgatorio oder Paradiso findet.*” Cf. Aby Warburg, *Schlussübung*, caderno de 1927-1928, pp. 68-69, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

24. Aby Warburg, *Le rituel du serpent: récit d’un voyage en pays pueblo* (introdução de Joseph Leo Koerner, texto estabelecido por Fritz Saxl e Benedetta Cestelli Guidi, trad. Sibylle Muller, Philip Guiton e Diane H. Bodart), Paris, Macula, 2003.

25. “*Die Bilder und Worte sollen für die Nachkommen eine Hilfe sein bei dem Versuch der selbstbesinnung zur Abwehr der Tragik der Gespanntheit zwischen triebhafter Magie und auseinandersetzen der Logik. Die Konfession eines (unheilbaren) Schizoiden, den Seelenärzten ins Archiv gegeben.*” Cf. Aby Warburg, nota número 7, apud Gombrich, *Aby Warburg*.

26. “*Annahme des Kunstwerkes als etwas in Richtung auf den Zuschauer feindlich Bewegtes.*” Cf. Aby Warburg, *Fragmente*, 27 de agosto de 1890.

10. ILHA

1. Cf. William V. Harris, *Ancient Literacy*, Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 1989.

2. W. Jaeger, *Aristotle* (trad. R. Robinson), Oxford, Clarendon Press, 1948.

3. Platão, “Phaedrus” (trad. R. Hackforth), in *The Collected Dialogues*, Princeton, Princeton University Press, 1961.

4. “Eles leem teu testamento, eles o tomam para si, eles o adoram. Eles o leem sem cessar e o que leem não se esvai nunca mais. Pois é teu propósito eterno que eles leem, tomando-o para si e adorando-os consigo.” Cf. santo Agostinho, *Confessions* (trad. e introdução de R. S. Pine-Coffin Harmondsworth), Penguin, 1961, livro XIII, 15. [Edição brasileira: *Confissões*, Rio de Janeiro, Vozes, 15ª ed., 2000.]

5. Johann Wolfgang von Goethe, *Maximen und Reflexionen*, n 838, in Hans Joachim Schrimpf (ed.),

Werke, Munique, C. H. Beck, 1981, vol. XII.

6. Ecclesiastes 12, 12.

7. Adolfo Bioy Casares, “Libros y amistad”, in *La otra aventura*, Buenos Aires, Galerna, 1968.

8. Walter Benjamin, *The Arcades Project* (trad. Howard Eiland e Kevin McLaughlin), Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1999.

9. Nicolau de Cusa, *De docta ignorantia*, in *Selected Spiritual Writings* (trad. e introdução H. Lawrence Bond), Nova York, Paulist Press, 2005.

10. Julie Flaherty, “New Testament on a Chip”, *The New York Times*, 23 de junho de 2003.

11. Segundo o noticiário vespertino da BBC, 26 de maio de 2003.

12. Beda, o Venerável, *The Ecclesiastical History of the English Nation*, livro II, capítulo XIII, in J. E. King (ed.), *Opera Historica*, Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press/William Heinemann, 1971 vol. I.

13. Bill Gates, *The Road Ahead*, Nova York, Penguin, 1996. [Edição brasileira: *A estrada do futuro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.]

14. Walter Benjamin, *Schriften* (ed. e introdução de Hannah Arendt), Frankfurt, Suhrkamp, 1955.

15. *The International Herald Tribune*, 18 de janeiro de 1999.

16. Will Eisner, entrevista à France Info Radio, levada ao ar em 19 de dezembro de 2004.

17. Paul Duguid, “PG Tips”, *The Times Literary Supplement*, 11 de junho de 2004.

18. Garrick Mallery, *Picture Writing of the American Indians*, Washington, 1893.

19. “Mucho más que libros”, *Semana*, Bogotá, 4 de junho de 2001.

20. Entrevista ao autor, Bogotá, 25 de maio de 2001.

11. SOBREVIVÊNCIA

1. Philip Friedman, *Roads to Extinction. Essays on the Holocaust*, (ed. Ada June Friedman), Nova York/Filadélfia, The Jewish Publication Society of America, 1980.

2. Tuvia Borzykowski, *Ben kirot noflim* (trad. Mosheh Basok), Tel Aviv, Ha-Kibbutz ha-Meuah, 1964.

3. William L. Shirer, *The Rise and Fall of the Third Reich. A History of Nazi Germany*, Nova York, Simon and Schuster, 1960.

4. Apud Friedman, “The Fate of the Jewish Book”, in *Roads to Extinction*.

5. Donald E. Collins e Herbert P. Rothfeder, “The Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg and the Looting of Jewish and Masonic Libraries During World War II”, *Journal of Library History* 18, 1983.

6. Fundada pelo neto exilado de Samuel Fischer, o célebre editor alemão.

7. Apud Friedman, “The Fate of the Jewish Book”, in *Roads to Extinction*.

8. Nili Keren, “The Family Camp”, in Yisrael Gutman e Michael Birnbaum (orgs.), *Anatomy of the Auschwitz Death Camp*, Bloomington, Indiana University Press, 1994, apud David Shavit, *Hunger for the Printed Word. Books and Libraries in the Jewish Ghettos of Nazi-Occupied Europe*, Jefferson/Londres, McFarland, 1997.

9. Shavit, *Hunger for the Printed Word*.

10. “Mensch, oyf tsu shraybn geshikhte darf men hobn a kop un nisht keyn tukhes”, apud Yitzhak Zuckerman, “Antek”, in Barbara Harshav (org. e trad.), *A Surplus of Memory. Chronicle of the Warsaw Ghetto Uprising*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1993.

11. Apud Shavit, *Hunger for the Printed Word*.

12. Deborah Dwork, *Children with a Star. Jewish Youth in Nazi Europe*, New Haven, Yale University Press, 1991.

13. Moshe Kligsberg, “Die yidishe yugent-bavegnung in Polyn tsvishn beyde vel-milkhumes a sotsyologiske shtudie”, in Joshua A. Fishman (org.), *Studies in Polish Jewry 1919-1939*, Nova York, YIVO

Institute for Jewish Research, 1974.

14. Graham Greene, *The Heart of the Matter*, Londres, Heinemann, 1948.

15. Diário de Johann Paul Kremer, 2 de setembro de 1942, in Kazimierz Smolen (ed.), *KL Auschwitz seen by the SS*, Pswiecim, 2ª ed., 1978, apud Martin Gilbert, *The Holocaust*, Londres, William Collins, 1986.

16. Martin Buber, *Die Erzählungen der Chassidim*, Frankfurt am Main, Manesse, 1949.

17. Victor Hugo, *Inferi: La légende des siècles*, Paris, 1883.

18. Romain Gary, *La Danse de Gengis Cohn*, Paris, Gallimard, 1967.

19. *Nunca más. A Report by Argentina's National Commission on Disappeared People*, Londres/Boston, Faber & Faber/Index on Censorship, 1986.

20. Amin Maalouf, *Les Croisades vues par les Arabes*, Paris, Jean-Claude Lattès, 1983.

21. Carole Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, Nova York, Routledge, 2000.

22. Dante, *Inferno*, XXXIV, 129-132.

23. Apud Gilbert, *The Holocaust*.

12. ESQUECIMENTO

1. Virgílio, *Eclogues, Georgics, Aeneid I-VI* (ed. e trad. H. Rushton Fairclough), Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press, 1974.

2. Robert Musil, *Der Mann ohne Eigenschaften*, Berlim, Ernst Rowohlt, 1930. [Edição brasileira: *O homem sem qualidades*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.]

3. Flann O'Brien, "Buchhandlung", in *The Best of Myles*, Londres, Picador, 1974.

4. Edward Gibbon, *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (edição, introdução e apêndices de David Womersley), Londres, Allen Lane/The Penguin Press, 1994, vol. I, capítulo 7. [Edição brasileira: *Declínio e queda do Império Romano*, São Paulo, Companhia das Letras, edição de bolso, 2005.]

5. Harald Weinrich, *Lethe. Kunst und Kritik des Vergessens*, Munique, C. H. Beck, 1997. [Edição brasileira: *Arte e crítica do esquecimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.]

6. "Shah Muhammad, libraire", *Le Monde*, 28 de novembro de 2001. Curiosamente, um ano depois da publicação deste artigo, a jornalista norueguesa Åsne Seierstad publicou seu relato da vida de um livreiro afegão em Cabul sob o título *O livreiro de Cabul*. O herói de Seierstad chama-se Sultan Khan, mas muitos dos incidentes e citações são iguais.

7. Andrew Murray, prefácio a *Presbyterians and the Negro: A History*, Filadélfia, Presbyterian Historical Society, 1966.

8. Booker T. Washington, *Up from Slavery*, 1901.

9. Janet Duitsman Cornelius, "When I Can Read My Title Clear": *Literacy, Slavery, and Religion in the Antebellum South*, Columbia, University of South Carolina Press, 1991.

10. Eliza Atkins Gleason, *The Southern Negro and the Public Library*, Chicago, University of Chicago Press, 1941.

11. James Baldwin, *Go Tell It on the Mountain*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1953.

12. Nina Berberova, *La Disparition de la bibliothèque de Turgenev*, Arles, Actes Sud, 1999.

13. Entrevista com a dra. Irene Kupferschmitt, Montreal, 3 de maio de 2004.

14. Robert Fisk, "Library books, letters and priceless documents are set ablaze", *The Independent*, 15 de abril de 2003.

15. Robert Irwin, *Night & Horses & the Desert. An Anthology of Classical Arabic Literature*, Londres, Allen Lane/The Penguin Press, 1999.

16. Jabbar Yassin Hussin, *Le lecteur de Bagdad*, Aude, Atelier du Gué, 2000.

17. Johannes Pedersen, *Den Arabiske Bog*, Copenhagen, Gyldendal, 1946.

18. Milbry Polk e Angela M. H. Schuster (orgs.), *The Looting of the Iraq Museum, Baghdad: The Lost Legacy of Ancient Mesopotamia*, Nova York, Harry N. Abrams, 2005.
19. Luciano Canfora, *Il copista come autore*, Palermo, Sellerio, 2002.
20. Jean Bottéro, *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*, Paris, Gallimard, 1987.

13. IMAGINAÇÃO

1. Henry Fielding, *Amelia*, 1752, I:10, in *The Complete Works of Henry Fielding, Esq.*, Londres, William Heinemann, 1903, vols. VI e VII.
2. Ginzberg, *The Legends of the Jews*, Baltimore/Londres, Johns Hopkins University Press, 1998, p. 5, vol. I.
3. “O próprio sol é apenas um simulacro escuro, e a luz é apenas a sombra de Deus”, Sir Thomas Browne, *The Garden of Cyrus*, II.
4. Dylan Thomas, “Do Not Go Gentle into That Good Night”, in *Collected Poems 1934-1952*, Londres, Dent, 1952.
5. Shakespeare, *Othello*, V, 2.
6. Van Wyck Brooks, *The Flowering of New England: 1815-1865*, Nova York, E. P. Dutton, 1936.
7. Christmas Humphreys, *Buddhism*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin, 1951.
8. Em conversa com o autor.
9. Borges, “Autobiographical Notes”, *The New Yorker*, 19 de setembro de 1970.
10. Id., “Poema de los dones”, in *El hacedor*, Buenos Aires, Emecé, 1960.
11. Id., “Examen de la obra de Herbert Quain”, “El acercamiento a Almotásim”, “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, in *El jardín de senderos que se bifurcan*, Buenos Aires, Sur, 1941; “El milagro secreto”, in *Ficciones*, Buenos Aires, Sur, 1944; “El libro de arena”, in *El libro de arena*, Buenos Aires, Emecé, 1975.
12. François Rabelais, *Gargantua and Pantagruel* (trad. Sir Thomas Urquhart e Pierre Le Motteux [1693-1694], introdução de Terence Cave), Nova York/Toronto, Alfred A. Knopf, 1994. [N. T.: o autor cita o título conforme a tradução inglesa do século XVII.]
13. Henri Lefebvre, *Rabelais*, Paris, Éditions français réunis, 1955.
14. Antonine Maillet, *Rabelais et les traditions populaires en Acadie*, Laval, Les Presses Universitaires de Laval, 1971.
15. Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1942.
16. Jean Plattard, *La vie et l'oeuvre de Rabelais*, Paris, Boivin, 1930.
17. Mikhail Bakhtin, *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento. El contexto de François Rabelais* (trad. Julio Forcat e Cesar Conroy), Madri, Alianza, 1987.
18. Edwin H. Carpenter Jr., *Some Libraries We Have Not Visited: A Paper Read at the Rounce & Coffin Club, August 26, 1947*, Pasadena, Ampersand Press, 1947.
19. Sir Thomas Browne, “Tract XIII”, in *Certain Miscellany Tracts*, Londres, 1684.
20. Carpenter, *Some Libraries We Have Not Visited*.
21. “‘Qu'est-ce que tu fais, Paul?’ ‘Je travaille. Je travaille de mon métier. Je suis attaché au catalogue de la Nationale, je relève des titres.’ ‘Oh... Tu peux faire cela de mémoire?’ ‘De mémoire? Où serait le mérite? Je fais mieux. J'ai constaté que la Nationale est pauvre en ouvrages latins et italiens du XV^e siècle... En attendant que la chance et l'érudition les comblent, j'inscris les titres d'oeuvres extrêmement intéressantes, qui auraient dû être écrits... qu'au moins les titres sauvent le prestige du catalogue...’ ‘Mais... puisque les livres n'existent pas?’ ‘Ah!’, dit-il, avec un geste frivole, ‘je ne peux tout faire!’ ” Cf. Colette, *Mes apprentissages*, Paris, Ferenczi et fils, 1936.
22. Rudyard Kipling, “The Finest Story in the World”, in *Many Inventions*, Londres, Macmillan, 1893.

23. O *Necronomicon* é mencionado pela primeira vez em 1922, num conto de Lovecraft, “The Hound”; a localização de um exemplar é fornecida em detalhe em “The Festival” (1923). As duas histórias estão reunidas em H. P. Lovecraft et al., *Tales of the Cthulhu Mythos*, Sauk City, Arkham House, 1969.
24. H. P. Lovecraft, *A History of the Necronomicon*, Oakman, Rebel Press, 1938.
25. H. P. Lovecraft e August Derleth, “The Shadow Out of Space”, in *The Shuttered Room*, Londres, Victor Gollancz, 1968.
26. Verne, *Vingt mille lieues sous les mers*, Paris, Hetzel, 1870.
27. Shakespeare, *As You Like It*, II, 1.
28. Carlo Collodi, *Le avventure di Pinocchio*, Ornella Castellani Pollidori (ed.), Pescia, Fondazione Nazionale Carlo Collodi, 1983. [Edição brasileira: *As aventuras de Pinóquio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.]
29. Informação fornecida pela diretora dos Provincial Archives of Oulu, srta. Vuokko Joki.
30. Timothy W. Ryback, “Hitler’s Forgotten Library: The Man, His Books and His Search for God”, *The Atlantic Monthly*, maio de 2003.

14. IDENTIDADE

1. A ideia foi proposta por K. W. Humphreys em suas esplêndidas Conferências Panizzi. Ver K. W. Humphreys, *A National Library in Theory and in Practice*, Londres, The British Library, 1987, que segui de perto neste capítulo.
2. U. Dotti, *Vita di Petrarca*, Roma/Bari, Laterza, 1987.
3. Apud Humphreys, *A National Library in Theory and in Practice*.
4. Ibid.
5. Harris, *The Reading Room*, Londres, The British Library, 1986.
6. Apud Humphreys, *A National Library in Theory and in Practice*.
7. *Report from the Select Committee on the British Museum together with the Minutes of Evidence, appendix and index*, Londres, Câmara dos Comuns, 14 de julho de 1836, apud Humphreys, *A National Library in Theory and in Practice*.
8. Edward Miller, *Prince of Librarians. The Life and Times of Antonio Panizzi*, Londres, The British Library Publications, 1988.
9. Edmund Gosse, “A First Sight of Tennyson”, in *Portraits and Sketches*, Londres, William Heinemann, 1912.
10. Apud Ann Thwaite, *Edmund Gosse. A Literary Landscape*, Londres, Martin Secker and Warburg, 1984.
11. Apud Humphreys, *A National Library in Theory and in Practice*.
12. Apud Harris, *The Reading Room*.
13. Judith Flanders, “The British Library’s Action Plan”, *The Times Literary Supplement*, 2 de setembro de 2005.
14. Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *L’apparition du livre*, Paris, Albin Michel, 1958.
15. Maud Stéphan-Hachem, *La Bibliothèque Nationale du Liban, entre les aléas de l’histoire et l’acharnement de quelques uns*, Paris, Bulletin des bibliothèques de France/ENSSIB, 2005.
16. Blaine Harden, “For Immigrants, U. S. Still Starts at a Library”, *International Herald Tribune*, 29 de abril de 1998.

- Potter, 1975, capítulo 3.
2. Ibid, capítulo 2.
3. Mary Shelley, *Frankenstein* (introdução e notas de Leonard Wolf), Nova York, Clarkson Potter, 1977, vol. II, capítulo 4.
4. Ibid, vol. III, capítulo 7.
5. Ibid, vol. II, capítulo 4.
6. Ibid, capítulo 6.
7. Estas palavras (“Supliquei a ti, Criador, que do meu barro/ me fizesses homem? Pedi a ti/ que me retirasses das trevas?”) são de *Paraíso perdido*, livro 3, e figuram como epígrafe na página de rosto do primeiro volume de *Frankenstein*. Leonard Wolf, comentador do romance de Mary Shelley, diz, a propósito das palavras comoventes e perfeitas do monstro: “Como epígrafe (ou epitáfio) para a humanidade, ‘Perdoe a intrusão’ é perfeito”.
8. Shelley, *Frankenstein*, vol. II, capítulo 7.
9. Sêneca, “On the Shortness of Life”, in *The Stoic Philosophy of Seneca*. [Edição brasileira: *Sobre a brevidade da vida*, São Paulo, Nova Alexandria, 2003.]
10. Plutarco, *Moralia* (ed. e trad. Frank Cole Babbitt), Cambridge, Mass./Londres, Harvard University Press/William Heinemann, 1972, vol. IV.
11. Dante, *De vulgari eloquentia* (introdução, tradução e notas de Vittorio Coletti), Milão, Garzanti, 1991.
12. Erasmo de Rotterdam, “Adagen (*Festina lente*)”, in W. Welzig Darmstadt (ed.), *Ausgewählte Schriften*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967-1969, II:i:1.
13. Steven Wilson, *Related Strangers: Jewish-Christian Relations, 70 to 170 CE*, Filadélfia, Fortress Press, 1995.
14. “Alors que dans la modalité du temps, elle présentifiait l’Antiquité grecque et arabe comme modèles culturels exemplaires, dans celle de l’espace, elle s’acharnait à réunir ce qui était dispersé et à rapprocher ce qui était éloigné.” Cf. Touati, *L’Armoire à sagesse. Bibliothèques et collections en Islam*, Paris, Aubier, 2003.
15. “Défiez-vous de ces cosmopolites qui vont chercher loin dans leurs livres des devoirs qu’ils dédaignent de remplir autour d’eux. Tel philosophe aime les Tartares, pour être dispensé d’aimer ses voisins.” Cf. Jean-Jacques Rousseau, *Émile ou de l’éducation*, livro I. [Edição brasileira: *Emílio ou Da educação*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.]
16. Thomas Traherne, *Centuries of Meditations*, Londres, 1908, I:29.
17. Hermann Broch, *Der Tod des Vergil*, 1945. [Edição brasileira: *A morte de Virgílio*, Rio de Janeiro, Mandarim, 2001.]
18. Sir Thomas Browne, *Religio Medici* (edição e introdução de Geoffrey Keynes), Londres, Thomas Nelson & Sons, 1940, I:6.
19. Richard Rorty, “The Inspirational Value of Great Works of Literature”, *Raritan*, vol. 16, no 1, New Brunswick, 1996.
20. Naudé, *Advis pour dresser une bibliothèque, seconde édition revue corrigée et augmentée*, Paris, Chez Rolet le Duc, 1644.

16. CONCLUSÃO

1. Paolo Lucentini (ed.), *El libro de los veinticuatro filósofos* (trad. Cristina Serna e Jaume Pòrtulas), Madri, Siruela, 2000.
2. Agradeço a Edgardo Cozarinsky por esta informação. Cf. Vladimir Nabokov/Elena Sikorskaja, *Nostalgia*, carta de 9 de outubro de 1945, Milão, Roselinna Archinto, 1989.
3. “La présence de la bibliothèque est le signe que l’univers est encore tenu pour pensable.” Cf. Jean

Roudaut, *Les Dents de Bérénice: Essai sur la représentation et l'évocation des bibliothèques*, Paris, Deyrolle Éditeur, 1996.

4. Primeira Epístola de são João, 2, 16.

5. Penelope Fitzgerald, *The Blue Flower*, Londres, HarperCollins, 1995.

6. Northrop Frye, *Notebooks*.

Créditos das imagens

- 1: Biblioteca de Aby Warburg, acervo pessoal do autor;
- 2: acervo pessoal do autor;
- 3: acervo pessoal do autor;
- 4: acervo pessoal do autor;
- 5: acervo pessoal do autor;
- 6: acervo pessoal do autor;
- 7: foto cedida por www.downtheroad.org (The Ongoing Global Bicycle Adventure);
- 8: foto de Michael Sympson;
- 9: © British Library, Egerton, 1894;
- 10: Mohamed Nafea/ Bibliotheca Alexandrina;
- 11: cortesia de <http://www.furniturestyles.net/european/english/misc/oak-bookcase-pepys.jpg>;
- 12: acervo pessoal do autor;
- 13: Wason Collection on East Asia/Cornell University;
- 14: acervo pessoal do autor;
- 15: © 2003, *Encyclopedia of Library and Information Science*, de Winifred B. Linderman (reprodução autorizada por Routledge/Taylor & Francis Group, LLC);
- 16: cortesia de <http://www.gothamist.com/archives/2004/01/06/disposophobia.php>;
- 17: Jim Higgins, Biblioteca do Congresso;
- 18: The National Archives, ref. E31/1, E31/2;
- 19, à esquerda: acervo pessoal do autor; à direita: © Membros da administração da Biblioteca de Chester Beatty, Dublin;
- 20: Thomas Fisher Rare Book Library/Universidade de Toronto;
- 21: Rotunde, Innenansicht;
- 22: © Membros da administração do British Museum;
- 23: cortesia de HarpWeek;
- 24: foto, G. Blaikie;
- 25: Times-Union (Warsaw, IN);
- 26: acervo pessoal do autor;
- 27: acervo pessoal do autor;
- 28: cortesia de <http://www.latinamericanstudies.org/juan-zumarraga.htm>;
- 29: Toronto Reference Library, Toronto Public Library (TRL);
- 30: © British Library, 60.g.12;
- 31: foto, Søren Lauridsen, 2006;
- 32: 118-9: © Foster and Partners;
- 33: © Dominique Perrault/SODRAC, 2006;

34: Lambert Rosenbusch, Wolfenbüttel, Former Rotunda of the Library, Figure of Proportion after Serlio, Primo Libro de Geometria p 13v, Nicolini Vinetia (1551) *Industrial Design 04*, Thomas Helms Verlag Schwerin, 2000, p. 7;

35: *embaixo*: acervo pessoal do autor;

36: acervo pessoal do autor;

37: foto de Diane Asseo Griliches © *Library: The Drama Within*, University of New Mexico Press, 1996;

38: acervo pessoal do autor;

39: acervo pessoal do autor;

40: acervo pessoal do autor;

41: acervo pessoal do autor;

42: acervo pessoal do autor;

43: David Sauveur /Agência VU;

44: cortesia de www.worldtravelgate.net;

45: © British Library, Or 8210/P.2;

46: Biblioteca do Congresso, The Carpenter Kipling Collection, (LC-USZ62-59457);

47: foto, Thomas Hallon Hallbert;

48: foto, Instituto Warburg;

49: Mnemosyne Atlas, painel 32: 'Moreska', foto: Instituto Warburg;

50: acervo pessoal do autor;

51: © Oscar Monsalve, 2005;

52: acervo pessoal do autor;

53: Russian State Archives of Film and Video Documents;

54: neg. 5144 © The Jewish Museum in Prague;

55: acervo pessoal do autor;

56: foto, Ole Berthelsen, TV 2 Nettavisen, Noruega;

57: Cheynes Studio, Hampton, Virgínia, 1903;

58: Coleções Especiais, University of Maryland Libraries;

59: foto, Joel Preston Smith;

60: cortesia de <http://employees.oneonta.edu/farberas/arh/Images/ARTH200/politics/hammurabi.jpg>;

61: © Eduardo Comesana;

62: © Lebrecht Music & Arts;

63: acervo pessoal do autor;

64: Gwen Raverat, 1910, © DACS/SODART, 2006;

65: Biblioteca do Congresso, Departamento de Fotografia e Impressões (LC-USZ62-117829);

66: acervo pessoal do autor;

67: acervo pessoal do autor;

68: Acervo do Terceiro Reich, Departamento de Livros Raros e Coleções Especiais, Biblioteca do Congresso;

69: Picture History, Elliott & Fry, 1870;

70: acervo pessoal do autor;

71: acervo pessoal do autor;

72: acervo pessoal do autor.



ALBERTO MANGUEL nasceu em 1948, em Buenos Aires. Passou a infância em Israel, onde seu pai era embaixador argentino, e estudou na Argentina. Viveu na Espanha, na França, na Inglaterra e na Itália, ganhando a vida como leitor para várias editoras. Autor de livros de ficção e não ficção, também contribui regularmente para jornais e revistas do mundo inteiro. Atualmente vive em Buenos Aires, onde é diretor da Biblioteca Nacional. Dele a Companhia das Letras publicou, entre outros, *A cidade das palavras*, *Lendo imagens* e *Uma história natural da curiosidade*.

Copyright © by Alberto Manguel
c/o Schavelzon Graham Agencia Literaria
www.schavelzongraham.com

Publicado originalmente em 2006 pela Alfred A. Knopf, Toronto



Este livro foi traduzido com apoio de The Canada Council for the Arts

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

The Library at Night

Capa

João Baptista da Costa Aguiar

Preparação

Carlos Alberto Bárbaro

Revisão

Cecília Ramos

Otacílio Nunes

Atualização ortográfica

Marcia Moura

ISBN 978-85-5451-635-2

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A. Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras